



Ministério
da Educação

unicef 

para cada criança

PLANO ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO

2017 - 2021

Educação, um compromisso com o presente e com o futuro



Ministério
da Educação

unicef 

para cada criança

PLANO ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO

2017 - 2021

Educação, um compromisso com o presente e com o futuro

FICHA TÉCNICA

Título:	Plano Estratégico da Educação 2017-2021
Autor:	Ministério da Educação
Consultores	Adriana Carvalho, José Manuel Marques, João Cidade Alpiarça
Editor:	Direitos de edição reservados ao Ministério da Educação Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão Serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação Palácio do Governo C.P.111- Praia Telefones: 2610245/2610212
1ª Edição:	novembro 2017
Coordenação Técnica:	Serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação
Maquetagem:	
Capa:	
Impressão:	Tipografia Santos, Lda
Tiragem:	50 exemplares

Todos os Direitos reservados

Dezembro 2017

ÍNDICE

ABREVIATURAS	VII
PREFÁCIO	11
RESUMO	13
PARTE I - ENQUADRAMENTO E ANÁLISE SETORIAL	17
1. INTRODUÇÃO	19
1.1 APRESENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO	19
1.2 METODOLOGIA	20
1.3 QUADRO INSTITUCIONAL	20
1.3.1 EDUCAÇÃO, UM DESÍGNIO NACIONAL	20
1.3.2 PROGRAMA DO GOVERNO (2016-2021)	21
1.3.3 PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2016-2021)	21
2. O CONTEXTO	23
2.1 O CONTEXTO SÓCIOECONÓMICO DO PAÍS	23
2.2. O ESTÁDIO ATUAL DA EDUCAÇÃO	24
2.2.1 ANÁLISE POR SUBSISTEMAS E NÍVEIS DE ENSINO	24
2.2.2 PANORAMA GLOBAL DA EDUCAÇÃO	32
3. A VISÃO PARA A EDUCAÇÃO	37
3.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES	37
3.2. O QUE SE PRETENDE ALCANÇAR A MÉDIO E A LONGO PRAZO	38
3.2.1 ALINHAMENTO COM AGENDAS INTERNACIONAIS	39
3.2.2 VISÃO PARA UM PAÍS MELHOR CONETADO CONSIGO PRÓPRIO E COM O MUNDO	40
4. AS GRANDES LINHAS DE INTERVENÇÃO	41
4.1. DESAFIOS A ULTRAPASSAR	41
4.2 AS PRIORIDADES DA POLÍTICA EDUCATIVA NO HORIZONTE 2021	42
4.2.1 UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO	41
4.2.2 MELHORIA DA QUALIDADE E PERTINÊNCIA DOS SERVIÇOS EDUCATIVOS	43
4.2.3 REFORÇO DA EFICIÊNCIA E GESTÃO DO SISTEMA EDUCATIVO	43
4.3. O SISTEMA EDUCATIVO	45
PARTE II - A ORGANIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO	46
1. EIXOS, PROGRAMAS E PROJETOS	51
2. PROGRAMAS DE INVESTIMENTO	53
2.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO	53
2.1.1. SITUAÇÃO ATUAL	53
2.1.2. MEDIDAS ESTRATÉGICAS PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	59
2.2. ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO: AS BASES PARA A VIDA	63
2.2.1. CARATERIZAÇÃO DO ENSINO BÁSICO	63
2.2.2. ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DO ALARGAMENTO DO ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO	70
2.3. CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DO ENSINO SECUNDÁRIO	80
2.3.1. CARATERIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL E TÉCNICO	80
2.3.2. MEDIDAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO	89

2.4. EDUCAÇÃO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO	97
2.4.1. CARATERIZAÇÃO GERAL	97
2.4.2. AS ORIENTAÇÕES DA POLITICA EDUCATIVA PARA O QUINQUÊNIO (2017/2021) E O SEU IMPACTO NO ENSINO SUPERIOR	112
2.5. GESTÃO EDUCATIVA: O PILAR DA MUDANÇA	124
2.5.1 A GESTÃO DO SETOR EDUCATIVO	124
2.5.2 DESAFIOS DO SETOR EDUCATIVO PARA A IX LEGISLATURA	124
 PARTE III – ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	 129
1. ARRANJOS INSTITUCIONAIS	131
1.1 A GESTÃO DO SISTEMA	131
1.1.1 A ORGÂNICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	131
1.1.2 GESTÃO/PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DO SETOR EDUCATIVO	134
1.1.3 QUESTÕES-CHAVE DA GESTÃO POR NÍVEIS DE ENSINO	136
1.2. FINANCIAMENTO	140
1.2.1. PROGRAMAS	140
1.2.2 PREVISÕES FINANCEIRAS A MÉDIO-PRAZO	141
1.2.3 MODALIDADES DE FINANCIAMENTO	142
1.3. PRESSUPOSTOS, OPORTUNIDADES E RISCOS	143
1.4. COORDENAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO	166
 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E FONTES	 149
 ANEXOS	 153
1 – ARTICULAÇÃO DA ANÁLISE SETORIAL COM AS PRIORIDADES EDUCATIVAS	155
2. PLANOS DE AÇÃO	161
2.1 PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA “EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO”	161
2.2 PLANO DE AÇÃO PARA O PROGRAMA “ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO: AS BASES PARA A VIDA”	163
2.3 PLANO DE AÇÃO PARA O PROGRAMA “REFORÇO E CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO”	166
2.4 PLANO DE AÇÃO PARA O PROGRAMA “EDUCAÇÃO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO”	170
2.5 PLANO DE AÇÃO PARA A “GESTÃO EDUCACIONAL: O PILAR DA MUDANÇA”	173
3. MATRIZES DE INDICADORES	177
3.1 QUADRO DE PERFORMANCE “INDICADORES DO PRE -ESCOLAR”	177
3.2 QUADRO DE PERFORMANCE “INDICADORES DO ENSINO BASICO OBRIGATÓRIO”	179
3.3 QUADRO DE PERFORMANCE “INDICADORES DO ENSINO SECUNDÁRIO”	182
3.4 QUADRO DE PERFORMANCE “INDICADORES DO ENSINO SUPERIOR”	185
3.5 QUADRO DE PERFORMANCE “INDICADORES DE GESTÃO”	188

INDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Números e indicadores da Educação Pré-Escolar	25
Quadro 2 – Números e indicadores do Ensino Básico	26
Quadro 3 – Números e indicadores do Ensino Secundário	27
Quadro 4 – Números e indicadores do Ensino Superior	29
Quadro 5 – Números e indicadores do Ensino Recorrente	30
Quadro 6 – Número e indicadores da Educação Básica de Adultos	31
Quadro 7 – Diferenças na organização do sistema educativo (1990, 1999, 2000)	46
Quadro 8 – Alterações de curto prazo à LBSE 2010	48
Quadro 9 – Objetivos, indicadores e metas gerais para os anos 2017-2021, por Programa	52
Quadro 10 – Caracterização da oferta educativa na educação pré-escolar	55
Quadro 11 – Indicadores sobre a oferta educativa na educação pré-escolar	56
Quadro 12 – Distribuição dos estabelecimentos de educação pré-escolar, por ilha; estatuto e situação das infraestruturas	57
Quadro 13 – Distribuição percentual de profissionais de infância por habilitação	58
Quadro 14 – Distribuição de estabelecimentos do ensino básico, número de salas e de turmas por ilha	65
Quadro 15 – População estimada com 6-11 anos; frequências no ensino básico e taxas de escolarização	67
Quadro 16 – Distribuição do número de professores por habilitações e por ilha	68
Quadro 17 – Frequências e taxas de escolarização [1º ao 8º ano]por concelho	72
Quadro 18 – Distribuição dos inscritos em 2014/15 por tipo e vias de ensino	80
Quadro 19 – Frequências no 3º ciclo da via geral por área curricular	81
Quadro 20 – Característica dos recursos utilizados no ensino secundário público (turmas, salas e perfil dos professores)	82
Quadro 21 – Distribuição de novos ingressos e repetentes por ano de escolaridade	83
Quadro 22 – Frequências por curso da via técnica do ensino secundário público (11º e 12º anos) (2014/2015)	86
Quadro 23 – Cursos do ano complementar de profissionalização (2014-2015)	87
Quadro 24 – Unidades Formativas nos Estabelecimentos de Ensino Secundário	87
Quadro 25 – Evolução dos efetivos da via técnica do ensino secundário	91
Quadro 26 – Número de alunos matriculados nas instituições de Ensino Superior nas ilhas de Santiago e S. Vicente (2014/15)	99
Quadro 27 – Distribuição dos efetivos segundo área de formação (2012/13-2014/15)	100
Quadro 28 – Proporção de alunos do Ensino Superior segundo o género e o grau académico (2014/15)	103
Quadro 29 – Distribuição dos professores segundo o grau de formação e tipo de instituição (2014/15)	104
Quadro 30 – Rácio alunos/professor mestre e alunos/professor doutor (2014/15)	105
Quadro 31 – Bolseiros no exterior por país de acolhimento (2014/15)	107
Quadro 32 – Total de bolseiros que frequentam o Ensino Superior no país, por áreas científicas (2014/15) ...	109
Quadro 33 – Decomposição da despesa total do ensino superior (2014)	109
Quadro 34 – Bolseiros, montantes e utilização das bolsas por tipo de instituição (2014)	110
Quadro 35 – Despesas por estudante, custos unitários (2014)	111
Quadro 36 – Estimativa dos custos dos Programas	121
Quadro 37 – Estimativa dos custos dos Programas	140
Quadro 38 – Previsões financeiras para o período 2012-2016, baseadas nos pressupostos refletidos no Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)	141

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil de escolarização 2003-2013	33
Gráfico 2 – Abandonos escolares [%] de crianças e adolescentes, por ano de escolaridade e género	34
Gráfico 3 – Taxa de desemprego dos formados do ensino secundário e superior de acordo com a geração (2013)	35
Gráfico 4 – Distribuição percentual de crianças por idade na Educação Pré- escolar	53
Gráfico 5 – Distribuição percentual de crianças com 4-5 anos por concelho	54
Gráfico 6 – Percentagem de alunos com [6 - 11] anos, por concelho	64
Gráfico 7 – Percentagem de alunos repetentes por concelho	66
Gráfico 8 – Professores por habilitação a nível nacional	68
Gráfico 9 – Distribuição percentual de formandos da educação básica de adultos avaliados por fase	70
Gráfico 10 – Taxa de transição do ensino básico para o ensino secundário por concelho (2013/14 – 2014/15) ..	80
Gráfico 11 – Distribuição dos alunos do ensino secundário público por concelho e ciclo de estudos	81
Gráfico 12 – Percentagem de professores por habilitação a nível nacional	83
Gráfico 13 – Percentagem de alunos repetentes por concelho	84
Gráfico 14 – Evolução de efetivos do Ensino Superior (2011/12 – 2014/15)	98
Gráfico 15 – Alunos matriculados por sexo e segundo as instituições de formação, (2014/15)	99
Gráfico 16 – Estudantes inscritos [%] por área e por tipo de instituição (2014/15)	101
Gráfico 17 – Estudantes inscritos [%] por área e género (2014/15)	101
Gráfico 18 – Alunos matriculados [%] segundo o nível de formação (2012/13 – 2014/15)	102
Gráfico 19 – Distribuição de efetivos segundo ilhas de proveniência (2014/15)	103
Gráfico 20 – Percentagem de Professores mestres e doutores segundo a instituição (2014/15)	105
Gráfico 21 – Professores a tempo inteiro [%] por natureza da instituição (2012/13-2014/15)	106
Gráfico 22 – Evolução do número de bolseiros que frequentavam o Ensino Superior no estrangeiro (2004, 2009, 2014)	107
Gráfico 23 – Despesa pública no Ensino Superior como percentagem do PIB (2014)	108
Gráfico 24 – Orçamento de investimento no Ensino Superior (2017)	111

INDICE DE FIGURAS

Figura 1 – A interligação dos instrumentos orientadores do Plano Estratégico	22
Figura 2 – Agenda da Educação, 2016	47
Figura 3 – Nova organização do sistema educativo	48
Figura 4 – Organização do Plano Estratégico da Educação, 2017-2021	51
Figura 5 – Áreas de desenvolvimento na educação pré-escolar	61
Figura 6 – Organograma do ME (Decreto-Lei nº 37/2016, de 17 de junho 2016)	133
Figura 7 – Estruturas de monitorização e avaliação do Plano Estratégico	148

ABREVIATURAS

ARES	Agência de Regulação do Ensino Superior
BM	Banco Mundial
C&T	Ciências e Tecnologias
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CESP	Cursos de Estudos Superiores Profissionalizante
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CHS	Ciências Humanas e Sociais
CM	Câmara Municipal
CNE	Conselho Nacional da Educação
CNU	Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
CSV	Ciências Sociais e da Vida
CT&I	Ciências, Tecnologias e Inovação
CV	Cabo Verde
DGES	Direção Geral do Ensino Superior
DGPOG	Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão
DNE	Direção Nacional da Educação
EBA	Ensino básico de adultos
EBO	Ensino básico obrigatório
EPE	Educação pré-escolar
ES	Ensino superior
FICASE	Fundação Cabo-verdiana de Ação Social e Escolar
GCTI	Gabinete de Ciência, Tecnologias e Inovação
GRH	Gestão de recursos humanos
ICASE	Instituto Cabo-verdiano de Ação Social Escolar
IDE	Investimento direto externo
IDH	Índice de desenvolvimento humano
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IES	Instituições de Ensino Superior
IGE	Inspeção Geral da Educação
INE	Instituto Nacional de Estatística
IUE	Instituto Universitário de Educação
JI	Jardins-de-infância
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
M&A	Monitorização & avaliação
ME	Ministério da Educação

MED	Ministério da Educação e Desporto
NCVC	Núcleo de Capacitação e Valorização de Competências
NEBA	Núcleo de Ensino Básico de Adultos
NEE	Necessidades Educativas Especiais
NEEIE	Núcleo de Educação Especial e Inclusão Educativa
NEPEB	Núcleo de Educação Pré-escolar e Básico
NESGTP	Núcleo de Ensino Secundário Geral, Técnico e Profissional
NGE	Núcleo de Gestão Escolar
NOPV	Núcleo de Orientação Profissional e Vocacional
NRTC	Núcleo de Recursos e Tecnologias Educativas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PCGDP	Per Capita Gross Domestic Product
PEDS	Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável
PEE	Plano Estratégico da Educação
PG	Pós-graduação
PIB	Produto Interno Bruto
PIEFE	Programa Integrado de Educação, Formação e Emprego
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QP	Qualificação profissional
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
RH	Recursos Humanos
SEPC	Serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação
SGRFP	Serviços de Gestão de Recursos Financeiros e Patrimoniais
SGRH	Serviços de Gestão de Recursos Humanos
SIG	Sistema de Informação e Gestão
SIGOF	Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira
TLE	Taxa líquida de escolarização
TC	Tronco comum
UNI-CV	Universidade de Cabo Verde
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USD	Dólar Americano
VG	Via Geral
VT	Via Técnica

A melhor maneira de sustentar a competitividade de um país e de uma sociedade é através da educação e da formação das pessoas. A longo prazo, a força e vitalidade das sociedades dependem, da robustez do seu sistema educativo. Ele é a base da criatividade e da inovação.

Numa era de crescente globalização e mudança tecnológica acelerada, o desenvolvimento do sistema educativo representa um desafio crucial para as economias e sociedades contemporâneas. Se não garantirmos de maneira substancial e sustentável a qualidade da educação, os enormes esforços realizados para aumentar a escolaridade não renderão os frutos esperados. O futuro económico, social e político nacional depende do comprometimento da sociedade cabo-verdiana e do Estado com a execução de uma agenda adequada e ambiciosa para o sector da educação.

Neste contexto, o Plano Estratégico da Educação (PEE) constitui um compromisso e uma aposta firme do Governo de Cabo Verde, para o desenvolvimento do sector educativo nacional. Traduz em medidas de política, as instituições do programa de Governo da IX Legislatura de implementar um *“sistema educativo capaz de proporcionar o saber e o conhecimento necessários à economia e a formação integral, integrado no conceito de economia do conhecimento que, da base ao topo, oriente os jovens para um domínio proficiente da línguas, das ciências integradas, das tecnologias e para a construção de um perfil cosmopolita aberto ao mundo, capaz de interiorizar valores intrínsecos ao saber ser e estar, de responsabilização mútuas, enquanto membros da comunidade, de preparação para a aprendizagem ao longo da vida, imersos numa cultura de investigação experimentação e inovação”* (PG. 2006-2012 Pág. 17-18).

O PEE, consubstancia a Revolução sobre a Carta de Políticas Educativas, e enquadra-se nos “Objectivos de Desenvolvimento Sustentável – 2030”. Ele concorre para a realização global de todos os ODS e, em particular, do Objectivo 4 que visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. No essencial constitui um instrumento de trabalho para guiar a programação, e possibilitar, tendo em conta a situação de partida, o seguimento e a avaliação dos diferentes indicadores do sistema educativo, ao fixar metas e recursos e estabelecer mecanismos de responsabilidade mútua.

Constitui ainda um instrumento de sensibilização para a obtenção de recursos que facilitem a sua implementação. Propõe intervenções que requerem recursos humanos capacitados e comprometidos com o exercício das suas funções profissionais, assim como mobilização de recursos financeiros, compromisso político e persistência ao longo do tempo. A mudança deve dar espaço para experimentar, avaliar e adaptar segundo as necessidades do país.

Sendo a transformação do sistema educativo uma agenda de longo prazo que não pode ser cumprida em apenas um mandato, o PEE estabelece os mecanismos que asseguram que as medidas sejam traduzidas em ações concretas e estabelece um horizonte temporal adequado à obtenção dos resultados almejados. Ele é considerado uma agenda educativa para o período 2017-2026, à ser implementada através de planos operacionais.

O PEE, corporiza a firme convicção de que a aposta no futuro é também uma aposta na educação, capaz de renovar e contribuir para o bem-estar e a realização plena das pessoas e para o desenvolvimento de Cabo Verde. Constitui ainda um convite a todas e todos, para juntos, avançarmos na transformação educativa com uma visão de longo prazo, suscetível de promover a educação como um direito humano e como um instrumento eficaz para a afirmação e integração do indivíduo na vida social, económica, cultural e política, indispensável ao desenvolvimento.

Maniça Rosal


Ministra da Educação

Contextualização do Plano Estratégico da Educação (2017-2021)

O presente Plano define os objetivos, as prioridades e as estratégias principais para o desenvolvimento da educação nos próximos anos, a partir de uma visão de longo prazo, que promova a educação como um direito humano e um instrumento eficaz para a afirmação e integração do indivíduo na vida social, económica, cultural e política, indispensável no combate à pobreza e na promoção do desenvolvimento do país.

O Plano Estratégico guiará a programação, o financiamento e a monitorização das intervenções-chave do sector educativo, conducentes à construção de um sistema educativo equitativo, justo, inclusivo, eficaz e eficiente, em que os alunos desenvolvam as competências requeridas, para que se realize a visão de longo prazo.

O processo de elaboração

O processo de conceção e de organização do Plano Estratégico decorreu em duas fases. A primeira foi iniciada em 2014, com a criação do Grupo Local da Educação, no âmbito da adesão de Cabo Verde à Parceria Global da Educação, tendo as ações empreendidas pelos Ministérios de tutela da Educação⁽¹⁾ incidido na Análise Setorial, num quadro de consultas, internas e externas, aos diversos níveis do sector.

A segunda fase decorre desde 2016. O Ministério da Educação contextualizou a Análise Setorial nas novas orientações de política educativa (Programa do Governo, IX Legislatura) e atualizou os dados estatísticos e os indicadores aos anos 2014 a 2016. As ações adquiriram uma dimensão prospetiva e deram origem ao plano indicativo do futuro da educação, num quadro de concertação com o processo mais amplo de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do País.

No cômputo geral, foi um processo participativo assente num conjunto alargado de reflexões e debates com a comunidade educativa e os parceiros do desenvolvimento de Cabo Verde. Beneficiou, ainda, da interação com outros Ministérios e de consultas a entidades interessadas, nos níveis central e descentralizado.

Uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva em sintonia com o desenvolvimento

Uma das finalidades do Programa do Governo é promover “uma educação de excelência, equitativa e inclusiva atingindo o top 50 em termos de *Higher Education and Training Index*, do *World Economic Forum* e um sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento, num ambiente escolar e universitário com cultura de investigação, experimentação e inovação, propiciador para os jovens cabo-verdianos de um profundo domínio das línguas, ciências e tecnologias, de um perfil cosmopolita na sua relação com o mundo, portador de valores e motivador para a aprendizagem ao longo da vida” (Compromisso para a Década).

Os progressos feitos por Cabo Verde no domínio da educação tiveram como base a ligação positiva entre a escolarização e o desenvolvimento económico-social, alicerçados na Agenda para o Desenvolvimento Sustentável (2016-2030) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Plano Estratégico insere-se neste enquadramento nacional e internacional.

¹ Na época: Ministério da Educação e Desporto e Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação.

O estágio atual do setor educativo

Cabo Verde tem dado sempre uma notória prioridade à educação e à formação, tendo implementado reformas bem-sucedidas, no sentido de melhorar, progressivamente, o funcionamento do sistema de ensino e a qualidade dos serviços prestados as crianças, jovens e adultos. O peso orçamental da educação tem-se oscilado entre os 23% e os 27%, o nível de despesas públicas representa 5,4% do PIB. A duração média da escolarização é de 13,2 anos.

Registaram-se progressos significativos no acesso à educação básica de jovens e adultos com valores próximos de 90%. Os indicadores da escolarização nos outros níveis de ensino, incluindo o superior, são superiores aos verificados em países com nível de desenvolvimento comparável.

Entretanto, deve-se salientar, que ainda há grandes desafios para o futuro, principalmente nos planos da qualidade e da relevância da educação, que apresenta notórias fragilidades no desempenho dos alunos em todos os níveis de ensino, quer em termos do aproveitamento quer no da aquisição de competências requeridas ao desenvolvimento sustentável do país.

O desenvolvimento do sistema educativo, em função das metas traçadas no exercício de planeamento estratégico, requer melhores recursos humanos e financeiros, em particular, no quadro da gestão pedagógica e da necessária e virtuosa articulação do ensino com a vida ativa, a ciência e a inovação.

Para se assegurar uma implementação eficiente do sistema que se pretende construir, é necessário que se continue a elevar a capacidade do sector com quadros qualificados e comprometidos com a causa educativa.

As prioridades para os próximos anos

A visão do país em matéria de produção do capital humano pertinente, em quantidade e em qualidade, em conformidade com as perspetivas macroeconómicas nacionais conduziu à formulação do seguinte quadro de grandes prioridades para o sector da educação no período 2017-2021 nos seguintes aspetos:

- Universalização gradativa do acesso à educação pré-escolar, ensinos básico e secundário;
- Melhoria da qualidade e pertinência dos serviços educativos;
- Reforço da eficiência e gestão da educação.

As prioridades da política educativa estão materializadas em Programas e Projetos, cuja execução está programada durante a vigência do Plano Estratégico, num contexto de permanente monitoria e avaliação, com base nos resultados obtidos.

Num processo liderado pelo Ministério da Educação e pelo Ministério das Finanças (Direção Nacional do Plano), no âmbito da construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde, foram identificados cinco Programas de Investimento:

- Educação Pré-Escolar: Universalização do Acesso;
- Ensino Básico Obrigatório: As Bases para a Vida;
- Reforço e Consolidação do Ensino Secundário;
- Ensino Superior, Ciência e Inovação;
- Gestão Educativa: o Pilar da Mudança.

Os Programas desdobram-se em Plano de Ação e contêm súmulas com os objetivos e metas associadas, atividades e resultados, responsáveis pela execução e estimativa dos custos, necessários à sua realização.

Organização institucional e financiamento

O desenvolvimento dos recursos humanos é fator preponderante na governação do sistema educativo, baseando-se numa gestão mais eficiente e eficaz que integre, motive e responsabilize todos os envolvidos pelo seu próprio desempenho, bem como no do sector em geral.

Este desiderato pressupõe um controlo interno rigoroso, o reforço da supervisão e da inspeção e o envolvimento dos Conselhos de Escola na prestação de contas e na observância dos padrões e normas educativas que garantam a qualidade de ensino.

Os resultados a atingir (metas) dependem, em grande parte, dos recursos disponíveis nos próximos anos. O Plano apresenta os recursos financeiros indispensáveis ao longo do período da implementação e identifica as fontes de financiamento e as parcerias disponíveis para apoiar o setor educativo cabo-verdiano.

O financiamento dos Programas não é visto como da responsabilidade exclusiva do Governo. Assume uma responsabilidade partilhada com as famílias, o sector produtivo, o setor empresarial (público e privado), as ONG e os parceiros do desenvolvimento do país (relações bi e multilateral).

O retorno esperado, por estas entidades e instituições, é o aumento da qualidade dos recursos humanos nos próximos anos, a implementação de um sistema de formação relevante para o emprego e empreendedorismo, a aceleração do crescimento económico sustentável do país e a promoção de padrões de bem-estar social num país mais desenvolvido, democrático, seguro e moderno.

PARTE I

Enquadramento e Análise Setorial

1.1 APRESENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO

O Plano Estratégico da Educação de Cabo Verde (PEE), para o período de 2017 a 2021, estabelece as principais linhas de orientação de política educativa, as estratégias e a sustentabilidade da sua implementação, enquadradas na situação macroeconómica do país e no conhecimento da situação do sistema educativo, dos sucessos e fragilidades e desafios que enfrenta.

Enquanto instrumento de política nacional, da responsabilidade do Ministério da Educação de Cabo Verde, é um documento orientador de todas as intervenções no sector, internas e externas e do desenvolvimento de planos mais detalhados, a nível operacional e desconcentrado.

A sua elaboração assentou na Análise Setorial da Educação em Cabo Verde, fundamentada em dados e indicadores, diagnósticos e estudos que permitiram retratar a situação do sistema educativo, analisar as causas dos sucessos obtidos e das dificuldades identificadas e traçar os caminhos para as ultrapassar.

A Análise Setorial da Educação (que incidiu no período 2000 a 2013/14 e apresenta projeções para o horizonte 2025) está contida no Relatório *Elementos de análise sectorial da Educação em Cabo Verde: serviços mais eficazes e mais justos ao serviço do crescimento e do emprego*, estudo apoiado pela UNICEF e Parceria Mundial para a Educação (setembro de 2015), que é parte integrante e indissociável do Plano Estratégico. A análise setorial e prospetiva foi atualizada, à luz das orientações do Programa do Governo - IX Legislatura, com dados estatísticos referentes aos anos 2014 a 2016.

Este exercício de planeamento e de construção da visão do futuro da educação inspirou-se na experiência acumulada pelo Banco Mundial e pela UNESCO (Escritório de Dakar) durante os últimos quinze anos, baseada na comparação internacional dos sistemas educativos.

Tiveram-se em consideração documentos de referência, nomeadamente a *Agenda da Educação 2016-2021: Projeto Educativo para a Universalização do Acesso à Educação* (ME, 2016), o documento *Um sistema educativo comprometido com o futuro* (Rosabal, 2017), o Projeto de Carta de Política Educativa para Cabo Verde 2015-2025 (ME, 2016), o *Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional (RESEN), Cabo Verde* (2011), UNESCO/BREDA – Polo de Dakar, UNICEF, bem como o estudo *Avaliação das competências das crianças à entrada no ensino básico em Cabo Verde* (UNICEF, 2012) e o artigo *Autonomia e governação do Ensino Superior* (Brito, 2015), entre outros (ver Bibliografia).

O cumprimento das ações programadas pressupõe a congregação de esforços, ousadia, rigor e vontade de ultrapassar bloqueios e de inovar, bem como uma coordenação eficaz, acompanhamento crítico e uma avaliação permanente.

A elaboração do Plano Estratégico foi o resultado de um processo participativo assente num conjunto alargado de reflexões e consultas, internas e externas, com particular incidência no Ministério da Educação – ME (serviços centrais e desconcentrados²) e com os parceiros do desenvolvimento do sector educativo e da sociedade civil através do Grupo de Parceiros Locais da Educação.

Os parâmetros adotados neste exercício de planeamento foram revistos com a Direção Nacional do Planeamento do Ministério das Finanças, no quadro da edificação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do País.

A apresentação do Plano Estratégico à sociedade civil⁽³⁾ está programada para outubro do ano em curso, num Fórum Nacional da Educação.

² Delegações do Ministério da Educação nos 22 concelhos de Cabo Verde.

³ As opções e orientações de política educativa, que constam do Plano, foram socializadas em encontros com a comunidade educativa (dezembro de 2016, março e abril de 2017).

1.2 METODOLOGIA

Na elaboração deste documento de planeamento, foram efetuadas diversas análises prospetivas a fim de se analisar o tempo presente e perspetivar o futuro, tendo em atenção os constrangimentos e as potencialidades existentes. Este método pretende detetar as tendências mais significativas da evolução recente, observando os comportamentos institucionais e suas interações, as regras e sistemas que se tornaram obsoletos e as perspetivas que se apresentam.

Este estudo sobre a evolução recente do sistema educativo e das suas organizações, analisa os dados quantitativos de referência para nestes se poderem introduzir alterações significativas que permitam mudanças no sistema e nas respetivas organizações. Esta análise não é uma atitude neutra face à realidade existente, exige uma tomada de posição consciente e ativa dos cidadãos no traçar do seu futuro.

As análises permitem tomadas de decisões para a estimativa dos recursos necessários para se atingirem os objetivos traçados no âmbito das políticas de curto e médio prazo.

Pela complexidade das relações sociais, a prática prospetiva tem-se tornado uma atividade de caráter interdisciplinar e transdisciplinar, sendo hoje um método essencial para qualquer reflexão sobre a sociedade contemporânea e o seu futuro.

As grandes transformações, operadas nos últimos anos, têm produzido incertezas, conflitos e desequilíbrios, concluindo-se que estamos rodeados de problemas, de desafios, de ameaças e de oportunidades que será necessário resolver, debelar e explorar.

Para se estruturar a visão do futuro da educação, há necessidade de instrumentos de representação que possam influenciar, orientar e fundamentar as políticas educativas.

Assim, o presente documento orienta-se segundo dois vetores fundamentais:

1. Um de natureza vertical constituído pela análise dos principais indicadores que caracterizam as tendências de evolução dos diferentes níveis do sistema educativo e das suas projeções para os próximos cinco anos;
2. Um outro de natureza horizontal constituído por um conjunto de reflexões sobre análises contextuais, de avaliação dos sistemas existentes, do papel dos diferentes atores e da visão estratégica para o setor.

Por último, consideramos que atingir-se o consenso e o empenhamento de largos sectores de opinião é o grande objetivo deste documento, que deverá permitir o desenvolvimento das principais orientações estratégicas e das ações a empreender no sector educativo durante a sua vigência.

Os Planos de Ação (Anexo 2), que se apresentam para cada um dos Programas, são prospetivos e de caráter indicativo, devendo ser ajustados no quadro do processo de acompanhamento, monitorização e avaliação dos investimentos e das despesas públicas.

O Plano Estratégico, de âmbito nacional, deverá servir de faro para a elaboração e concretização dos Planos Sectoriais que deverão ser desenvolvidos a nível concelhio.

1.3 QUADRO INSTITUCIONAL

1.3.1 EDUCAÇÃO, UM DESÍGNIO NACIONAL

Antes da independência de Cabo Verde, a educação era já percecionada como base de mobilidade social ascendente da população, tendo sido um importante recurso emancipatório. A ambição de um ensino de qualidade foi um traço permanente da construção da cidadania cabo-verdiana.

Este desígnio cumpriu-se ao longo da história de Cabo Verde, sendo a educação considerada fator decisivo para o seu desenvolvimento.

O Plano Estratégico da Educação encontra ainda os seus fundamentos nos princípios constitucionais, em particular nos artigos 50.º e 78.º da Constituição da República de Cabo Verde (4), que estabelecem, respetivamente, a “liberdade de aprender, de educar e de ensinar” e o “direito de todos à educação”.

1.3.2 PROGRAMA DO GOVERNO (2016-2021)

O Plano Estratégico da Educação enquadra-se nas Orientações do Programa do Governo – IX Legislatura (2016-2021), em articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no domínio da Educação fixados até 2030, na Cimeira da ONU, realizada em Nova Iorque, de 25 a 27 de 2015 (5).

O Plano Estratégico é um documento orientador para o desenvolvimento do sistema educativo no horizonte 2021 e operacionaliza as orientações do Programa do Governo em matéria de Educação e Ciência, consubstanciadas no compromisso de se atingir “Uma educação de excelência, equitativa e inclusiva atingindo o top 50 em termos de Higher Education and Training Index, do World Economic Forum e um sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento e num ambiente escolar e universitário com cultura de investigação, experimentação e inovação, propiciador para os jovens cabo-verdianos de um profundo domínio das línguas, ciências e tecnologias, de um perfil cosmopolita na sua relação com o mundo, portador de valores e motivador para a aprendizagem ao longo da vida”6.

1.3.3 PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2016-2021)

O planeamento da educação, no marco temporal 2017-2021, é parte integrante do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (2017-2021) – PEDS, em consonância com o Programa do Governo e a Agenda para o Desenvolvimento das Nações Unidas que estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

O quadro metodológico, a abordagem por Programas e a componente Seguimento & Avaliação tiveram como referências as orientações da Direção Nacional do Plano, Ministério das Finanças, em conformidade com as *Bases para a Formulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017 – 2021*, Ministério das Finanças (janeiro de 2016), debatidas e consensualizadas em vários encontros de trabalho bilaterais e com outros setores7.

A elaboração do PEDS está sob liderança do Ministério das Finanças, por forma a garantir a sua sustentabilidade financeira através do Cenário Fiscal do Médio Prazo que acompanha a sua implementação.

⁴ Publicada no Boletim Oficial n.º 17, de 3 de Maio de 2010.

⁵ Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (2016). Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a África Ocidental (www.unric.org/pt).

⁶ Programa do Governo de Cabo Verde, IX Legislatura (2016-2021), p. 9.

⁷ O Ministério da Educação articula-se com outros Ministérios nas áreas da formação profissional; desporto; ação social escolar e promoção da igualdade de género; educação para a cidadania; educação para a saúde; educação ambiental; política de línguas; construções escolares; gestão e administração, entre outras.

Figura 1 - A interligação dos instrumentos orientadores do Plano Estratégico⁸



Conclui-se, portanto, que a construção e execução do Plano Estratégico da Educação se inscreve num processo dinâmico alinhado com o Programa do Governo e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do País.

⁸ Vogelaar, 2017, p. 8.

2.1 O CONTEXTO SÓCIOECONÓMICO DO PAÍS

O arquipélago de Cabo Verde tem uma população residente estimada em 520.500 habitantes e uma comunidade na diáspora, de maior expressão⁹, dispersa em todos os continentes. Apenas 10% do território está classificado como terra arável e o país dispõe de limitados recursos minerais. A posição estratégica de Cabo Verde e a sua extensão marítima induzem a uma economia marítima competitiva.

No aspeto estrutural, Cabo Verde tem de lidar com a fragmentação em nove ilhas habitadas, o que resulta em custos de transporte elevados. A pequena dimensão do país reduz a perspetiva de se aumentarem os resultados à escala.

O país saiu da lista dos Países Menos Desenvolvidos em 2008 e foi classificado como País de Rendimento Médio.

A política em Cabo Verde tem sido, de modo geral, orientada para o consenso com governos de maioria e as liberdades civis respeitadas.

As últimas eleições legislativas, que tiveram lugar em março de 2016, deram lugar a uma alteração ordeira e constitucional do Governo, na sequência da vitória do Movimento para a Democracia.

CONTEXTO DEMOGRÁFICO⁽¹⁰⁾

- O crescimento populacional, que foi superior a 2% nos anos 90, tem vindo a decrescer. Nos últimos anos situa-se à volta de 1,20% e estima-se que continue a diminuir até 1,08% em 2025, devido à contínua diminuição da taxa de fecundidade. Prevê-se que essa taxa se reduza de 20,3‰ em 2015 para 17,4‰ em 2025.
- Consequentemente, reduziu-se o peso populacional do grupo etário 6-17 anos que era, em 2010, de 27%; estimando-se 24% em 2015 e 20% em 2025.
- A esperança de vida tem aumentado, sendo de 74 anos em 2010.
- Prevê-se um aumento do rácio de dependentes a partir de 2025 (particularmente em termos de idosos), com as suas implicações: menos pessoas para sustentar os seus dependentes.
- O país de emigrantes está sendo confrontado com o influxo de imigrantes, prevendo-se que o saldo migratório se torne positivo a partir de 2019, o que poderá colocar alguma pressão social.

CONTEXTO MACROECONÓMICO⁽¹¹⁾

- O crescimento económico (economia dependente do turismo) diminuiu cerca de 1,5 % em 2015 (quase metade da taxa de 2014).
- Previsões de crescimento: 4% (2016).
- Endividamento público próximo dos 125% do PIB (2015).
- Quebra no investimento direto estrangeiro,
- Anémico crédito ao setor privado (apesar das respetivas reduções de 0,25 e 3 % nas estimativas e das taxas de reservas exigidas pelo Banco Central durante o ano).
- Melhoria da balança externa das transações correntes, devido ao abrandamento nos investimentos e ao aumento das remessas privadas (2015).
- As reservas mantiveram-se robustas, bem acima da referência internacional de 12 semanas de importações.

⁹ Os números da diáspora cabo-verdiana não são rigorosos. Afirma-se que a população cabo-verdiana no exterior se aproxima do dobro da comunidade residente.

¹⁰ Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010-2030, INE, 2012.

¹¹ <http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview> (informações atualizadas em outubro de 2016).

CONTEXTO SOCIAL

- Cabo Verde situava-se no 122º lugar, entre 187 países, no IDH do PNUD (2015).
- A esperança média de vida, estimada em 71 anos, é a mais elevada da África Subsaariana.
- A mortalidade infantil caiu de 26 por 1.000 nados vivos (2007) para 15 (2011).
- A taxa de mortalidade materna desceu de 36 por 100.000 nados-vivos (2006) para 26 (2011).
- 94% das crianças com menos de um ano de idade tinham a imunização completa e a percentagem de população, que habita a menos de meia hora de um centro de saúde, atingiu os 86 (2011).
- Os resultados da educação colocam Cabo Verde no topo dos países da África Subsaariana.

O objetivo do atual Governo é de garantir, através de metas devidamente estruturadas e avaliadas em termos de impacto, o desenvolvimento sustentado do país, o aumento de rendimento médio, potenciar maior e melhor segurança e proporcionar mais qualidade de vida para todos.⁽¹²⁾

Estes desafios impõem uma visão de médio e de longo prazo, de modo a garantir-se a coerência temporal do desenvolvimento de Cabo Verde, alicerçada no Programa para a Legislatura e no PEDS (2016-2021) e, com maior abrangência, nos Compromissos para a Década (2016-2026)⁽¹³⁾.

2.2. O ESTÁDIO ATUAL DA EDUCAÇÃO⁽¹⁴⁾

Cabo Verde atribuiu sempre uma notória prioridade à educação e à formação, tendo, ao longo dos anos 80 e 90, empreendido reformas com regularidade a fim de melhorar, gradualmente, o funcionamento do sistema educativo e a qualidade dos serviços prestados às crianças, jovens e adultos.

Globalmente, as reformas do ensino obtiveram resultados reconhecidos, uma vez que há cerca de dez anos, a comunidade internacional identificou o país como tendo praticamente atingido o Objetivo do Desenvolvimento do Milénio referente ao ensino básico universal (seis anos).

A situação que se descreve (subcapítulos seguintes), que ainda vigora, corresponde à organização do sistema educativo estabelecido pela Lei de Bases nº 103/III, de 29 de dezembro de 1990. A organização e princípios preconizados na Lei de Bases revista em 2010⁽¹⁵⁾, não foram implementados.

2.2.1 ANÁLISE POR SUBSISTEMAS E NÍVEIS DE ENSINO

O sistema educativo compreende os **subsistemas da educação pré-escolar, escolar e da extraescolar**. O subsistema educação escolar compreende três níveis: ensino básico, ensino secundário e ensino superior e modalidades especiais de ensino. A educação extraescolar engloba as atividades de alfabetização, de pós-alfabetização e de formação profissional.

2.2.1.1 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A Educação Pré-escolar destina-se às crianças com 4/5 anos e, de acordo com a Lei de Bases, é de frequência facultativa. As crianças que ainda não frequentam a Educação Pré-escolar representam 15%. A rede pública é constituída por jardins de infância públicos e privados, sendo estes minoritários,

¹² Programa do Governo, IX Legislatura (2016-2021), p. 8.

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ A situação da educação em Cabo Verde, entre 2000 e 2014, está descrita e analisada no Relatório denominado *Elementos de análise setorial: Serviços mais eficazes e mais justos ao serviço do crescimento e do emprego* (2015). Foi complementada com a apresentação de dados empíricos, indicadores e análises, que se reportam ao triénio 2014 a 16, e constam do Plano Estratégico da Educação.

¹⁵ Decreto Legislativo n.º 2, de 7 de maio de 2010.

mas com uma significativa expressão. A maior vulnerabilidade do pré-escolar é a baixa qualificação dos agentes educativos com impacto na criação de ambientes educativos inadequados às aprendizagens das crianças deste nível etário e na gestão pedagógica.

Quadro 1 – Números e indicadores da Educação Pré-Escolar

COBERTURA EDUCATIVA	
N.º de crianças que frequentam a EPE ⁽¹⁶⁾	- 16.740
Taxa líquida de escolarização ⁽¹⁷⁾	- 85,1%
Taxa bruta de escolarização ⁽¹⁸⁾	- 73,2%
Distribuição das crianças por sexo ⁽¹⁹⁾	- Feminino: 49,7; masculino: 50,3,7%
Jardins infantis (públicos e privados) ⁽²⁰⁾	- 540 (públicos: 58,9%. privados:41,1%)
EFICIÊNCIA INTERNA	
Educadores sem qualificação (orientadoras) ⁽²¹⁾	- 60%
Salas JI inadequadas ⁽²²⁾	- 885 (públicos: 55,6%. privados:44,4%)
N.º beneficiários da Ação Social Escolar ⁽²³⁾	- 15.030
Cobertura da Ação Social Escolar ⁽²⁴⁾	- 64,5%

2.2.1.2 EDUCAÇÃO ESCOLAR

A) ENSINO BÁSICO

O Ensino Básico de seis anos, organizado em fases (dois anos cada) é obrigatório, tendo-se atingido no acesso valores próximos de 100%. Assistiu-se, desde o início do século, a uma redução substancial dos efetivos (entre 2000 e 2015 diminuíram 26.049 alunos).

Neste nível de ensino colocam-se questões de qualidade⁽²⁵⁾. A dimensão pedagógica tem sido subvalorizada e beneficia de escassos recursos em contraste com a dimensão da ação social escolar, com reflexo nos baixos resultados em Português e Matemática.

Os professores têm as habilitações formais exigidas, mas carecem de competências específicas para o desenvolvimento da aprendizagem da Lecto escrita.

A rede escolar, predominantemente pública, apresenta muitos espaços degradados e insuficiências em termos de condições sanitárias e de adaptações para os alunos com NEE.

O Programa de Ação Social tem sido de crucial importância para a universalização do ensino básico, com realce para o Programa de Cantinas Escolares, com um investimento financeiro importante.

¹⁶ Anuário Estatístico da Educação, 2015, ME.

¹⁷ Projeções da Educação nos primeiros 15 anos do 3.º milénio (2000-2015), MED, 2015.

¹⁸ Relatório “Elementos de análise setorial...”, p. 26. Segundo o autor deste Relatório “Importa mencionar que a TBE não é uma medida pertinente para este ciclo de estudos porque a tomada em consideração convencional das faixas etárias de 3 a 5 anos não corresponde forçosamente à realidade. Com efeito, certas crianças (contudo muito poucas) têm acesso a estas atividades antes dos 3 anos, ao passo que outras só entram aos 4 anos (e mesmo 5 anos) e que, enfim, outras crianças entram no ensino básico antes dos 6 anos. Consideramos que no total a TBE tende a subestimar a cobertura efetiva do ensino pré-escolar e que cerca de 88% das crianças que ingressaram no ensino básico em 2013 na verdade beneficiaram de uma forma ou de outra do ensino pré-escolar. (pp. 26/27)

¹⁹ Série cronológica da educação nos primeiros anos do 3º milénio (2000-2015). MED, 2015.

²⁰ Anuário Estatístico da Educação, MED, 2015.

²¹ Principais indicadores 2014/15, MED, dez. 2015.

²² Idem, ibidem.

²³ Série cronológica ..., p. 237.

²⁴ Este valor abrange as crianças dos 0-6 anos que frequentam a EP e não apenas as crianças do nível etário 4/5 anos.

²⁵ Ver o quadro de indicadores “Resultados da aprendizagem”.

Quadro 2 – Números e indicadores do Ensino Básico

COBERTURA EDUCATIVA	
N.º de alunos ¹ (26)	- 64.591
Taxa líquida de admissão (27)	- 86,1% (até ao 8º ano)
Distribuição dos alunos por sexo (28)	- Feminino 48%; masculino: 52%
N.º de escolas e salas (29)	- 435; 1843
EFICIÊNCIA INTERNA	
N.º de professores (30)	- 2988
Professores com habilitação legal (31)	- 97,1%
Taxa de aprovação (32)	- 90,2%
Taxa de reprovação (33)	- 8,8%
Taxa de abandono (34)	- 1,0% (6º ano: 1,5%) ³⁵
Ação Social Escolar (nº e % de beneficiários):	
Cantinas (alimentação)	- 100%
Kits escolares	- 31178 (48,3%)
Saúde Escolar	- 29532 (45,7%)
APRENDIZAGEM (36)	
Resultados “preocupantes” nas disciplinas	
- Português	- 41,9%
- Matemática	- 49,3%
GESTÃO / FINANCIAMENTO	
Custo unitário do Ensino Básico	- 62.129 milhões ECV (corresponde a 20,8% do PIB/habitante).

B) ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino secundário com a duração de seis anos organiza-se em 3 ciclos de 2 anos cada: um 1º ciclo ou tranco comum (7.º e 8.º anos); um 2º ciclo (9.º e 10.º anos); e um 3º ciclo (11.º e 12.º anos) com uma via geral e uma via técnica. No final de cada ciclo de ensino técnico, os alunos poderão frequentar um ano complementar profissionalizante, que permite a obtenção de qualificação profissional. Entre 2007/08 e 2010/11, 301 alunos concluíram estas formações nas áreas da Gestão Comercial, Instalações Elétricas e Técnicos de Obras.

Para se cumprir uma das recomendações do Plano Estratégico da Educação 2003-2013, foi implementada, em 2005, a medida que concentra a via técnica no 3.º ciclo.⁽³⁷⁾

²⁶ Série cronológica ... (2000-2015), pp. 39-57.

²⁷ Idem, p. 102.

²⁸ Idem, ibidem.

²⁹ Cálculo efetuado a partir dos dados fornecidos pelo Anuário Estatístico da educação, 2014/15.

³⁰ Série cronológica ... (2000-2015), p. 157.

³¹ Idem, p. 157.

³² Idem, p. 195.

³³ Idem, p. 195.

³⁴ Idem, p. 195.

³⁵ Idem, p. 198.

³⁶ Elementos de análise setorial ..., p.77.

³⁷ Série cronológica..., p. 60.

O ensino secundário teve uma evolução crescente nos últimos 15 anos, passando de 44.748 efetivos no início do século para 52.295 (2014/15). Existe um desequilíbrio entre a frequência dos alunos nas vias geral (50.665 alunos) e técnica (1.629 alunos).

No cômputo geral, verificam-se valores próximos da paridade de género, com um ligeiro ascendente para as raparigas (52%). Na via técnica a situação é diametralmente oposta, com uma clara supremacia da frequência de rapazes (superior a 95%).

Cerca de metade dos concelhos tem um estabelecimento de ensino secundário, verificando-se a maior concentração no concelho da Praia (capital do país). As áreas oferecidas para cursos técnicos só existem em Escolas Técnicas, localizadas nas ilhas de S. Vicente, Santiago (Praia e Assomada) e S. Antão

A grande maioria dos professores do ensino secundário tem habilitações adequadas, carecendo, porém, de formação em áreas específicas (particularmente nas áreas das C&T). Todavia ainda existe um número considerável de docentes que lecionam no 7º e 8º anos (níveis que serão integrados no ensino básico obrigatório, a partir de 2017/18), que varia de 11% a 75%, segundo os estabelecimentos de ensino, dada a prática de se atribuírem melhores recursos às escolas que acolhem alunos socialmente mais favorecidos.⁽³⁸⁾

No ensino secundário verificam-se elevadas taxas de reprovação e de abandono, com maior expressão no fim dos ciclos (maiores entre os rapazes). Estima-se que apenas um terço dos alunos inscritos no secundário atinja o fim deste nível de ensino, não tendo a maioria competências para a inserção na vida ativa e apresentam dificuldades no ingresso no ensino superior.

Quadro 3 - Números e indicadores do Ensino Secundário

COBERTURA EDUCATIVA	
N.º de alunos ⁽³⁹⁾	- 52.295 (VG: 50.665; VT: 1.629)
Taxa bruta de admissão ⁽⁴⁰⁾	- 71,1% (9º ao 12º ano)
Taxa líquida de admissão ⁽⁴¹⁾	- 51,7%
Distribuição dos alunos por sexo ⁽⁴²⁾	- Feminino : 52% : Masculino : 48%. - VT (Feminino : 3,8% ; Masculino : 3,8%).
N.º de estabelecimentos de ensino e de salas (2014/15) ⁽⁴³⁾	- 50; 1016

³⁸ Projeto de Carta de Política Educativa, p. 5.

³⁹ Série cronológica ... (2000-2015), pp. 59/60.

⁴⁰ Idem, p. 39.

⁴¹ Idem, p. 102.

⁴² Idem, pp. 117-119.

⁴³ Idem, p. 151.

EFICIÊNCIA INTERNA	
N.º de professores ⁽⁴⁴⁾	- 3.073
Professores com habilitação legal ⁽⁴⁵⁾	- 88,7%
Professores sem formação (7.º e 8º anos) ⁽⁴⁶⁾	- 37%
Taxa de aprovação ⁽⁴⁷⁾	- 69,5%
Taxa de reprovação ⁽⁴⁸⁾	- 24,1% (7º/8º ano: 24,1%; 12º ano:33,5%)
Taxa de abandono ⁴⁹	- 6,4%
Ação Social Escolar (nº e % beneficiários):	
- Alimentação	- 2,2%
- Transporte	-12,4%
- Propinas	- 11,5%
- Alojamento (internatos)	- 0,9%

GESTÃO / FINANCIAMENTO	
Custo unitário do ES	25% (referência internacional 20,2%)
Custo unitário do ES, via técnica	33, 8%

C) ENSINO SUPERIOR

Os estudantes cabo-verdianos frequentam o ensino superior no país e no estrangeiro. As formações nas instituições de ensino superior no país (2 públicas e 8 privadas) tiveram um crescimento notável no 1º quinquénio do século XXI (1.810 alunos em 2001, 8.465 em 2007 e 13.700 em 2013)⁽⁵⁰⁾, apurando-se atualmente uma estabilização dos efetivos. Assiste-se, correlativamente, a uma diminuição dos alunos cabo-verdianos a estudar no estrangeiro, que passaram de uma percentagem muito elevada no início da década para 4% em 2013.

O número de estudantes do ensino superior por 100.000 habitantes era de 2.446 (2012), um valor 9% acima da média para os 34 países comparados (2.242).⁽⁵¹⁾

O ensino superior está concentrado nas ilhas de Santiago (Praia e Assomada) e S. Vicente (Mindelo). A maioria dos alunos (58,6%) frequentam estabelecimentos de ensino privados. O peso dos cursos de licenciatura (apesar da organização formal em ciclos de estudo) é ainda determinante (92,2%). Os CESP representam 4,1% e a pós-graduação (mestrados e doutoramentos) ainda tem um valor residual.

O corpo docente é constituído por 1.366 professores, estando a maioria nas IES privadas. A maioria dos docentes são detentores dos graus de doutoramento e mestrado. Apesar de as qualificações cumprirem as exigências do RJIES, estão muito longe das requeridas a um professor do ensino superior no estrangeiro. O número de docentes em exclusividade nas IES é ainda baixo, sendo a maioria dos alunos assistida por docentes em regime de prestação de serviços e tempo parcial.

Tem-se constatado que os diplomados pelo ensino superior têm dificuldades no mercado de trabalho, o que poderá estar relacionado com um “excesso de produção” quantitativo global do sistema (formam-se mais licenciados do que o que o mercado de trabalho pode absorver) e/ou com a limitada relevância das formações oferecidas e a sua desarticulação com as expetativas do desenvolvimento do país.

⁴⁴ Idem, p. 177.

⁴⁵ Idem, p. 157.

⁴⁶ Projeto de Carta de Política Educativa, p. 5.

⁴⁷ Idem, p. 208.

⁴⁸ Idem, p. 195.

⁴⁹ Idem, p. 210.

⁵⁰ Elementos de análise setorial...(2015), p. 22.

⁵¹ Idem, p. 34.

Entre 2011 e 2014, a despesa pública do ensino superior oscilou entre um peso do PIB de 0,80 e 0,85 (2,8% do orçamento do Estado). A maior parte (63%) do montante global das “bolsas” do ensino superior para os estudantes das IES no país é atribuído aos estudantes matriculados em instituições privadas⁽⁵²⁾. Com um contributo de 69% da despesa direta da educação no ensino superior, o estudante é o mais importante provedor de recursos financeiros para o funcionamento do ensino superior em Cabo Verde.⁽⁵³⁾

Quadro 4 – Números e indicadores do Ensino Superior

COBERTURA EDUCATIVA	
N.º de alunos ensino superior no país	- 12.385
Taxa de crescimento (2001/02-2012/13)	- 6,3%
Taxa de crescimento (2013/14-2014/15)	- 6,4% (negativa)
Taxa líquida de admissão	- 23%
Distribuição dos alunos por sexo ⁽⁵⁴⁾	- Feminino: 58,8%; masculino: 41,3%
IES pública e privadas (% frequência alunos)	- Públicas: 41,4%; privadas: 58,6%
EFICIÊNCIA INTERNA	
N.º de professores IES públicas e privadas ⁵⁵	- 1366
Professores com Mestrado e Doutoramento (%) nas públicas e privadas	- Públicas (Dout: 16,1%; Mest.: 52,4%); Privadas (Dout: 11,5%; Mest.: 44,5)
Ratio alunos-mestres e doutores	- Doutores: 49; Mestres: 18
Regime de serviço docente	- TI: 33,95; TP: 67,9%
EFICIÊNCIA EXTERNA	
Estrutura das áreas científicas	- CHS: 68,6%; C&T: 20,6%; CSV: 10,8%
Proveniência geográfica dos alunos	- Santiago: 62,1%; S. Vicente: 16,2%.
Dificuldades de emprego dos diplomados ⁽⁵⁶⁾	- 25%
GESTÃO / FINANCIAMENTO	
Custo unitário	
- Produção de serviços	- 55,9%
- Contribuição pública	- 28,5%
- Por aluno	- 1,1, o PIB/habitante
N.º de bolseiros no E. Superior no estrangeiro	- 246 (Portugal: 41,5%)
Bolseiros IES públicas (nº e %)	- UNI-CV: 1.239 (27,6%); IUE: 25 (3,8%)
Bolseiros IES públicas (nº e %)	- 1.411 (17,8%)

D) MODALIDADES ESPECIAS DE ENSINO

As modalidades especiais de ensino incluem (i) a educação especial destinada a crianças e a jovens portadores de deficiências físicas ou mentais que beneficiarão de cuidados educativos adequados, (ii) a educação para crianças sobredotadas e (iii) o ensino recorrente de adultos.

⁵² Idem, p. 61.

⁵³ Idem, p. 63.

⁵⁴ Idem, pp. 117-119.

⁵⁵ Idem, p. 177.

⁵⁶ Projeto de Carta de Política Educativa, p. 10.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial é uma modalidade de ensino transversal a todos os subsistemas e níveis de ensino, que se destina aos alunos com necessidades educativas especiais – NEE, nomeadamente, no campo da aprendizagem, originadas tanto por transtornos motores, sensoriais, mentais e múltiplos como por transtornos da conduta.

A educação especial enquadra-se num movimento nacional e internacional pela Educação Inclusiva, numa perspetiva humanística e democrática, que percebe o sujeito na sua singularidade e que tem como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos na sociedade.

Segundo os dados do RGPH (2010), o nível de analfabetismo entre a população portadora de deficiência é elevado, na ordem de 46,4% e afeta mais da metade das pessoas do sexo feminino (53,6 não sabem ler nem escrever). (57)

As principais lacunas na educação especial em Cabo Verde são (i) a falta de uma legislação consistente; (ii) a ausência de um sistema de identificação e diagnóstico dos alunos com NEE a nível nacional, (iii) a inexistência de testes e outros instrumentos de avaliação psicológica e psicopedagógica e (iv) a falta de articulação entre os Ministérios da Educação e da Saúde e os operadores, no domínio da Solidariedade Social. Não existe ainda uma política nacional da Educação Especial na perspetiva da Educação Inclusiva a fim de se unificar a atuação pedagógica nas escolas do país. A educação para crianças sobredotadas nunca foi implementada. (58)

ENSINO RECORRENTE

O ensino recorrente, segundo a LBSE, é destinado a adultos que exerçam uma atividade profissional de forma a melhorar a sua formação cultural, científica e profissional. Entre as modalidades de ensino recorrente de adultos a instituir, figurará o ensino noturno de qualquer ciclo ou nível.

Esta modalidade de ensino foi implementada no ano 2006/07 nos concelhos da Praia, S. Domingos e S. Vicente e, posteriormente, alargada a outros concelhos. (59) Funcionou inicialmente com o 7.º e o 8.º anos e depois alargou-se a todos os anos do ensino secundário, atingindo o 12.º ano em 2014/15.

Quadro 5 - Números e indicadores do Ensino Recorrente

COBERTURA / EFICIÊNCIA ⁶⁰	
N.º de inscritos	- 1.433
Distribuição dos efetivos por sexo	- Feminino: 52,8%.
N.º de docentes	- 124

2.2.1.3 EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR⁶⁰

EDUCAÇÃO BÁSICA DE ADULTOS

A educação extraescolar, segundo a LBSE, desenvolve-se em dois níveis distintos: i) a educação básica de adultos que abrange a alfabetização, a pós-alfabetização e outras ações de educação permanente numa perspetiva de elevação do nível cultural e ii) a aprendizagem e as ações de formação profissional, numa perspetiva de capacitação para o exercício de uma profissão. O objetivo central é eliminar o analfabetismo literal e funcional.

⁵⁷ RGPH,INE, 2010.

⁵⁸ Esta análise baseou-se no documento da DNE, intitulado "Educação especial: da integração à inclusão".

⁵⁹ Série cronológica..., pp. 85/86.

⁶⁰ Série cronológica..., pp 85/86 e 191-193.

Este nível de educação organiza-se em três fases: i) 1ª que se destina aos indivíduos com 15 anos ou mais, com ou sem passado escolar, com vista a dotá-los da capacidade de ler, escrever, calcular e interpretar; ii) a 2ª que visa o reforço das capacidades adquiridas e iii) a 3ª fase de consolidação e aprofundamento, e que se desenvolve em dois vetores, sendo um articulado com o sistema formal de ensino e o outro a desenvolver em diversos departamentos estatais e não estatais interessados no processo formativo.

Quadro 6 - Número e indicadores da Educação Básica de Adultos

COBERTURA ⁶¹	
N.º de efetivos	- 911
Distribuição dos efetivos por sexo	- Feminino: 52,8%.
N.º de docentes	- 124

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E SISTEMA GERAL DE APRENDIZAGEM

A formação profissional e o sistema geral de aprendizagem desenvolvem-se em centros específicos, empresas ou serviços, com base em acordos e protocolos celebrados entre os diversos departamentos estatais e não estatais, interessados no processo formativo, cabendo ao Governo estabelecer a coordenação e o desenvolvimento das ações formativas, através do competente organismo.

A oferta de formação profissional é gerida e coordenada pelo IEFP que dispõe de uma rede de entidades públicas e privadas que se constituem como promotores de formação: Centros de Emprego e Formação Profissional, Centros de Formação Profissional privados, Escolas Técnicas públicas e privadas, Escolas Secundárias com unidades formativas, Universidades, Câmaras de Comércio, ONG e empresas de formação. ⁽⁶²⁾ Segundo dados do IEFP, o número de beneficiários inscritos nesta instituição diminuiu de 5.150 (2010) para 2.380 (2011). ⁽⁶³⁾

Os mecanismos de articulação interministerial e interdepartamental que deveriam coordenar as ações e o planeamento das atividades de educação básica de adultos e de formação profissional não estão devidamente articulados.

2.2.1.4 APOIOS E COMPLEMENTOS EDUCATIVOS

Os apoios e complementos educativos constituem um conjunto de serviços e de benefícios de suporte ao sistema de ensino, visando uma política de incentivo à escolaridade obrigatória, de garantia do sucesso escolar em geral e de estímulo aos que revelarem maior interesse e capacidade de êxito nos níveis de ensino subsequentes.

Os principais apoios concedidos integram-se nos programas de ação social escolar e de saúde escolar. A coordenação destes programas e a administração das suas fontes de financiamento cabem ao FICASE e ao Ministério da Educação (que administra ainda o Programa de Bolsas de Estudo).

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

É desenvolvida por um conjunto de ações no âmbito social e escolar, a fim de compensar os alunos pertencentes a famílias com carência socioeconómicas.

⁶¹ Série cronológica..., pp 190/191.

⁶² Carta de Política Integrada de Educação, Formação e Emprego (Resolução n.º 113, de 1 de novembro de 2012).

⁶³ Idem.

De acordo com as informações em 2014/15, foram beneficiadas um total de 78 988 crianças, sendo 81% referentes ao Ensino Básico e 19% à Educação Pré-escolar, numa proporção 21\$00 por refeição por aluno por dia. ⁽⁶⁴⁾

SAÚDE ESCOLAR

Este programa visa o saudável desenvolvimento físico e mental das crianças em idade escolar, assim como as condições higiénicas das escolas, a formação dos educadores e dos educandos, dentro das normas de sanidade individual, doméstica e comunitária. Neste contexto, destacam-se as atividades implementadas nas 15 escolas-piloto da iniciativa “Escola Promotora de Saúde”, projeto financiado pela Lux-Développement.

BOLSAS DE ESTUDO

A FICASE administra ainda um programa de Bolsas de Estudos que visa apoiar os alunos a prosseguirem os estudos a nível superior, tanto no país como no exterior. De acordo com os dados compilados até 2015/16, foram atribuídas um total de 11 054 bolsas de estudos, sendo a grande maioria a nível interno. Em média, o Estado investiu cerca de 421 mil contos/ano neste nível de ensino, o que representaram cerca de 65% deste montante.

No subcapítulo seguinte foram analisadas as mudanças preconizadas para a educação, pelo Decreto Legislativo n.º 2, de 7 de maio de 2010, que procedeu à revisão das bases do sistema educativo analisado.

Com esta medida legislativa, o Governo pretendeu introduzir um novo quadro de reformas na educação, visando responder, adequadamente, aos desafios globais da sociedade cabo-verdiana, traduzidas em ganhos substâncias para o funcionamento e a modernização do Sistema Educativo a nível nacional, com necessária adaptação estrutural e qualificativa, em todos os subsistemas e níveis de ensino e de formação profissional.

2.2.2 PANORAMA GLOBAL DA EDUCAÇÃO

Cobertura

Em Cabo Verde tem havido um forte comprometimento dos governos com a alfabetização. Assim, a taxa do analfabetismo (população com 15 e mais anos de idade) passou de 61,3%, em 1975, para 13,5% em 2014 (mulheres: 17,9%; homens: 9%). O peso de analfabetos nas zonas urbanas é de 10,5% e nas rurais 19,7%. Na faixa etária de 15 a 24 anos, a percentagem de analfabetos é de 2,2%. ⁽⁶⁵⁾

Cabo Verde encontra-se, há cerca de 20 anos, numa fase de transição demográfica que o coloca em circunstâncias globalmente positivas para o desenvolvimento do seu sistema educativo. Com efeito, constata-se que a duração média da escolarização é de 13,2 anos ⁽⁶⁶⁾, o que situa Cabo Verde ao nível dos países com um PIB *per capita* um pouco mais elevado, aproximadamente de 6.000 USD. ⁽⁶⁷⁾

Na faixa etária de 50-54 anos, mais de metade das mulheres são analfabetas (51,6%). Essa situação é deveras preocupante no meio rural, onde 55% é analfabeta, a partir desse grupo etário; 66,5 % não está alfabetizada. ⁽⁶⁸⁾

O acesso à escolaridade das crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais (NEE) ainda é limitado.

⁶⁴ In “Ação social escolar: uma abordagem integradora”, FICASE, 2017.

⁶⁵ Anuário estatístico de Cabo Verde, 2015, INE.

⁶⁶ *Idem*.

⁶⁷ Projeto de Carta de Política Educativa de Cabo Verde para o período 2025-2015, p. 3.

⁶⁸ *Idem*, *ibidem*.

Concorrem para a acessibilidade ao sistema educativo entidades de direito privado que observam os princípios, a estrutura e a organização da LBSE (69). A participação do setor privado e cooperativo é reduzida na escolaridade básica (0,9%), mas torna-se significativa na educação pré-escolar (41%) e no ensino superior (65%). (70)

Eficiência interna

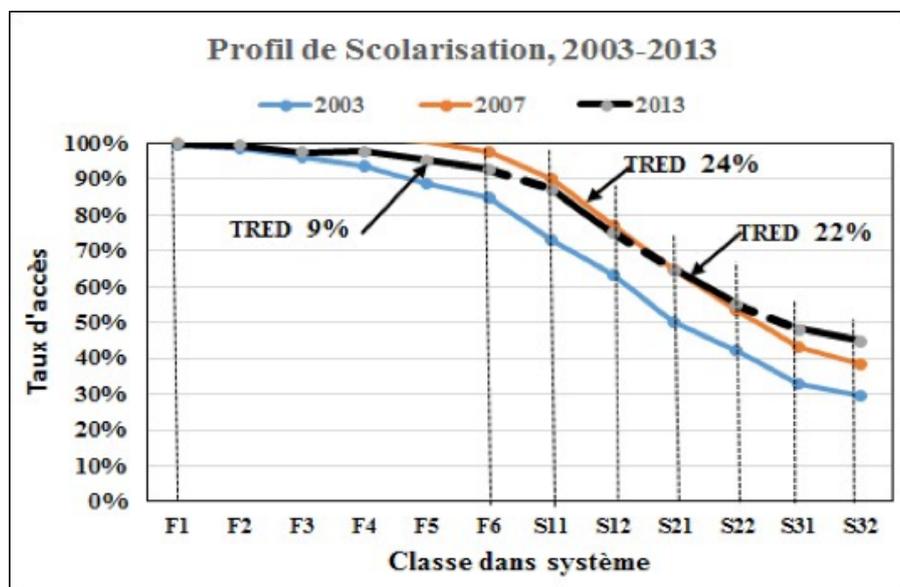
A eficiência interna do sistema tem a ver com a qualidade dos serviços educativos oferecidos e sua relação com o fluxo de alunos e o grau de realização das aprendizagens previstas nos conteúdos programáticos.

O índice de eficiência interna (71) está estimado em 87% no ensino básico e 83% no 3.º ciclo do secundário. Porém, entre estes dois níveis, os números são sensivelmente mais baixos (70% para o 7º e 8º anos; 73% para o 2.º ciclo), sinalizando situações de insucesso traduzidas em consideráveis taxas de abandono e de repetências.

Os **níveis de abandono** na escola aumentam com o nível de escolaridade. O abandono até os 12 anos é reduzido, mas a partir dessa idade e até aos 18 anos torna-se maior no meio rural. Contudo, a partir dos 19 anos a situação inverte-se, verificando-se que as mulheres do meio urbano são as que mais abandonam a escola. (72)

A análise do **fluxo de alunos** é fundamentalmente diferente nos ensinos básico e secundário. Conforme o Gráfico que se apresenta, o perfil de escolarização, do 1.º ano do ensino básico (F1) ao 6.º ano do ensino secundário (S32), para os anos de 2003, 2007 e 2013, é muito semelhante nas três datas, tendo sido realizados progressos claros entre 2003 e 2007. Em contrapartida, os perfis de 2007 e 2013 estão próximos, mostrando pouca evolução entre estas duas últimas datas.

Gráfico 1 – Perfil de escolarização 2003-2013



⁶⁹ LBSE, 2010, Art.º 4.º, 8.

⁷⁰ Dados 2013. In Elementos de análise setorial..., 2015, p. 23.

⁷¹ Índice de eficácia interna: a relação entre o número de anos de estudos estritamente necessário para conduzir um aluno do primeiro ao último ano de um nível de ensino e o número de anos que os alunos realmente consumiram no país no momento da observação. O número ideal de anos corresponde ao produto do número de jovens que completam um nível multiplicado pelo número de anos do nível; o número de anos efetivos é maior do que o número ideal devido, por um lado, à frequência da repetição de ano e, pelo outro, à de abandono escolar no ciclo. (Elementos de análise setorial..., 2015, p. 74).

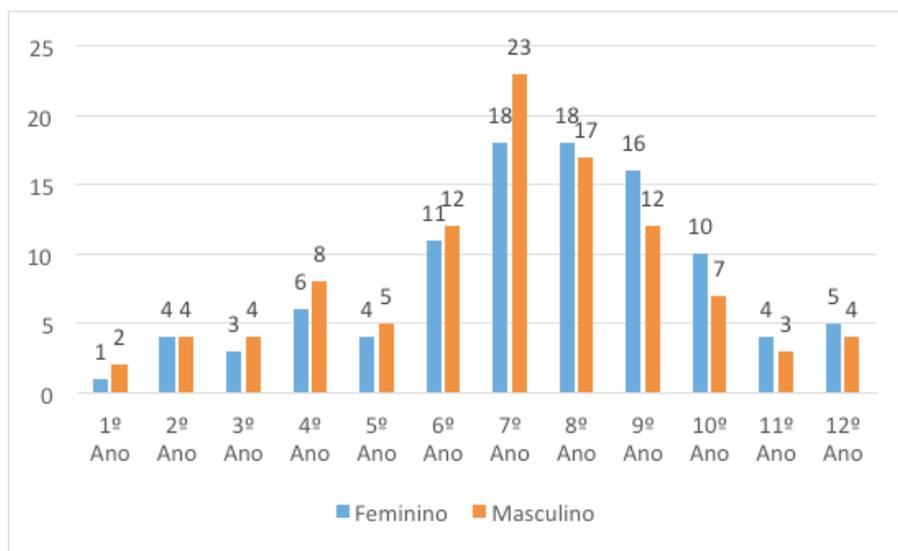
⁷² Barros et al, 2014, pp. 51 e 52.

De acordo com o gráfico acima, verificam-se inúmeros abandonos, nomeadamente, durante o 1º e o 2º ciclos e as **taxas de repetição** aumentam exponencialmente (9% no ensino básico, 24% no 1.º ciclo do secundário e 22% no 2.º ciclo). Constatam-se que apenas **metade dos novos inscritos no secundário atinge o fim do ciclo**.

As **disparidades sociais** não parecem ter impacto significativo desde a entrada no ensino básico, ao fim do segundo ciclo do secundário. Isto significa que, entre a dimensão social e a pedagógica dos insucessos constatados nos primeiros 2 ciclos primários, é a dimensão pedagógica que tem a maior parte da responsabilidade. (73)

As questões educacionais demonstrativas da equidade e as diferenças segundo os diversos grupos populacionais (género, rural/urbano) revelam disparidades moderadas. Note-se que os comportamentos diferenciados de rapazes e raparigas perante a escola (74), tal como em outros países, podem constituir uma manifestação de problemas estruturais vinculados aos processos de socialização, de construção das identidades masculinas (75) e femininas (76), assim como do próprio comportamento da escola como instituição.

Gráfico 2 – Abandonos escolares [%] de crianças e adolescentes, por ano de escolaridade e género



Fonte: Barros *et al.*, 2014, p. 53

Eficiência externa

O ensino ministrado, em particular, nas escolas secundárias e instituições de nível superior tem de se revestir de relevância e contribuir para a inserção dos estudantes na vida ativa e para a empregabilidade.

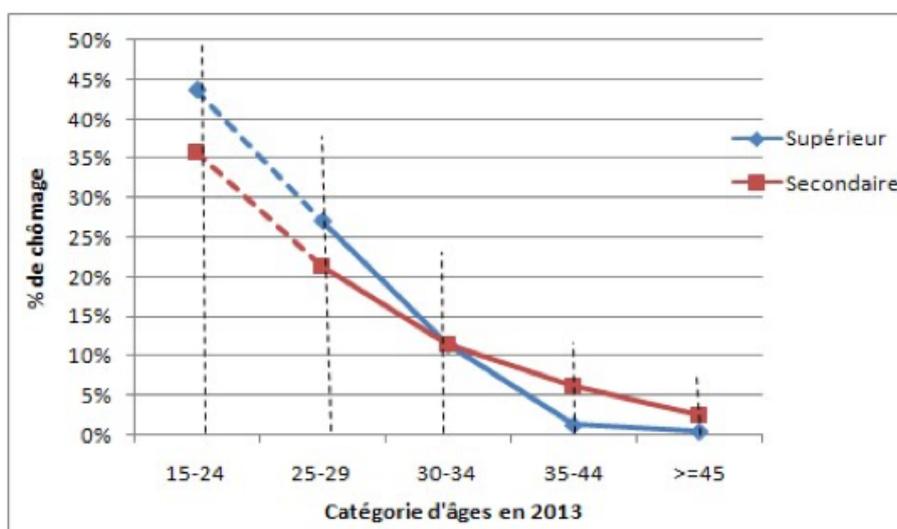
Um olhar sobre o Gráfico seguinte permite-nos perceber a relação entre as formações e as oportunidades de emprego.

⁷³ Esta abordagem é apresentada ao longo do Relatório “Elementos de Análise Setorial...” (2015).

⁷⁴ Segundo o estudo realizado pela Associação “Zé Moniz” em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, sobre os estilos de vida e de saúde dos adolescentes em Cabo Verde (2003), os rapazes abandonam mais o sistema, gostam menos da escola e têm piores resultados escolares (Apud Barros *et al.*, 2014, pp. 48 e 49).

⁷⁵ O tradicional estereótipo do género masculino que valoriza a força física e todas as condutas a ela associadas, nomeadamente a turbulência e a agressividade, compõem uma relação menos favorável para os rapazes relativamente às exigências das aprendizagens escolares. Estas condutas, escolarmente desabonadas, pressupõem ainda um conseqüente prolongamento no contexto da sala de aulas que prejudica o aproveitamento dos rapazes. Mendonça A (2011, p. 5) Raparigas e Rapazes: Ensino Igual ou diferenciado. Universidade da Madeira. (Apud Barros *et al.*, 2014, pp. 48 e 49)

⁷⁶ Nas raparigas, existe a tendência geral para um acentuado investimento escolar relacionado com uma maior concentração nas tarefas e um maior sentido de cooperação. Deste modo, as raparigas são as que melhor realizam os ideais de excelência escolar, seja no seu aproveitamento seja no seu comportamento. (Idem, *ibidem*).

Gráfico 3 - Taxa de desemprego dos formados do ensino secundário e superior de acordo com a geração (2013)⁷⁷

Verifica-se que a taxa de desemprego é baixa para aqueles que têm formação superior com idade superior a 35 anos e que a proporção de desemprego intensifica-se, claramente, quando se consideram as gerações mais jovens. Com efeito, a taxa de desemprego aumentou em cerca de 1% para indivíduos com formação superior, 12% para os que têm entre 30 e 34 anos e 27% para os situados entre 25 e 29 anos. A taxa de inatividade passa de 5% para os indivíduos com formação superior com mais de 30 anos, para 13,5 e 22,2% para os que têm entre 25 e 29 anos, por um lado e com menos de 25 anos, por outro (⁷⁸).. (1)

O sistema de formação profissional tem pouco impacto na empregabilidade, não só pela reduzida expressão quantitativa, mas também pela dispersão da sua organização, aditando-se ainda a perceção de que as formações propostas não permitem dotar os jovens com as competências profissionais requeridas pelo mercado de trabalho.

No ensino superior, segundo estudos realizados (2013) (⁷⁹), as dificuldades de emprego dos jovens que terminam este nível de ensino são na ordem de 25%. Considera-se que o acesso dos licenciados ao mercado de trabalho qualificado é prejudicado pela estrutura atual das formações (apenas 5% da área científica, em comparação com os 16% em países de desenvolvimento comparável) (⁸⁰).

Resultados da aprendizagem

Na análise setorial (Estudo, 2015) do sistema educativo, são identificadas duas causas possíveis para as dificuldades encontradas pelos alunos nos primeiros dois ciclos do ensino secundário: i) o funcionamento dos serviços não ser o mais apropriado e ii) outra que advém do nível das aprendizagens no ensino básico não ser compatível com as exigências dos programas ministrados no secundário. Tratando-se de uma conjectura, as análises empíricas efetuadas sugerem que é na realidade válida.

Para se avaliar a articulação entre o que é aprendido no ensino básico e as dificuldades encontradas no secundário, a análise efetuada (2010) baseou-se nos resultados dos alunos que fizeram exames (Português, Matemática) no último ano do ensino básico. Apurou-se um nível fraco nas duas disciplinas.

⁷⁷ Elementos de análise setorial..., p. 114

⁷⁸

⁷⁹ Estimativas feitas com base em dados de inquéritos às despesas familiares (Projeto de Carta de Política Educativa, p. 10).

⁸⁰ Idem.

Segundo o autor do estudo *Elementos de Análise Setorial* (2015), os riscos de abandono durante o 1.º ciclo estão mais relacionados com o nível escolar dos alunos, quando ingressam no secundário do que com as modalidades de organização das escolas secundárias.

Gestão dos recursos e financiamento

Ao longo dos anos, os importantes recursos públicos mobilizados para a educação resultaram da prioridade dada pelo Governo a este sector. O peso orçamental da educação tem sido compreendido entre 23% e 27% do Orçamento do Estado. Em relação ao financiamento do sector educativo regista-se um nível de despesas públicas que representam 5,4% do PIB do país (2016) ⁽⁸¹⁾.

No plano da gestão do sistema – que visa traduzir as medidas de política em realidade educativa – persistem dificuldades na administração dos recursos humanos e materiais, a nível das escolas, de modo a transformá-los em recursos pedagógicos tangíveis.

A gestão pedagógica foi considerada, em estudos de referência ⁽⁸²⁾, uma fraqueza do sistema educativo cabo-verdiano, parecendo não existir uma relação entre o desempenho escolar (resultados da aprendizagem) e os maiores ou menores recursos humanos (professores) e materiais investidos.

A despesa pública por aluno sobe no nível de ensino, do ensino básico (62.129 ECV) ao ensino secundário (88.494 ECV), ao passo que o custo unitário da produção do serviço de ensino superior é em média muito mais elevado (173.620 ECV), tendo em conta a importância das propinas pagas pelos estudantes. O nível secundário, com uma despesa pública unitária de 76.445 ECV, encontra-se numa posição intermédia. O custo unitário do ensino técnico (102.046 ECV) é naturalmente mais elevado do que no ensino geral. ⁽⁸³⁾

Resumindo:

O contexto acima apresentado é, de um modo geral, favorável ao desenvolvimento do sistema educativo. Porém, existem constrangimentos que fragilizam o seu funcionamento, tornando-o, frequentemente, ineficaz e desfasado das perspetivas socioeconómicas do país.

Os constrangimentos identificados advêm da inexistência de um sistema de garantia de qualidade, essencial para a monitorização dos serviços de educação para crianças, jovens e adultos.

Verifica-se ainda uma insuficiente articulação multisectorial entre todas as partes interessadas (públicas e privadas, internas e externas) na edificação de um sistema educativo inclusivo e eficaz ao serviço do crescimento, do bem-estar social e da prosperidade. O sistema educativo tem padecido de uma visão estratégica ⁽⁸⁴⁾ e de uma coordenação institucional consistente. Impõe-se, portanto, a criação de uma cultura de gestão focalizada nos resultados, propiciando contextos de aprendizagem favoráveis ao sucesso educativo, em todos os subsistemas escolares.

⁸¹ Dados fornecidos pelo SEPC, ME.

⁸² Relatório do Estado do Sistema Educativo de Cabo Verde, Ministério da Educação e Desporto, 2011, p. 215 e Elementos de análise setorial da Educação em Cabo Verde: Serviços mais eficazes e mais equitativos ao serviço do crescimento e do emprego, estudo apoiado pela UNICEF e pelo Partenariado Mundial da Educação, 2015.

⁸³ “Elementos de análise setorial ...” (2015), p. 44.

⁸⁴ O último Plano Estratégico da Educação data de 2003 e foi elaborado no quadro do Projeto de Consolidação e Modernização da Educação e Formação (PROME, 1999-2003).

3.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Um dos resultados do processo participativo do planeamento foi a formulação consensual da missão (razão de ser do Ministério da Educação), da visão (a educação desejada e planeada até 2021) e dos valores subjacentes ao seu desenvolvimento no período em apreço.

MISSÃO

O Ministério da Educação é o departamento governamental que tem por missão definir, executar e avaliar a política nacional do sistema educativo para a educação pré-escolar, os ensinos básico, secundário e técnico, a educação extraescolar, o ensino superior, a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como a ação social escolar.

VISÃO

Um sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento que, da base ao topo, oriente os jovens para um domínio proficiente das línguas, das ciências integradas, das tecnologias e para a construção de um perfil cosmopolita aberto ao mundo, capaz de interiorizar valores intrínsecos ao saber ser, saber fazer e estar, de responsabilização mútuas, enquanto membros da comunidade, de preparação para a aprendizagem ao longo da vida, cultura de investigação, experimentação e inovação.

VALORES

O sector educativo, no arco temporal 2017 - 2021, assenta num conjunto de convicções, princípios e valores:

Compromisso com a sociedade

Contribuir para uma formação cívica do indivíduo, designadamente através da integração e promoção de valores democráticos, éticos e humanistas no processo educativo, numa perspetiva crítica e reflexiva.

Contributo para o aumento da produtividade

Desenvolver uma ação educativa que promova atitudes positivas em relação ao trabalho, à produção e à inovação nas atividades económicas, como fatores de progresso e de bem-estar.

Identidade cultural

Estimular a preservação e reafirmação dos valores culturais e do património nacional e internacional.

Identidade linguística

Valorizar as línguas nacionais: a cabo-verdiana e a portuguesa, através do seu ensino, com metodologias diferenciadas e do desenvolvimento de estudos linguísticos.

Cidadania e respeito pelos direitos humanos

Contribuir para o conhecimento e o respeito dos direitos humanos e desenvolver o espírito de tolerância e solidariedade.

Cultura de igualdade e não-violência

Promover uma cultura de igualdade e não-violência de género nos espaços educativos e implementar estratégias e práticas institucionais adequadas às necessidades específicas de rapazes e raparigas, para diminuir os fossos de género que se verificam no acesso e no sucesso educativo, assim como nas escolhas profissionais.

Iniciativa e inovação

Promover a investigação, a criatividade e a inovação com vista à elevação do nível de conhecimentos em Ciência e Tecnologias e da qualificação dos cidadãos.

Qualidade e eficácia

Melhorar a qualidade, o rendimento e a funcionalidade das instituições, designadamente, pela introdução de métodos e práticas pedagógicas que favoreçam uma melhor qualidade e eficácia das aprendizagens.

Transparência e eficiência

Compromisso na concretização do Plano Estratégico com resultados e a realização efetiva das metas institucionais estabelecidas.

Participação e responsabilidade

Fomentar a participação das pessoas na atividade educativa e na gestão democrática do ensino e, em particular, das famílias, na gestão educacional e na construção do sistema educativo.

Desenvolvimento

Preparar, executar e acompanhar os programas e os projetos, numa perspetiva de avaliação contínua do sistema educativo tendo em consideração a sua adequação às necessidades de desenvolvimento do país.

3.2. O QUE SE PRETENDE ALCANÇAR AO MÉDIO E AO LONGO PRAZOS

A Educação é, por excelência, um instrumento crucial para o combate à pobreza, uma vida mais saudável, para sustentar o crescimento económico, bem como reforçar a democracia e a participação de todos os cidadãos no desenvolvimento sustentável.

A transformação do sistema educativo é uma agenda de longo prazo e enquadra-se no alinhamento do país com compromissos nacionais e internacionais.

Nos compromissos internacionais, destacam-se os assumidos por Cabo Verde – Agenda de Ação das Nações Unidas (2016-2030) (85), através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – que visam a criação de um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

A nível nacional, o país assumiu os Compromissos para a Década (2016-2026), inscritos no Programa do Governo, orientados para o desenvolvimento sustentado de Cabo Verde, com base em mais liberdade e mais democracia, pleno emprego, aumento de rendimento médio do país, maior e melhor segurança e mais qualidade de vida para todos.

⁸⁵ Disponível em <http://www.unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>

3.2.1 ALINHAMENTO COM AGENDAS INTERNACIONAIS

Após o alinhamento bem-sucedido com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000 a 2015), Cabo Verde assumiu o compromisso de concorrer para a realização global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na senda da redução da pobreza, igualdade de género, redução das desigualdades, consumo sustentável e saúde. A visão da educação para o futuro revê-se, em particular, no ODS 4, que visa “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” e desdobra-se nas seguintes metas globais:

Até 2030:

1. Garantir que todas as crianças e jovens de ambos os sexos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
2. Garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo a que estejam prontos para o ensino primário.
3. Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
4. Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
5. Eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
6. Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
7. Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
8. Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao género, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
9. Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.
10. Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento.

Constituíram, também, referências as recomendações e os quadros estratégicos estabelecidos na *Agenda 2063 – A África que queremos* (2015), Comissão da União Africana no Quadro de Ação para os Pequenos Estados Insulares - *The Samoa Pathways* (2014).

3.2.2 VISÃO PARA UM PAÍS MELHOR CONECTADO CONSIGO PRÓPRIO E COM O MUNDO⁽⁸⁶⁾

O objetivo do Governo de garantir, através de metas devidamente estruturadas e avaliadas em termos de impacto, o desenvolvimento sustentado, proclamado no Programa do Governo (2016-2021), exige uma visão de curto, médio e longo prazo, de modo a garantir a coerência temporal do desenvolvimento de Cabo Verde.

Por isso os objetivos maiores, que determinam o rumo traçado a longo prazo, estão fixados nos 11 Compromissos para a Década (2016-2026) ⁽⁸⁷⁾:

1. Redução da pobreza relativa para um dígito e erradicação da fome e da pobreza extrema do país no quadro da promoção do crescimento económico inclusivo.
2. Pleno emprego e trabalho decente para todos, através da promoção do crescimento médio real de 7% ao ano, sustentado, inclusivo e sustentável e aumento do rendimento médio *per capita* gerado pelo emprego (o PIB per capita atual, a preços correntes, é de 3 450 USD).
3. Colocação de Cabo Verde na lista dos dez primeiros pequenos países insulares mais bem cotados, quando avaliados pelo IDH, o agregado educação, saúde, rendimento individual e eficiente acesso à água e à energia
4. No ambiente de negócios, a colocação de Cabo Verde no top 50 do Doing Business do Banco Mundial e do Global Competitiveness Report do World Economic Forum, saindo do último terço das classificações, atuando sobre a fiscalidade, o financiamento, o funcionamento da máquina pública, a justiça, a capacitação dos recursos humanos e a unificação do mercado interno e sua ligação ao mundo.
5. **Uma educação de excelência, equitativa e inclusiva atingindo o top 50 em termos de Higher Education and Training Index, do World Economic Forum e um sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento e num ambiente escolar e universitário com cultura de investigação, experimentação e inovação, propiciador para os jovens cabo-verdianos de um profundo domínio das línguas, ciências e tecnologias, de um perfil cosmopolita na sua relação com o mundo, portador de valores e motivador para a aprendizagem ao longo da vida.**
6. A colocação dos cuidados de dependentes – crianças, pessoas idosas e portadoras de deficiências, tradicionalmente considerados como um mandato social exclusivo das famílias – no centro da agenda das políticas públicas de inclusão social e de apoio às famílias, para promover a igualdade de género e a conciliação da vida laboral e familiar.
7. Uma democracia melhorada e consolidada, moderna, profundamente respeitadora do pluralismo, da cidadania e promotora dos Direitos Humanos, geradora de espaços de participação, seja individual ou através de instituições, organizações e associações ou simples grupos e um Estado descentralizado e regionalizado, visando, não só a excelência da governação económica, a proximidade e a eficiência administrativa de todas as ilhas.
8. A melhoria radical do risco soberano e do risco do país para a nota entre BBB e A, através de um quadro orçamental e fiscal que garanta a previsibilidade e a sustentabilidade das finanças públicas e a integração de Cabo Verde no top 15 em matéria de competitividade fiscal no mundo, tendo como alvo principal a atracção do Investimento, do investimento direto estrangeiro e a criação de empregos qualificados e bem remunerados.
9. Um país seguro, previsível, confiável e útil ao mundo, reforçando a nossa integração no continente africano e na CEDEAO tendente a fazer de Cabo Verde uma plataforma de exportação de bens e serviços especializados e um centro tecnológico regional de alto valor acrescentado, criando *buffers* para a gestão dos riscos e das vulnerabilidades e erguendo-se como um país destacado na promoção da paz e segurança mundiais.
10. Uma nação exemplo no mundo em matéria de igualdade de género e de inclusão social, num juntar de esforços, nomeadamente, com as ONG, as igrejas, a comunicação social e a comunidade internacional, com destaque para o Sistema das Nações Unidas.
11. Um país sem listas de espera na saúde e a garantir uma taxa de mortalidade infantil inferior a 13 por mil, através da melhoria do acesso à saúde e à saúde materno-infantil.

⁸⁶ Programa da IX Legislatura 2016-2021, p. 8.

⁸⁷ Idem, p. 9.

4.1. OS DESAFIOS A ULTRAPASSAR⁽⁸⁹⁾

Com base nos resultados do diagnóstico da situação da educação ao longo dos últimos anos, conseguiu-se identificar os grandes desafios que têm de ser enfrentados no futuro⁽⁹⁰⁾ e que fundamentem as prioridades de política educativa.

A imagem do sistema educativo do país é considerada, de um modo global, muito positiva. Porém, uma análise aprofundada do sistema educativo revela a persistência de fragilidades e permite o equacionamento de obstáculos, que se tornam desafios a ultrapassar.

A universalização do **ensino básico** é uma realidade, sendo a taxa de abandono (2%) e de reprovação (9%) pouco elevadas, no conjunto dos 6 anos de escolaridade. A transição para o 7.º ano, que vai ser integrado no ensino básico obrigatório, é de 94%.

Regista-se, porém, uma forte degradação **a partir do acesso ao 7º ano de escolaridade**, com o aumento de abandonos do 7º ao 10º ano, verificando-se que apenas cerca de metade dos que ingressaram no 7º ano chegaram ao 12.º ano. As taxas de reprovação aumentaram exponencialmente a partir do 7.º ano (9%) nos primeiros 6 anos; 24% no 7º e 8º anos; 22% no 9º e 10º anos).

Estas constatações levaram o autor do Projeto de Carta Educativa a considerar duas causas possíveis para explicar as dificuldades encontradas pelos alunos do 7º ao 10º ano de escolaridade: (i) o funcionamento dos serviços do secundário não ser eficiente e (ii) o nível das aprendizagens no ensino básico, particularmente em Português e Matemática, ser inferior ao nível de exigência dos programas ensinados no ensino secundário, deduzindo que a segunda causa tem um peso maior do que a primeira.

Por outro lado, observa-se que 37% de docentes do 7º e 8º anos não são licenciados (habilitações inferiores aos que ministram anos mais elevados de escolaridade) e que os grandes estabelecimentos de ensino secundário constituem um contexto menos favorável à retenção dos alunos do que os estabelecimentos de menor dimensão.

A análise setorial revelou que o sistema educativo consome demasiados recursos (mais do que o necessário) com pessoal e apoio social no ensino básico, não despendendo o suficiente na gestão pedagógica. Com efeito, o rácio aluno-professor estimado em 21,7 (2014) é superior à média (28) em países de desenvolvimento comparável ao de Cabo Verde. Constata-se que, embora o número de alunos, no ensino básico, tenha diminuído muito (1999: 95.000 alunos; 2013: 68.000), os recrutamentos de pessoal⁽⁹¹⁾ mantiveram-se, tendo havido apenas uma ligeira redução no número de professores. Por outro lado, o rácio aluno-professor passou de 28,7 em 2000 para 21,7 em 2014.

Esta utilização “intensa” de pessoal existe também no ensino superior. Há em média cerca de 11 a 12 professores a tempo inteiro por aluno, nas IES do país, ao passo que a média estimada em países comparáveis a Cabo Verde, do ponto de vista do desenvolvimento económico, é um pouco superior (20).

Outra área na qual se poderia prever uma economia considerável refere-se aos subsídios para as cantinas escolares no ensino básico. Sem se colocar em causa a importância da ação social escolar, crucial para a universalização do acesso, dever-se-á ponderar se estes apoios devem ser dados a todos os alunos ou direcioná-los para um público-alvo em função dos perfis de necessidades.

A análise setorial revela fragilidades notáveis no desempenho do sistema quanto à gestão pedagógica. Para se superar esta situação, considera-se pertinente o aumento das despesas pedagógicas para o funcionamento corrente dos estabelecimentos de ensino, tanto a nível do básico como do secundário deveriam ser aumentadas.

⁸⁸ No Anexo I apresenta-se, de forma esquemática, a articulação entre os resultados da análise setorial, as prioridades educativas e as linhas de orientação da política educativa.

⁸⁹ A enunciação que se apresenta teve como fonte e base o projeto de Carta de Política Educativa, pp. 3-10.

⁹⁰ As virtualidades do sistema educativo e os obstáculos a vencer estão sintetizados no Anexo 2.

⁹¹ No ensino básico, a massa salarial do pessoal não docente representa 44% da dos professores.

Como referido anteriormente, é preocupante o número, bastante elevado, de jovens que deixam os estudos no nível secundário (muitas vezes antes de concluir o 10º ano de escolaridade) tendo como única bagagem (limitada) a do ensino geral e que encontram dificuldades significativas no mercado de trabalho.

Apesar dos consideráveis investimentos feitos na **via técnica do ensino secundário** (infraestruturas e equipamentos) e na formação profissional (centros de emprego, cursos de formação profissional, introdução do CNQP, entre outros) os resultados são mitigados e a formação profissional não tem sido uma alternativa eficaz para saídas profissionais dos jovens.

O **ensino superior** em Cabo Verde (2 instituições públicas e 8 privadas) carece de regulação e de avaliação permanentes de modo a que sejam garantidos os padrões de qualidade exigidos pelo Regime Jurídico e internacionalmente aceites. As qualificações dos professores estão aquém das exigidas nas academias e universidades e a ténue investigação que se pratica não está alinhada com as necessidades de desenvolvimento do país e com a internacionalização da ciência.

As estimativas feitas com base em dados de inquéritos às despesas familiares (referenciados no estudo-diagnóstico, 2015) mostram as dificuldades de emprego dos diplomados pelo ensino superior com um número na ordem de 25% (2013). Este número é incontestavelmente um sinal de alerta, uma vez que a conjuntura macroeconómica não tem sido favorável ao emprego nos últimos cinco anos.

Pondera-se, ainda, que o número de estudantes em si poderá ser excedentário atualmente (independentemente de questões de distribuição por disciplinas ou por áreas) em relação às capacidades de absorção do mercado de trabalho. Note-se que esta questão pode estar relacionada com a falta de empregos qualificados e com as dificuldades dos licenciados em criarem o seu próprio emprego depois da formação académica.

4.2 AS PRIORIDADES DA POLITICA EDUCATIVA NO HORIZONTE 2021

Com base nos resultados do diagnóstico, apresentados nos subcapítulos anteriores, vários elementos são considerados centrais para orientar a visão do país em matéria de produção do capital humano pertinente, em quantidade e qualidade, em conformidade com as perspetivas macroeconómicas nacionais para o crescimento e o emprego ⁽⁹²⁾.

De forma genérica, pretende-se, no futuro i) atingir a universalização do acesso à educação pré-escolar, ensino básico e secundário; ii) aumentar a qualidade do ensino em todos os níveis e (iii) obter um padrão do fluxo dos alunos no sistema que garanta o sucesso e assegure uma diversificação de conteúdos para que os que saem do sistema estejam dotados de competências que favoreçam o acesso ao emprego individualmente e contribua para o crescimento e o emprego a nível coletivo ⁽⁹³⁾

Em torno deste desiderato e dos desafios que desencadeiam, foram estabelecidas três grandes linhas de intervenções consideradas prioritárias:⁹⁴

PRIORIDADES DA POLITICA EDUCATIVA (HORIZONTE 2021)⁽⁹⁴⁾		
(1)	(2)	(3)
UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO	MELHORIA DA QUALIDADE E PERTINÊNCIA DOS SERVIÇOS EDUCATIVOS	REFORÇO DA EFICIÊNCIA E GESTÃO DO SISTEMA

⁹² Projeto de Carta de Política Educativa, p.10.

⁹³ Idem, ibidem.

⁹⁴ Fontes: (1) Documento “Um Sistema educativo inclusivo, comprometido com o futuro, ME, 2017; (2) Relatório “Elementos de análise setorial...” (setembro de 2015); (3) Carta de Política Educativa de Cabo Verde para 2015-2025. As prioridades de política educativa foram assumidas e desenvolvidas no Plano Estratégico (Programas, Projetos e Planos de Ação).

Para que as prioridades tomem forma de Programas e Projetos, importa assegurar, ao mesmo tempo, i) a direção das atividades correntes relativas ao funcionamento do sistema e ii) o seguimento e a avaliação com base nos diferentes tipos de resultados obtidos.

Estes aspetos são considerados essenciais para, numa perspetiva de médio e longo prazo, se alcançar a visão de uma cultura nova do sistema nacional de educação e formação.

O desenvolvimento de um sistema educativo inclusivo e comprometido com o futuro, para todas as crianças, jovens e adultos cabo-verdianos é o repto central das políticas educativas no próximo quinquénio.

Para o efeito foram programadas as seguintes **ações que pretendem ultrapassar os obstáculos e vencer os desafios para se realizar a visão almejada de uma educação inclusiva e de qualidade.**

4.2.1 UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO

- A universalização do acesso de todas as crianças com 4/5 anos à **educação pré-escolar**, incluindo as com NEE;
- Articulação da educação pré-escolar com o ensino básico, de modo a que todos os alunos beneficiem de 2 anos de pré-escolarização;
- Expansão e reabilitação dos jardins de infância em parceria com o Ministério da Família e Inclusão Social, entidades privadas e ONG;
- Acesso equitativo à **escolaridade universal e gratuita** até ao 8º ano, implementando programas de ação social escolar, especialmente para grupos-alvo prioritários e de educação especial para todos;
- Configuração do ensino básico de adultos e do ensino “recorrente” na lógica da educação ao longo da vida;
- Adequação e reabilitação dos espaços escolares ao currículo do ensino básico obrigatório e a um novo paradigma da gestão pedagógica;
- Reforço do **ensino secundário técnico** no quadro da Política Integrada de Formação Profissional;
- Organização e fortalecimento dos Serviços de Orientação Educativa e Vocacional;
- Requalificação do parque escolar do ensino secundário e modernização dos equipamentos, recursos laboratoriais e informáticos;
- Acesso ao **ensino superior** regulado e equitativo e expansão para outros concelhos/ilhas através do ensino à distância (Centros de Recursos Integrados de Educação e Formação).
- Abrir as IES à educação de adultos que não tiveram oportunidades de frequentar ou a abandonaram precocemente.

4.2.2 MELHORIA DA QUALIDADE E PERTINÊNCIA DOS SERVIÇOS EDUCATIVOS

Os aspetos relativos à qualidade e à pertinência são fundamentais para o sucesso da política educativa global. Embora apresentados segundo os níveis de ensino, são articulados porque perseguem um fim comum, por um lado, e pelo outro, devido ao carácter cumulativo e ligado sequencialmente à construção da população jovem do país, desde muito nova até à entrada na vida ativa.

Esses aspectos são enunciados em três planos:

1. Reorganização da estrutura do ensino e a modernização do sistema educativo

- Criação de quadros de referência para a qualidade da educação pré-escolar e dos ensinos básico obrigatório e secundário;
- Diligenciar através do desenvolvimento curricular para a melhoria dos conteúdos e dos métodos em todas as **estruturas pré-escolares** de forma a assegurar melhores aprendizagens pelas crianças, principalmente nas áreas cognitivas e na familiarização com a língua portuguesa e reforçar o grau de preparação dos que ingressam no ensino básico pela primeira vez;
- Desenvolvimento curricular conducente à inserção do 7º e 8º anos de escolaridade no ensino básico obrigatório;
- Valorização da dimensão pedagógica na construção da escolaridade obrigatória.
- Promoção da educação digital (ensino interativo);
- Realização regular de avaliações aferidas dos resultados das aprendizagens com consequências na melhoria do sistema em todos os níveis de ensino;
- Avaliação dos resultados obtidos nos ensinos básico obrigatório e secundário, em matéria das aprendizagens dos alunos, reprovações e abandonos;
- Melhoria da qualidade e pertinência do **ensino secundário e superior** em relação ao mundo do trabalho (monitorização regular dos elementos contextuais económicos com incidência no emprego);
- Valorização do corpo docente e de investigadores (mais professores doutorados, recurso a competências académicas da diáspora cabo-verdiana);
- Promoção de uma cultura de investigação;
- Promoção de atividades de regulação do ensino superior e de acreditação dos cursos.

2. Expansão do ensino técnico e da formação profissional

- Promoção de um quadro de garantia da qualidade do ensino secundário técnico;
- Reforço da oferta de serviços de formação, que deverá ser mais diversificada a nível das profissões e concertada com os setores produtivos;
- Implementação de medidas para informar com regularidade os jovens sobre as ofertas de formações profissionais, tendo como referência o acesso ao emprego.

3. Formação e capacitação de professores

- Reforço da formação dos professores e gestores (inicial, contínua, presencial e à distância) em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Incremento dos apoios pedagógicos aos docentes e de formações específicas, em conteúdos novos de programas e abordagens preconizadas para a sua aplicação;
- Reconversão de professores da escolaridade obrigatória em tutores, na ótica da gestão pedagógica com o foco no aluno;
- As instituições de ensino superior (em particular, as públicas) devem ministrar as formações acima referidas, no quadro das reformas curriculares em curso.

4.2.3 REFORÇO DA EFICIÊNCIA E GESTÃO DO SISTEMA EDUCATIVO

Gestão descentralizada para um melhor desempenho ⁽⁹⁵⁾

- Promover na educação pré-escolar uma melhor coordenação no quadro de disposições institucionais que dão aos municípios a responsabilidade de implementar estes serviços para as crianças;
- Articulação permanente entre os recursos disponibilizados (meios humanos e materiais) e os resultados das aprendizagens;
- Racionalização do corpo docente nas escolas, em particular, nas que oferecem a escolaridade obrigatória, com uma elevação do ratio aluno-professor para 28 ⁽⁹⁶⁾;
- Reconversão, pela formação adequada, do pessoal docente “excedentário” em tutores que apoiam os alunos de forma mais próxima, contribuindo para a diminuição dos abandonos e repetências e para o sucesso educativo;
- Racionalização do corpo docente nas IES, dotando-as de uma maior eficiência organizativa, evitando-se desperdícios na afetação dos professores a áreas científicas/disciplinas;
- Promoção de uma cultura de resultados e de responsabilidade dos intervenientes no sistema educativo (novo modelo de gestão nova a ser implementada gradualmente);
- Institucionalização de um sistema de avaliação dos resultados obtidos em todos os níveis de ensino: aprendizagens e inserção no mercado de trabalho;
- Mobilização de meios às escolas indispensáveis para facilitar o trabalho dos professores e responder às necessidades específicas das escolas a nível local;
- Aumento do volume dos recursos mobilizados por aluno, em estudos científicos e profissionalizantes;
- Criação de fundos para que as IES disponham dos meios financeiros indispensáveis para a formação dos seus docentes, de modo a atingirem as características que as universidades de nível internacional devem ter e para a promoção da investigação (em paridade com outras instituições internacionais);
- Criação de um Observatório que permita às instituições responsáveis pela formação profissional e pelo ensino superior fazerem os ajustamentos necessários na sequência das evoluções no plano macroeconómico e no mercado de trabalho;
- Uma política organizada com coerência e num contexto de sustentabilidade financeira ⁽⁹⁷⁾.

Conclusão

Os desafios acima elencados são aliciantes, necessários, possíveis e realizáveis. O motor da mudança que caracteriza a nova política educativa se refere, essencialmente, a processos de funcionamento interno do sistema que transformam os recursos em resultados, otimizando-os num contexto de estabilidade e comprometimento.

A chave do sucesso da política educativa, no horizonte 2021, assenta na vontade institucionalmente assumida de se vencerem os desafios num quadro do planeamento estratégico e sustentável.

⁹⁵ Este tema é abordado na Parte II, Programa “Gestão Educativa: o Pilar da Mudança” e está desenvolvido na Parte III, no Capítulo dedicado à Gestão do Sistema.

⁹⁶ Ratio alunos-professor existente no ano 2000.

⁹⁷ Em 2015, conforme dados inseridos no Modelo de Simulação Financeira, estimou-se que o crescimento económico em termos reais de 3% em média durante o período e a manutenção, tanto do nível de pressão fiscal (22 %) como do grau de prioridade (24,9 %) para o setor na procura pelos vários setores de recursos públicos do país. Com base nestas hipóteses, os recursos na época para o setor poderiam passar de 8,9 mil milhões de escudos em 2014 para 12,3 mil milhões de escudos (valor monetário de 2014) em 2025.

4.3. O SISTEMA EDUCATIVO

Como já aqui se referiu, a organização do sistema educativo está consagrada na Lei de Bases de 1990, que foi revista no ano 2010.

Uma análise comparativa do sistema educativo cabo-verdiano em 1990 e 2010, permite-nos concluir não ter havido mudanças significativas nos direitos e deveres, objetivos gerais e princípios educativos. O subsistema Ensino Escolar que, na LBSE de 1990, se dividia em 4 níveis (ensinos básico, secundário, médio e superior) passou a compreender 3 níveis, tendo sido abolido o ensino médio (98).

As alterações significativas introduzidas na revisão da lei no ano 2010 têm a ver com a dimensão da obrigatoriedade e da gratuidade do ensino, a organização e duração dos níveis e ciclos de ensino.

Quadro 7 - Diferenças na organização do sistema educativo (1990, 1999, 2000)

LBSE 1990 / 1999 (99)	LBSE 2010
Ensino Básico	
O ensino básico (6 anos) é universal e obrigatório (100).	O Estado garante a educação obrigatória e universal até ao 10º ano de escolaridade. O Estado promove a criação de condições para alargar a escolaridade obrigatória até ao 12º ano de escolaridade (101).
O ensino básico abrange 6 anos de escolaridade, organizado em 3 fases (2 anos cada) (102).	O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito com a duração de 8 anos . Compreende 3 ciclos sequenciais: o 1º, de 4 anos; o 2º ciclo e o 3º ciclos, de 2 anos cada (103).

Ensino Secundário	
O ensino secundário tem a duração de 6 anos e organiza-se em 3 ciclos de 2 anos cada (104).	O ensino secundário tem a duração de 4 anos e organiza-se em 2 ciclos sequenciais de 2 anos cada (105).
O ensino secundário organiza-se em 3 ciclos: - 1º ciclo ou tronco comum (7º e 8º anos); - 2º ciclo com uma via geral e uma via técnica (9º e 10º anos) (106). - 2º ciclo com uma via geral e uma via técnica (11º e 12º anos).	O ensino secundário organiza-se em 2 ciclos: - 1º ciclo da via do ensino geral, que constitui um ciclo de consolidação do ensino básico e orientação escolar e vocacional (9º e 10º anos); - 2º ciclo com uma via do ensino geral e uma via do ensino técnico (11º e 12º ano) (107).
A educação especial é destinada a deficientes e poderá ser desenvolvida em instituições específicas desde que o grau de deficiência o justifique (108)	A educação especial é a modalidade de educação escolar ministrada preferencialmente em estabelecimentos regulares de ensino a favor de alunos portadores de necessidades educativas especiais (109).

98 O Instituto Pedagógico que era de nível médio passou a ser considerada uma IES.

99 LBSE de 1990 que foi alterada pela Lei nº 113/V, de 18 de outubro de 1999, acrescentando matérias sobre o Ensino Superior.

100 LBSE, 1990, art. 17.º

101 LBSE, 2010, art. 13.º

102 LBSE, 1990, art. 20.

103 LBSE, 2010, art. 14.º

104 LBSE, 1990, art. 37.º

105 LBSE, 2010, art. 26.º

106 LBSE, 1990, art. 20.º

107 LBSE, 2010, art. 26.º

108 LBSE, 1990, art. 37.º

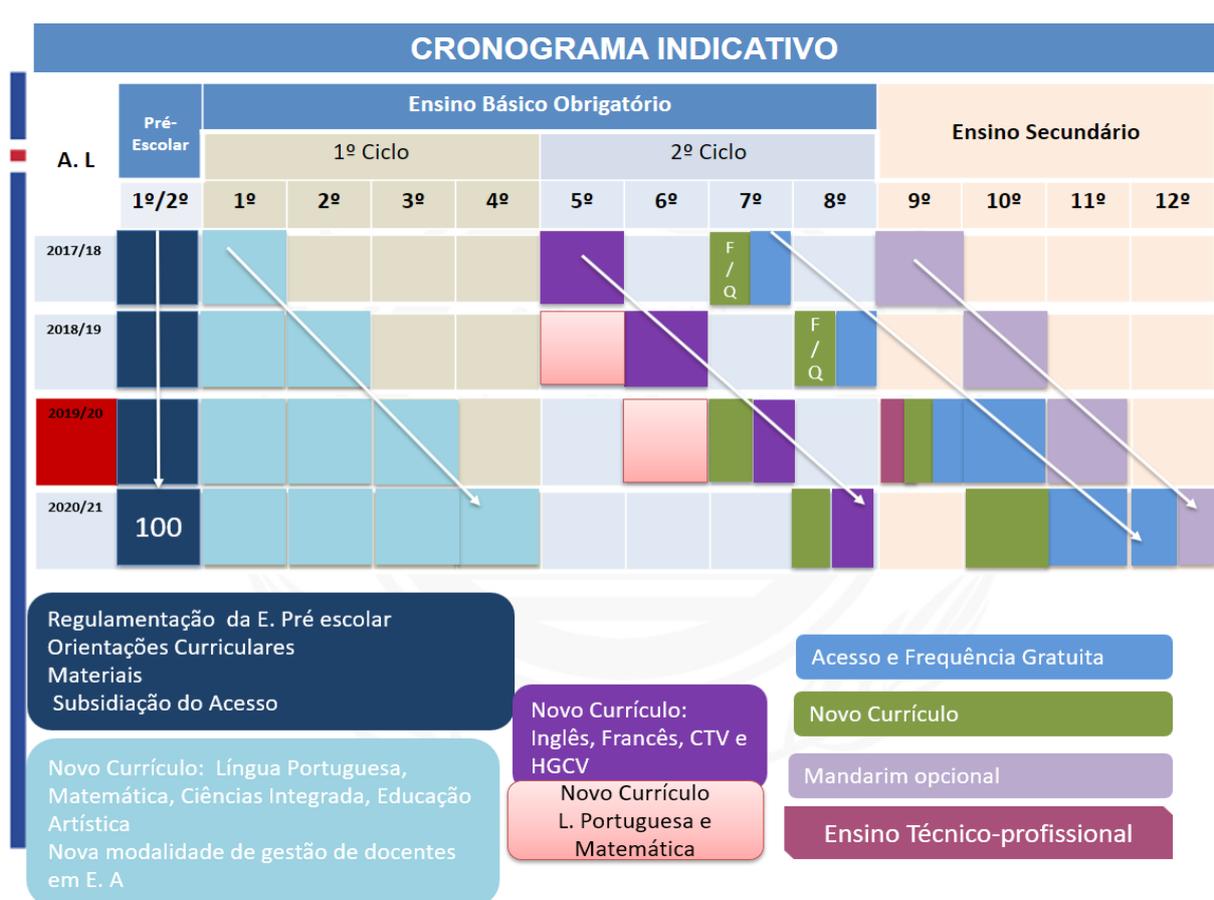
109 LBSE, 2010, art. 48.º

Poder-se-á verificar, ao longo do desenvolvimento do Plano Estratégico, que **o sistema educativo configurado pela LBSE (2010) não foi implementado no referente ao alargamento da escolaridade e subsequentes alterações curriculares e organizativas**. Continuou a vigorar a organização do sistema educativo contemplada na Lei de Bases de 1990 ⁽¹¹⁰⁾.

No primeiro ano de mandato do atual Ministério da Educação, foi efetuada uma reflexão sobre o sistema vigente e delineado um PROJETO EDUCATIVO com base nos desafios da LBSE (revista em 2010), que conduziu à redefinição das metas educacionais (2016-2021) e à identificação clara das prioridades educativas num quadro de planeamento estratégico.

Este caminho de debate e partilha com a comunidade educativa (ME, instituições autónomas e delegações) contribuiu para o estabelecimento de uma AGENDA DA EDUCAÇÃO em torno das seguintes temáticas: (i) universalização do acesso do pré-escolar ao 12.º ano, eliminando o rendimento como fator condicionante; (ii) implementação do ensino básico obrigatório até ao 8.º ano; (iii) efetivação da educação inclusiva mediante a educação especial; (iv) melhoria da eficácia e eficiência da educação: inclusão, aprovação, permanência (v) articulação do ensino obrigatório formal e não formal, orientação educativa e vocacional e formação profissionalizante e (vi) gestão dos espaços, tempos e meios de ensino.

Figura 2 - Agenda da Educação, 2016



Neste exercício de planificação foram equacionadas alterações a serem introduzidas na Lei de Bases no domínio da configuração dos níveis e ciclos de ensino e da gestão pedagógica, com aplicação a partir do ano letivo 2017/18.

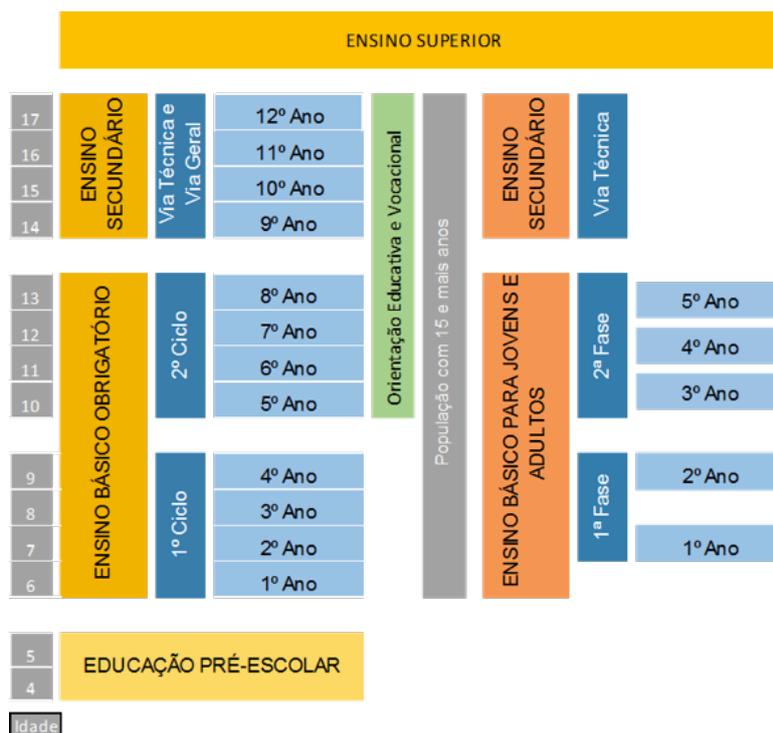
¹¹⁰ Lei n.º 103/III, de 29 de dezembro de 1990.

Quadro 8 – Alterações de curto prazo à LBSE, 2010

LBSE 2010	Alterações identificadas
A educação pré-escolar é de frequência facultativa .	» A educação pré-escolar é de frequência obrigatória .
O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito com a duração de 8 anos. Compreende 3 ciclos sequenciais , o 1º de 4 anos; o 2º ciclo e o 3º, de dois anos cada.	O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito até ao 8.º ano para crianças, jovens e adultos. Compreende 2 ciclos sequenciais , sendo o 1º de quatro anos, o 2º igualmente de 4 anos.
O ensino secundário tem a duração de 4 anos e organiza-se em 2 ciclos sequenciais de 2 anos cada: - 1º ciclo da via do ensino geral, que constitui um ciclo de consolidação do ensino básico e orientação escolar e vocacional; - 2º ciclo com uma via do ensino geral e uma via do ensino técnico.	» O ensino secundário tem a duração de 4 anos e organiza-se em 2 ciclos sequenciais de 2 anos cada, divididos numa via do ensino geral e numa via do ensino técnico.
Educação de adultos: - Ensino básico de adultos, organizado em 3 fases de 2 anos cada (6 anos) . - Ensino recorrente para adultos (ensino noturno de qualquer ciclo ou nível).	» Educação de adultos na perspectiva da educação ao longo da vida : - Ensino básico de adultos, organizado em 2 fases: a 1ª (1º e 2º anos); a 2ª (3º, 4º e 5º anos) , durante 6 anos. - Ensino secundário (técnico) de 4 anos, com 2 ciclos de 2 anos cada (pós-laboral) . - Ensino superior (pós laboral) .

A organização do sistema educativo, que se pretende implementar no quadro do Plano Estratégico da Educação, está sintetizada no organograma que a seguir se apresenta.

Figura 3 - Nova organização do sistema educativo



PARTE II

A organização do Plano Estratégico da Educação

1. EIXOS, PROGRAMAS E PROJECTOS

Os resultados da análise setorial em conjugação com as perspetivas e os objetivos enunciados no Programa do Governo constituíram o ponto de partida para a construção do Plano Estratégico da Educação, que aprofunda e operacionaliza as linhas de ação identificadas como prioritárias a serem implementadas até 2021.

O Plano Estratégico da Educação, para o período de 2017 a 2021, que está alinhado com estratégias e padrões nacionais e internacionais, apresenta uma agenda para a educação, consensualizada com os parceiros do desenvolvimento.

O Plano é norteado por um conjunto de objetivos estratégicos e de metas associadas, o que pressupõe uma visão holística e um esforço de coerência entre as políticas setoriais. Os temas-chave analisados foram a universalização do acesso, a eficiência interna e externa do sistema, os resultados das aprendizagens e a gestão do sistema educativo.

Neste contexto, as mudanças requeridas no sector educativo que visam assegurar uma educação inclusiva e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, são enquadradas em três eixos estratégicos: **o acesso equitativo, a qualidade e relevância e a gestão eficiente e eficaz.**

O Plano Estratégico da Educação está organizado em Programas e Projetos organizados por subsistemas e níveis educativos: (1) a Educação Pré-escolar; (2) o Ensino Básico; (3) o Ensino Secundário e (4) o Ensino Superior, Ciência e Inovação.

A Gestão Educativa, sendo um eixo estratégicos é, também, o pilar do funcionamento e da mudança do setor educativo, sendo, portanto, considerado o 5º Programa do Plano Estratégico.

Figura 4 - Organização do Plano Estratégico da Educação, 2017-2021



Em cada Programa foram incluídas **temáticas transversais** que convergem para se assegurar maior coerência ao nível setorial e o cumprimento dos objetivos estratégicos através de intervenções

sustentáveis. A igualdade de género, a educação especial, a nutrição e a saúde escolar constam de todos os Programas e dos processos de planificação, orçamentação e monitoria.

O quadro seguinte reflete por programa, o objetivo geral e o seu indicador e meta para avaliar o impacto destes programas ao longo dos próximos cinco anos.

Quadro 9 - Objetivos, indicadores e metas gerais para os anos 2017-2021 por Programa

PROGRAMA	OBJETIVO GERAL	INDICADOR PRINCIPAL DE RESULTADOS	BASE 2015 (%)	META 2021 (%)
Educação pré-escolar: universalização do acesso	Implementar a educação pré-escolar de qualidade para todas as crianças com 4/5 anos.	Taxa líquida de escolarização	85,1	100
Ensino Básico Integrado: as Bases para a Vida	Garantir o acesso equitativo à escolaridade universal e gratuita e com qualidade até ao 8.º ano.	Taxa líquida de escolarização	86,1	100
Reforço e Consolidação do Ensino Secundário (VG e VT)	Melhorar o acesso, a qualidade e a relevância do ensino secundário em sintonia com o desenvolvimento do país	Taxa líquida de escolarização	51,7	80
		% de alunos da VT	3,1	10
Ensino Superior, Ciência e Inovação	Promover o desenvolvimento equitativo e sustentável do ensino superior, articulando-o à investigação em consonância com o desenvolvimento socioeconómico e cultural do país.	Taxa líquida de escolarização N.º de estudantes no ensino superior por 100.000 hab.	23 2.264 (2013)	30 2.385
Gestão Educativa: o Pilar da Mudança	Reforçar a qualidade dos serviços prestados pelas equipas centrais e descentralizadas com eficácia e eficiência	Percentagem da execução do Plano Estratégico		95

Cada Programa subdivide-se em Projetos (5 a 6 por programa), que se desdobram num conjunto de operações, limitadas no tempo, que concorrem para a realização dos objetivos inicialmente definidos. Culminam com Planos de Ação (Anexo 2) que sintetizam os objetivos, as metas, as atividades, os resultados esperados e as estimativas e fontes de custos e com as Matrizes de Indicadores (Anexo 2).

2.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO

A experiência e a pesquisa mostram-nos que o período da primeira infância é essencial para o desenvolvimento integral da criança ao longo de toda a sua vida. É por este motivo que a qualidade da Educação Pré-escolar é tão importante. O desenvolvimento da primeira infância e especialmente, a promoção da aprendizagem tem um efeito direto sobre o nível de preparação para o ensino básico e cumulativamente sobre a qualidade das aprendizagens ao longo de toda a educação formal. Globalmente, as sociedades que investem na primeira infância são aqueles cujos níveis de desenvolvimento e de igualdade na saúde e na educação são os mais elevados do mundo.

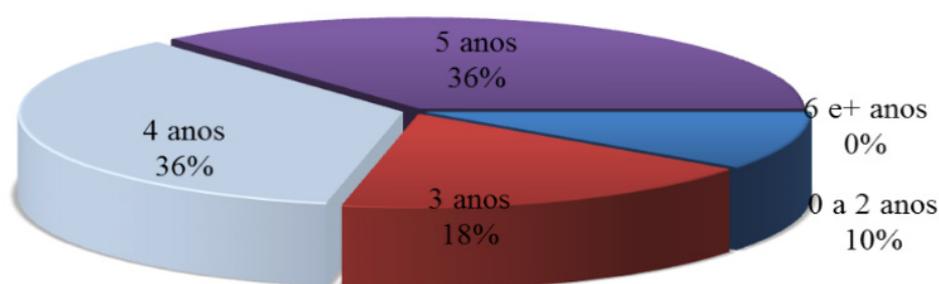
Uma vez que Cabo Verde possui recursos limitados, deveria desenvolver-se uma estratégia de investimento com base numa relação de custo-benefício, permitindo aumentar o número de crianças da educação pré-escolar, que seriam beneficiadas por serviços de qualidade. As intervenções a favor do desenvolvimento da primeira infância irão contribuir para a eficácia interna e externa da educação, reduzindo as disparidades económicas e sociais e por consequência, melhorando a equidade. Elas serão, neste contexto, consideradas como investimentos particularmente sensíveis e promissores.

2.1.1. SITUAÇÃO ATUAL ⁽¹¹¹⁾

ACESSO E EQUIDADE

As crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos podem frequentar instituições educativas onde são estimuladas, através de atividades lúdicas e jogos a exercitar as suas capacidades motoras e cognitivas, a fazer descobertas e a iniciar processos simples de aprendizagem. Em 2014/2015 frequentavam creches e jardins-de-infância cerca de 6.570 crianças com estas idades ⁽¹¹²⁾.

Gráfico 4 - Distribuição percentual de crianças por idade na Educação Pré- escolar



Fonte: Principais Indicadores – 2014/2015 – MED – dez. 2015

A cobertura universal dos serviços pré-escolares para todas as crianças com 4 e 5 anos de idade foi validada por um estudo realizado com o apoio da UNICEF em 2012 ⁽¹¹³⁾. De acordo com este estudo,

¹¹¹ Neste item desenvolve-se a caracterização da educação pré-escolar e dos principais indicadores apresentados na I Parte, em 2.2.2 Análise por subsistemas e níveis de ensino.

¹¹² Anuário Estatístico da Educação, 2015, ME.

¹¹³ Bilan de compétences des enfants à l'entrée au Primaire au Cap Vert- Bureau Régional de l'UNICEF pour l'Afrique de l'Ouest et du Centre – 2012.

considera-se, hoje, em Cabo Verde, que o subsistema educação pré-escolar deve acolher, nos Jardins de Infância, apenas as crianças com 4 e 5 anos. Em 2014/2015 já frequentavam os cerca de 540 Jardins de Infância, distribuídos pelos diferentes concelhos do país, um total de 16.740 crianças com 4 - 5 anos ⁽¹¹⁴⁾.

Especial atenção deverá ser dada às crianças com NEE, proporcionando-lhes condições de acesso e de inclusão nos Jardins de Infância, fornecendo materiais didáticos adequados e dinamizando ações formativas para os educadores poderem desenvolver práticas pedagógicas ajustadas às necessidades dessas crianças.

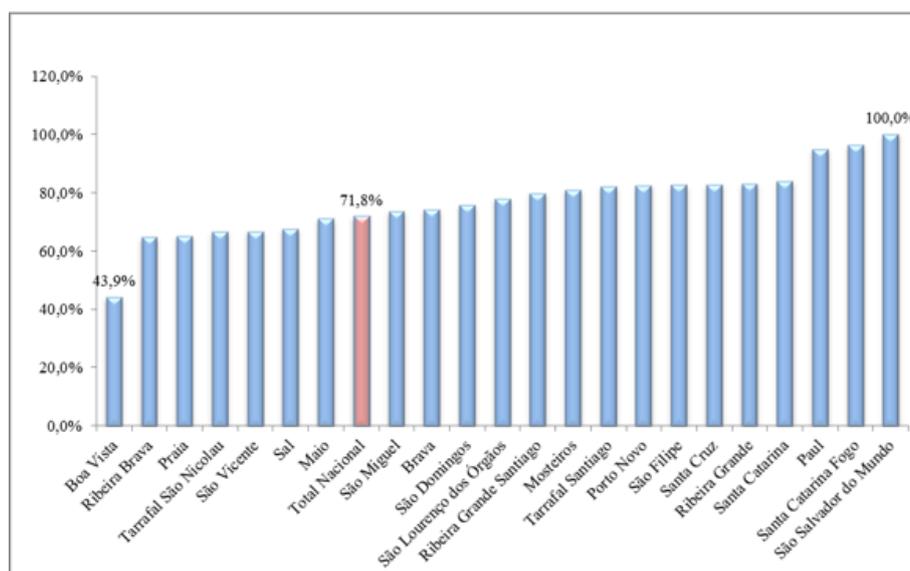
A rede de educação pré-escolar depende essencialmente da iniciativa das autarquias locais, de instituições oficiais e de entidades de direito privado (fundações, cooperativas, ONG e outras com fins lucrativos), cabendo ao Estado fomentar e apoiar tais iniciativas, de acordo com as possibilidades existentes, podendo assumir o funcionamento de jardins de infância em zonas remotas que a iniciativa privada não abrange.

A parceria entre o Estado e os atores referidos tem permanecido relativamente fraca, limitando-se, no essencial, ao apoio à formação de educadores, à coordenação e orientação pedagógica e ao fornecimento de materiais didáticos. O resultado é uma oferta de educação pré-escolar fragmentada, implementada por várias entidades, com níveis de qualidade muito variáveis.

Para melhorar a relação do Ministério da Educação com as instituições que se ocupam da educação pré-escolar, será necessário criar mecanismos para a efetiva articulação entre ambos os subsistemas: Pré-Escolar e o Ensino Básico Obrigatório, que assegurem a entre ajuda entre os profissionais envolvidos, a partilha de práticas e promoção de capacitação em áreas fundamentais para ambos os subsistemas, assegurando a convivência destes profissionais para uma resposta mais consolidada à criança.

A distribuição das frequências e a abrangência da educação pré-escolar não é uniforme em todo o país. Como se demonstra no Gráfico infra, existem diferenças significativas na frequência deste nível educativo, registando-se, para as crianças com 4-5 anos que não frequentavam o Pré-escolar, valores superiores a 30% nas ilhas de Boavista, S. Nicolau, Sal e S. Vicente. Na cidade da Praia estes valores são também elevados, aproximando-se, a maioria dos concelhos, de valores rondando os 15%.

Gráfico 5 - Distribuição percentual de crianças com 4-5 anos por concelho



Fonte: Principais Indicadores – 2014/2015 – MED – dez. 2015

¹¹⁴ Anuário Estatístico da Educação, 2015, ME.

De uma forma geral, poderá afirmar-se que é nas áreas urbanas que se registam as menores taxas de acolhimento do pré-escolar (média de 18%), quando nas áreas rurais estes valores se aproximam geralmente dos 10% ⁽¹¹⁵⁾.

Quadro 10 - Caracterização da oferta educativa na educação pré-escolar

ILHAS	CARACTERÍSTICAS DA OFERTA DO PRÉ-ESCOLAR						
	Nº Estab.	Nº Salas	Nº Grupos	Nº de Profissionais de Infância			
	(1)	(2)	(3)	Educad.(4)	Monit. (5)	Orient. (6)	Total (7)
Boavista	13	28	46	6	13	21	40
Brava	10	26	25	2	0	24	26
Fogo	54	94	103	0	43	62	105
Maio	12	14	19	5	2	16	23
S. Vicente	30	109	161	54	21	67	142
Santo Antão	66	78	90	7	1	80	88
S. Nicolau	15	33	34	0	0	39	39
Sal	13	50	68	17	29	20	66
Santiago	327	553	627	84	202	419	705
TOTAL	540	985	1173	175	311	748	1234

Fonte: INE - Projeções para a população de CV (2010 - 2030) e Anuário Estatístico da Educação - 2015

A rede dos estabelecimentos de educação pré-escolar era constituída, em 2015, por 540 estabelecimentos de ensino maioritariamente públicos (59%). As instituições de iniciativa privada e de ONG era significativa (41%). O ratio aluno/sala era de 20 (cf. Quadro 10).

A oferta da educação pré-escolar varia bastante de uma ilha para outra. Assim, os estabelecimentos de ensino público são maioritários nas ilhas Brava (90%), Maio (75%), Santiago (65%), Santo Antão (55%) e Fogo (54%); contrastando com o número de estabelecimentos privados nas ilhas de Boavista (85%), São Vicente (67%), São Nicolau (67%) e Sal (62%).

Estima-se que, a nível nacional, cerca de 15% das crianças com 4-5 anos não tenha frequentado a educação pré-escolar em 2015. Com efeito, frequentaram este nível de ensino 16.740 crianças da faixa etária 4-5 anos, o que corresponde a uma taxa líquida de acolhimento de 85%.

¹¹⁵ Bilan des compétences des enfants à l'entrée au primaire au Cap Vert, Bureau Regional de l' UNICEF pour la Afrique de l' Ouest et du Centre, 2012.

Quadro 11 - Indicadores sobre a oferta educativa na educação pré-escolar

ILHAS	Estimativa da população. 4-5 anos (8)	Frequência dos alunos 4-5 anos (9)	Indicadores sobre a disponibilidade da oferta educativa				
			Taxa Líquida Acolhim/ (9)/(8)	População Estabelec/ (8)/(1)	População Sala (8)/(2)	População Grupo (8)/(3)	População Profiss. (8)/(7)
Boavista	496	401	81%	38	18	11	12
Brava	225	251	112%	23	9	9	9
Fogo	1447	1340	93%	27	15	14	14
Maio	260	234	90%	22	19	14	11
S. Vicente	2606	2190	84%	87	24	16	18
Santo Antão	1501	1350	90%	23	19	17	17
S. Nicolau	468	464	99%	31	14	14	12
Sal	1395	937	67%	107	28	21	21
Santiago	11267	9573	85%	34	20	18	16
TOTAL	19665	16740	85%	36	20	17	16

Fonte: INE - Projeções para a população de CV (2010 - 2030) e Anuário Estatístico da Educação - 2015

QUALIDADE E RELEVÂNCIA

A distribuição por sexo é equilibrada e equitativa, registando-se a nível nacional, para o sexo feminino, taxas de 49,7% (11.501 alunas) e para o sexo masculino de 50,3% (11.851 alunos) (116).

Tendo em atenção o quadro seguinte, verifica-se que é nas ilhas de S. Vicente e de Santiago que existe um grande número de salas inadequadas (31 e 66 respetivamente). Em Santiago, sobressaem números significativos de salas inadequadas nos concelhos de S. Salvador do Mundo (50%), Santa Catarina (28%), Tarrafal (24%) e Santa Cruz (22%) (117).

A distribuição por sexo é equilibrada e equitativa, registando-se a nível nacional, para o sexo feminino, taxas de 49,7% (11.501 alunas), e para o sexo masculino de 50,3% (11.851 alunos) (118).

De acordo com o quadro 3, verifica-se que é nas ilhas de S. Vicente e de Santiago que existe um grande número de salas inadequadas (31 e 66 respetivamente). Em Santiago, sobressaem números significativos de salas inadequadas nos concelhos de S. Salvador do Mundo (50%), Santa Catarina (28%), Tarrafal (24%) e Santa Cruz (22%) (119).

¹¹⁶ Série cronológica ..., 2015.

¹¹⁷ Anuário Estatístico da Educação, 2015, ME.

¹¹⁸ Série cronológica da educação nos Primeiros 15 anos do 3º Milénio (2000-2015), Ministério da Educação e Desporto, Praia, 2015.

¹¹⁹ Anuário Estatístico da Educação, 2015, ME.

Quadro 12 - Distribuição dos estabelecimentos de educação pré-escolar, por ilha, estatuto e situação das infraestruturas

ILHAS	Nº DE ESTABELECIMENTOS	ESTATUTO ESTABELECIMENTOS				INFRAESTRUTURAS					
		Público		Privado		Público			Privado		
		Nº	%	Nº	%	Adequad.	Inadequad.	Salas	Adequad.	Inadequad.	Salas
Boavista	13	2	15	11	85	4	0	4	24	0	24
Brava	10	9	90	1	10	21	1	22	4	0	4
Fogo	54	29	54	25	46	39	2	41	49	4	53
Maio	12	9	75	3	25	8	1	9	5	0	5
São Vicente	30	10	33	20	67	29	5	34	49	26	75
Santo Antão	66	36	55	30	45	39	1	40	37	1	38
São Nicolau	15	5	33	10	67	8	0	8	25	0	25
Sal	13	5	38	8	62	16	0	16	34	0	34
Santiago	327	213	65	114	35	209	54	263	278	12	290
TOTAL	540	318	59	222	41	373	64	437	505	43	548

Fonte: INE - Projeções para a população de CV (2010 - 2030) e Anuário Estatístico da Educação - 2015

CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE INFÂNCIA

De uma forma geral, verifica-se uma enorme carência em profissionais de infância qualificados. O Quadro 13 documenta a existência de um grande número de profissionais (educadores, monitores e orientadores) que não possuem as habilitações consideradas adequadas neste subsistema.

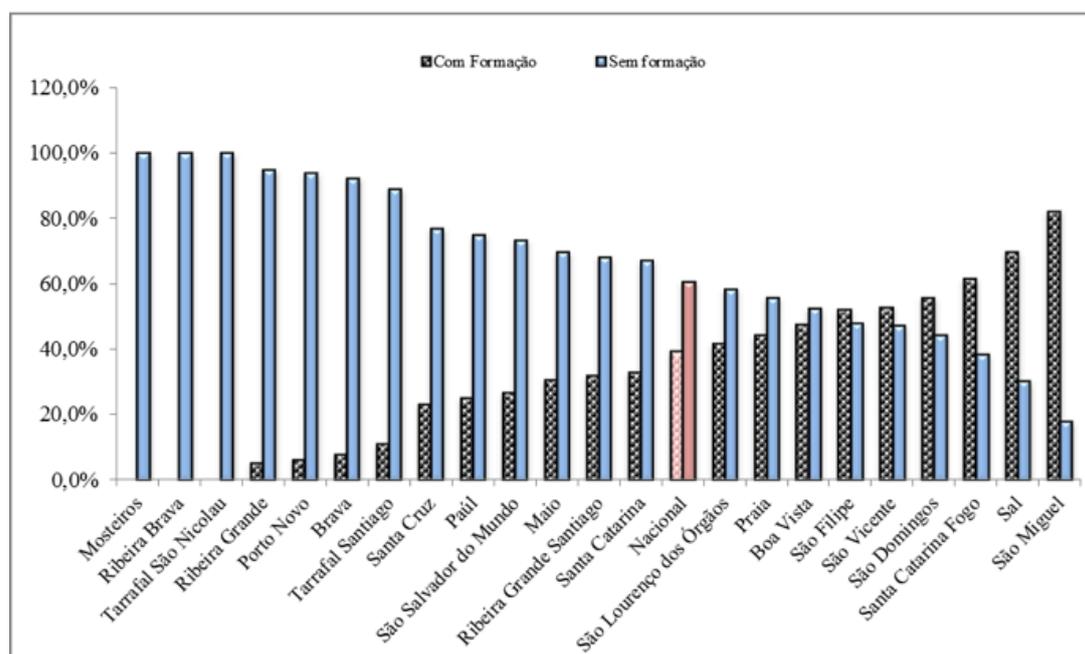
Em Santiago, 60% dos 705 profissionais de infância eram orientadores em 2014/2015. Nesta ilha, sobressaíam com elevado número de orientadores os concelhos do Tarrafal com 89%, Santa Cruz com 77%, Santa Catarina com 67% e a Praia com 56%. Os profissionais com habilitações mínimas para a docência para este nível (educadores e monitores) totalizavam, para os nove concelhos da ilha de Santiago, apenas 40% do total dos profissionais de Infância (120).

Nas restantes ilhas, também se registam carências em termos de qualificação do pessoal docente. Com efeito, verificava-se em 2014/2015 em S. Nicolau que 100% do pessoal de enquadramento da educação pré-escolar tinha a categoria de orientador, na Brava estes profissionais representavam 92% do total; em Santo Antão 91%, Maio 70%, Fogo 59%, Boavista 52%, S. Vicente 47% e no Sal 30% (121).

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem.

Quadro 13 - Distribuição percentual de profissionais de infância por habilitação



Fonte: Principais Indicadores – 2014/2015 – MED – dez. 2015

Para se melhorar a qualidade da educação pré-escolar há que alterar esta situação, capacitando e reconvertendo um grande número dos profissionais de infância e, em particular, as orientadoras. Esta categoria profissional é ainda necessária neste nível educativo, mas o seu número, que atualmente representa cerca de 60% do total dos trabalhadores do pré-escolar, é excessivo, sobretudo se considerarmos que a maioria desempenha funções educativas para as quais não está habilitada.

GESTÃO DOS ESTABELECIMENTOS

A gestão dos estabelecimentos do nível pré-escolar, tanto públicos como privados, é muito incipiente. A grande maioria é gerida por profissionais que não dispõem de formação adequada devido à fraca capacidade financeira dos jardins de infância e ao facto de não existir legislação sobre esta matéria. Face à relevância deste nível educativo, torna-se premente reverter esta situação e criar as condições para que, no curto/médio prazo, possa existir um quadro normativo global e que a gestão dos jardins seja coordenada por profissionais com conhecimentos de administração e de pedagogia infantil.

A gestão dos jardins de infância é afetada pela inexistência de uma política global para a educação pré-escolar e pela indefinição das competências do Ministério da Educação, das Câmaras Municipais e dos outros parceiros. Regista-se ainda a falta de rigor na aplicação das normas regulamentares de abertura e funcionamento dos jardins de infância.

Na rede de Jardins de infância tem prevalecido o modelo assistencial, prosseguindo sobretudo objetivos sociais e preocupado com a resposta às necessidades das famílias, em detrimento do modelo educativo centrado nas crianças, prosseguindo objetivos educacionais de desenvolvimento e de preparação para a escolaridade futura.

Deve incentivar-se a participação dos pais na gestão dos Jardins por forma a melhorar o seu funcionamento, a sua manutenção e a ligação à comunidade em que se insere.

2.1.2. MEDIDAS ESTRATÉGICAS PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

O Programa de Governo para a IX Legislatura (2016-2021), preconiza medidas para “uma infância feliz, saudável e a aprender”(122), que passam pela promoção “de uma rede de educação pré-escolar, associando os poderes públicos, os municípios e as instituições de solidariedade social, para garantir o acesso de todas as crianças ao ensino pré-escolar”.

Visa-se, assim, a “inclusão do pré-escolar no sistema formal do ensino obrigatório” e a “implementação de redes de Jardins de Infância em parceria com a sociedade civil e os municípios”(123), criando-se condições necessárias para “a frequência do Pré-escolar para todas as crianças dos 4 aos 6 anos” (124).

Assim, definiu-se o objetivo estratégico com a finalidade de consolidar e implementar um ensino de qualidade, suscetível de dar uma resposta, simultaneamente social, educativa e formativa, devendo a sua ação proporcionar a formação e o desenvolvimento equilibrado das potencialidades das crianças e facilitar às famílias (principalmente às mães) condições que lhes permitam trabalhar, melhorando as suas condições de vida. (125)

A educação pré-escolar passa a ser abordada na ótica da universalização do acesso. A educação pré-escolar para as crianças da faixa etária dos 4-5 anos é organizada em dois anos, sendo o primeiro dedicado à socialização da criança e o segundo representa um ano propedêutico de preparação para o ensino básico (126).

Sobre a situação atual da educação pré-escolar, os dados revelam a existência de uma razoável cobertura da rede de jardins de infância que permite acolher, a nível nacional, cerca de 85% (16.740 alunos) do total de crianças com 4 - 5 anos, sendo 49,7% do sexo feminino e 50,3% do sexo masculino (127).

Para se garantir a frequência a todas as crianças com 4 e 5 anos, melhorando a qualidade dos ingressos no ensino básico, dever-se-á adotar as seguintes medidas:

- Constituição de um subsistema de educação pré-escolar que esteja mais integrado nas disposições legais que atribuem aos municípios a responsabilidade de implementar os seus serviços;
- Reforço dos serviços centrais do Ministério da Educação por forma a assegurar os apoios pedagógicos e técnicos mais apropriados de auxílio aos municípios e às escolas, nomeadamente no que diz respeito à gestão pedagógica, à supervisão e à avaliação do subsistema;
- Desenvolvimento a nível central (Núcleo de Educação Pré-Escolar e Básica da DNE) de competências e atividades que permitam assegurar a implementação efetiva do subsistema Educação Pré-escolar, em conformidade com o Projeto Educativo delineado (128).

Conjuntamente com estas medidas de caráter institucional, segue-se a da implementação do objetivo estratégico preconizado pelo Programa de Governo para a IX Legislatura, de implementar um ensino Pré-escolar de qualidade, com a sua integração no sistema formal de ensino, através do desenvolvimento de Projetos, que se possam desdobrar em estratégias, atividades e resultados esperados. No subcapítulo “Plano de Ação da Educação Pré-escolar” apresenta-se também um cronograma indicativo e a estimativa de custos para as atividades propostas.

¹²² Programa para a IX Legislatura, p. 69

¹²³ Idem p. 81.

¹²⁴ Idem p. 82

¹²⁵ Idem, p. 83.

¹²⁶ Cf. “Documento orientador da operacionalização do Projeto Educativo: Desenvolvimento Curricular”, ME, 2017.

¹²⁷ No ano 2013, a taxa de frequência de alunos no pré-escolar era de 52,7%, e de alunas era de 47,3%. Note-se que estas taxas se reportam à frequência neste nível de ensino na faixa etária de 0 a 5 anos.

¹²⁸ CF. “Documento orientador da operacionalização do Projeto Educativo: Desenvolvimento Curricular”, ME, 2017

EIXOS E PROJETOS

No quadro do Programa “EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO”, que estamos a descrever, propõe-se, para o período 2017 a 2021, a concretização de cinco grandes Projetos, organizados nos seguintes eixos e projetos:

EIXOS	PROJETOS
ACESSO EQUITATIVO	I. DESENVOLVIMENTO DO SUBSISTEMA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
	II. EXPANSÃO E REABILITAÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA
QUALIDADE E EFICÁCIA	III. QUALIDADE REQUERIDA PARA UM AMBIENTE EDUCATIVO ADEQUADO ÀS CRIANÇAS [4-5 ANOS]
	IV. FORMAÇÃO DE DOCENTES
GESTÃO EFICAZ E EFICIENTE	V. REFORÇO DAS ESTRUTURAS DE GESTÃO

SINTESE DESCRITIVA DOS PROJETOS

PROJETO I “DESENVOLVIMENTO DO SUBSISTEMA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR” PROJETO

Este projeto que pretende “desenvolver, estabelecer e generalizar um sistema formal de educação pré-escolar de qualidade”, concorre para que o objetivo estratégico da universalização do ensino básico seja conseguido até 2021, propondo-se aumentar a taxa de acolhimento do pré-escolar para 100% das crianças com 4 e 5 anos.

Neste projeto incluem-se atividades de Ação Social Escolar (129), nomeadamente, de um programa de saúde dentária adequado à faixa etária das crianças, com o objetivo de melhorar os índices de higiene oral e de prevenir outras doenças.

Para a consecução destes objetivos e, tendo em vista o estímulo à participação de privados na abertura de estabelecimentos da educação pré-escolar, estabelecem-se as seguintes estratégias: (1) recolher e analisar dados acerca da distribuição e características das estruturas do Pré-escolar (esta atividade deverá ser coordenada pelos municípios e Delegados locais da educação); (2) sensibilizar os parceiros e fornecer incentivos para a criação de novos estabelecimentos de Pré-escolar, (3) desenvolver acordos de colaboração com entidades privadas e ONG interessadas na educação pré-escolar e (4) desenvolver um programa de saúde dentária.

PROJETO II. “EXPANSÃO E REABILITAÇÃO DOS JARDINS DE INFÂNCIA”

Neste Projeto, propõe-se a “reabilitação, construção e apetrechamento de jardins de infância” prosseguindo o objetivo de se recuperar e alargar a rede escolar para este nível etário.

Para o efeito, devem-se adotar as seguintes estratégias: (1) adotar modelos de construção inovadores de baixo custo, com o envolvimento comunitário; (2) expandir e melhorar a rede de jardins de infância com prioridade para as zonas carenciadas e (3) adquirir e produzir equipamentos e materiais lúdicos e didáticos de qualidade.

De entre as atividades propostas, destaca-se a construção e apetrechamento de 60 novas salas com adaptações para as necessidades educativas especiais e a reabilitação de 80 salas degradadas.

¹²⁹ “Ação Social Escolar: uma abordagem integradora”, FICASE 2017.

PROJETO III. “QUALIDADE REQUERIDA PARA UM AMBIENTE EDUCATIVO ADEQUADO ÀS CRIANÇAS [4-5 ANOS]”

Com o objetivo de se elaborar um quadro de referência para a qualidade da educação pré-escolar, com um novo currículo, novas metodologias e avaliações periódicas, foi definido este Projeto que visa a “criação de um ambiente educativo adequado ao nível etário das crianças que deverão frequentar o novo subsistema”.

Com este enfoque foram definidas estratégias suscetíveis de dar uma resposta simultaneamente social, educativa e formativa, devendo proporcionar a formação e o desenvolvimento equilibrado das crianças e facilitar às famílias condições que lhes permitam trabalhar, melhorando as suas condições de vida (130).

Elencamos as estratégias estabelecidas: (i) incentivar a adoção de metodologias para melhorar a qualidade dos serviços do pré-escolar; (2) manter os equipamentos de Educação Pré-escolar em bom estado de funcionamento, recorrendo, sempre que possível, ao apoio das famílias/pais e (3) efetuar uma monitorização e avaliação periódica de todo o subsistema.

Figura 5 – Áreas de desenvolvimento na educação pré-escolar¹³¹



A educação pré-escolar para as crianças da faixa etária de 4-5 anos é organizada em dois anos, sendo o primeiro dedicado à socialização da criança e o segundo representa um ano propedêutico de preparação para o ensino básico. Tendo como função principal favorecer o desenvolvimento integral da criança e promover o sucesso da aprendizagem, desenvolvendo um conjunto de ações articuladas com a família e a comunidade, promovendo, ainda, a familiarização das crianças com a língua portuguesa e a alfabetização numérica (132).

PROJETO IV. “FORMAÇÃO DE GESTORES E DOCENTES”

A eficácia dos serviços educativos de qualidade depende do nível de capacitação dos educadores com conhecimentos adequados ao nível do desenvolvimento integral da criança. Este pressuposto conduziu à formulação deste Projeto direcionado para “o reforço da formação e capacitação dos profissionais de infância e gestores dos estabelecimentos de educação pré-escolar”.

¹³⁰ “Documento orientador da operacionalização do Projeto Educativo: Desenvolvimento Curricular”, ME, 2017.

¹³¹ Idem.

¹³² Idem.

Neste contexto, foram definidas as seguintes estratégias: (1) analisar a situação existente e propor medidas que permitam a correção de eventuais problemas; (2) elaborar e propor modelos formativos com orçamentos detalhados para os Profissionais do Pré-escolar; (3) definir com os estabelecimentos de Ensino Superior diversas modalidades de formação para os quadros do Pré-escolar; (4) desenvolver ferramentas de monitorização e avaliação para melhorar o desempenho de coordenadores, educadores e monitores e (5) apoiar o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

De entre as atividades decorrentes das estratégias estabelecidas, destacam-se: a melhoria das condições de trabalho dos educadores do Pré-escolar, tanto da rede pública como da rede privada (consolidação da carreira profissional); a formação de 200 educadores de infância, a capacitação de 300 monitores e de 52 coordenadores pelo Instituto Universitário da Educação (integrado na Uni-CV). Propõe-se, ainda, a elaboração de 3000 manuais e diversos materiais didáticos de referência.

PROJETO V. “REFORÇO DAS ESTRUTURAS DE GESTÃO”

Com o objetivo de se promover um enquadramento eficiente de todas as crianças da Educação Pré-escolar, foi concebido um Projeto no domínio da gestão que pretende **“reforçar todas as estruturas de coordenação e de dinamização da educação pré-escolar”**.

Para se atingir este objetivo deverão adotar-se as seguintes estratégias: (1) enquadramento institucional para uma adequada ligação à pequena infância e ao início do ensino básico; (2) fortalecimento da gestão das instituições de educação pré-escolar com a elaboração e implementação da lei-quadro da Educação Pré-escolar; (3) mobilização dos pais e de entidades locais para se criar um ambiente participativo a favor da educação pré-escolar; (4) implementação de programas formativos transversais, em concertação com outros programas educativos e (5) reforço do esclarecimento à sociedade sobre a importância do pré-escolar e dos apoios existentes.

As atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos e estratégias implicam a melhoria da coordenação dos serviços a nível central, com os municípios e as coordenações regionais, focalizando nas suas atribuições, competências e autonomia, bem como na aplicação sistemática de mecanismos de supervisão e de avaliação do desempenho dos estabelecimentos de Educação Pré-escolar, da execução dos acordos e parcerias a nível central e local e no estreitamento da cooperação com outros sectores e domínios – ação social escolar, saúde, alfabetização e programas destinados às famílias.

Até 2016, o orçamento da educação para o subsistema da educação pré-escolar apenas se destinava a despesas de funcionamento com cerca de 3 milhões de ECV, o que representava 0,03% do total do Orçamento para a Educação.

A capacitação e formação das Educadoras(res) e Monitoras(res), a reabilitação de estruturas educativas e a atribuição de subsídios às famílias mais necessitadas para promover a inclusão das suas crianças, exige um esforço orçamental do Estado que não se coaduna com os níveis orçamentados até ao presente.

Em conclusão, enfatiza-se que a importância da educação pré-escolar não se circunscreve a este subsistema. Potencia um impacto positivo no processo educativo de transição da criança para a continuidade das aprendizagens na escolaridade básica obrigatória.

Atualmente, é consensual em Cabo Verde que, para a melhoria das aprendizagens e competências dos alunos do Ensino Básico, deve-se reforçar o grau de preparação dos que ingressam neste nível de ensino e, para tal, importa constituir um sistema real de ensino Pré-escolar que esteja mais unificado e coordenado no quadro das disposições institucionais que dão aos municípios responsabilidades para implementar estes serviços para as crianças.

2.2. ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO: AS BASES PARA A VIDA

2.2.1. CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO BÁSICO

2.2.1.1. ENSINO BÁSICO FORMAL

Em conformidade com a Lei de Bases do Sistema Educativo – LBSE (2010), o ensino básico é universal, obrigatório e gratuito com a duração até ao 8.º ano (133).

Na prática, esta medida ainda não foi implementada. Não se identificou nenhum estudo de desenvolvimento curricular ou de outra natureza conducente a esta moldura institucional, nem a criação de incentivos sociais para a universalização do acesso à escolaridade obrigatória na faixa do 7.º e 8.º anos, conforme o preconizado na LBSE. Porém a taxa de transição dos alunos do 6.º para o 7.º ano (90%) é indiciadora da viabilidade desta medida (134).

Regista-se que, entre os anos letivos 2009/10 e 2013/14 funcionaram 26 turmas experimentais do 7º e 8º anos inseridas no Ensino Básico, em quatro escolas localizadas na ilha de Santiago (Praia, S. Domingos, Santa Cruz e S. Salvador do Mundo), três em Mindelo, uma no Porto Novo e outra em S. Nicolau. Não foi possível apurar os resultados desta “experiência”, considerando que não “se fez uma avaliação com dados objetivos e fiáveis”, constando dos relatos das visitas de monitorização às escolas, onde decorreu esta experiência, que “não existe diferenciação da gestão pedagógica” e curricular do 7º e 8º anos (1.º ciclo do ensino secundário) dos mesmos anos, integrados na escolaridade obrigatória (135).

Na realidade, prevalece ainda o Ensino Básico Integrado com a configuração que lhe foi dada pela Lei de Bases do Sistema Educativo de 1990 (duração: seis anos) e os 7º e 8º anos funcionam, na prática, como o 1º ciclo do Ensino Secundário.

É neste contexto que se apresentam os dados estatísticos referentes ao Ensino Básico de seis anos e se caracteriza a situação em vigor (dados referentes ao ano de 2014/15).

FREQUÊNCIA E GÉNERO

No ensino básico tem-se verificado uma diminuição constante dos efetivos. Entre 2000/01 e 2014/15, registou-se uma redução de 26.049 alunos, o que corresponde a uma taxa de variação negativa da ordem de 28,7% e a um crescimento médio anual, também, negativo, na ordem de 2,4% (136). Este decréscimo é explicado pela diminuição da taxa de fecundidade e, conseqüentemente, diminuição da população em idade escolar neste período.

Em 2014, registou-se uma frequência de 64.541 alunos (137) no ensino básico (sendo 52% do sexo masculino e 48% do sexo feminino). De acordo com as projeções da população estimadas pelo INE, verifica-se que, nesse ano, a taxa de acesso ao 1º ano de escolaridade dos alunos com 6 anos de idade, rondava os 92% e que a taxa estimada de alunos com 11 anos que chegavam ao 6º ano de escolaridade podia atingir os 90% (138).

¹³³ Artigos 14º e 23º da LBSE.

¹³⁴ Anuário Estatístico 2014/2015 – ME.

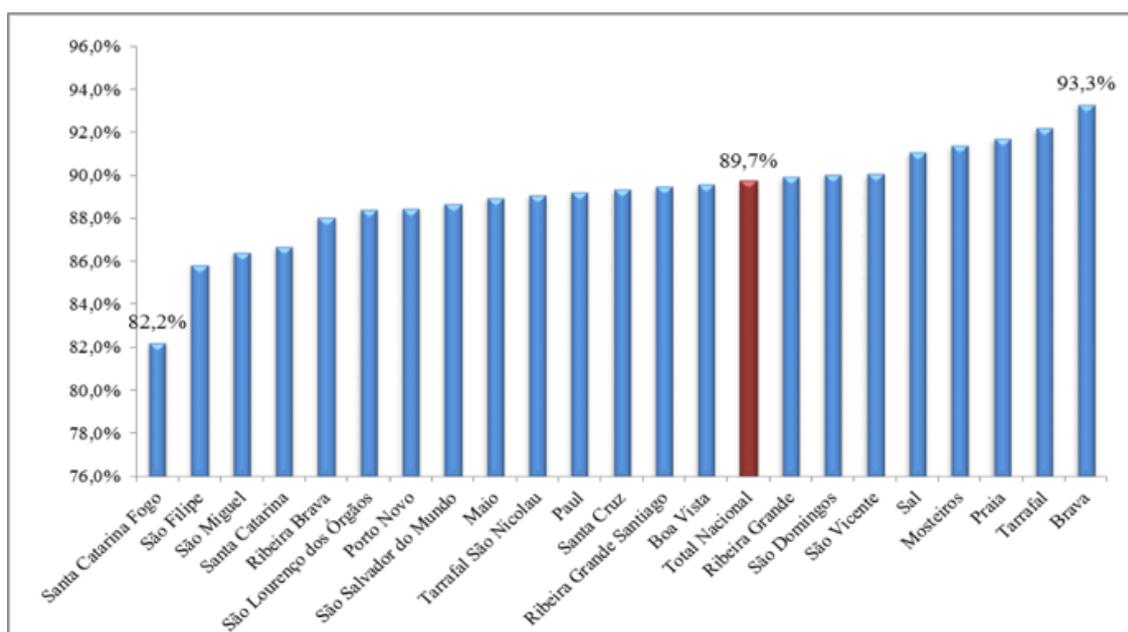
¹³⁵ Cf. documento “Plano estratégico: contributos”, DNE do ME, 2017.

¹³⁶ Série cronológica da educação ..., p. 39.

¹³⁷ No ensino básico, o número de alunos teve uma redução muito sensível e bastante regular no período global considerado, na medida em que havia 90.600 alunos em 2000, apenas 66.000 em 2013 (cf. p. 22) e 64.591 em 2015.

¹³⁸ Cálculo efetuado a partir dos dados fornecidos pelo Anuário Estatístico da Educação – 2014/2015 ME.

Gráfico 6 - Percentagem de alunos com [6 - 11] anos, por concelho



Fonte: Principais Indicadores – 2014/2015 – MED – dez. 2015.

REDE ESCOLAR

A rede de equipamentos educativos no ensino básico integrado estava organizada em 213 polos ⁽¹³⁹⁾, 435 escolas e 1843 salas (Quadro 5) ⁽¹⁴⁰⁾. Do total de salas de aula, apenas 6% eram salas alugadas ou cedidas, necessitando, muitas delas, ser substituídas ou recuperadas.

A rede escolar do Ensino Básico é bastante dispersa e a grande maioria dos estabelecimentos de ensino estava bem conservada. 80% das escolas oferecem, em geral, os 6 anos de escolaridade e apenas 20% possuem atividades letivas até ao 4º ano de escolaridade. Estas últimas escolas funcionam, geralmente, com turmas compostas ⁽¹⁴¹⁾.

Ao contrário dos estabelecimentos de ensino público onde se verificou uma evolução decrescente na ordem de 3,1% (2000/2001-2014/15), que está relacionada com a diminuição dos efetivos escolares, os estabelecimentos de ensino privado cresceram, no mesmo período, para o triplo, passando de 3 para 8 em 2014/15 ⁽¹⁴²⁾.

O rácio aluno-sala de aula tem evoluído em sentido decrescente (2000/01: 50; 2014/15: 35) ⁽¹⁴³⁾.

¹³⁹ O conceito de Polo foi perdendo o seu significado ao longo dos anos.

¹⁴⁰ Série cronológica da educação nos primeiros 15 anos do 3º milénio (2000-2015), pp. 145-148.

¹⁴¹ No ano 2014/15, 14, 2% dos alunos do Ensino Básico estavam integrados em turmas compostas (Anuário Estatístico 2014/15).

¹⁴² Série cronológica da educação nos primeiros 15 anos do 3º milénio (2000-2015), p. 146.

¹⁴³ Idem, pp. 149/150.

Quadro 14 - Distribuição dos estabelecimentos do ensino básico, número de salas e de turmas por ilha¹⁴⁴

ILHAS	Nº de Polos	Nº de Escolas	Nº de Salas			Rácio A/Sala	Nº de Turmas			Rácio A/Turma
			Estado	Ced./Alug	Privadas		Simples	Compostas	Total	
Boavista	6	8	35	0	2	31	40	14	54	31
Brava	5	11	33	1	0	25	41	12	53	16
Fogo	25	48	167	8	0	33	255	17	272	21
Maió	4	12	33		0	26	41	14	55	15
São Vicente	25	34	162	43	0	42	321	16	337	25
Santo Antão	26	79	225	5	0	23	249	79	328	16
São Nicolau	6	21	59	2	0	31	61	32	93	20
Sal	5	6	69		10	45	117	3	120	30
Santiago	111	216	926	44	19	39	1515	114	1629	24
TOTAL	213	435	1709	103	31	35	2640	301	2941	22

Fonte: Anuário Estatístico da Educação – 2014/2015.

Com o propósito de se atender à política do alargamento da escolaridade obrigatória de 6 para 8 anos, as escolas passam a organizar-se em Complexos Educativos (¹⁴⁵). Prevê-se a existência das seguintes tipologias de estabelecimentos, aplicáveis de acordo com as especificidades de cada Concelho:

- Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar;
- Escolas do 1º ciclo do Ensino Básico (1º - 4º);
- Escolas do Ensino Básico (1º - 8º Ano);
- Escolas do 2º Ciclo do Ensino Básico (5º- 8º Ano)
- Complexos Educativos do Pré-Escolar /12º Ano;
- Complexos Educativos do 1º ano /12º Ano;
- Complexos Educativos do 5.º ano /12º Ano

Estas propostas de mudanças implicam na revisão de regimes jurídicos, aprovados no quadro da reforma educativa de 1990. Será necessário reconfigurar e regulamentar a rede escolar; alterar o regime de direção, administração e gestão das escolas de EBO e o regulamento das coordenações pedagógicas.

QUALIDADE E EFICÁCIA

Repetência e abandono

A repetência no ensino básico foi marcada por oscilações, tendo atingido o auge em 2004/2005, seguida de uma tendência decrescente com uma diminuição de 5426 repetentes, no período de 2000/01 a 2014/15 (¹⁴⁶).

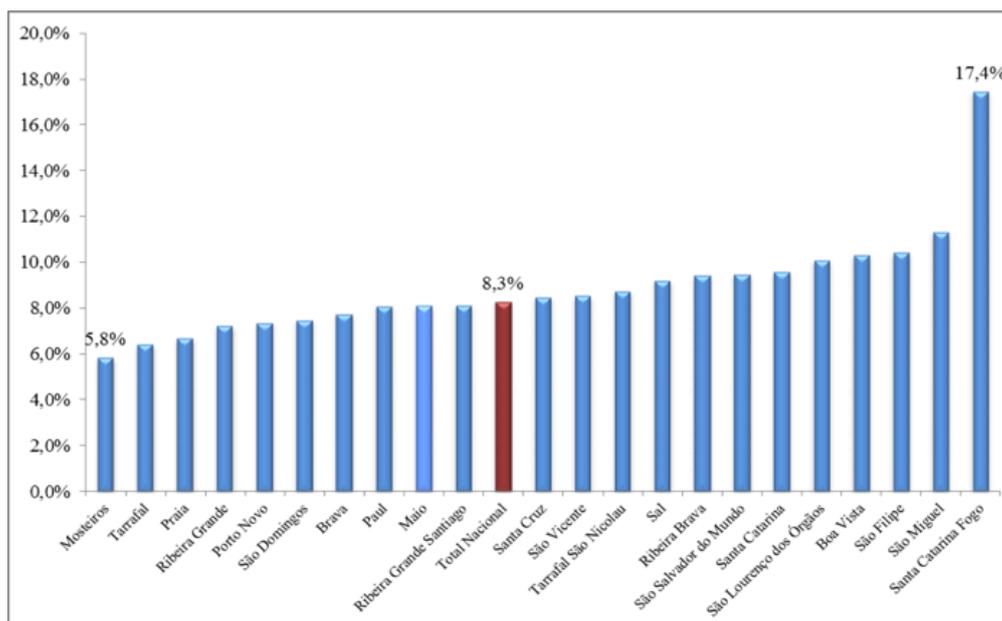
¹⁴⁴ Existem ainda cerca de 6% de salas alugadas ou cedidas. A grande maioria destas salas encontra-se nos concelhos de Santiago e de S. Vicente. O número de turmas compostas ronda 10% do total. S. Nicolau com 34%; Boavista - 26%; Maió - 25%; Santo Antão - 24%; Tarrafal de Santiago - 24% e Brava - 23%.

¹⁴⁵ Consultar Parte II, o Capítulo Gestão do Sistema.

¹⁴⁶ Regista-se uma redução de 3,6 pontos percentuais, no período 2000/01-2014/15, passando de 11,9% para 8,3% no último ano. (Série cronológica da educação nos primeiros 15 anos do 3º milénio (2000-2015), p. 45).

No Gráfico seguinte, apresenta-se uma distribuição da repetência por concelho. Em 2014/2015, a taxa média de repetência era de 8,3% ⁽¹⁴⁷⁾ para a totalidade dos alunos que frequentavam os 6 anos de escolaridade e 10% de entre eles tinha idades superiores aos 11 anos, adequados para a frequência do ensino básico sem repetência. A repetência é significativa no 2º ano de escolaridade (40% do total das repetências) e no 4º ano (20%). O número de alunos que abandonam o sistema é reduzido (1% do total de inscritos) (148), verificando-se uma certa estabilização ao longo das atuais três fases de estudo, com uma taxa líquida de escolarização na ordem dos 93% (Quadro 6).

Gráfico 7 - Percentagem de alunos repetentes por concelho



Fonte: Principais Indicadores – 2014/2015 – MED – dez. 2015.

Aprendizagem

Em 2010 efetuou-se uma avaliação das competências dos alunos até ao 6º ano de escolaridade em Língua Portuguesa e Matemática (149). Constatou-se que, dos conhecimentos adquiridos ao longo dos 6 anos de escolaridade, a Matemática e o deficiente domínio da Língua Portuguesa foram as principais causas para o aumento dos riscos de abandono na transição para o 7º ano de escolaridade. Esta taxa de transição rondava os 90% entre os anos letivos de 2013/2014 e 2014/2015, assinalando um relativo aumento dos abandonos na charneira para o 1º ciclo do atual Ensino Secundário.

A avaliação então efetuada assinalou que seria essencial aumentar significativamente o orçamento com as despesas pedagógicas de funcionamento corrente dos estabelecimentos de ensino.

Foi constatada uma fragilidade particular tanto em termos absolutos (o nível destas despesas era insuficiente para se criar um contexto favorável de aprendizagem), como em termos relativos (num contexto de comparações internacionais) ⁽¹⁵⁰⁾.

¹⁴⁷ Idem, p. 45.

¹⁴⁸ Idem, p. 198.

¹⁴⁹ Avaliação aferida das competências dos alunos do 6.º ano, 2010 (apud Elementos de análise setorial, pp. 75-88).

¹⁵⁰ No ensino básico (e ainda mais no ensino secundário), as despesas pedagógicas recebem um financiamento público extremamente reduzido, como se tivessem pouca importância. No ensino básico, o montante total é de apenas 17 milhões de CVE, o que representa 270 CVE por ano e por aluno ou apenas 0,5% da despesa de funcionamento total para este nível de ensino. Ao mesmo tempo, as despesas sociais ascendem a 640 milhões de CVE, sem focalização social para a sua parcela principal (refira-se que o custo estima das cantinas é de 506 milhões em 2014) (*Elementos de análise setorial...*, p. 43).

Os professores devem ser apoiados com ferramentas apropriadas para desenvolverem atividades de avaliação formativa para a correção das insuficiências detetadas.

Quadro 15 - População estimada com 6-11 anos, frequências no ensino básico e taxas de escolarização

ILHAS	População estimada com (6-11) anos - (1)	Frequências do EB com (6-11) anos - (2)	Total de Frequências do 1º ao 6º ano - (3)	TLE (1º-6º) (2)/(1)	TBE (1º-6º) (3)/(1)
Boavista	1192	1041	1162	87,3%	97,5%
Brava (*)	759	795	852	104,7%	112,3%
Fogo	5062	4695	5422	92,7%	107,1%
Maio	834	758	852	90,9%	102,2%
São Vicente	8267	7693	8541	93,1%	103,3%
Santo Antão	4914	4417	4953	89,9%	100,8%
São Nicolau (*)	1496	1560	1763	104,3%	117,8%
Sal	3523	3245	3563	92,1%	101,1%
Santiago	36408	33759	37483	92,7%	103,0%
TOTAL	62455	57963	64591	92,8%	103,4%
	Nota: (*) - As estimativas para a população das ilhas Brava e S. Nicolau deverão ser corrigidas.				

Pessoal docente

A evolução dos professores no ensino básicos, nos primeiros 15 anos do século XXI, revela uma tendência decrescente, passando de 3214 docentes em 2000/01 para 2988 em 2014/15, traduzida numa taxa de variação negativa de 7% (151).

No Quadro 6, constata-se a existência, em 2014/2015, de um grande número de docentes do Ensino Básico que possuía formações conferidas pelo antigo Instituto Pedagógico (72% do total), enquanto que o número de professores licenciados atingia apenas 12,5% do total. Destes, a maioria (73%) trabalhava na ilha de Santiago e, em particular, na cidade da Praia (42%).

A nível nacional, verificava-se que 92,8% dos professores deste nível de ensino se enquadrava no Perfil 1 – (habilitações próprias para a docência no atual EB), 4,3% estava no Perfil 2 (fase transitória de docentes com formação insuficiente) e que 2,9% estavam enquadrados no Perfil 3 (sem formação adequada).

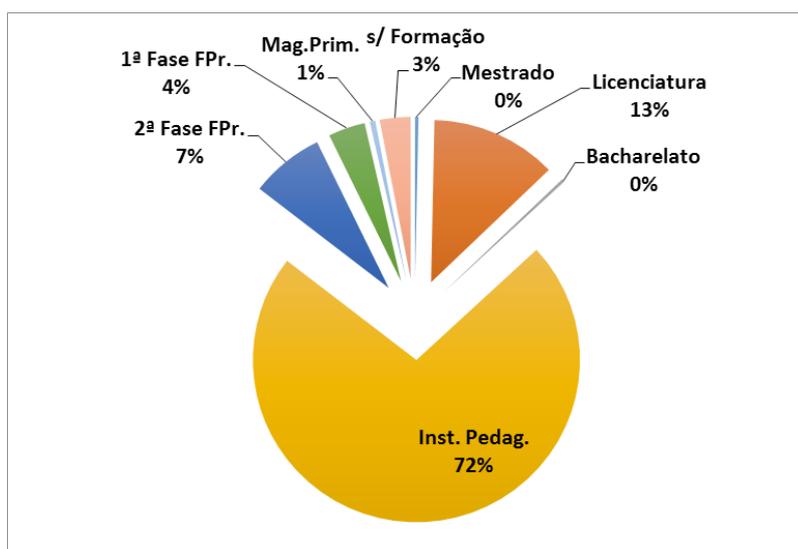
¹⁵¹ Série cronológica..., p. 160.

Quadro 16 - Distribuição do número de professores por habilitações e ilha

ILHAS	Mestrado Pós/Gr.	Lic.	Bachac	Instituto Pedag.	2ª Fase	1ª Fase	Mag. Prim.	Outros	Sem Form.	TOTAL
Boavista	3	9	-	32	2	7	-	-	1	54
Brava	-	1	-	51	-	1	-	-	-	53
Fogo	-	17	-	222	7	21	-	1	18	286
Maio	-	1	-	33	17	3	-	-	2	56
São Vicente	3	23	-	195	97	13	1	1	4	337
Santo Antão	-	8	-	293	18	8	2	-	3	332
São Nicolau	-	7	1	63	6	8	-	-	8	93
Sal	-	16	-	84	12	4	2	-	6	124
Santiago	4	291	8	1189	59	44	11	1	46	1653
Total	10	373	9	2162	218	109	16	3	88	2988

Fonte: Anuário Estatístico da Educação – 2014/2015 – ME

Gráfico 8 - Professores por habilitação a nível nacional



Fonte: Anuário Estatístico da Educação – 2014/2015 – ME

O rácio aluno–professor tem impacto na qualidade dos serviços educativos prestados. No Ensino Básico, este rácio é na ordem de 22 alunos por professor, inferior ao valor existente noutros países com idêntico nível de PIB por habitante (28 alunos por professor) (152).

Gestão

Tendo em atenção os recursos mobilizados e os resultados da aprendizagem obtidos, o ensino básico tem consumido demasiados recursos em determinados aspetos (pessoal docente e não docente;

¹⁵² Elementos de análise da política setorial..., p. 55.

rácio aluno-professor e aluno-sala de aula) em detrimento da gestão pedagógica e da formação de professores onde não se têm investido recursos suficientes (153). Esta situação está documentada nos dados referentes ao ano 2013/2014.

Havia no ensino básico 2.988 docentes e o pessoal não docente, a nível dos estabelecimentos de ensino, atingia o número de 765. Assim, constata-se que, de um modo geral, havia “um funcionário não docente relacionado com a área da educação para 3,5 professores em exercício”⁽¹⁵⁴⁾. De acordo com o Relatório *Elementos de análise setorial da educação em Cabo Verde* (2015), “com esses números teríamos o direito de esperar que a qualidade dos serviços educativos estivesse garantida e que existisse um bom desempenho em matéria de gestão pedagógica” (idem).

Outro aspeto a considerar tem que ver com a distinção entre a dimensão pedagógica e a não pedagógica na gestão do Ensino Básico. De uma maneira geral, neste nível de ensino as despesas pedagógicas recebem um financiamento público reduzido, como se tivessem pouca importância. No ano 2013/14 atingiram o valor de “17 milhões de CVE, o que representa 270 CVE por ano e por aluno ou apenas 0,5% da despesa de funcionamento total para o ensino básico”. Em contrapartida, “as despesas sociais ascenderam a 640 milhões de CVE, sem focalização social para a sua parcela principal ⁽¹⁵⁵⁾ (as cantinas cujo custo é estimado em 506 milhões em 2014) Havia no ensino básico 2.988 docentes e o pessoal não docente, a nível dos estabelecimentos de ensino, atingia o número de 765. ⁽¹⁵⁶⁾. As diferenças entre despesas pedagógicas e sociais denotam a pouca importância que se tem dado à gestão, com o foco no aluno. Esta afirmação não coloca em causa a importância do apoio social escolar, na organização escolar e sucesso educativo.

Tendo em consideração que as mudanças e inovações introduzidas no Ensino Básico alteram o quadro legal instituído, torna-se imprescindível, como referido no subcapítulo anterior, a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, bem como dar início a todo o processo de criação de condições para a sua implementação, de forma gradual, e que passará indubitavelmente por: 1) Reorganização da rede educativa; 2) Revisão e elaboração de novos manuais, 3) Revisão dos modelos de avaliação, 4) Revisão dos instrumentos de controlo pedagógicos, 5) Promoção de um programa de ações de formação, em parceria com a Universidade pública, através de formação inicial e contínua do pessoal docente, sobretudo, nos domínios da Língua Portuguesa, Matemática e das Ciências Básicas.

2.2.1.2. EDUCAÇÃO BÁSICA DE ADULTOS

A LBSE (2010) integra a educação básica de adultos – EBA que “corresponde à vertente de educação extraescolar que, de forma organizada e segundo um plano de estudo, proporciona aos interessados a obtenção de um grau de escolaridade e a aquisição de um diploma ou certificado, equivalentes aos conferidos pelo ensino básico [formal]”⁽¹⁵⁷⁾. A educação básica de adultos tem a duração de seis anos e organiza-se em três fases, sendo o diploma da educação básica de adultos equivalente ao da escolaridade básica.

Através da educação básica de adultos, presencial ou a distância, é assegurada uma nova oportunidade de acesso à escolaridade dos indivíduos que, para todos os efeitos, são considerados adultos, nomeadamente os que abandonaram precocemente o sistema educativo, bem como, aqueles que a procuram por razões de desenvolvimento pessoal, social ou profissional.

¹⁵³ Proposta de Carta de política educativa..., p. 6.

¹⁵⁴ *Elementos de análise da política setorial...*, p. 42.

¹⁵⁵ Para o material e os kits (que têm uma dimensão pedagógica e cujo montante poderia ser acrescentado às despesas desta natureza, mas sem modificar de forma considerável o facto de estas despesas se encontrarem a um nível muito baixo) e para a saúde escolar (financiada de facto pela Ajuda luxemburguesa). Cerca de um aluno em dois beneficia destes apoios.

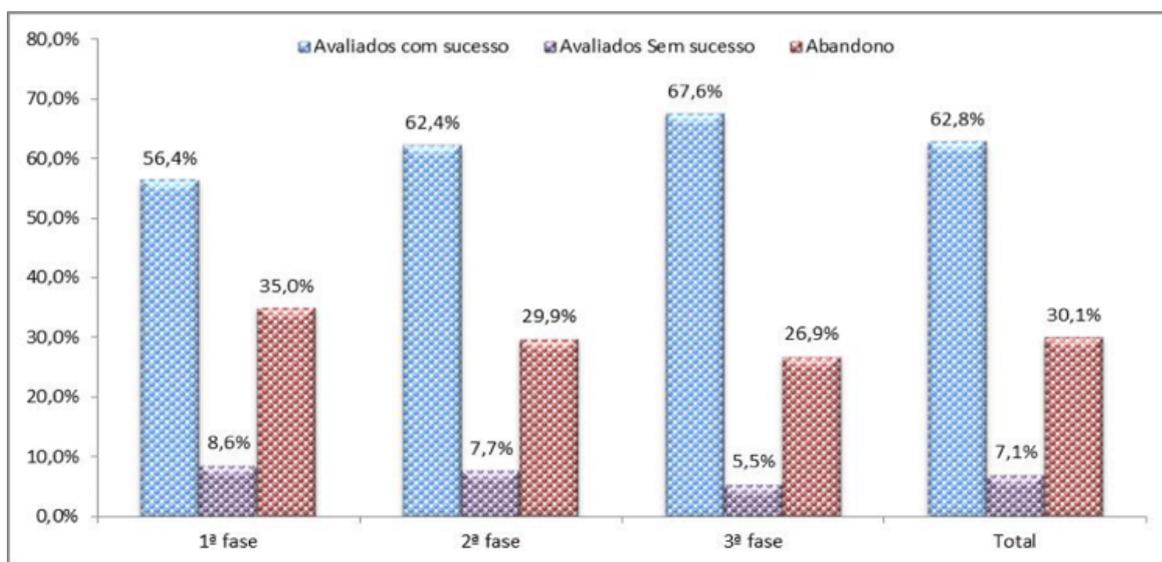
¹⁵⁶ Elementos... p. 46.

¹⁵⁷ LBSE, 2010, Art. 56.º.

De uma análise aos dados dos inscritos por concelho na educação básica de adultos (158), constata-se a predominância do número de inscritos nos concelhos da Praia (com 38% do total), em S. Vicente (com 11%) e no Sal (com 9%). Dos 28 concelhos do país apenas quatro não possuíam atividades formativas de educação básica de adultos. A distribuição por fases (159) dos inscritos na educação básica de adultos em 2014/15, revela que, dos 991 inscritos, 28,6% frequentavam a 1ª fase, 28,8% a 2ª fase e 42,6% a 3ª fase.

De um modo geral, constata-se (ver Gráfico 8) que o aproveitamento é fraco, com taxas de abandono da ordem dos 30% e de reprovação de 7,1%. A nível nacional a inscrição de mulheres (42,2%) é inferior à dos homens (57,8%) nesta modalidade de ensino. Em 2014/2015 existiam 71 Círculos de Cultura com 71 animadores com um rácio médio nacional de 14 formandos por animador.

Gráfico 9- Distribuição percentual de formandos da educação básica de adultos avaliados por fase



Fonte: Anuário Estatístico da Educação – 2014/2015 – ME

2.2.2. ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS DO ALARGAMENTO DO ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO

Na concretização do projeto de alargamento do ensino básico obrigatório - EBO, preconizado no Programa de Governo para a IX Legislatura, prevê-se uma estratégia de natureza qualitativa de modo a reforçar o potencial da escolaridade obrigatória, garantindo-se a universalização até ao 8.º ano. Para o efeito, deverão ser executadas as seguintes medidas de política (160):

- Efetivação imediata do alargamento da escolaridade básica obrigatória e gratuita para 8 anos, com currículo, professores e carta escolar adequados;
- Introdução do Inglês, Francês e das TIC a partir do 5º ano de escolaridade, bem como o reforço da “educação para os valores” e da recuperação da importância da aprendizagem de base (leitura, escrita e matemática);
- Melhoria da articulação entre o pré-escolar e o ensino básico, evitando as atuais mudanças bruscas de conteúdos, de metodologias, de posturas e de ambiente físico;

¹⁵⁸ Anuário Estatístico da Educação – 2015 – ME.

¹⁵⁹ O ensino básico integrado para crianças e adultos era organizado em três fases de dois anos cada.

¹⁶⁰ Programa do Governo, pp. 82/83.

- Reforço dos mecanismos de combate ao abandono e ao insucesso escolar, através de acompanhamento pedagógico e de apoios sociais;
- Melhoria das condições de trabalho dos recursos humanos e maior dignificação da classe docente, nomeadamente, pela requalificação das infraestruturas de ensino e de trabalho nas salas de aula, pelo incentivo à formação superior, pela atualização dos instrumentos e normativos que regulamentam o funcionamento administrativo e a carreira docente e pela rápida solução das reclassificações pendentes e futuras;
- Implementação da abordagem avaliativa e formativa por competências e reformulação e adequação do sistema de avaliação das aprendizagens;
- Disponibilização de bibliotecas de turma e de outros recursos didáticos/pedagógicos nas escolas e complexos educativos e melhoria da sua gestão e avaliação, acompanhada do reforço e seguimento pedagógico a nível concelhio;
- Redefinição dos mecanismos de estabelecimento de redes entre a escola e a comunidade;
- Reestruturação do serviço de apoio social-escolar.

Para a **educação básica de adultos (EBA)** as medidas preconizadas para este nível educativo são:

- Revisão dos *currícula* de modo a capacitar os jovens e adultos com competências para a vida e uma integração plena no mercado de trabalho;
- Alargamento da educação básica de adultos, equivalente ao ensino básico formal de 8 anos, com integração de novas disciplinas (línguas estrangeiras, TIC) articuladas com o ensino profissionalizante;
- Revisão e ou elaboração do quadro legal da educação básica de adultos (regulamentação da prática pedagógica; sistema de avaliação, etc.).

Em cumprimento destes objetivos, o Ministério da Educação tem em desenvolvimento a efetivação e implementação do ensino básico obrigatório até ao oitavo ano, estruturado em dois ciclos: o primeiro ciclo, do 1.º ao 4.º ano e o segundo, do 5.º ao 8.º ano, nas vertentes do Ensino Básico Formal destinado a alunos da faixa etária dos 6 aos 13 anos e da educação básica de adultos, dos 16 aos 35 anos (161).

Tal como no EBO a Educação Básica de Adultos deverá ser ministrada em 2 ciclos. O 1.º ciclo terá a duração de dois anos e será equivalente ao 1.º ciclo do EBO. O 2.º ciclo terá a duração de três anos e será equivalente ao 2.º ciclo da escolaridade obrigatória.

A primeira fase de universalização da escolaridade até ao 8.º ano está em vias de se concretizar. Presentemente, apenas 13% dos jovens com a idade de 12 anos não frequentam a escola. A grande maioria dos jovens desta faixa etária estava inscrita no 6.º ano (32,4%) ou no 7.º ano (54,6%).

ACESSO E PERMANÊNCIA

O Quadro 7 apresenta os seguintes valores, a nível nacional, para as taxas líquidas de escolarização no EBO (2014/15):

- 1.º ao 4.º ano - 92,6%
- 5.º e 6.º ano - 93,2%
- 7.º e 8.º ano (ainda integrados no ensino secundário) – 62,8%.

¹⁶¹ Documento orientador da operacionalização do Projeto Educativo: Desenvolvimento Curricular, DNE, ME, pp. 8/9.

Quadro 17 – Frequências e taxas de escolarização [1º ao 8º ano] por concelho

CONCELHOS	Populaç. Estimada (6-9)a. (1)	Frequên. Escolar (2)	TLE (1º- 4º) (2)/(1)	Populaç. Estimada (10-11)a. (3)	Frequên. Escolar (4)	TLE (5º- 6º) (4)/(3)	Populaç. Estimada (12-13)a. (5)	Frequên. Escolar (6)	TLE (5º- 6º) (4)/(3)
Brava	523	529	101,1%	236	266	112,5%	241	137	56,8%
S. Filipe	2001	1895	94,7%	905	874	96,6%	1046	595	56,9%
Sta. Catarina Fogo	570	519	91,0%	221	216	97,7%	273	103	37,7%
Mosteiros	980	855	87,2%	385	336	87,2%	416	263	63,2%
Praia	11665	10989	94,2%	5661	5198	91,8%	5622	4033	71,7%
Rib. Grande Sant.	744	646	86,9%	354	367	103,6%	411	182	44,3%
S. Domingos	1310	1319	100,7%	648	644	99,4%	624	377	60,4%
Santa Catarina	3834	3478	90,7%	1722	1561	90,6%	1940	1127	58,1%
S. Salvador Mundo	764	695	90,9%	389	365	93,9%	422	224	53,1%
Santa Cruz	2629	2376	90,4%	1271	1175	92,5%	1263	665	52,6%
S. Lourenço Orgãos	611	575	94,1%	299	310	103,5%	358	243	67,9%
S. Miguel	1286	1202	93,4%	691	632	91,4%	805	511	63,5%
Tarrafal Santiago	1718	1485	86,4%	809	742	91,7%	923	549	59,5%
Maio	578	535	92,6%	257	223	86,9%	306	168	54,9%
Boavista	819	725	88,6%	373	316	84,7%	325	173	53,2%
Sal	2424	2169	89,5%	1099	1076	97,9%	1047	644	61,5%
Rib. Brava S. Nic.	540	569	105,4%	322	338	105,0%	283	193	68,3%
Tarrafal S. Nicolau	400	403	100,6%	234	250	106,6%	238	140	58,8%
São Vicente	5410	5083	94,0%	2857	2610	91,4%	2820	1865	66,1%
Rib. Grande S. Ant.	1342	1216	90,6%	663	591	89,2%	688	440	64,0%
Porto Novo	1491	1289	86,5%	719	659	91,7%	723	456	63,1%
Paúl	485	455	93,9%	214	207	96,5%	253	118	46,6%
Totais Nacionais	42124	39007	92,6%	20331	18956	93,2%	21027	13206	62,8%

Fonte (Quadros 4 a 7): INE – Projeções da população de CV (2010 -2030) e Anuário Estatístico da Educação – 2015 – ME.

Nota: As estimativas para a população com 6-11 anos das ilhas Brava e S. Nicolau, assim como para os concelhos de S. Domingos e Ribeira Grande de Santiago pecam por defeito, induzindo a TLE superiores ao valor real.

A taxa líquida de escolarização da população com (12-13) anos que frequentava os diversos ciclos de estudo (do 1º ao 9º ano), rondava os 87 %, se bem que, o 1º ciclo do atual ensino secundário era frequentado apenas por 62,8% do total de jovens com esta idade. Neste ciclo de estudos, o número total de repetentes atingia em 2014/15 os 22,2% do total de inscritos. Contudo, na faixa etária dos (12-13) anos, a repetência não ultrapassava 8,2% dos inscritos enquanto que nos matriculados com idades superiores a 13 anos a taxa de repetência ultrapassava os 22%¹⁶².

REDE ESCOLAR

Como referimos anteriormente (163), em 2014/2015 estavam inscritos no ensino básico (1º ao 6º ano), 64.591 alunos. Destes, 21.044 frequentavam o 5º e o 6º anos de escolaridade. Com um rácio de 35

¹⁶² Anuário Estatístico da Educação – 2015 – ME.

¹⁶³ Cf. Quadro nº 5 "População estimada com 6-11 anos, frequência no ensino básico e taxas de escolarização". Anuário Estatístico da Educação – 2015 – ME.

alunos/sala poder-se-á estimar que eram utilizadas, por estes alunos, cerca de 600 salas nas escolas de ensino básico.

No ensino secundário estavam inscritos, nas escolas públicas, 23.077 alunos no 7º e 8º anos ⁽¹⁶⁴⁾, ocupando cerca de 480 salas nas escolas deste nível de ensino (rácio estimado em 48 alunos/sala) ⁽¹⁶⁵⁾. Nestas escolas, verificava-se a existência de 30 instituições com cerca de 9.000 alunos (média de 300 alunos do 7º e 8º anos/escola) e de 20 outras, sobretudo nos concelhos da Praia, S. Vicente, Santa Cruz, Santa Catarina e S. Miguel, com cerca de 14.000 alunos (média de 700 alunos do 7º e 8º anos/escola).

Num cenário de estabilização do crescimento populacional para estes níveis etários, poderão aumentar ligeiramente as taxas de transição entre o 6º e o 7º ano e diminuir o número de inscritos, graças à redução das taxas de repetência, assim se poderá prever, nos estabelecimentos de ensino secundário, uma diminuição paulatina das frequências no 7º e 8º anos. Esta previsível diminuição permitiria uma redução de pelo menos 12% das atuais frequências do 7º e 8º anos, libertando cerca de 55 salas e recursos, indispensáveis ao desenvolvimento do ensino secundário.

Este cenário iria proporcionar a expansão do ensino básico em Complexos Escolares, ampliando o número de salas para retenção dos alunos que não iriam sobrecarregar o atual ensino secundário e unificando os programas do 2º ciclo do EBO (3ª fase do atual ensino básico e 1º ciclo do secundário), contribuirá para a criação de melhores condições de ensino e de aprendizagem.

QUALIDADE E EFICÁCIA

A melhoria dos apoios sociais e das condições de ensino no 7º e 8º anos de escolaridade poderá contribuir para reduzir substancialmente as elevadas taxas de repetência, libertando recursos indispensáveis para tornar o EBO mais eficiente e mais adequado às necessidades do desenvolvimento socioeconómico e cultural do país.

Ao apostar-se no alargamento do ensino básico até ao 8º ano de escolaridade no 2º ciclo do EBO, as condições devem ser criadas a fim de melhorar a rede escolar, alargar a rede de transportes escolares e aperfeiçoar os mecanismos de apoios sociais.

Se a taxa de repetência baixasse nos próximos 5 anos para valores rondando os 12% neste ciclo de estudos, poder-se-ia assistir a uma diminuição do número de inscritos na ordem de 2600 alunos.

Métodos, Programas e Manuais

As medidas a implementar deverão apostar em métodos e programas mais integrados e sequenciais que proporcionem o “domínio proficiente das línguas, das ciências integradas, da história, das tecnologias”⁽¹⁶⁶⁾ e das artes e na implementação de programas sociais eficientes de combate ao abandono e ao insucesso escolar.

Uma das questões fulcrais deste projeto está relacionada com a introdução, desde o 1º ano de escolaridade, da metodologia de ensino da Língua Portuguesa como língua segunda e língua de comunicação, que será apoiada pela revisão dos manuais, elaboração de novos livros escolares e sua edição após a devida certificação, e pela conseqüente capacitação dos professores em exercício. Neste quadro, visa-se o fomento de aprendizagens significativas da Língua Portuguesa, com uma metodologia científica e pedagogicamente validada para realidades linguísticas, como a de Cabo Verde ⁽¹⁶⁷⁾.

¹⁶⁴ Conforme Tabela 32, Série cronológica ..., p. 58.

¹⁶⁵ Estimativas efetuadas a partir do Anuário Estatístico da Educação – 2015 - ME

¹⁶⁶ Programa para a IX Legislatura, p. 82.

¹⁶⁷ Plano Estratégicos: Contributos, DNE, p. 1.

Este projeto decorre da situação do ensino da Língua Portuguesa que, segundo a Ministra da Educação, tem sido “abordada como língua primeira de Cabo Verde, quando não é”, acrescentando que, “entre os alunos cabo-verdianos a capacidade de leitura e interpretação e a proficiência linguística são questões que se colocam com muita acuidade” (168). Para se reverter esta situação foi firmado com o Camões - Instituto de Língua e Cultura Portuguesas (2016) um Protocolo sobre o Ensino do Português baseando-se na Metodologia de Língua Segunda em Cabo Verde, mediante um financiamento avaliado em 45 mil euros (169).

As línguas estrangeiras (Inglês e Francês), bem como as TIC, deverão iniciar-se desde o 5º ano de escolaridade. Neste 2º ciclo do EBO, deverão ser efetuados estudos de desenvolvimento curricular, permitindo integrar os conteúdos e as práticas pedagógicas das diferentes áreas e disciplinas, do 5º ao 8º ano.

Com os novos programas a elaborar, deverão ser também produzidos manuais para os alunos e guias para os professores. Neste sentido, sugere-se a constituição de equipas de especialistas que, de acordo com as normas pré-definidas, possam introduzir inovações na elaboração de materiais de apoio ao desenvolvimento dos programas.

Durante este ciclo, no 7º e 8º anos, considera-se também fundamental iniciar o processo de informação, orientação profissional e escolar, que deverá contribuir para escolhas esclarecidas das opções que os alunos vierem a tomar, no que se refere à prossecução de estudos ou ingresso numa atividade de formação profissional.

Desenvolvimento curricular

No capítulo anterior, sobre a Educação Pré-escolar, referiu-se à necessidade de se adotarem medidas para reforçar o grau de preparação dos alunos que ingressem, pela primeira vez, no ensino básico. É neste contexto que se deve garantir, tão rapidamente quanto possível, a cobertura universal dos serviços de educação pré-escolar a todas as crianças com 4-5 anos.

Um segundo aspeto, não menos importante, consiste na revisão, no ensino básico, dos conteúdos, dos métodos e da organização das diversas disciplinas, assumindo três formas complementares:

- a) Reforçar os métodos e os programas destinados aos 4 primeiros anos de escolaridade, com o objetivo de se aumentar a abrangência do EB e de se melhorar, sobretudo, a qualidade dos programas de Língua Portuguesa e de Matemática;
- b) Efetuar uma recentragem em torno das disciplinas fundamentais, proporcionando, nomeadamente, mais tempo de aprendizagem efetiva em matemática e língua portuguesa;
- c) Focalizar as abordagens de aprendizagem na articulação entre os aspetos formais e os aspetos funcionais (reforçando o papel do português como língua segunda, com uma abordagem mais adequada à realidade nacional tanto na escrita como na sua compreensão e expressão, desenvolvendo nos alunos uma lógica de resolução de problemas de matemática relacionados com a vida real (170).

O necessário desenvolvimento curricular pressupõe a revisão dos programas de ensino, com particular ênfase no 5º e 8º anos de escolaridade, a revisão dos correspondentes manuais e materiais complementares.

¹⁶⁸ Observatório da Língua Portuguesa. Acessível em <https://observalinguaportuguesa.org/portugues-passa-a-ser-ensinado-como-lingua-nao-materna-a-partir-do-proximo-ano-lectivo/>

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Esta temática está desenvolvida no Documento Orientador do Desenvolvimento Curricular, DNE.

Em relação ao **ensino básico para adultos** e por uma questão de mobilidade entre os sistemas formal e não formal, o Ministério da Educação propõe que esta modalidade de ensino se organize, também, em dois ciclos, sendo o primeiro de dois anos e o segundo de três. Preconiza-se, ainda, que o 1.º ciclo possa equivaler ao 1.º ciclo do ensino básico formal obrigatório e que o segundo ciclo corresponda, igualmente, ao segundo ciclo do EBO formal (171).

Para a consecução da nova matriz curricular devem-se adequar os suportes didático-pedagógicos, na observância da articulação entre programas e manuais para cada ano de escolaridade de cada área curricular e a sequencialidade vertical dos programas de cada disciplina.

Prevê-se, para o período de vigência do Plano, a elaboração de 800.000 novos manuais para as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Inglês e Francês, e de um milhão de guias para os professores, com destaque para a área de orientação educativa e vocacional.

Corpo docente

Para se poderem melhorar as aprendizagens e as competências dos alunos, será fundamental intensificar a formação específica e os apoios pedagógicos para os docentes. Tratar-se-á, sobretudo, de capacitar os docentes para programas com novos conteúdos e de lhes facultar formações pontuais, de acordo com abordagens específicas.

Embora o número de alunos tenha diminuído muito nos últimos 15 anos, registou-se apenas uma ligeira redução no número de professores no ensino básico. Neste período, o rácio aluno/professor passou de 28,7 em 2000/01 para 21,6 em 2014/15 (172).

Para se racionalizar a existência de pessoal docente neste nível de ensino, sem que exista diminuição da sua qualidade, poder-se-á prever um aumento do rácio aluno/professor para um valor médio de 24, mantendo em devida conta os constrangimentos relacionados com a insularidade e a distribuição populacional no país.

Um esforço de capacitação de professores para adaptação a novos programas e novas metodologias terá de ser realizado tendo em conta a proposta de um rácio médio de 24 alunos por professor e a necessidade de capacitar docentes com ações formativas nos próximos 5 anos.

Aumentando o rácio aluno/professor para valores próximo dos sugeridos, seria necessário capacitar, com diversos tipos de formação, cerca de 1.320 docentes, organizando e implementando:

- Cursos específicos no Instituto Universitário de Educação (64 alunos/ano x 5 anos) = **320 docentes;**
- Cursos de formação à distância pelas instituições de Ensino Superior (80 docentes/ano x 5 anos) = **400 docentes;**
- Ações pontuais de capacitação e reciclagem patrocinadas pelas instituições de Ensino Superior (120 docentes/ano x 5 anos) = **600 docentes.**

O desenvolvimento desta estratégia permitiria a que grande maioria dos docentes, necessários para o Ensino Básico de 6 anos, pudesse dispor de uma preparação adequada para a docência.

Tendo como objetivo incrementar a gestão pedagógica e aumentar o tempo de permanência dos alunos na escola, propõe-se a reconversão (após formação) de uma parte do pessoal docente excedentário em tutores, com o objetivo de apoiarem os alunos com dificuldades de aprendizagem e comportamentos desviantes.

¹⁷¹ Idem, p. 9.

¹⁷² Em países de desenvolvimento comparável ao de Cabo Verde, este rácio é em média de 28 alunos para um professor. A diferença entre o valor atual de 21,6 e a referência internacional de 28 A/P tem demonstrado não influenciar de forma significativa o nível de aprendizagem dos alunos.

Com um rácio de 20 alunos/tutor, seriam necessários pelo menos 150 docentes para enquadrar 3000 alunos com dificuldades de aprendizagem no ensino básico ⁽¹⁷³⁾.

Também, na educação de adultos se constata a necessidade de reciclar e capacitar os animadores existentes (71). Com os professores excedentários no ensino básico poder-se-á prever a sua deslocação para atividades de educação de adultos, aumentando os recursos humanos qualificados para este tipo de ensino uma vez que se pretende:

- Aumentar o número de Círculos de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida em certos concelhos;
- Criar turmas do 7º e 8 anos do ensino básico de adultos nos concelhos que não possuem esta oferta, apesar da procura existente;
- Elaborar programas e manuais para o futuro 2º ciclo da EBA.

Para além das ações de formação de professores a empreender, nos próximos anos, haverá que melhorar a rede de escolas do EBO com a reorganização dos polos em Agrupamentos Educativos a substituição de salas de aula sem condições e o aumento, em regiões a determinar, da capacidade de absorção de alunos do 7º e 8º anos. Será ainda essencial melhorar significativamente o nível das aprendizagens dos alunos, aumentando as disponibilidades financeiras para as atividades pedagógicas e para o normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

No novo EBO, dever-se-á reforçar a supervisão e monitorização das atividades letivas com um núcleo de inspetores nacionais e regionais bem preparados e com uma avaliação periódica que possibilite a correção dos desvios e das insuficiências do processo educativo.

PROGRAMAS, EIXOS E PROJETOS

No contexto institucional acima descrito, o Programa “ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO: AS BASES PARA A VIDA” propõe, para o período de 2017 a 2021, a concretização de cinco grandes Projetos, organizados nos seguintes eixos e em seis projetos:

EIXOS	PROJETOS
ACESSO EQUITATIVO	I. ACESSO GRATUITO E EQUITATIVO AO ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO
	II. REQUALIFICAÇÃO E MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS
QUALIDADE E RELEVÂNCIA	III. MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO
	IV. INCLUSÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS
	V. PROMOÇÃO DE APRENDIZAGENS ORIENTADAS PARA O ESTUDO E VIDA ATIVA
GESTÃO EFICAZ E EFICIENTE	VI. REFORÇO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES

¹⁷³ Atualmente, estão inscritos no ensino básico cerca de 5.300 repetentes. Pressupondo que cada docente ficaria ocupado com atividades de tutoria de 20 horas semanais, poderiam ser constituídos para cada professor, 5 grupos de 4 alunos acompanhados durante 4 horas semanais.

PROJETO I. “ACESSO GRATUITO E EQUITATIVO AO ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO”

Pretende-se proporcionar um acesso gratuito e equitativo ao EBO a todas as crianças com idades entre os 6 e os 14 anos. Particular atenção deverá ser dedicada às crianças dos grupos mais vulneráveis, como as que têm necessidades educativas especiais.

Com efeito, este projeto pretende desenvolver **“o acesso ao EBO desenvolvendo programas básicos de Ação Social Escolar, especialmente para os grupos mais vulneráveis”**. Este objetivo estratégico deverá contribuir, de maneira decisiva, para a universalização do ensino básico, propondo-se aumentar a taxa líquida de escolarização para 100% das crianças deste nível etário.

A implementação deste projeto permitirá melhorar a eficácia do Ensino Básico e reduzir as disparidades económicas e sociais através das medidas preconizadas, de modo a promover a inclusão de todas as crianças com necessidades especiais de aprendizagem, apostando em práticas comuns, acrescidas de atendimento especializado complementar.

Para a consecução destes objetivos, estabelecem-se as seguintes estratégias:

- Desenvolver campanhas de divulgação para as famílias sobre os apoios e bolsas de estudo existentes;
- Implementar programas de Ação Social Escolar (alimentação, transporte e prevenção de doença) de apoio aos jovens mais vulneráveis (com NEE e para os que são oriundos de zonas distantes);
- Incluir, em todos os espaços escolares arquitetónicos, rampas de acesso e outras facilidades para a mobilidade das crianças e jovens com NEE (¹⁷⁴).

PROJETO II. “REQUALIFICAÇÃO E MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS”

Neste Projeto sobre a rede escolar do EBO”, propõe-se reconfigurar a rede, melhorar e manter as instalações físicas das escolas, requalificando as suas infraestruturas *para* **“proporcionar um ambiente renovado e motivador da aprendizagem, de acordo com um Plano de reconfiguração da rede escolar e dos objetivos do EBO”**.

Para o efeito, devem-se adotar as seguintes estratégias:

- Elaborar um “Plano de reconfiguração da Rede Escolar” tendo em atenção a nova estrutura do EBO (1º-4º/5º-8º).
- Definição da tipologia de espaços aconselhada para o EBO.
- Ampliação da rede de escolas de EBO para o enquadramento de alunos do 7º e 8º anos.
- Implementação de programas educativos transversais, em complemento dos programas curriculares.

De entre as atividades propostas, destaca-se a construção e apetrechamento de 4 novas escolas com capacidade para 600 alunos cada e obras de reabilitação em salas degradadas em diversos concelhos, estimando-se que poderão rondar uma centena.

¹⁷⁴ Esta medida está contemplada em todas as construções e reabilitações de escolas, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário.

PROJETO III. “MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO”

Melhorar a qualidade do sistema obriga a intervenções a nível da gestão pedagógica das escolas, do seu projeto educativo, das suas ligações ao exterior e da qualidade das suas infraestruturas e do seu corpo docente.

Como objetivo fundamental pretende-se **“estabelecer um marco de referência para a qualidade das aprendizagens com um novo currículo e novas metodologias baseadas no “plano de reconfiguração do sistema educativo”**.

As intervenções propostas neste projeto obedecem às seguintes estratégias:

- Desenvolver um “Plano de reconfiguração do EBO” com a alteração dos ciclos e a definição de regras e normas para a qualidade do sistema.
- Introduzir um novo currículo através da revisão dos atuais planos de estudo com reforço do ensino do Português com uma metodologia de ensino de língua segunda e, da Matemática como matéria estruturante para a aprendizagem.
- Dinamizar o funcionamento da gestão escolar e dos concelhos pedagógicos para uma maior integração social e monitorização dos processos de ensino.
- Avaliação dos resultados das alterações introduzidas quer a nível curricular quer organizacional.
- Apoio aos alunos mais desfavorecidos socialmente com materiais didáticos e manuais escolares.

PROJETO IV. “INCLUSÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS”

Uma escolaridade obrigatória de qualidade pressupõe o atendimento escolar a alunos com NEE, tendo como objetivo fundamental **“a promoção da igualdade de oportunidades para todos, na criação de condições condignas para os alunos com NEE e respetivos docentes, com a dotação das estruturas físicas de condições humanas, materiais e financeiras adequadas a uma prática educativa voltada para a inclusão”** ⁽¹⁷⁵⁾.

As intervenções propostas neste projeto obedecem às seguintes estratégias:

- Diagnóstico dos alunos com NEE numa Plataforma Digital.
- Inclusão dos alunos nas escolas segundo uma classificação internacional que hierarquiza as crianças e jovens com NEE em três categorias (dependentes, os que podem ser habilitados e os incluídos) ⁽¹⁷⁶⁾.
- Formação de professores especializados em NEE.

PROJETO V. “PROMOÇÃO DE APRENDIZAGENS ORIENTADAS PARA O ESTUDO E VIDA ATIVA”

Para promover a permanência no sistema de ensino, o sucesso escolar e uma maior ligação da escola à sociedade, considera-se fundamental a aquisição pelos alunos, de competências e habilidades orientadas quer para o prosseguimento de estudos quer para a vida ativa. Neste sentido, os objetivos deste projeto apontam para uma **“revisão curricular do EBO com novas metodologias para a aquisição de competências quer escolares quer para a futura vida profissional”**.

¹⁷⁵ Programa do Governo..., p. 83.

¹⁷⁶ Apresentação da autoria de Filomena von Zeipel, “Estratégias para a inclusão ...”, março 2017.

Com estes objetivos, definiram-se as seguintes estratégias de atuação:

- Planear a implementação faseada do novo curriculum do EBO com monitorização e avaliação adequadas da sua aplicação.
- Combater o abandono e o insucesso escolar com a opção de novas matérias e novas metodologias e a introdução no sistema da figura de Tutor.
- Implementar atividades escolares de informação e orientação para as vias educativa e vocacional. Desenvolver campanhas de informação sobre as atividades económicas e criativas.

De entre as atividades propostas, destaca-se, no 1º ciclo, o reforço da Língua Portuguesa e da Matemática e no 2º ciclo, o ensino do Inglês, Francês, TIC e Orientação Educativa e Vocacional. Para ambos os casos, serão elaborados manuais e materiais didáticos de apoio.

PROJETO VI. “REFORÇO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES”

A eficácia desta operação de alargamento da escolaridade, até ao 8.º ano, passa pelo reforço da formação e da capacitação dos professores e dos gestores do EBO, com a utilização de diferentes métodos e modalidades formativas. Como objetivo deste projeto, haverá que **“capacitar Professores, Gestores e Coordenadores com conhecimentos adequados ao desenvolvimento do currículo”**.

Assim, as intervenções propostas integram-se nas seguintes estratégias, relacionadas com a formação de recursos humanos capacitados e especializados:

- Analisar a situação dos professores do EBO e propor medidas que permitam a correção de eventuais problemas.
- Reconfigurar as funções dos professores e elaborar planos de formação e reciclagem para atualização das suas competências.
- Definir com as instituições de ensino superior diversas modalidades de formação para os professores e quadros do EBO.
- Apoiar a supervisão e a avaliação das atividades pedagógicas nas Escolas e Complexos Escolares.

De entre as atividades propostas, destaca-se a formação inicial de 320 docentes, a formação à distância de 400 e a capacitação e reciclagem de 600. Ainda deverão ser recrutados 20 novos inspetores e organizar ações de formação e reciclagem para 30 inspetores e 200 coordenadores pedagógicos.

Os Projetos que visam, no arco temporal 2017-2021, a criação das condições para a universalização da escolaridade obrigatória até ao 8.º ano é desenvolvida no Plano de Ação que se apresenta em seguida.

2.3. CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DO ENSINO SECUNDÁRIO

2.3.1. CARATERIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO GERAL E TÉCNICO FREQUÊNCIA

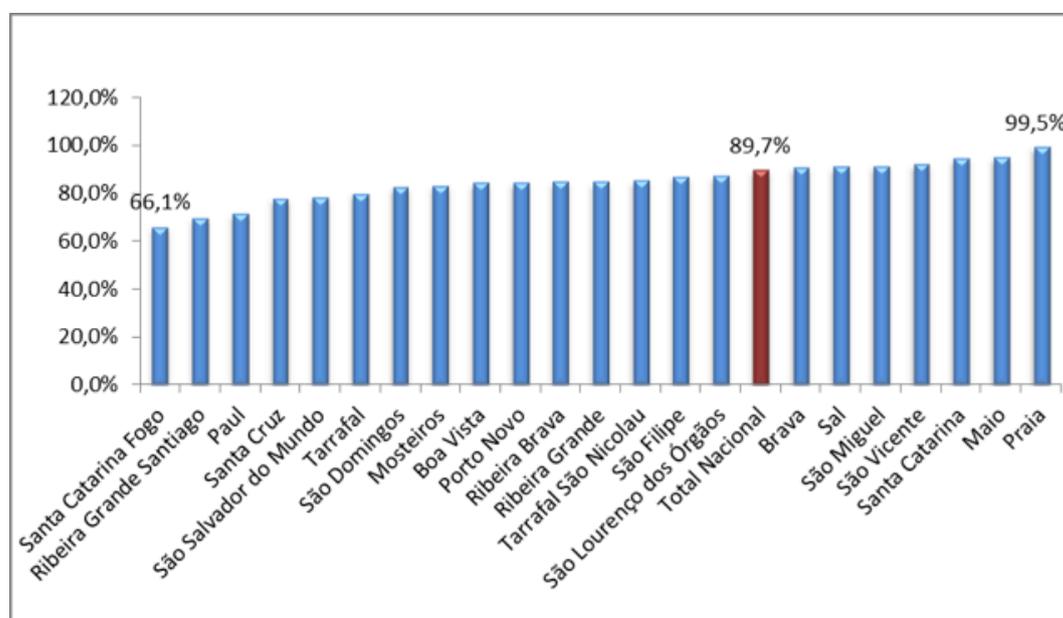
Na atual fase de desenvolvimento do sistema educativo de Cabo Verde, o Ensino Básico é ainda implementado durante os 6 primeiros anos, quando a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, realizada em 2010 previa, como principal medida de fundo, o alargamento da escolaridade obrigatória para 8 anos.

Pretendia-se, na LBSE, que o novo modelo de ensino básico compreendesse três ciclos sequenciais, começando o primeiro pelos quatro anos de escolaridade, seguido pelo segundo e o terceiro ciclos, de dois anos cada, em articulação sequencial progressiva, conferindo-se a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspetiva de unidade global do ensino básico⁽¹⁷⁷⁾. Acontece que, tal como foi indicado no capítulo sobre o EBO, o último ciclo deste subsistema de ensino (7º e 8º anos) não chegou a ser renovado nem implementado, mantendo-se, ainda hoje, integrado na estrutura do ensino secundário. Não foram revistos os programas de ensino e são os professores de ensino secundário que lecionam as suas matérias nas escolas secundárias.

É urgente modificar a atual situação anacrónica que, com vontade política e uma equipa no Ministério da Educação motivada, não será difícil alterar.

No Gráfico 8 apresenta-se o valor das taxas de transição entre o atual ensino básico (6º ano) e o ensino secundário (7º ano).

Gráfico 10 - Taxa de transição do ensino básico para o ensino secundário por concelho (2013/14 – 2014/15)



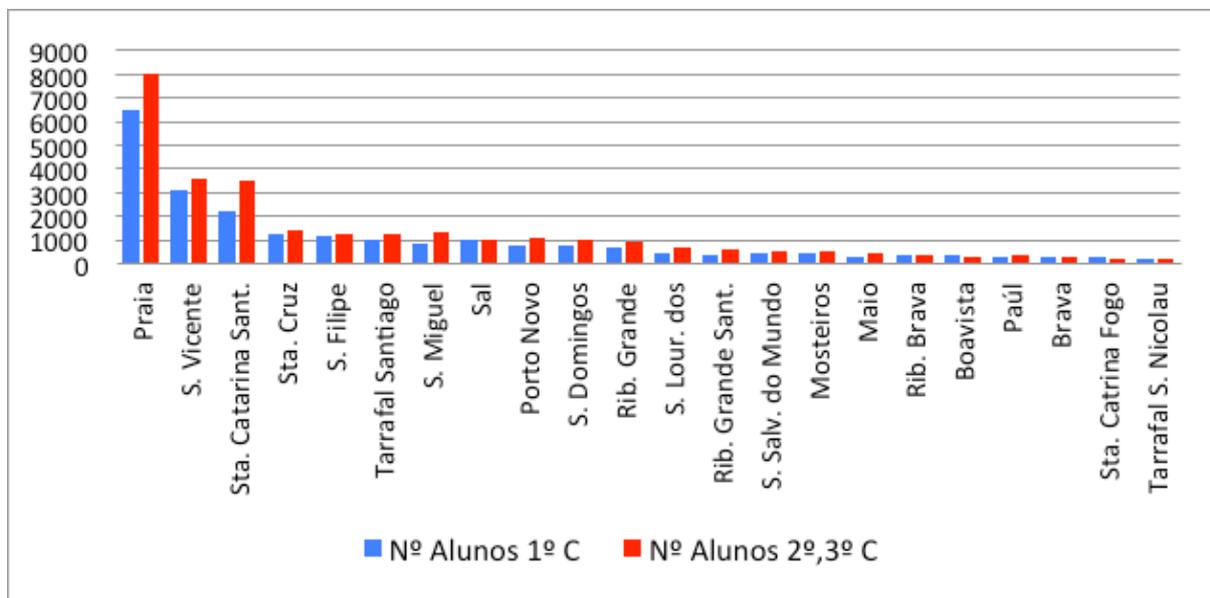
Fonte: Principais Indicadores – 2014/2015 – MED – dez. 2015.

Como se poderá verificar, não será difícil alterar a atual situação, pois na prática é já bastante elevado o número de alunos que transitam do básico para o secundário.

¹⁷⁷ Decreto Legislativo nº 2/2010 de 7 de Maio que reviu a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1990.

Em 2014/2015, os 6 anos de Ensino Secundário eram frequentados em 3 ciclos sequenciais, por um total de 57.224 alunos. A grande maioria frequentava o ensino público (91,4% do total de inscritos) e apenas 8,6% frequentavam o ensino privado na sua via geral.

Gráfico 11 - Distribuição dos alunos do ensino secundário público por concelho e ciclo de estudos



Fonte: Anuário Estatístico da Educação - Ensino Secundário - Dezembro de 2015.

O peso do ensino público reflete-se com maior detalhe nos anuários estatísticos da educação onde se podem caracterizar, por concelho e por escola, os principais indicadores relacionados com as frequências e os recursos envolvidos. Sobre a distribuição de alunos do ensino secundário, sobressaem, a nível nacional, os concelhos da Praia com 28% do total de inscritos; S. Vicente com 13% e Santa Catarina com 11% (ver Gráfico 10).

Quadro 18 - Distribuição dos inscritos em 2014/15 por tipo e vias de ensino

Tipo de Ensino	Frequências da Via Geral				Via Técnica		Totais	% F
	1º Ciclo		2º e 3º Ciclo		3º Ciclo			
	7º e 8º ano	% F	9º - 12º ano	% F	11º - 12º ano	% F		
Pública	23077	48,7	27588	55,3	1629	41,8	52294	51,9
Privado	620	45,2	4310	56,2	-	-	4930	54,8
Total	23697	48,7	31898	55,4	1629	41,8	57224	52,2

Fonte: Anuário Estatístico da Educação - Ensino Secundário – dezembro de 2015.

A distribuição das frequências a nível nacional é apresentada no Quadro 8 com indicação dos inscritos segundo a modalidade de funcionamento das instituições e as atuais vias de ensino.

O último ciclo do ensino secundário oferecia, em 2014/2015, a via geral (10.720 alunos no ensino público) com as opções de Artes, Ciências e Tecnologias, Ciências Económicas e Sociais e Humanidades.

Quadro 19 - Frequências no 3º ciclo da via geral por área curricular

Áreas Curriculares	Artes	Ciências Tecnologia	E. Sociais	Humanística	Total
11º Ano	49	1928	1434	1960	5371
12º Ano	60	1729	1447	2113	5349
3º Ciclo Total	109	3657	2881	4073	10720

Fonte: Anuário Estatístico da Educação - Ensino Secundário - Dezembro de 2015.

ESTABELECEMENTOS DE ENSINO E PROFESSORES

Para a globalidade do Ensino Secundário público, existiam, em 2014/2015, 50 estabelecimentos de ensino com 1.016 salas. Pertenciam ao Estado 90,3% das salas e as restantes 9,7% eram cedidas por diversas entidades. Estas últimas salas (uma centena), não ofereciam, em geral, as melhores condições.

Quadro 20 - Característica dos recursos utilizados no ensino secundário público (turmas, salas e perfil dos professores)

Recursos do Ensino Secundário	Turmas				Salas			Perfil dos Professores			
	7º e 8º	9º e 10º	11º e 12º	Total	Estado	Cedidas	Total	1	2	3	Total
TOTAIS	736	553	484	1773	917	99	1016	2073	654	346	3073
	41,5%	31,2%	27,3%	100%	90,3%	9,7%	100%	67,5%	21,3%	11,3%	100%

Fonte: Anuário Estatístico da Educação - Ensino Secundário - Dezembro de 2015.

Para o 7º e 8º anos de escolaridade, o rácio aluno/turma era, em média, de 31 alunos por turma. Para o 9º e 10º anos, este rácio era ligeiramente inferior (30 alunos/turma) e para o 3º ciclo, que acumulava as vias de ensino geral e técnico, o rácio era de 25,5 alunos/turma.

Quanto ao número de professores e de salas afetas ao 7º e 8º anos, apenas se possuem dados para a globalidade dos ciclos de ensino secundário uma vez que neste nível, tanto os professores como as salas de aula eram utilizadas pelo conjunto dos alunos dos 3 ciclos.

Assim, para a totalidade do ES público registaram-se 3073 docentes distribuídos pelos seguintes perfis profissionais⁽¹⁷⁸⁾:

- Perfil 1 - 2.073 docentes - 67,5% do total⁽¹⁷⁹⁾;
- Perfil 2 - 654 docentes - 21,3% do total;
- Perfil 3 - 346 docentes - 11,3% do total.

No Quadro 10, verificava-se, a nível nacional, a predominância do número de turmas do 7º e 8º anos; o reduzido número de salas cedidas e a importância do número de professores com habilitações adequadas para a docência.

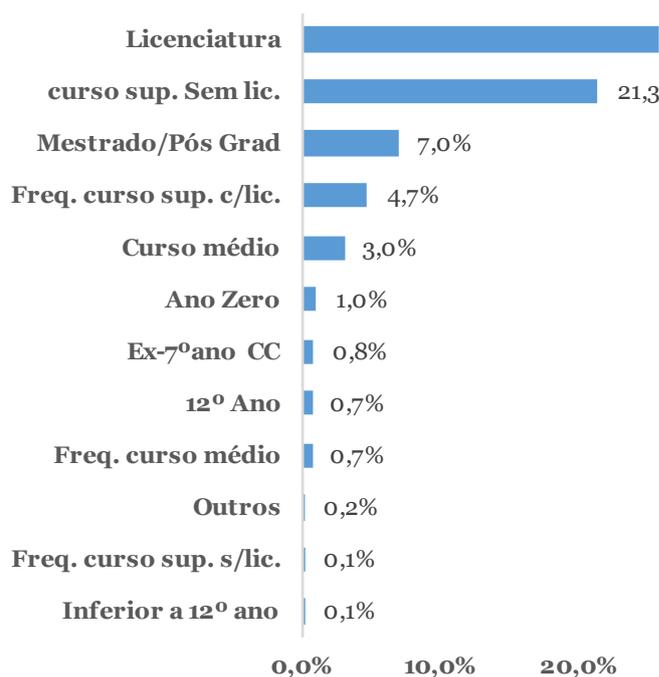
¹⁷⁸ Perfil 1 - Professores com licenciatura, mestrado/pós-graduação ou doutoramento.

Perfil 2 - Professores com curso superior sem licenciatura.

Perfil 3 - Professores com o 2º ano do curso complementar, ano zero/12º ano, curso médio, frequência de curso médio, habilitação inferior a 12º ano, frequência de c. superior. s/ licenciatura, frequência de curso superior c/licenciatura.

¹⁷⁹ De referir que a grande maioria dos professores com habilitações próprias, leciona nos anos terminais do ensino secundário.

Gráfico 12 – Percentagem de professores por habilitação a nível nacional



APROVEITAMENTO ESCOLAR

Como foi referido no capítulo sobre o ensino básico, a taxa média de repetência naquele nível era inferior a 9% e o abandono escolar não ultrapassava 1% para o conjunto dos 6 anos de escolaridade. A retenção dos alunos no ensino básico era bastante boa nos primeiros seis anos de escolaridade, registando-se uma forte degradação a partir do acesso ao 7º ano de escolaridade, apesar de a transição entre o 6º e o 7º anos se manter elevada (cerca de 90%).

Contudo, no ensino secundário público (vias geral e técnica com 52.294 alunos), o índice de repetência dos alunos matriculados era muito elevado, sobretudo entre o 7º e o 9º anos de escolaridade, registando-se valores médios na ordem dos 23,8% (ver Quadro 11). Nos três últimos anos deste nível de ensino (10º, 11º e 12º anos) a repetência era menor, não ultrapassando 15% dos inscritos.

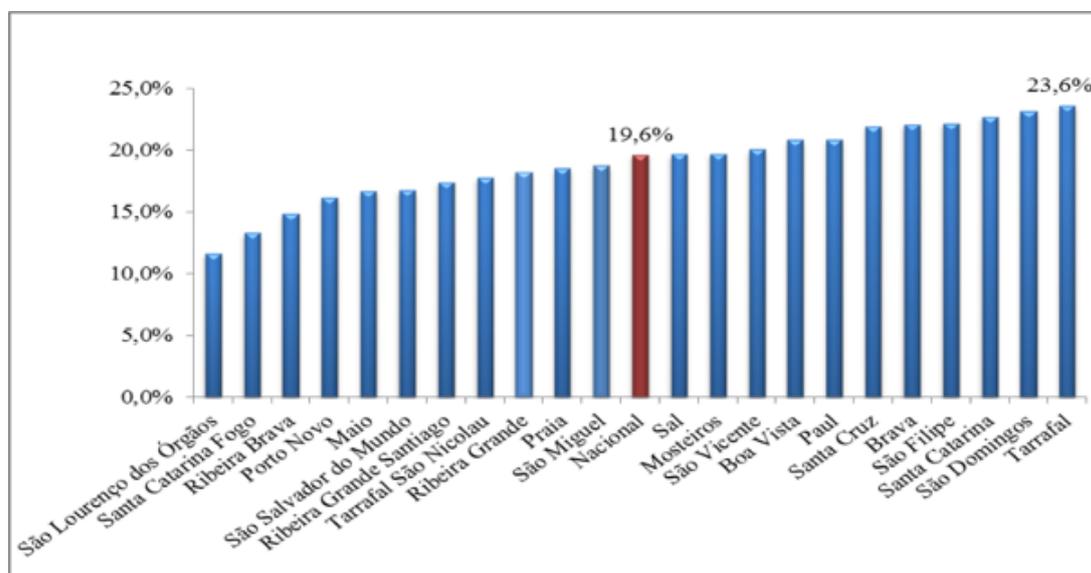
Quadro 21 - Distribuição de novos ingressos e repetentes por ano de escolaridade

	Novos Ingressos	Repetentes	% de Repetentes por ano	Total de Alunos (MF)	% Total de Repetentes
7º	9587	2987	23,8%	12574	23,8%
8º	8277	2226	21,2%	10503	
9º	7211	2426	25,2%	9637	
10º	6157	1074	14,9%	7231	14,9%
11º	5506	636	10,4%	6142	
12º	5281	926	14,9%	6207	
TOTAL	42019	10275	19,6%	52294	19,6%

Fonte: Anuário Estatístico da Educação - Ensino Secundário – dezembro de 2015

Registava-se, pois, um elevado desperdício escolar no ensino secundário público que será necessário reduzir, a curto e médio prazos. No Gráfico 12, apresenta-se a distribuição dos repetentes por concelho.

Gráfico 13 - Percentagem de alunos repetentes por concelho



Fonte: Principais Indicadores – 2014/2015 – MED – dez. 2015.

O ensino secundário **privado** que era frequentado, em 2014/2015, por 4930 alunos, 8,6% do total de inscritos, o número de repetentes não ultrapassava, em média, 9% do total em comparação com os 19,6% registados no ensino público.

De acordo com o estudo, não havendo grandes disparidades sociais a nível nacional, tudo indica que a dimensão pedagógica é a principal responsável pelas elevadas taxas de insucesso registadas nos primeiros anos do ensino secundário.

As políticas educativas adotadas nos últimos anos, visando a melhoria do funcionamento deste nível de ensino, foram insuficientes, pois os abandonos e o insucesso mantêm-se no ensino público ao nível do que se registava no início da presente década, tanto na via geral como na via técnica, agravando-se nesta última, uma certa desvalorização dos cursos técnicos que são oferecidos.

A explicação para as elevadas taxas de repetência detetadas nos três primeiros anos do ensino secundário (7º, 8º e 9º anos) poderá dever-se à inadequação das aprendizagens obtidas no ensino básico face aos programas em vigor no secundário, ou o nível de exigência destes programas se baseava na convicção de que os conteúdos do básico foram bem assimilados. Assim, pode-se depreender de que a exigência feita com os programas do secundário não seja “compatível” com o nível das competências adquiridas pelos alunos que a estes acedem.

Em particular, constata-se que os riscos de abandono e de repetência durante o 7º e 8º anos de escolaridade estão, sobretudo, mais ligados ao nível das competências até então adquiridas pelos alunos, apesar das deficientes *condições de ensino* que, por vezes, se verificam em escolas secundárias onde pelo menos 32,5% dos seus docentes não possuem habilitações adequadas, e a superlotação dos estabelecimentos de ensino secundário nos grandes centros urbanos constituírem um fator importante para a insuficiente retenção dos alunos no sistema e no conseqüente aumento dos riscos de insucesso e de abandono.

Haverá que melhorar o funcionamento do ensino básico, estabelecendo uma continuidade adequada, quer em termos curriculares, quer no plano metodológico, entre o 1º ciclo e o novo 2º ciclo, reforçando

a formação dos docentes e adequar a sua estrutura curricular à expansão para os 8 anos do ensino básico obrigatório (EBO), tal como se propõe no Programa de Governo para a IX Legislatura. Neste novo sistema, o 1º ciclo do EBO deverá desenvolver-se do 1º ao 4º ano e o 2º ciclo, do 5º ao 8º ano de escolaridade.

Em suma, convém não esquecer que a maior parte dos problemas identificados com os abandonos e as repetências durante o 7º, 8º e 9º anos tem as suas raízes nas aprendizagens insuficientes no ensino básico, em particular, e nas competências adquiridas em Língua Portuguesa e em Matemática.

ANÁLISE DO ENSINO SECUNDÁRIO POR VIA E TIPO DE FORMAÇÃO (GERAL, TÉCNICO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS)

SITUAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO (VIA GERAL)

Não obstante a institucionalização do Ensino Secundário de 4 anos, com a revisão da LBSE em 2010, este desígnio nunca foi implementado. Para corrigir esta situação, pretende-se implementar uma nova reforma do Ensino Secundário, passando a estar estruturado na Via Geral com um ciclo único de 4 anos, iniciando-se no 9º ano, que será entendido como ano de consolidação e reforço das aprendizagens realizadas no Ensino Básico, de orientação escolar e vocacional e de preparação para a futura especialização.

Este ano de consolidação deverá permitir ao aluno a possibilidade de escolha das áreas de especialização, a partir do 10º ano, que terão a duração de 3 anos, correspondentes ao 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade, nos seguintes domínios: Ciências e Tecnologias; Ciências Económicas e Sociais; Línguas e Humanidades e Artes, servindo de base para o estudante ingressar no Ensino Superior.

No plano curricular, pretende-se introduzir a opção de uma nova língua estrangeira (Mandarim, Espanhol ou Alemão), reforçar o ensino das ciências, nomeadamente, da Matemática, Física, Química e Biologia, quer do ponto de vista teórico, quer prático (dinamizando as atividades laboratoriais) e reforçar a formação em História, Cidadania e Cultura. Para além do reforço destas matérias com a utilização de novas metodologias e novos materiais didáticos de apoio, pretende-se garantir nas escolas atividades de apoio aos alunos, proporcionando-lhes aprendizagens (não formais) e atividades de ocupação de tempos livres que lhes permitirão experimentar outras dinâmicas e inserirem-se, de forma consciente e crítica, na sua comunidade.

As componentes práticas de “saber fazer”, deverão motivar e desenvolver nas jovens competências úteis para a sua vida laboral, integrando conteúdos de Interesse Local, que respondam às necessidades da comunidade.

Para se conseguirem obter resultados positivos com a nova reforma, é de todo importante a resolução dos problemas relacionados com insuficiência de professores habilitados e com os constrangimentos que afetam diretamente a gestão pedagógica, como:

- Inércia dos gestores e membros de direção das escolas na tomada de decisão;
- Fraco envolvimento dos profissionais (docentes e não docentes) em relação aos objetivos e finalidades do ensino secundário;
- Deficiente cumprimento dos programas, e falta de informação sobre as atividades realizadas;
- Deficiente organização das escolas e insuficiente disciplina dos alunos;
- Fraca participação dos encarregados de educação na vida escolar;
- Insuficiência de materiais didáticos (manuais escolares, programas e guias);
- Problemas de apropriação das metodologias de monitorização e avaliação.

Quanto às infraestruturas educativas, constata-se a necessidade de um plano de reabilitação e de modernização de um grande número de escolas. Dinamizar os laboratórios (Química, Física e outras Ciências), bibliotecas, espaços de convívio e desportivos possibilitará a transformação das escolas, quer em espaços de motivação para as práticas do Ensino/Aprendizagem, quer para a sã convivência da juventude.

SITUAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO-PROFISSIONAL

Durante a primeira década do século XXI reforçaram-se, em Cabo Verde, as estruturas de apoio ao ensino técnico-profissional com a formação de professores para as áreas técnicas, elaboração e implementação de novos programas e a aquisição de equipamentos e materiais didáticos de suporte à sua revitalização. Pretendia-se que esta modalidade de ensino proporcionasse, em simultâneo, uma formação adequada quer para obtenção de uma qualificação profissional quer para o prosseguimento de estudos.

As quatro Escolas Técnicas existentes, ofereciam cursos técnicos de 2 anos (11^o e 12^o anos) para diversas áreas dos sectores de serviços, industrial e artístico, com cerca de 1200 a 1400 horas de formação técnica e prática que devem conferir o nível IV de qualificação profissional.

Quadro 22 - Frequências por curso da via técnica do ensino secundário público (11^o e 12^o ano) (2014/2015)

Cursos Técnicos (11 ^o e 12 ^o Ano)	Praia	Sta. Catarina	S. Vicente	Sto. Antão	Escolas de ES Via Geral	Totais	% F
	ESP Cesaltina Ramos	EST Grão Duque Henri	EICM Mindelo	EST de Porto Novo	1. ES P Gomes 2. ES Picos 3. ES JA Pinto 4. ES do Maio		
Construção Civil	89	161	58	57	-	365	25%
Contabilidade e Administração	117	136	45	40	-	338	73%
Eletricidade	116	110	34	14	-	274	19%
Informação Gestão	85	132	57	53	-	327	58%
Mecanotecnia	-	76	35	22	-	133	13%
Artes Gráficas	42	-	39	-	-	81	52%
Adm. Sistemas	-	-	-	-	93	93	48%
Man. Maquinas	-	-	-	18	-	18	17%
TOTAL	449	615	268	204	93	1629	42%

Fonte: Anuário Estatístico da Educação - Ensino Secundário - Dezembro 2015.

Os cursos de ensino técnico-profissional podem ser complementados por **cursos profissionalizantes de especialização**, pós 12^o ano, também com cerca de 1200 horas de formação técnico-profissional que podem conferir o nível V de qualificação profissional.

Quadro 23 - Cursos do ano complementar de profissionalização (2014-2015)

Cursos	ESP Cesaltina Ramos	ET Grão Duque Henri	EICM - Mindelo	Totais	F (%)
Gestão Comercial	-	9	-	9	89%
Técnico de Obras	-	16	-	16	19%
Mont. Manut. Sistemas Eletrónicos	18	-	14	32	16%
TOTAL	18	25	14	57	28%

Fonte: Anuário Estatístico da Educação - Ensino Secundário - Dezembro 2015.

Para além da existência dos cursos das Escolas Técnicas, existia em 2014/15 um curso técnico de Informática em quatro escolas de **ensino secundário geral** que permitia a obtenção do nível IV de qualificação profissional, mas que não tem tido grande relevância numérica (ver Quadro 13).

Para o nível III de QP foram ainda criadas diversas **unidades formativas** nos estabelecimentos de ESG. O seu número tem diminuído desde a sua criação, funcionando atualmente apenas 3 Unidades nos concelhos da Praia, Sal e Maio (ver Quadro 14).

Quadro 24 - Unidades Formativas nos Estabelecimentos de Ensino Secundário

Concelho	Nome do curso	Inscritos
Praia	Trabalhos de Acabamento de Construção Civil	22
Sal	Instalação Elétrica e Infra. de Telecomunicações em Edifícios	20
Mindelo	Manutenção dos Equipamentos Informáticos e Telecomunicações	22
Total		64

Fonte: Anuário Estatístico da Educação - Ensino Secundário - Dezembro de 2015.

Ainda no âmbito das escolas de ensino secundário geral, funcionavam em 9 concelhos cinco cursos profissionais, totalizando 153 inscritos. Tratavam-se de cursos de “Irrigação Gota/Gota” nos concelhos de Paul, Santa Cruz e Ribeira Grande de Santiago, com 45 formandos; “Agroalimentar e Fruticultura” nos concelhos de S. Salvador do Mundo, S. Lourenço dos Órgãos, Maio e Paul com 62 formandos; “Pesca Malheta” em Santa Catarina, com 15 formandos; “Fabricação de Queijo” em Porto Novo, com 15 formandos e “Canalizações” em S. Domingos, com 16 formandos.

Com a descrição das atividades registadas no domínio do **ensino técnico-profissional** verifica-se que, em 2014/15, havia cerca de 1900 formandos, representando apenas 3,6% do total de inscritos do 9º ao 12º anos de escolaridade. De salientar que, nos últimos anos, aumentou o número de alunos da **via geral** inscritos nas quatro Escolas Técnicas do país. O total de inscritos nos cursos técnicos representava apenas 38% dos alunos que frequentavam as referidas Escolas, especialmente vocacionadas para o Ensino Técnico:

- Em S. Vicente, a antiga Escola Industrial e Comercial do Mindelo tinha inscritos em 2014/15, 1092 alunos. A grande maioria (75,5%) frequentava o ensino secundário geral, do 7º ao 10º ano.
- Em Santo Antão, a Escola Técnica de Porto Novo tinha em 2014/15, 859 alunos. A grande maioria (76,2%) frequentava o ensino secundário geral, do 9º ao 12º ano.

- Em Santa Catarina, a Escola Técnica Grão-Duque Henri de Assomada tinha inscritos, em 2014/15, 838 alunos. Nesta escola, ao contrário do que se passava nas restantes, a grande maioria dos alunos (73,4%) frequentava os diversos cursos de ensino secundário técnico. A via geral era frequentada apenas por 223 alunos do 9º e 10º anos.
- Na cidade da Praia, a Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos tinha em 2014/15 - 1295 alunos. A maioria (65,3%), frequentava o ensino secundário geral, do 7º ao 12º ano e apenas 34,7% frequentava cursos do ensino secundário técnico.

Em complemento aos habituais cursos técnico-profissionais do 2º ciclo de ensino secundário e aos que poderão vir a ser criados a nível do 1º ciclo, os cursos do Ano Complementar Profissionalizante (ACP), pós 12º ano, são por natureza, essencialmente práticos e têm como finalidade formar quadros técnicos de nível V para ingresso numa atividade profissional. Em 2008 foram elaborados programas para 6 cursos ACP. Dois deles iniciaram-se nesse ano com 60 formandos e em 2014/2015 funcionavam sem qualquer apoio, 3 cursos com 57 formandos.

Após a criação destes últimos cursos, foram posteriormente criados na UNI-CV, os Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes (CESP), de natureza teórico-prática, visando a capacitação de jovens para o emprego.

Não foi efetuada uma avaliação sobre a importância e desempenho, tanto dos cursos ACP como dos CESP. Na prática, verificava-se que os ACP poderiam vir a desempenhar um papel importante na valorização dos RH do país, por possibilitarem uma especialização profissional aos detentores de um destes cursos: Manutenção Mecânica, Eletricidade/Eletrónica, Construção Civil ou Artes Gráficas.

Quanto aos CESP, os seus formandos eram na sua maioria oriundos da Via Geral de ES onde não existem atividades técnico/práticas. Em 2014/2015 os 514 formandos distribuía-se por cursos de 2 anos, pertencentes às áreas de Serviços e Turismo (28,6%); Eletrónica e Energia (28,0%); Sistemas Informatizados (22,3%) e Sistemas de Saúde (21,0%), que conferiam o nível V de QP⁽¹⁸⁰⁾.

Segundo o Programa do Governo, haverá que aumentar a abrangência do ensino técnico-profissional para valores muito superiores aos atualmente registados neste nível de ensino. Para se conseguir este desígnio, analisam-se algumas hipóteses para uma futura revitalização e expansão de formações técnicas e profissionais nos estabelecimentos de ensino secundário em articulação com as empresas, associações empresariais e autarquias, tendo em vista a valorização da componente prática e a preparação de um maior número de jovens para o mercado de trabalho.

De acordo com as atuais frequências do ensino secundário (do 9º ao 12º ano) podiam contabilizar-se, em 2014/15, cerca de 33.500 alunos frequentando as diversas opções da Via Geral (público e privado) e da Via Técnica. Estima-se, que é possível, enquadrar nos próximos anos, cerca de 6.750 formandos (20% do valor das atuais frequências), com ações de formação técnico-profissional de diversa natureza e sempre que possível apoiadas pelo sector empresarial.

ENSINO SECUNDÁRIO DE ADULTOS

Para além da Educação Básica de Adultos – EBA, já mencionada no capítulo anterior, no subsistema de Educação de Adultos desenvolve-se, a nível do secundário, o Ensino Recorrente, a Aprendizagem e a Formação Profissional de Base numa perspetiva de elevação do nível cultural e de aprendizagem ao longo da vida.

De acordo com a LBSE (2010), o Ensino Recorrente é destinado a adultos que exerçam uma atividade profissional em ordem a melhorar a sua formação cultural, científica e profissional. Esta modalidade de

¹⁸⁰ Em 2015 os CESP contaram com o importante apoio financeiro da Cooperação Luxemburguesa no montante de treze milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil escudos. Fonte: DGPOG.

ensino integrava, em 2014/2015, 1433 formandos distribuídos pelo 7º e 8º anos (45%), 9º e 10º anos (31%) e 11º e 12º ano (24%). A maioria dos inscritos pertencia ao sexo feminino (52,7%) e era oriunda dos concelhos de S. Vicente (37,3%); Praia (17,7%) e Ribeira Grande de Santo Antão (16,5%).

Estes alunos, que frequentavam a Via Geral, eram enquadrados por 124 professores, apesar de não existir suporte legal a nível do Ministério da Educação para a sua atividade. Contudo, regista-se uma procura, em todos os concelhos, de jovens e adultos que concluem o 8º ano que estão interessados na prossecução de estudos secundários.

Quanto ao funcionamento da Aprendizagem e Formação Profissional de Base, como ações complementares da EBA, a sua cobertura é muito limitada por falta de orientadores e monitores e recursos financeiros adequados, apesar de este tipo de formação ser organizado para permitir o exercício de uma profissão.

Com efeito, existe um conjunto de microprojectos em quase todos os concelhos que aguardam financiamento e as ações de formação e aprendizagem desenhadas no âmbito do nível I e II de qualificação continuam sem perfil profissional no Catálogo e no Quadro Nacional de Qualificações.

No Programa de Governo para a IX Legislatura define-se, como grande objetivo, a universalização do acesso à escolaridade obrigatória para jovens e adultos e a articulação entre o ensino obrigatório e o profissionalizante. Este objetivo está longe de ser conseguido.

2.3.2 MEDIDAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO

PROPOSTAS DE ATUAÇÃO A CURTO E MÉDIO PRAZOS

A organização do Ensino Secundário deverá ser diferenciada para as duas vias de ensino. Como foi referido anteriormente, a Via Geral será organizada num único ciclo de 4 anos que deverá permitir o prosseguimento de estudos no Ensino Superior, uma saída para a vida ativa sem qualificação profissional ou o ingresso num curso profissional.

A Via Técnica será organizada em dois ciclos de formação que permitirão a existência de saídas profissionais em cada ciclo de 2 anos e a prossecução de estudos para acesso ao Ensino Superior, após a conclusão do 12º ano.

Tanto numa via como noutra, as escolas deverão transformar-se em efectivas unidades autónomas de gestão, tal como se prevê no Decreto-Lei nº 20/2002, com a abertura de quase todos os seus órgãos de gestão, incluindo a participação dos representantes dos professores, alunos, pais e encarregados de educação. Esta Lei confere às escolas um vasto leque de competências para os diversos órgãos, nos planos administrativos, pedagógico, disciplinar e financeiro, e permite a que a escola tenha a sua própria identidade, através da elaboração do regulamento interno, do projeto educativo e de outros instrumentos de gestão. Contudo, muitas destas competências não foram ainda implementadas, por falta de regulamentação e de iniciativa.

O ensino secundário dá continuidade ao ensino básico, desenvolvendo capacidades intelectuais a par de uma formação humanista contemporânea, essencial para o projeto de vida futura dos alunos. Assim, o sistema educativo deve ser concebido para dar respostas à diversidade de aptidões, vontades, anseios e vocações dos jovens, bem como, das necessidades do desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde.

Neste nível de ensino deverá apostar-se, sobretudo:

Numa adequada articulação entre o ensino básico obrigatório e o ingresso no ensino secundário de carácter mais vocacional e profissionalizante;

Na aquisição das bases científicas, tecnológicas e culturais necessárias quer para prossecução de estudos, quer para o ingresso na vida profissional ativa;

Na educação para os valores democráticos, cívicos e culturais;

No reforço do ensino experimental das Ciências, nomeadamente da Matemática, Física, Química e Biologia e no desenvolvimento de atividades tecnológicas e artísticas;

No reforço e expansão do ensino de línguas estrangeiras, iniciadas no EBO e a criar, como o mandarim, o espanhol ou o alemão;

Na criação, a partir do 9º ano de escolaridade:

- na Via Técnica – de um ciclo de 2 anos com cursos profissionalizantes de banda larga e especialização técnica a partir do 11º ano com a possibilidade de prossecução de estudos no Ensino Superior;
- na Via Geral – ano de consolidação e orientação escolar e vocacional que deverá permitir a escolha de uma especialização a partir do 10º ano com a possibilidade de prossecução de estudos no Ensino Superior;
 - Na renovação das áreas curriculares da via geral de ensino com a introdução de abordagens modulares por competências;
 - Na revitalização dos cursos de Ensino Técnico Profissional com a possibilidade de organização flexível de especializações que tenham em conta as necessidades do mundo empresarial, e do acesso ao ensino superior;
 - Na criação de condições para aumento do investimento privado na organização e funcionamento de centros de formação técnico-profissional;
 - Na adoção de medidas e incentivos ao adequado funcionamento da inspeção e da avaliação das unidades escolares;
 - No alargamento, a médio prazo, da escolaridade obrigatória até ao 12º ano.

EXPANSÃO DA VIA TÉCNICA DE ENSINO SECUNDÁRIO

Atualmente os cursos de **ensino secundário da via técnica** constituem uma oferta educativa vocacionada para a inserção na vida profissional ativa e destinam-se a alunos que tenham concluído o 10º ano de escolaridade. Esta via permite também o prosseguimento de estudos nas áreas de especialização que os alunos frequentaram.

O número de inscritos na via técnica (11º e 12º anos) totalizava em 2014/2015, apenas 13% dos matriculados no 3º ciclo do ensino secundário público. Contudo, verificou-se entre 2006/07 e 2014/15 uma taxa de variação dos efetivos da via técnica de 8% ⁽¹⁸¹⁾. Segundo as informações estatísticas disponíveis, verificava-se que o índice de repetências nos cursos técnicos rondava os 21% (8 pontos percentuais acima da média registada para os últimos dados relativos ao 11º e 12º anos da via geral).

Esta situação mantém-se estável desde 2006/2007. Até então, existiam dois ciclos de formação na via técnica (1º ciclo com o 9º e o 10º anos e 2º ciclo com o 11º e 12º anos) que proporcionaram, nos primeiros anos deste século, um aumento significativo das matrículas no ensino secundário técnico. Após a extinção do 1º ciclo em 2005, o número de alunos estabiliza, tal como se indica no Quadro seguinte.

¹⁸¹ Série Cronológica da Educação (2000-2015) – MED-2015

Quadro 25 - Evolução dos efetivos da via técnica do ensino secundário

Via Técnica	2001/02	2004/05	2006/07	2010/11	2014/15
9º e 10º anos	1078	1599	-	-	-
11º e 12º anos	346	974	1508	1558	1629
Total	1424	2573	1508	1558	1624

Fonte: Série Cronológica da Educação (2000-2015) – MED 2015.

Mantendo-se o grande objetivo desta via de ensino de possibilitar a aquisição das bases científicas, tecnológicas e culturais necessárias, quer para o prosseguimento de estudos, quer para ingresso na vida profissional ativa, será fundamental reformular a sua atual estrutura, para que possa proporcionar uma oferta educativa vocacionada, sobretudo para a inserção na vida ativa.

No âmbito das opções delineadas pelo Programa de Governo para a IX Legislatura, será possível traçar **dois cenários diferenciados para o futuro desenvolvimento da via técnica de ensino secundário:**

- Para o primeiro cenário, apelidado de “condensado”, a via técnica terá uma estrutura idêntica à da via geral, devendo desenvolver-se num ciclo de 4 anos a partir do 9º ano de escolaridade, com uma oferta educativa vocacionada para a inserção na vida profissional ativa. Esta opção deverá conferir um diploma de conclusão do ensino secundário (12º ano) e uma qualificação profissional de nível IV, de acordo com o Sistema Nacional de Qualificações.
- O segundo cenário, designado por “tendencial”, será baseado em dois ciclos sequenciais que deverão atribuir qualificações profissionais de nível III (1º ciclo) e de nível IV (2º ciclo). Neste cenário, uma vez terminado o 1º ciclo com aproveitamento, os alunos poderão continuar o 2º ciclo, que deverá conferir um diploma de conclusão do ensino secundário, permitindo o prosseguimento de estudos em áreas afins do ensino superior.

Em ambos os cenários os planos de estudo para os cursos do ensino secundário técnico deverão ser organizados com três componentes:

- a) Formação geral, visando contribuir para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos jovens;
- b) Formação técnico-científica, visando na sua área a aquisição e o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos científico-tecnológicos;
- c) Formação específica, visando o desenvolvimento de aptidões, bem como, de atitudes para concretização das aprendizagens em contexto de trabalho.

No **cenário tendencial**, o 1º ciclo deverá ter um caráter vocacional com formações diferenciadas de que permitam saídas profissionais no final do 10º ano, com a atribuição de uma qualificação profissional de nível III, ou o prosseguimento da formação adquirida, em especializações afins no 2º ciclo da via técnica. Este 2º ciclo deverá ser programado para permitir a aquisição de conhecimentos técnico-científicos e a obtenção de uma especialização adequada, de forma a possibilitar o exercício de atividades profissionais inseridas no âmbito do nível IV de QP, sem prejuízo de se poder prosseguir estudos no ensino superior.

No **cenário condensado** não existirá uma saída profissional a meio percurso, optando-se por uma carga horária mais leve para um percurso longo de qualificação profissional de nível IV e tal como referido, sem prejuízo de prosseguimento de estudos no Ensino Superior.

Por uma questão de maior flexibilidade e de adaptabilidade às necessidades de evolução do mercado de trabalho, desenvolve-se, de seguida, uma hipótese de programação das atividades formativas em consonância com o cenário Tendencial.

Sobre os cursos ACP e CESP, constata-se a necessidade de uma avaliação independente que analise a estrutura curricular dos cursos, o seu grau de complementaridade, os recursos disponíveis para o seu funcionamento, o seu enquadramento nas instituições onde são ministrados e os resultados obtidos. Após esta avaliação, deverá ser tomada uma decisão quanto à viabilidade destes cursos e qual a solução a adotar para a sua continuidade.

DESAFIOS PARA A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Tendo em conta a situação atual da **educação de adultos**, verifica-se que carece de um reforço substancial em recursos financeiros e humanos para poder responder à procura existente, por parte de jovens e de adultos, de formação extraescolar.

Para expansão deste subsistema propõe-se:

- 1) Elaboração dos currículos da Educação de Adultos de forma integrada, assente numa abordagem por competências e estrutura modular;
- 2) Adaptação da EBA, à escolaridade obrigatória, com integração de novas disciplinas (línguas estrangeiras, TIC) articuladas com o ensino profissionalizante;
- 3) Revisão e/ou atualização do quadro legal da EBA (regulamentação da prática pedagógica; sistema de avaliação e monitorização, etc.);
- 4) Definição e/ou atualização do programa de Formação Profissional de Base da Educação de Adultos.
- 5) Regulamentação do ensino recorrente numa perspetiva de Aprendizagem ao Longo da Vida;
- 6) Ações de formação para reforço e ou criação de um quadro de formadores para a Educação de Adultos;
- 7) Aumento do número de Círculos de Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida;
- 8) Desenvolvimento de um sistema de gestão pedagógica e de avaliação para a Educação de Adultos.

HIPÓTESES DE DISTRIBUIÇÃO E DE ORGANIZAÇÃO DE FORMAÇÕES TÉCNICO-PROFISSIONAIS

Pressupondo como possível enquadrar, nos próximos 4 anos, 6.700 formandos no Ensino Técnico-Profissional (20% da população do Ensino Secundário), propõe-se que 40% desses formandos fossem integrados em ações de formação a nível do 9º e 10º anos e que os restantes 60% pudessem receber formações a nível do 11º, 12º e pós 12º ano.

Esta hipótese de distribuição poderá determinar os resultados que a seguir se apresentam:

I. Formação de 2.700 alunos (40% do total) para obtenção dos níveis II e III de qualificação profissional.

Desenvolvimento de experiências-piloto de formação em colaboração com empresas. Nível de ingresso – EBO.

- a) Cursos de Formação Profissional de curta duração em 5 Escolas Secundárias, durante 4 anos:
 - 5 Escolas com 1 curso/ano de FP com 25 formandos cada = **500 formandos**.
- b) Cursos de 1 ano a funcionar em Unidades Formativas de Escolas Secundárias no âmbito da Educação de Adultos:
 - 5 Escolas com 2 turmas de 25 alunos cada, durante 4 anos = **1.000 formandos**;
- c) Cursos básicos de Ensino Técnico-Profissional com a duração de 2 anos;
 - Obtenção do nível III de QP e possibilidade de prosseguimento de estudos no 11º ano da Via Técnica.
 - 4 Escolas Técnicas com 3 cursos x 4 anos x 25 alunos = **1.200 formandos**.

II. Formação de 4.000 alunos (60% do total) para obtenção dos níveis IV e V de qualificação profissional.

Organização de cursos modulares segundo uma abordagem por competências a definir em conjunto com os sectores empregadores:

- a) Cursos de Ensino Técnico-Profissional - duração de 2 anos em Escolas Secundárias. Nível de ingresso - 10º ano. No final, obtenção de equivalência ao 12º ano e nível IV.
 - 6 Escolas Secundárias - 4 turmas/ano x 2 anos x 25 alunos = **1.200 formandos**
- b) Cursos de Ensino Técnico-Profissional com a duração de 2 anos em Escolas Técnicas. Nível de ingresso - 10º ano. No final, obtenção de equivalência ao 12º ano e nível IV.
 - 4 Escolas Técnicas com 12 turmas/ano x 2 anos x 25 alunos = **2.400 formandos**
- c) Cursos Complementares de Profissionalização - pós 12º ano de escolaridade, com a duração mínima de 1 ano. Nível de ingresso - 12º ano. Obtenção do nível V de QP.
 - 4 Escolas Técnicas com 5 turmas de 20 alunos cada = **400 formandos**

As hipóteses de desenvolvimento dos cursos técnico-profissionais só poderão ser concretizadas se houver empenhamento das instituições de formação (em particular das Escolas Técnicas) e um reforço substancial em recursos humanos e atribuições relacionadas com o ensino técnico-profissional, do Núcleo de Ensino Geral e Técnico Profissional da DNE.

Uma maior ligação da DNE com o IEFP será conveniente para a uniformização de atividades de acompanhamento, monitorização e avaliação das ações de formação e para a realização dos estágios profissionais. Para o efeito, todas as Escolas que oferecerem estes cursos terão de ser acreditadas pelo Sistema Nacional de Qualificações. Da mesma forma os planos de estudo e as cargas letivas de cada curso ou área de formação deverão ser estabelecidas tendo em atenção as normas e regras exigidas pelo Sistema Nacional de Qualificações.

PROJETOS PARA O ENSINO SECUNDÁRIO

Este Plano de Ação deverá ser entendido como continuação do Plano para o Ensino Básico Obrigatório, numa perspetiva de especialização, de desenvolvimento de capacidades intelectuais a par de uma formação científica e humanista contemporânea, essencial para a construção de um projeto de vida futura. Perspetiva-se uma visão para as escolas de ensino secundário como unidades autónomas

de gestão, com maior liberdade curricular obtida através de um misto de disciplinas obrigatórias e facultativas, em consonância com a realidade local.

No âmbito do Ensino Secundário, propõe-se, para o período de 2017 a 2021, a concretização de cinco grandes Projetos que deverão influenciar a evolução deste sistema de ensino, tornando-o mais autónomo e funcional.

Nestes Projetos que visam o reforço e a consolidação do Ensino Secundário, integram-se diversas valências relacionadas com a educação formal e a não formal, apresentando-se propostas que permitam a mobilidade entre os dois sistemas sem penalizações educativas. A educação de adultos, o ensino especial e as atividades de complemento de formação constituem, neste plano, subsistemas interdependentes integrados nos Projetos de Ensino Secundário.

EIXOS	PROJETOS
ACESSO EQUITATIVO	I. MELHORIA QUALITATIVA DO ACESSO AO ENSINO SECUNDÁRIO (GERAL, TÉCNICO E PARA ADULTOS)
QUALIDADE E RELEVÂNCIA	II. MODERNIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO ORIENTADO PARA O ESTUDO E PARA A VIDA ATIVA
	III. PROMOÇÃO DE UM QUADRO DE GARANTIA DE QUALIDADE DO ENSINO SECUNDÁRIO (GERAL, TÉCNICO E PARA ADULTOS)
	IV. REQUALIFICAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS
GESTÃO EFICAZ E EFICIENTE	V. REFORÇO DAS LIGAÇÕES COM O MUNDO EMPRESARIAL

O desenvolvimento destes Projetos obedece aos seguintes objetivos e estratégias:

PROJETO I. “MELHORIA QUALITATIVA DO ACESSO AO ENSINO SECUNDÁRIO (GERAL, TÉCNICO E DE ADULTOS)”

Pretende-se proporcionar um acesso equitativo ao Ensino Secundário a todos os jovens com idades iguais ou superiores a 13 anos, adaptando os critérios de admissão para os jovens dos grupos mais vulneráveis onde se incluem as necessidades educativas especiais e a igualdade de género.

Este projeto tem como objetivo principal **“reforçar a qualidade do Ensino Secundário com o desenvolvimento de competências e capacidades necessárias à educação e formação dos alunos”**. Este objetivo estratégico deverá contribuir, de maneira decisiva, para a futura universalização do ensino secundário.

Para a consecução deste objetivo, estabelecem-se as seguintes *estratégias*:

- Sensibilizar as famílias e os alunos para o leque de opções escolares e carreiras da formação técnica.
- Implementar programas de Ação Social Escolar de apoio aos jovens mais vulneráveis.
- Expandir e modernizar a Via Técnica para aumentar o acesso e responder às necessidades do mercado de trabalho.
- Desenvolver programas específicos para alunos com dificuldades especiais de aprendizagem.
- Aumentar o leque de formações dirigidas para a igualdade de género.
- Promover a educação contínua ao longo da vida com enfoque nas opções técnicas e na educação de adultos.

PROJETO II. “MODERNIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO ORIENTADO PARA O ESTUDO E PARA A VIDA ATIVA”

Alinhar o Ensino Secundário com as necessidades económicas e sociais do país, fornecendo uma educação moderna relacionada com o trabalho, tanto para a Via Geral como para a Via Técnica e Educação de Adultos.

Para o desenvolvimento deste Projeto propõe-se, como objetivo principal, **“promover o sucesso escolar, mediante a modernização do Ensino Secundário com a aquisição pelos alunos, de habilidades e competências orientadas para o prosseguimento de estudos e para a vida ativa”**.

As intervenções propostas neste projeto obedecem às seguintes *estratégias*:

- Melhorar a motivação e as aprendizagens a fim de reduzir a repetência e os abandonos.
- Rever o quadro de apoio psicológico para a orientação escolar e profissional e informar os alunos sobre a diversidade de opções e de carreiras no Ensino Técnico.
- Reestruturar a Via Geral do ES com um 9º ano de consolidação e orientação e os 10º, 11º e 12º anos de especialização.
- Criar unidades formativas em escolas secundárias da Via Geral para apoio ao desenvolvimento da educação de adultos.
- Integrar todos os cursos das escolas Técnicas na plataforma de coordenação da política integrada de Educação Formação e Emprego (PIEFE).
- Ampliar a oferta formativa de ensino técnico ao 9º ano de escolaridade com a reestruturação do ET em 2 ciclos, que permitam a transição para o mercado de trabalho com 2 níveis de saídas profissionais.

PROJETO III. “PROMOÇÃO DE UM QUADRO DE GARANTIA DE QUALIDADE DO ENSINO SEUNDÁRIO (GERAL, TÉCNICO E PARA ADULTOS)”

Melhorar o currículo e o quadro de garantia de qualidade das duas vias de ES através da introdução de novos programas e de uma adequada adaptação às necessidades educativas e profissionais, obriga a intervenções a nível do desenvolvimento curricular, da gestão pedagógica das escolas e da formação dos seus professores.

Como objetivo fundamental, pretende-se **“melhorar os resultados de aprendizagem com a adaptação dos programas às competências necessárias para o prosseguimento de estudos e para a vida profissional”**.

Com este objetivo, definiram-se as seguintes estratégias de atuação:

- Rever a organização curricular do ES com a introdução de novas abordagens por competências e promover a elaboração de manuais e materiais didáticos de apoio.
- Consolidar a atribuição de certificados de Qualificação Profissional para cursos técnicos.
- Introduzir novos programas de línguas estrangeiras, bem como habilidades e competências para a vida, em várias disciplinas.
- Efetuar a revisão dos planos de estudo do ensino secundário geral e técnico para se adaptarem ao novo quadro de qualidade e às novas profissões.
- Elaborar manuais e textos de apoio aos professores bem como software educativo, o que implica o reforço de equipamentos e materiais informáticos.
- Desenvolver atividades de formação e reciclagem de professores para as novas matérias curriculares.

- Realizar avaliações institucionais regulares ao ensino secundário, de modo a aferirem-se os padrões de qualidade e, em especial ao 12.º ano, com o objetivo de se conhecer criticamente o nível terminal deste nível de ensino e ingresso no ensino superior ⁽¹⁸²⁾.

PROJETO IV. “REQUALIFICAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS”

Neste Projeto sobre “Rede Escolar do ES”, propõe-se melhorar e manter as instalações físicas das escolas, requalificando as suas infraestruturas a fim de se poder **“Consolidar a rede de escolas de Ensino Secundário (Geral e Técnico) para proporcionar um ambiente propício à aprendizagem.”** Para o efeito, devem-se adotar as seguintes *estratégias*:

- Requalificar espaços educativos e apetrechá-los com os equipamentos necessários ao desenvolvimento dos programas.
- Descongestionar as Escolas de Ensino Secundário com a transferência de turmas do 7º e 8º anos para Escolas do EBO.
- Adaptar espaços escolares para os alunos com NEE.
- Atribuir às escolas com cursos técnico-profissionais verbas especiais para aquisição de consumíveis destinados às atividades formativas.
- Desenvolver recursos modernos de *e-learning* para apoio às atividades formativas de caráter transversal.

Quanto ao investimento na recuperação de espaços educativos, prevê-se a continuação da construção de 3 Escolas Secundárias (Boavista, Brava e Paul); a criação de Unidades Formativas em 10 Escolas; adaptações em 20 Escolas; recuperação de 50 salas e reestruturação de 16 Laboratórios/Oficinas.

PROJETO V. “REFORÇO DAS LIGAÇÕES COM O MUNDO EMPRESARIAL”

A eficácia do Ensino Secundário passa pelo reforço das ligações com o sector empresarial e a formação e capacitação dos responsáveis pelo funcionamento do sistema. Como *objetivo* deste Projeto há que se **“estabelecer melhores ligações com o sector empresarial e implementar diferentes métodos e modalidades formativas para Gestores, Professores e Coordenadores do ES”**.

Assim, as intervenções propostas integram-se nas seguintes *estratégias* relacionadas com a ligação às empresas e a formação de docentes:

- Estabelecer ligações em rede entre os estabelecimentos de ETEFP e o sector empresarial.
- Analisar a situação existente e propor medidas que permitam consolidar a carreira profissional dos docentes.
- Alargar as funções dos professores e elaborar planos de formação e reciclagem para a sua atualização.
- Definir com o ensino superior modalidades de formação/reciclagem dos professores de ensino secundário.
- Apoiar a supervisão e a avaliação das atividades pedagógicas nas Escolas Secundárias.
- Melhorar e diversificar a gestão das escolas de ensino secundário.

De entre as atividades propostas nos cinco Projetos para o Ensino Secundário, destacam-se a formação e/ou capacitação de 860 docentes, 100 coordenadores e 20 inspetores e a organização de uma centena de estágios profissionais. Ainda deverão ser propostos 40 cursos técnicos, 30 ações de complemento de formação e criados ou adaptados 24 programas de formação e estabelecidos 20 acordos de colaboração.

¹⁸² Este tópico é tratado no capítulo referente ao Programa “Educação Superior, Ciência e Inovação”.

2.4. EDUCAÇÃO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

2.4.1. CARATERIZAÇÃO GERAL

NOTA HISTÓRICA E ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos anos 80 e 90 do século passado, foram criadas instituições de ensino médio e superior nos domínios das Ciências Náuticas, Agrárias, da Educação (com enfoque na formação de professores) e da Administração e Gestão. Em 1999, o sistema educativo foi complementado com a inserção do Ensino Superior na Educação Escolar ⁽¹⁸³⁾.

Em inícios do séc. XXI, foi instalada a primeira instituição universitária privada, a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde ⁽¹⁸⁴⁾ e criada a Universidade Cabo Verde ⁽¹⁸⁵⁾ que integrou, em 2008, a maioria das instituições acima referidas. No ano 2009, foram reconhecidas, oficialmente, sete instituições de ensino superior privado ⁽¹⁸⁶⁾. Em 2012 o Instituto Pedagógico foi reconfigurado em Instituto Universitário da Educação ⁽¹⁸⁷⁾.

Em conformidade com a Lei de Bases do Sistema Educativo (revista em 2010), o Ensino Superior cabo-verdiano compreende o ensino universitário e politécnico ⁽¹⁸⁸⁾. Mas, na prática, esta diferenciação não se tem refletido na natureza dos estabelecimentos do ensino superior, não existindo na prática uma diferenciação entre universidades e institutos politécnicos.

No ano 2012, foi estabelecido o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior públicas e privadas ⁽¹⁸⁹⁾, que regula a sua constituição, atribuições e funcionamento e, ainda, os poderes de tutela e de superintendência. No mesmo ano ⁽¹⁹⁰⁾, foi definido o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do ensino superior, que se organiza em ciclos de estudo conferentes, ou não, de graus académicos.

EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS

Este nível educativo assistiu a uma notável expansão, passando os efetivos de 1810 em 2001/02 para 12.538 em 2014/15, o que representa um aumento na ordem dos 593% ⁽¹⁹¹⁾.

Nos últimos anos, o número de estudantes no Ensino Superior passou de 11.800, em 2011/12 para 12.538, em 2014/15, o que representa um crescimento moderado de 6,3%. Entre 2013/14 e 2014/15, assiste-se a um decréscimo dos efetivos na ordem de 6,4%.

¹⁸³ Lei n.º 113/V, de 18 de outubro de 1999.

¹⁸⁴ Decreto-Lei n.º 12, de 7 de maio de 2000.

¹⁸⁵ Resolução n.º 53, de 18 de outubro de 2000; Decreto-Lei n.º 53, de 20 de novembro de 2006.

¹⁸⁶ No Boletim Oficial n.º 43 de 16 de outubro de 2009 foram publicadas Decretos Regulamentares que reconhecem oficialmente as seguintes IES privadas: o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, a Mindelo Escola Internacional de Artes, a Universidade Lusófona Dr. Baltasar Lopes da Silva, a Universidade Intercontinental de Cabo Verde e a Universidade de Santiago; Despacho da ME, de 29 de outubro de 2009 que criou o Instituto de Estudos Superiores Isidoro Graça (que evoluiu para a Universidade de Mindelo).

¹⁸⁷ Decreto-Lei n.º 17/2012, de 21 de junho de 2012.

¹⁸⁸ Artigo 32.º, 1 do Decreto-Lei n.º 2, de 7 de março de 2010.

¹⁸⁹ Decreto-Lei n.º 20, de 19 de julho de 2012, republicado em 24 de fevereiro de 2015.

¹⁹⁰ Decreto-Lei n.º 22, de 7 de agosto de 2012.

¹⁹¹ Dados estatísticos do SEPC, ME.

Gráfico 14 – Evolução de efetivos do Ensino Superior (2011/12 – 2014/15)



Fonte: SEPC, ME, 2017.

O abrandamento do crescimento neste nível de ensino poderá estar relacionada com idêntica tendência no ensino secundário. Pode-se ainda admitir, como hipótese que esta retração resulta do impacto da crise financeira na diminuição da capacidade das famílias em arcarem com os custos de frequência neste nível de ensino ou mesmo de um possível recrudescimento da concorrência das universidades estrangeiras em relação à IES nacionais. ⁽¹⁹²⁾

Tendo como referência o número de estudantes por 100.000 habitantes, o indicador de cobertura do ensino superior, em 2012, era de 2.242, valor que se aproxima da situação média internacional ⁽¹⁹³⁾.

No ano letivo 2014/15, os efetivos eram constituídos por 7.370 estudantes do sexo feminino (58,8%) e 5.168 do sexo masculino (41,2%). A diferença da participação poderá estar relacionada, em parte, com o nível de desempenho acadêmico diferenciado no ensino secundário, nível no qual as alunas apresentam melhor rendimento escolar do que os alunos ⁽¹⁹⁴⁾.

¹⁹² Anuário estatístico 2010/11 (2012), MESCI, p. 17.

¹⁹³ Cf. a tabela “Elementos de comparação internacional da cobertura escolar do ensino superior (2012), in *Elementos de análise setorial da educação*, p. 29.

¹⁹⁴ Anuário estatístico 2011/12 (2013), MESCI, p. 15.

Gráfico 15 – Alunos matriculados por sexo e segundo as instituições de formação, (2014/15)

Instituição	Anos de Estudo											
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		Total	
	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F
Uni-CV	1245	683	1563	840	692	380	683	419	0	0	4183	2322
IUE	573	408	441	236	0	0	0	0	0	0	1014	644
Uni-Piaget	528	275	371	187	419	216	694	385	96	29	2108	1092
Uni-Mindelo	299	194	224	153	178	125	245	157	25	14	971	643
ISCEE	489	296	350	235	256	166	279	196	157	108	1531	1001
ISCJS	277	148	134	84	182	113	287	189	0	0	880	534
IM_EIA	31	18	16	4	12	8	13	10	0	0	72	40
Uni Lusófona	129	57	97	57	118	78	113	71	40	27	497	290
ÚNICA	141	95	142	108	48	36	107	73	0	0	438	312
Uni Santiago	297	163	238	147	169	100	140	82	0	0	844	492
Total	4009	2337	3576	2051	2074	1222	2561	1582	318	178	12538	7370

Fonte: SEPC, ME, 2017.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

No ano 2014/15, frequentaram o Ensino Superior em Cabo Verde 12.538 alunos distribuídos por duas instituições de ensino superior público, a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e o Instituto Superior de Educação (IUE) em processo de integração na Uni-CV) e por oito instituições de ensino superior privado: a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (UNI PIAGET); a Universidade de Santiago (US); a Universidade de Mindelo (Uni Mindelo); a Universidade Lusófona de Cabo Verde (Uni Lusófona); a Universidade Intercontinental de Cabo Verde (ÚNICA); a Mindelo - Escola Internacional de Artes (M_EIA); o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresarias (ISCEE) e o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS).

Conforme se apresenta a seguir, a maioria dos estudantes frequentava instituições de ensino superior privadas (2014/15: 58,6%).

Quadro 26 – Número de alunos matriculados nas instituições de Ensino Superior nas ilhas de Santiago e S. Vicente (2014/15)

Ilhas	Instituições de Ensino Superior										
	ISCEE	Uni-Piaget	Uni-CV	IUE	ISCJS	M_EIA	Lusófona	ÚNICA	Uni-Mindelo	US	Total
S.VICENTE	404	439	858	410		72	497		971		3651
SANTIAGO	1127	1669	3325	604	880			438		844	8887
Total	1531	2108	4183	1014	880	72	497	438	971	844	12538

Fonte: SEPC, ME, 2017.

No ano 2014/15, 5.223 estudantes matricularam-se nas duas instituições de ensino superior público (UNI-CV: 4.183; IUE: 1041). O número de estudantes que frequentaram as instituições privadas foi de 7.315, sendo as instituições mais procuradas a UNI-PIAGET (2.108 alunos); o ISCEE (1.531) e a UM

(971 estudantes). A instituição de menor dimensão é a M_EIA (72 alunos), seguindo-se, no ensino particular, a ÚNICA (438) e a UL (497). Da análise da distribuição geográfica, conclui-se que 70,9% dos estudantes deste nível de ensino encontravam-se matriculados em instituições na ilha de Santiago (8.887) e 20,1% na ilha de S. Vicente (3.651 alunos).

ÁREAS CIENTÍFICAS

Para a análise da situação atual do Ensino Superior e das perspetivas de futuro importa conhecer a sua composição por domínios do conhecimento.

Embora se tenha adotado, no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior ⁽¹⁹⁵⁾, um conjunto de áreas científicas, de acordo com uma classificação internacional aprovada pela UNESCO (ISCED 2013) ⁽¹⁹⁶⁾, neste estudo, adotou-se a classificação que consta nas estatísticas oficiais.

Quadro 27 - Distribuição dos efetivos segundo área de formação (2012/13 - 2014/15)

Ano	Ciências sociais, humanas, letras e línguas.	Ciências exatas, engenharias e tecnologias	Ciências da vida, ambiente e saúde	Ciências económicas, jurídicas e políticas	Total
2012/13	3957	2943	1409	4759	13068
	30,30%	22,50%	10,80%	36,40%	
2014/15	3958	2400	1822	4358	12538
	31,57%	19,14%	14,53%	34,76%	

Fonte: SEPC, ME, 2017.

Reportando-nos ao ano 2014/15, os domínios científicos escolhidos pelos estudantes foram as Ciências Económicas, Jurídicas e Políticas (34,8%), seguindo-se as Ciências Sociais, Humanas, Letras e Línguas (31, %) ⁽¹⁹⁷⁾. As áreas de formação menos procuradas foram as Ciências da Vida, Ambiente e Saúde (14,5%) e as Ciências Exatas, Engenharias e Tecnologias (19,1%) ⁽¹⁹⁸⁾.

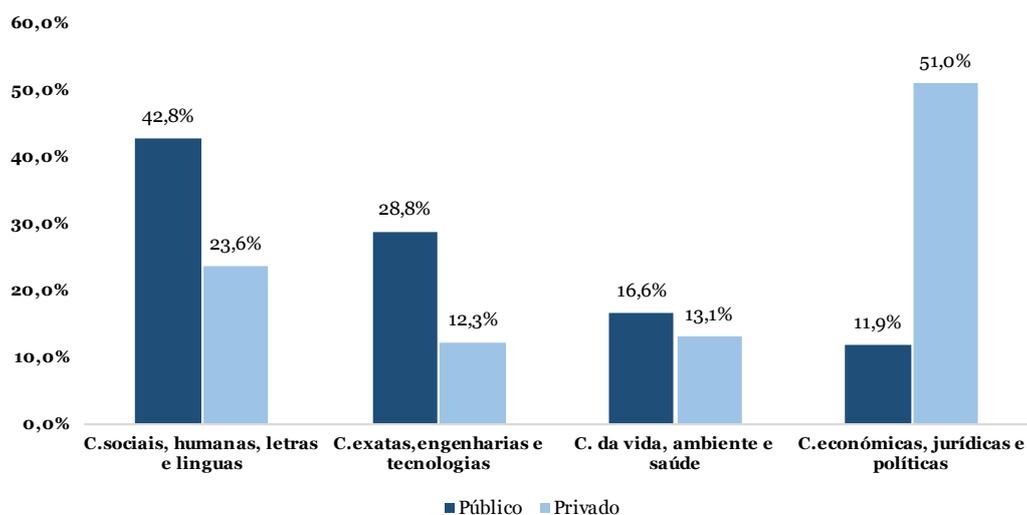
¹⁹⁵ Decreto-Lei n.º 12, de 24 de fevereiro de 2015.

¹⁹⁶ No RJIES estão elencadas as seguintes áreas: Educação; Artes e Humanidades; Ciências Sociais, Jornalismo e Informação; Gestão, Administração e Direito; Ciências Naturais, Matemática e Estatística; Tecnologias de Informação e Comunicação; Engenharia, Indústria e Construção; Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária; Saúde e Proteção Social e Serviços.

¹⁹⁷ As “Humanidades” nos países com um PIB entre 2 000-10 000 USD] representava (2013) 17,7% e em Cabo Verde 32,2% e as “Ciências” representava, 114,5% e em Cabo Verde 5,4% (cf. o quadro “Estrutura dos alunos do ensino superior por disciplina: comparação internacional”, in Elementos de análise setorial..., p. 59).

¹⁹⁸ As “Ciências” nos países PCGDP [PIB entre 2 000-10 000 USD] representava (2013) 14,5% e em Cabo Verde 5,4% (*idem, ibidem*).

Gráfico 16 – Estudantes inscritos [%] por área e por tipo de instituição (2014/15)



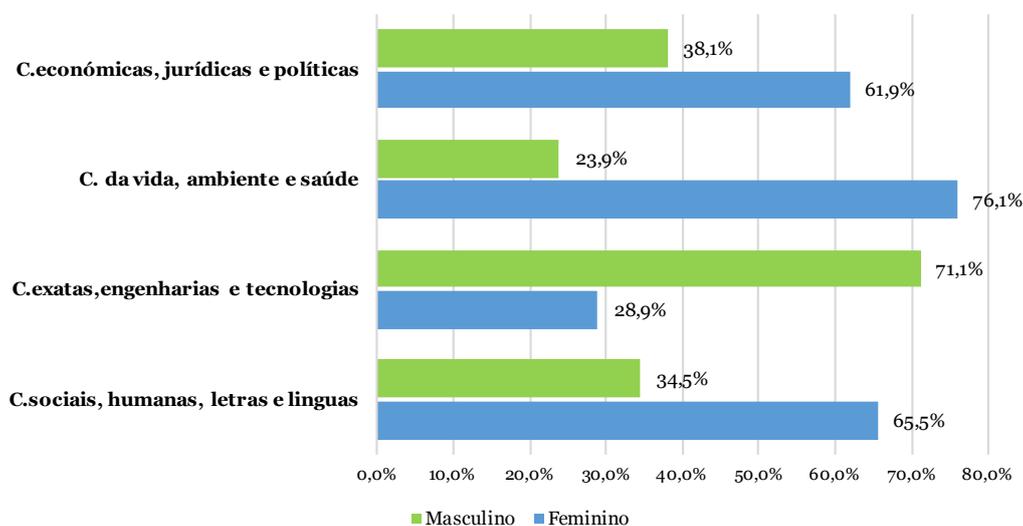
Fonte: SEPC, ME, 2017.

A articulação entre as áreas de formação e o tipo de instituição (pública e privada) revela diferenças significativas no tocante à distribuição dos estudantes.

No ensino superior público, os estudantes distribuem-se pelas seguintes áreas científicas: das Ciências Sociais, Humanas, Letras e Línguas (42,8%); Ciências Exatas, Engenharias e Tecnologias (28,8%); Ciências da Vida, Ambiente e Saúde (16,6%) e a das Ciências Econômicas, Jurídicas e Políticas (11,9%).

A maioria dos alunos matriculados no ensino privado escolheu a área das Ciências Econômicas, Jurídicas e Políticas (51%). As áreas das Ciências Sociais, Humanas, Letras e Línguas constituem a segunda opção dos alunos do ensino privado (23,6%). As Ciências da Vida, Ambiente e Saúde e as Ciências Exatas, Engenharias e Tecnologias representavam, respetivamente, 13,1% e 12,3% do total do ensino privado.

Gráfico 17 - Estudantes inscritos [%] por área e género (2014/15)



Fonte: SEPC, ME, 2017.

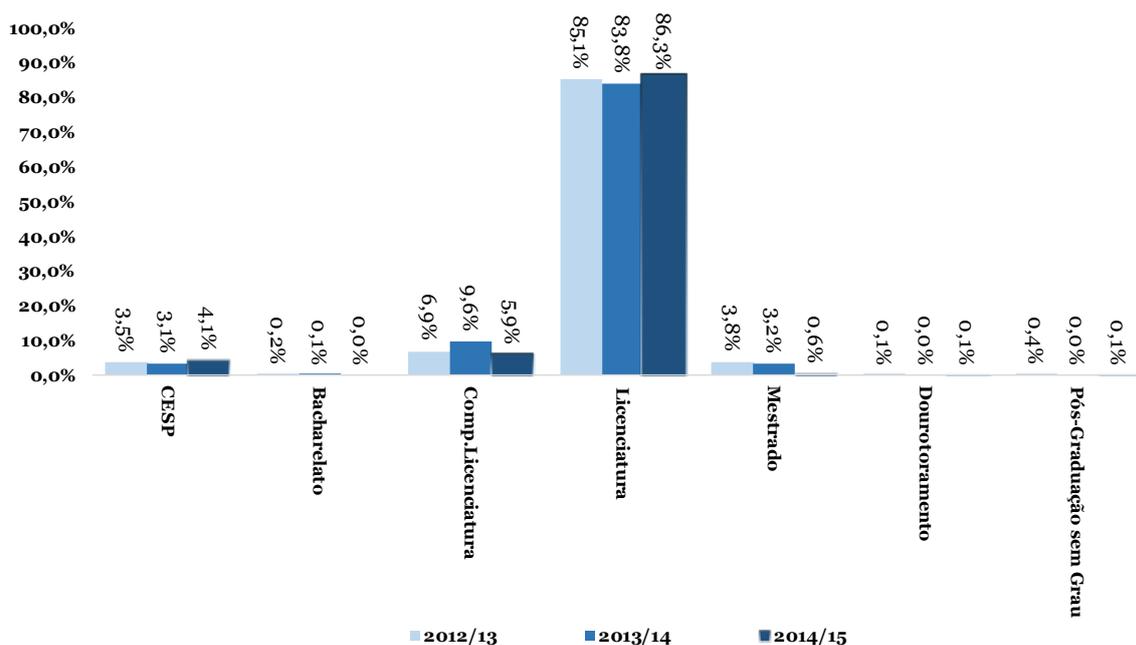
Conforme se constata no gráfico acima, os estudantes do sexo feminino, no ano letivo 2014/15, frequentaram cursos da área das Ciências da Vida, Ambiente e Saúde (76,1%), seguindo-se, por ordem de preferência, as áreas das Ciências Sociais, Humanas, Letras e Línguas (65,5%), de Ciências Económicas, Jurídicas e Políticas (61,9%) e de Ciências Exatas, Engenharias e Tecnologias (28,9%).

Em contraste, os estudantes do sexo masculino, no mesmo ano, optaram pela formação em Ciências Exatas, Engenharias e Tecnologias (71,1%). As áreas menos procuradas, por ordem decrescente, foram as Ciências Económicas, Jurídicas e Políticas (38,1%); as Ciências Sociais, Humanas, Letras e Línguas (34,5%) e as Ciências da Vida, Ambiente e Saúde (23,9%).

GRAUS E DIPLOMAS

A estrutura de graus e diplomas no Ensino Superior reflete a existência de uma rede diversificada em termos de ofertas formativa: cursos de estudos superiores profissionalizantes – CESP, licenciaturas, mestrados e doutoramentos.

Gráfico 18 - Alunos matriculados [%] segundo o nível de formação (2012/13 – 2014/15)



Fonte: SEPC, ME, 2017.

A leitura dos indicadores da frequência dos estudantes por níveis de formação e graus académicos (2014/15) – CESP, licenciaturas, mestrados e doutoramentos – revela que 86,3% dos estudantes estavam matriculados em cursos de graduação (licenciatura). O peso dos cursos de pós-graduação é residual, expresso pelas percentagens de 0,6 para os Mestrados, 0,1 para pós-graduações “sem grau” e 0,1% para Doutoramentos. As matrículas nos CESP tiveram um peso de 4,1%.

Contrariando a tendência desejável do aumento gradativo dos ciclos de estudos com nível de pós-graduação, nos últimos anos da série (Gráfico acima) assiste-se a um aumento dos cursos de licenciatura na proporção de 2,5% e a uma diminuição dos cursos de mestrado de 3,2% para 0,6%.

Quadro 28 – Proporção de alunos do Ensino Superior segundo o gênero e o grau acadêmico (2014/15)

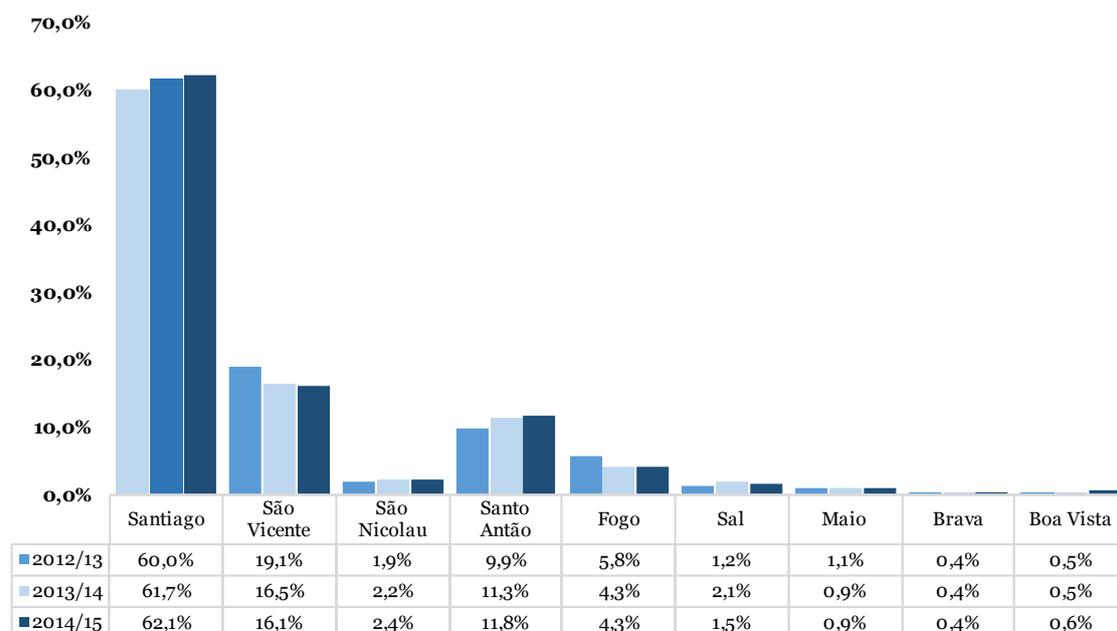
Grau	Sexo	
	M	F
CESP	56,6%	43,4%
Bacharelato	66,7%	33,3%
Complemento Licenciatura	42,9%	57,1%
Licenciatura	39,9%	60,1%
Pós-Graduação*	29,6%	70,4%
Mestrado	57,7%	42,3%
Doutoramento	50,0%	50,0%
Total	41,2%	58,8%

Fonte: SEPC, ME, 2017.

A leitura do quadro acima revela que as alunas são muito mais representativas nos níveis de pós-graduação que não outorgam grau acadêmico (70,4%), de licenciatura e de complemento de licenciatura (60,1%). O predomínio dos alunos regista-se nos CESP (43,4%) e em cursos de mestrado (42,3%). No único doutoramento, na época, na universidade pública, verificou-se a paridade.

PROVENIÊNCIA GEOGRÁFICA DOS ESTUDANTES

Gráfico 19 - Distribuição de efetivos segundo ilhas de proveniência (2014/15)



Fonte: SEPC, ME, 2017.

A localização das infraestruturas educativas é determinante no acesso e permanência dos alunos no Ensino Superior.

Reportando-nos ao ano letivo 2014/15, conforme o Gráfico acima, apura-se que a maioria dos alunos deste nível de ensino são provenientes da ilha de Santiago (62,1%) e de S. Vicente (16,1%). É nessas ilhas (nas cidades da Paria, Assomada e Mindelo) que se localizam as instituições de ensino superior públicas e privadas. Estas instituições recebiam estudantes provenientes das ilhas de Santo Antão (11,8%), Fogo (4,3%), S. Nicolau (2,4%), Sal (1,5%), Maio (1,5%), Brava (0,9%) e Boavista (0,4%).

CORPO DOCENTE

No ano letivo 2014/15, nas dez instituições de ensino superior, lecionaram 1.366 professores, sendo 578 no ensino superior público (UNI-CV e IUE), o que corresponde a 42,3% do total e 788 no ensino superior privado (outras oito instituições), com o peso de 57,7%.

Quadro 29 - Distribuição dos professores segundo o grau de formação e tipo de instituição (2014/15)

Instituição	Doutoramentos	Mestrados	Pós Graduações	Licenciaturas	Bacharelato	Total
	MF	MF	MF	MF	MF	MF
Público	93	303	22	159	1	578
	16,1%	52,4%	3,8%	27,5%	0,2%	
Privado	91	351	99	247	0	788
	11,5%	44,5%	12,6%	31,3%	0,0%	
Total	184	654	121	406	1	1366
	13,5%	47,9%	8,9%	29,7%	0,1%	

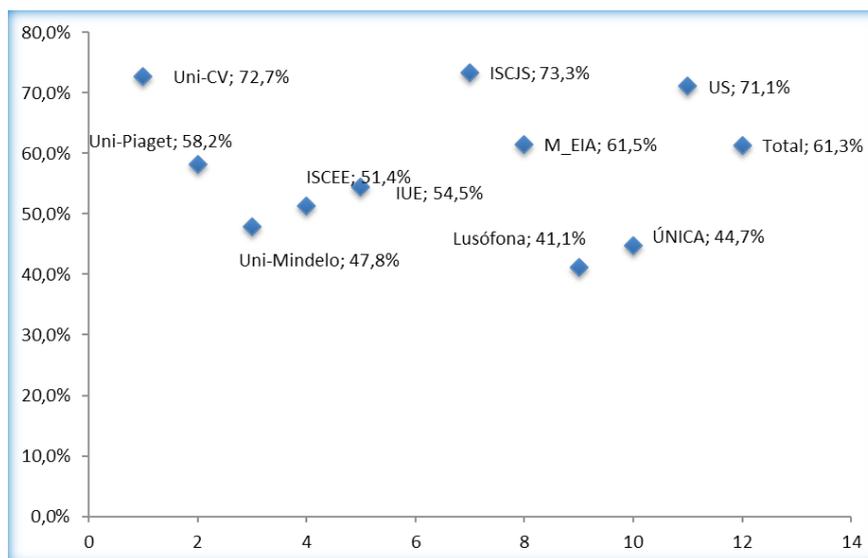
Fonte: SEPC, ME, 2017.

Apresenta-se sob reserva o número de docentes no ensino superior, considerando que tem sido prática corrente um professor lecionar em mais do que uma instituição, donde inferimos que o número real de professores do Ensino Superior possa ser inferior ao valor acima apresentado. Por outro lado, não conseguimos apurar o número de docentes que trabalham a tempo parcial, por mobilidade académica internacional e a tempo inteiro nas IES públicas e privadas.

No ensino público, em 2014/15, a maioria dos professores eram detentores de graus académicos adequados a este nível de ensino (doutoramentos: 16,1% e mestrados: 52,4%). Os restantes professores das instituições públicas eram habilitados com graus de pós-graduação não outorgantes de grau académico (3,8%), licenciaturas (27,5%) e bacharelatos (0,2%).

No ensino privado, no mesmo ano, o corpo docente era constituído por professores habilitados com os graus de mestrado (44,5%), de licenciatura (31,3%), de pós-graduações sem grau (12,6%) e de doutoramento (11,5%).

Gráfico 20 Percentagem de Professores mestres e doutores segundo a instituição (2014/15)



Fonte: SEPC, ME, 2017.

As IES melhor posicionadas no perfil do seu corpo docente (mestres e doutores) são o ISCJS (73,3%), a UNI-CV (72,7%) e a US (71,1%). Em contrapartida, com uma proporção de professores inferior a 50%, encontram-se a UL (41,1%), a ÚNICA (44,7%) e a UM (47,5%).

Os rácios alunos/professor mestre e alunos/professor doutor são elementos essenciais na avaliação das IES. Conforme as normas emanadas do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (art. 44º), o corpo docente das instituições públicas e privadas deve incluir, pelo menos, um doutor por 120 alunos e um doutor por cada curso oferecido, devendo, pelo menos, metade do corpo docente ser composta por docentes com o grau mínimo de mestres. A Uni-CV cumpre estes critérios, apresentando (2014/15) o rácio de um doutor por 49 alunos e de um mestre por 18 estudantes.

Quadro 30 Rácio alunos/professor mestre e alunos/professor doutor (2014/15)

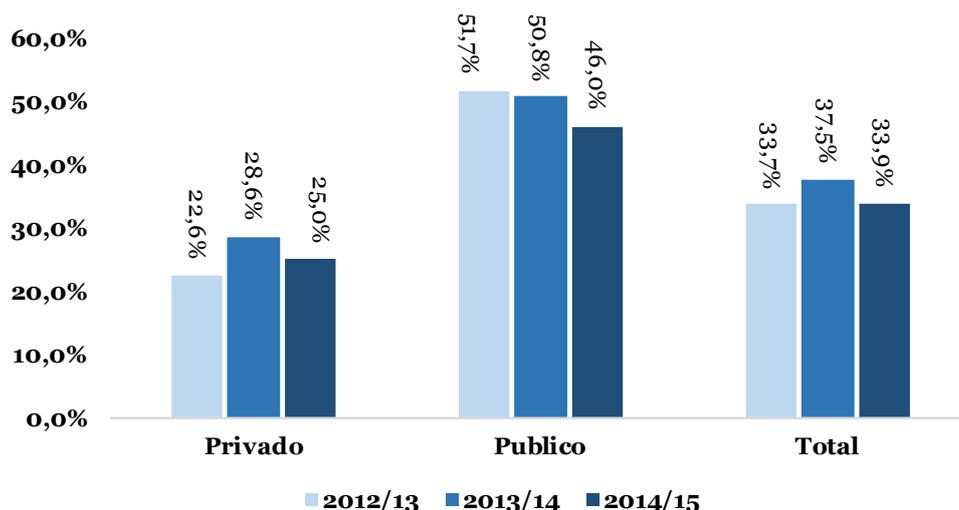
Instituições	Alunos/Mestres	Alunos/Doutores
Uni-CV	18	49
Uni-Piaget	27	100
Uni-Mindelo	19	69
ISCEE	24	170
ISCJS	17	37
M_EIA	12	36
Lusófona	18	50
ÚNICA	37	88
US	15	141
IUE	16	127
Total	19	68
Padrão	100	120

Fonte: SEPC, ME, 2017.

O rácio global do sector, incluindo instituições públicas e privadas, é de um mestre por 19 alunos e um doutor por 68 alunos, o que representa uma proporção razoável, se tivermos em consideração o padrão instituído na legislação, mas longe dos padrões aceites internacionalmente.

A instituição que detém a maior percentagem de professores habilitados com pós-graduação (mestres e doutores) é a Uni-CV (38,5%), seguindo-se a UNI-PIAGET (11,8%) e o ISCJS (9,2%). Os valores mais baixos situam-se na M_EIA (1%), ÚNICA (2%) e UL (4,4%).

Gráfico 21 – Professores a tempo inteiro [%] por natureza da instituição (2012/13-2014/15)



Fonte: SEPC, ME, 2017.

O gráfico mostra que, do universo dos professores das instituições do Ensino Superior, no ano 2014/15, em média, 33,9% trabalharam em regime de tempo inteiro, o que significa que 67,9% trabalharam em tempo parcial ou na modalidade de prestação de serviço.

Relativamente à natureza das instituições, no mesmo ano, verifica-se que nas instituições públicas, 46% dos professores trabalharam a tempo inteiro, enquanto nas privadas os docentes com este tipo de contrato representavam 25% do total.

INSTALAÇÕES DAS IES PÚBLICAS

O Instituto Universitário de Educação, cuja sede está localizada na Praia, dispõe atualmente, de modernas instalações nas Escolas de Formação que o integram e estão localizadas em Mindelo (ilha de S. Vicente) e na Assomada (ilha de Santiago). A construção e equipamento destes edifícios foram financiados pelo Governo e com recursos do Fundo Kuwait para o Desenvolvimento Árabe e do Fundo Saudita para o Desenvolvimento ⁽¹⁹⁹⁾

A Universidade de Cabo Verde dispõe de um património construído importante, na Praia e em Mindelo, destacando-se, pelo valor histórico, os edifícios denominados “Escola Grande da Praia” e, em Mindelo, “Liceu Gil Eanes”, estando, este último, a beneficiar de obras de reabilitação financiadas pelo Governo e pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. Brevemente começarão as obras do Campus Universitário da Praia, financiadas no quadro da cooperação com a República Popular da China.

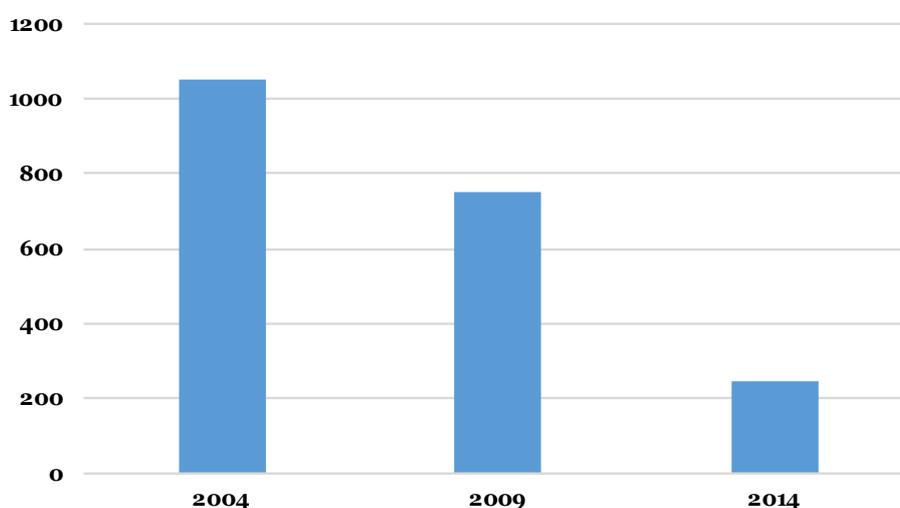
¹⁹⁹ No quadro do “Project for the Construction & Rehabilitation of Educational Institutions”, K.F. LOAN 790 & SFD LOAN N°3/530.

ENSINO SUPERIOR NO ESTRANGEIRO

Apesar da existência de uma oferta diversificada de ensino superior no país, os estudantes cabo-verdianos continuam a frequentar cursos superiores no estrangeiro, com ênfase para formações em domínios científicos não ministrados nas IES em Cabo Verde e em formações que outorgam os graus de mestrado e doutoramento e em pós-doutoramento. Os estudos superiores no estrangeiro são assegurados pelo financiamento das famílias e bolsas de estudo de mérito ou de outra índole, no quadro da cooperação internacional.

A paulatina redução do número de estudantes do Ensino Superior no estrangeiro (2009: 752; 2014: 246) tem correspondido à expansão deste nível educativo no Arquipélago.

Gráfico 22 – Evolução do número de bolseiros que frequentavam o Ensino Superior no estrangeiro (2004, 2009, 2014)



Fonte: SEPC, ME, 2017.

No ano 2014 foram atribuídas bolsas de estudo a 246 estudantes que frequentam cursos universitários no estrangeiro. A maioria dos bolseiros estudava em Portugal (41,5%), seguindo-se o Brasil (20,3%), a China (16,3%) e Marrocos (10,6%).

Quadro 31 – Número de bolseiros no exterior por país de acolhimento (2014/15)

Países	Bolseiros	Países	Bolseiros
Portugal	102	Turquia	3
Brasil	50	Austrália	2
China	40	Canadá	2
Marrocos	26	República Checa	2
Rússia	11	Índia	1
Japão	3	Malásia	1
Macau	3		
Total 246			

Fonte: SEPC, ME, 2017.

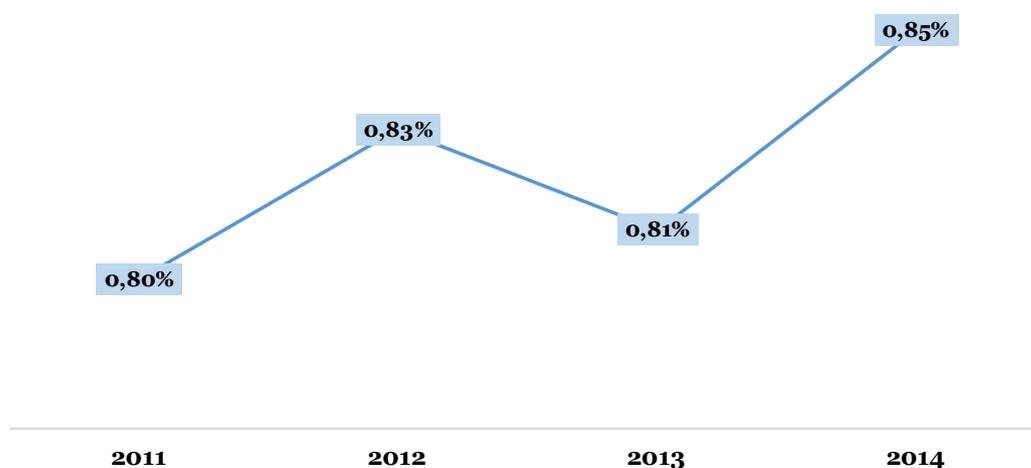
A última informação sistematizada sobre a distribuição dos bolsheiros no exterior por área científica, que data de 2012/13, denota um esforço na valorização das Ciências Exatas, Engenharias e Tecnologias (37%), das Ciências da Vida, Ambiente e Saúde (29,5%) e das Ciências Económicas, Jurídicas e Políticas (26,6%). O peso de benefícios concedidos para a frequência de cursos de Ciências Sociais, Humanas, Letras e Línguas reduziu-se a 6,8%.

FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

A estrutura do financiamento do ensino superior em Cabo Verde apresenta algumas características específicas: i) o grau significativo de autonomia concedido às estruturas universitárias no país; ii) o Estado contribui tanto para o financiamento do subsistema com subvenções diretas aos estabelecimentos públicos, como com subvenções a estudantes, através de um sistema de bolsas de estudo que possibilitem a frequência no ensino público ou no privado e iii) os estudantes contribuem para o funcionamento das IES públicas e privadas através do pagamento das propinas e iv) a oferta direta de serviços complementares para os estudantes (restauração, alojamento e outros) é muito limitada, com consequências gravosas, em particular, para os estudantes deslocados de outros concelhos.

Entre 2011 e 2014, a despesa pública no Ensino Superior oscilou entre um peso no PIB de 0,80% e 0,85, correspondendo, então, a 2,8% do orçamento do Estado.

Gráfico 23 - Despesa pública no Ensino Superior como percentagem do PIB (2014)



Fonte: SEPC, ME, 2017.

O Estado apoia financeiramente os cursos escolhidos pelos estudantes, sem critérios de diferenciação para as áreas relevantes para o desenvolvimento do país. Quase metade dos bolsheiros estão matriculados em cursos da área das Ciências Sociais, Humanas, Letras e Línguas (44,7%). A área menos beneficiada é a da Ciências da Vida, Ambiente e Saúde (11,9%).

Quadro 32 - Total de bolseiros que frequentam o Ensino Superior no país, por áreas científicas (2014/15)

Ano	Ciências sociais, humanas, letras e línguas.	Ciências exatas, engenharias e tecnologias	Ciências da vida, ambiente e saúde	Ciências económicas, jurídicas e políticas	Total
2014/15	430	201	114	217	962
	44,70%	20,90%	11,90%	22,60%	100

Como se organiza o financiamento público do Ensino Superior?

As IES funcionam com base em subvenções diretas recebidas do Estado (só para as duas públicas) e em propinas pagas pelos seus alunos, alguns deles financiados por bolsas de estudo atribuídas pela FICASE (fundação pública que gere a política de bolsas e outros benefícios educativos). As IES podem também mobilizar, de forma adicional, recursos próprios, mas estes são, ainda, relativamente limitados.

Apresenta-se no quadro (a seguir) como se distribui o financiamento do Ensino Superior público e privado, tomando como referência as despesas do ano 2014.

Quadro 33 - Decomposição da despesa total do ensino superior (2014) ²⁰⁰

Despesas no Ensino Superior	Total		UNICV		IUE		Privado	
	milhões ECV	%						
Despesas de funcionamento do Min. Ens. Sup.	36,796	1,6						
Subvenções diretas às IES públicas	297,667	12,6	257,732	34,8	39,935	35,7	0	0
Bolsas de estudo (FICASE)	315,567	13,6	115,760	15,6	2,154	1,9	197,653	13,8
Contribuição do Estado para o ensino superior (Sub-total)	650,030	28,1	373,492	50,5	42,089	37,6	197,653	13,8
Despesas privadas pagas pelos estudantes	1 666,487	71,9	366,212	49,5	69,808	62,4	1 230,467	86,2
Despesas totais consolidadas	2 316,517	100	739,704	100	111,897	100	1 428,120	100

No total, o Estado contribuiu com subvenções diretas às instituições de ensino superior público (297,667 milhões), com bolsas de estudo atribuídas a estudantes (315,567 milhões), além de despesas do Ministério de tutela (36,796 milhões). Com essas rubricas atingiu-se um total de 650,030 milhões de ECV, o que representa 28,1% das despesas totais com este nível de ensino.

Os estudantes não bolseiros pagam na íntegra os seus estudos, tendo-se atingido um montante global de 1 666,487 milhões, com o peso considerável de 71,9% na despesa total que ascendeu a 2 316, 517 milhões de ECV.

Pelo exposto, conclui-se que o estudante é globalmente o mais importante provedor de recursos financeiros para o funcionamento do sistema de Ensino Superior em Cabo Verde.

A contribuição do Estado para as IES públicas (UNI-CV e IUE) ascendeu a 415.581 milhões de ECV (63,9%) e as privadas receberam (de forma indireta) 197,653 milhões de ECV (30,4%). Restam 5,7%

²⁰⁰ Os dados foram extraídos do Quadro III.14 do relatório Elementos de análise setorial..., 2015, p. 63.

para o funcionamento do Ministério da Educação.

As despesas, apenas, com bolsas de estudo foram atribuídas no valor de 117,914 milhões de ECV (37,4%) para as IES públicas e 197,653 milhões (62,6%) para as privadas.

As despesas privadas (estudantes não bolseiros) foram no valor de 436,020 milhões de ECV (36,8%) nas IES públicas e 1.230,467 milhões (73,8%) nas IES privadas.

Em 2014, a aplicação dos critérios (sociais e tipos de estudos) utilizados na atribuição de bolsas fez com que o número de bolseiros em Cabo Verde fosse de 2.675, número ao qual se pode acrescentar 221 estudantes bolseiros no estrangeiro.

A percentagem de bolseiros é globalmente de cerca de 21% dos estudantes matriculados em cursos superiores. O Quadro, a seguir, apresenta os números constatados.

Quadro 34 - Bolseiros, montantes e utilização das bolsas por tipo de instituição (2014) ²⁰¹

	UNICV	IUE	IES privadas	Total Cabo Verde	Estudo no estrangeiro
Número de estudantes	4 463	665	7 934	13 062	606
Número de “bolseiros”	1 239	25	1 411	2 675	221
% de bolseiros	27,6 %	3,8 %	17,8 %	20,5 %	34,7 %
Montante médio da bolsa (ECV/ano)	93 430	86 160	140 080	117 969	360 000
Montante global bolsas (milhões ECV)	115,8	2,2	197,7	315,6	79,6
Propinas /estudante /ano (ECV)	108000	108000	180 000	-	-
Montante das propinas (milhões ECV)	482,0	72,0	1 428,1	1 982,1	-
Montante das propinas a pagar pelos estudantes (milhões ECV)	366,3	69,8	1 230,1	1 662,2	-

Como ficou adiante referido, a maior parte (63%) do montante global das “bolsas” do ensino superior, para os que estudam em Cabo Verde, é atribuída aos estudantes de estruturas privadas. Isso resulta do facto de:

- i) o número de estudantes no privado ser superior ao dos estudantes no ensino público (detendo 52,7% das bolsas); embora a proporção de bolseiros seja mais elevada na UNICV (²⁰²) (28% dos estudantes) do que no privado (18% dos estudantes);
- ii) o montante médio da bolsa ser mais importante para os estudantes que frequentam o ensino privado (140.000 ECV) do que para os que frequentam o ensino público (93.000 ECV na UNICV). Isto pode ser relacionado com a constatação de que o nível das propinas a pagar pelos estudantes é em média 108.000 ECV nas universidades públicas em comparação com 180.000 ECV, em média, nas privadas.

Em síntese, o estudante, bolseiro ou não, deve pagar as propinas exigidas pelas estruturas de ensino superior, sabendo que i) o custo efetivo pode ser diferente consoante a estrutura na qual o estudante decidiu matricular-se, e ii) os estudantes não bolseiros devem pagar a totalidade das propinas.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Nota-se, como um contra exemplo, o caso do IUE em que uma grande parte dos estudantes são adultos já na vida ativa, nomeadamente professores que querem continuar ou terminar a sua formação.

Importa aqui realçar, que, em setembro de 2016, aproximadamente 11 779 estudantes (87%) tinham dívidas por não pagamento de propinas, num montante global de 303 milhões de ECV (²⁰³).

O Quadro seguinte apresenta também informações sobre o nível da despesa por estudante.

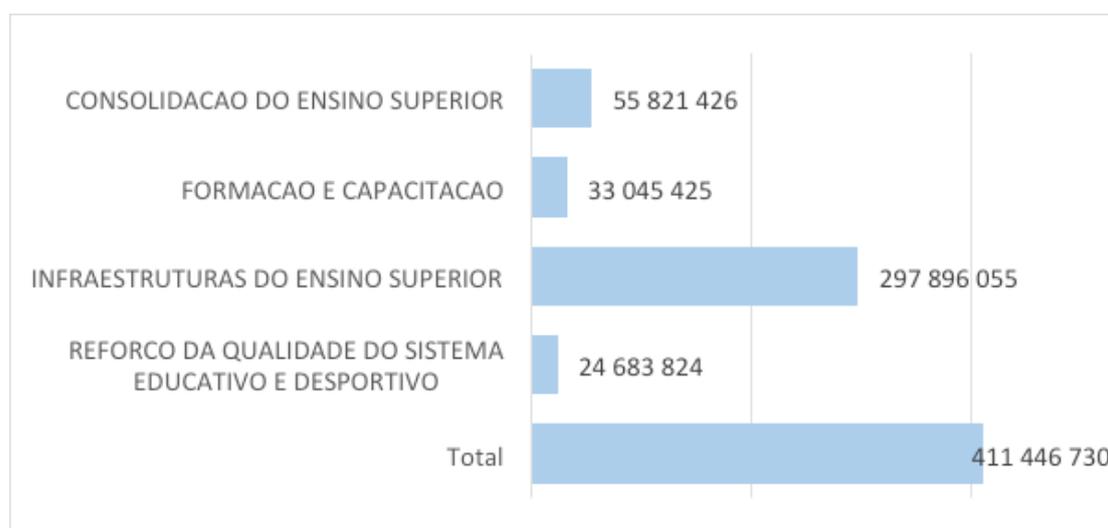
Quadro 35 - Despesas por estudante, custos unitários (2014)

	Total		UNICV		IUE		Ens. Privado	
Número de Estudantes	13 068		4 469		665		7 934	
Despesas por Estudante	ECV	PIB/h	ECV	PIB/h	ECV	PIB/h	ECV	PIB/h
Totais	180 539	1,1	165 519	1,0	168 266	1,0	180 000	1,1
Públicas	55 830	0,31	83 574	0,51	63 292	0,38	24 912	0,15
Privadas	124 709		81 945		104 974		155 088	

A estimativa para o sistema global de ensino superior, é que, o custo unitário médio de produção de serviços seria na ordem de 180.000 ECV para 2014 e que isso representava cerca de 1,1 vezes o PIB por habitante do país, sendo as variações segundo os diferentes tipos de estrutura moderadas globalmente. Tendo em conta a estrutura global de financiamento que baseia os seus cálculos numa percentagem elevada de financiamento pelos utilizadores (69%), o nível da despesa pública, por estudante do ensino superior, é de 0,3 vezes o PIB por habitante do país.

Nesta base, Cabo Verde situa-se claramente na média dos países com o mesmo nível de desenvolvimento económico.

Gráfico 24 - Orçamento de investimento no Ensino Superior (2017)



Para concluir, deve-se ter, ainda, em conta a contribuição do Estado para o Ensino Superior através de despesas de investimento no valor total de 411, 447 milhões de ECV, o que corresponde a 32,4% do orçamento de investimento do Ministério da Educação para 2017.

²⁰³ Fonte: Documento do Gabinete da Ministra da Educação, 2017.

2.4.2. AS ORIENTAÇÕES DA POLÍTICA EDUCATIVA PARA O QUINQUÉNIO E O SEU IMPACTO NO ENSINO SUPERIOR

2.4.2.1. ORIENTAÇÕES DO PROGRAMA DO GOVERNO

O Ensino Superior cumpre a missão de contribuir para a qualificação de alto nível dos cabo-verdianos, estimulando a produção e difusão do conhecimento, a formação cultural, artística, tecnológica e científica, num quadro de referência internacional.

O Programa do Governo preconiza, para o período de 2017-2021, que o Ensino Superior deverá contribuir para “a meta de, pelo menos 30%, a médio/longo prazo, de cabo-verdianos, entre 30 a 34 anos com formação superior”⁽²⁰⁴⁾.

Com esta moldura, anuncia-se que o Ensino Superior será transformado “num eixo estratégico para o desenvolvimento do país, competitivo no contexto global, com base no tripé *excelência, eficiência e internacionalização* e com prioridades que passem pela regulação, planeamento indicativo, fiscalização, aproveitamento dos recursos disponíveis no exterior, em particular na diáspora cabo-verdiana e do investimento da formação avançada dos docentes e investigadores universitários residentes no país”⁽²⁰⁵⁾.

Aos três pilares tradicionais em que se assentam as IES (formação, investigação e extensão), no Programa da IX Legislatura, consideram-se dois outros pilares: *democraticidade/inclusão e intervenção*⁽²⁰⁶⁾.

Para a construção de um Ensino Superior, assente nesses cinco pilares e indutor do desenvolvimento, são enunciadas diversas ações, de que destacamos:

- Promoção de uma política científica integrada, respeitando a especificidade das diferentes instituições de ensino superior, de modo sintonizado com as grandes linhas de desenvolvimento do país;
- Regulação do Ensino Superior de modo a garantir a qualidade das suas instituições e cursos e introduzir, com apoios externos, um calendário de avaliação externa das instituições de ensino superior, bem como das unidades de I&D, associadas às universidades;
- Incentivo a programas de intercâmbio entre instituições de ensino superior cabo-verdiano com instituições estrangeiras congéneres de alto *standard* internacional;
- Procura de envolvimento das universidades top, a nível mundial, num programa ambicioso e decisivo para uma qualificação especializada dos recursos humanos do país, visando um *know-how* nacional de alto valor acrescentado, com impacto decisivo e duradouro na economia, cultura e sociedade cabo-verdianas.

Ultrapassada a fase de crescimento da oferta formativa e da criação de referenciais normativos para a estruturação do subsistema, importa encontrar, através do planeamento estratégico, respostas aos questionamentos da qualidade e relevância dos conhecimentos adquiridos (valor real dos diplomas) face ao mercado de trabalho, bem como as inquietações da sociedade com a sustentabilidade e a credibilidade interna e externa do Ensino Superior.

A renovação do atual modelo do Ensino Superior passa, também, pela procura de um entendimento público sobre o que se espera do sector, orientado por um discurso regulador e informado no qual os temas-chave deverão ser a qualidade e a sustentabilidade.

²⁰⁴ Programa da IX Legislatura, p. 82.

²⁰⁵ *Idem*, p. 83.

²⁰⁶ *Idem*, p. 85.

As atuais orientações para o desenvolvimento do Ensino Superior devem observar a recomendação do Estudo do Banco Mundial (2011) que considera que “a política mais eficaz para Cabo Verde seria a de reconhecer que o país tem de competir por talentos com o resto do mundo, e por isso deve estar preparado para oferecer incentivos comparáveis para reter ou repatriar seus recursos humanos mais capazes” (207).

Para se cumprir este caminho ambicioso, importa construir um Plano Estratégico para a Educação Superior. O ponto de partida é a planificação, no próximo quinquénio, das ações convergentes ao seu desenvolvimento, procurando articular a visão do país com as expectativas sociais e as prioridades estabelecidas, traduzidas num Plano de Ação.

Conforme procedimento anteriormente adotado, iremos apresentar, no fim deste capítulo, um Plano de Ação estruturado nos eixos Acesso, Qualidade, Relevância, Eficácia e Governança e em temas transversais relacionados com os direitos, a cidadania e o ambiente, entre outros.

2.4.2.2. PROJETOS A DESENVOLVER

Em conformidade com a metodologia utilizada nos Estudos Prospetivos, o Programa EDUCAÇÃO SUPERIOR desenvolve-se em PROJETOS onde, após a formulação do seu objeto, se tem em conta as variáveis tempo e custo, bem como as prioridades concretizadas em estratégias e atividades, que agregam realmente valores para os destinatários – a comunidade académica e os cidadãos de um modo geral.

Propõe-se o desenvolvimento dos seguintes Projetos:

- I. ACESSO AO ENSINO SUPERIOR REGULADO E EQUITATIVO
- II. ENSINO À DISTÂNCIA INTEGRADO NO ENSINO SUPERIOR
- III. UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE QUALIDADE
- IV. ENSINO SUPERIOR, EMPREGABILIDADE E DESENVOLVIMENTO
- V. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Nesta abordagem, apresentam-se dois Projetos – (1) ACESSO AO ENSINO SUPERIOR REGULADO E EQUITATIVO e (2) ENSINO À DISTÂNCIA INTEGRADO NO ENSINO SUPERIOR.

PROJETO I. “ACESSO AO ENSINO SUPERIOR REGULADO E EQUITATIVO”

Com este Projeto, pretende-se transformar o Ensino Superior num dos eixos estratégicos para o desenvolvimento do país, promovendo o acesso equitativo, de forma regulada, na observância da ligação entre a educação, a investigação e a inovação.

Como se referiu anteriormente, até ao ano 2014, assistiu-se a um crescimento contínuo da procura do Ensino Superior, situando-se a taxa bruta de escolarização, nesse ano, em 23,1%.

Não obstante este indicador ser considerado adequado ao contexto internacional, segundo o Estudo do Banco Mundial supra referido (2011), “com o nível de rendimento per capita, Cabo Verde deverá ser capaz de acomodar uma TBE no ensino superior de 25 por cento” (208). Considera-se exequível atingir esta meta em 2021, devendo-se proceder à regulação do crescimento dos efetivos com critérios ajustados a um país arquipelágico, através da utilização generalizada das TIC.

²⁰⁷ Construindo o futuro: *Como é que o Ensino Superior em Cabo Verde pode contribuir para a Agenda de Transformação económica e social de Cabo Verde*, Documento do Banco Mundial, 20 de novembro de 2011, p. 60.

²⁰⁸ Schwartzman, Simon, 2011, “*The Growth of Higher Education and its Potential Contribution to Economic Growth in Cape Verde*”, estudo encomendado pelo Banco Mundial como parte da recolha de elementos para a revisão das despesas públicas em Cabo Verde. 2011, p. 4 (*apud* Construindo o futuro..., BM, p. 21).

O decréscimo de matrículas no Ensino Superior, em 2014/15 (menos 1853 do que no ano anterior), corrobora as previsões de que a procura deste nível de ensino atingiria o auge por volta de 2015 e, em seguida, diminuiria lentamente ao longo dos anos seguintes, até se estabilizar por volta de 2020⁽²⁰⁹⁾. Face a este cenário, aconselha-se a expansão controlada do Ensino Superior, com impacto na reconfiguração da carta escolar (eventual fusão de instituições; maior rigor na instalação de instituições superiores privadas ou públicas) e em procedimentos institucionais de racionalização (IES com práticas colaborativas que redundem em parcerias institucionais, na partilha de recursos, incluindo as infraestruturas físicas e tecnológicas).

Provas de acesso

A aplicação de provas de acesso ao Ensino Superior público e privado (com consequências na seleção dos estudantes e não apenas na seriação⁽²¹⁰⁾) permitem definir o perfil do aluno à entrada do Ensino Superior e selecionar os fluxos que nele ingressam, aumentando-se assim a credibilidade nacional do subsistema e colocando-o em convergência com as boas práticas internacionais.

Esta medida foi implementada pelo Decreto-Lei n.º 36, de 23 de julho de 2014 que regulou as condições de candidatura e as limitações quantitativas⁽²¹¹⁾. Na prática, ainda não surtiu os efeitos desejados – as provas foram aplicadas no ano letivo 2014/15 sem os seus resultados (não divulgados) terem interferido no acesso ao Ensino Superior no país e no estrangeiro e, no ano seguinte, foram suspensas. Propõe-se a revisão deste normativo e a adoção de uma medida legislativa que vise aumentar os ingressos de forma regulada no Ensino Superior e o nível da formação superior.

Equilíbrio regional

A cartografia da proveniência dos estudantes do Ensino Superior demonstra que 78,2% dos alunos são oriundos das ilhas de Santiago e de S. Vicente, enquanto 21,8% são provenientes das restantes sete ilhas. Uma das estratégias de expansão do Ensino Superior, sem excessivos custos acrescidos, passa pela criação de Centros Integrados de Ensino e Formação noutros concelhos e ilhas, da iniciativa de instituições públicas e privadas.

Os CRIEF foram criados em de 2016⁽²¹²⁾ com a finalidade de desenvolverem articuladamente formação superior, técnica, e profissional, baseados em instituições locais de acolhimento, tais como centros de formação profissional com o envolvimento de parcerias locais, Câmaras Municipais, serviços públicos ou privados, empresas, associações entre outras.

O primeiro CRIEF foi instalado na ilha do Sal onde opera a Universidade de Mindelo que ministra Cursos de Direito e Gestão de Hotelaria e Turismo⁽²¹³⁾. É uma iniciativa a ser replicada por outras instituições e noutros espaços.

Alargar o tempo de permanência nas instituições

Para o crescimento sustentado da oferta formativa, as IES deverão otimizar a utilização dos espaços e equipamentos, possibilitando a extensão da permanência dos estudantes e de outros cidadãos num ambiente académico e com acesso às infraestruturas tecnológicas, bibliotecas e laboratórios.

²⁰⁹ Construindo o futuro..., p. 28.

²¹⁰ As provas de acesso são aplicadas na UNI-CV e no IUE, mas só têm consequências na seleção quando as candidaturas ultrapassam o *numerus clausus*. Se num curso a procura for menor do que a oferta, os candidatos são todos aceites, independentemente dos resultados das provas.

²¹¹ Capítulo III, Secção 1 do Decreto-lei n.º 36, de 23 de julho de 2014.

²¹² Portaria n.º 25 2016 de 29 de julho de 2016.

²¹³ Informação prestada na DGES, ME.

Neste contexto, deverão ser disponibilizados mais cursos em regime pós-laboral (noturno), oferecendo-se assim segundas oportunidades a pessoas que, por qualquer razão, não completaram os estudos de nível profissional e cultural (educação ao longo da vida).

Política de bolsas de estudo

A regulação da acessibilidade ao Ensino Superior pode ser conseguida por uma nova política de bolsas de estudos a ser implementada de forma gradual, ao longo do período de vigência do Plano.

Propõe-se, para o efeito, uma análise da sustentabilidade das medidas em curso e a adoção de critérios e normas que contribuam para a correção das assimetrias geográficas no acesso e sucesso e para a prevalência de cursos considerados estratégicos para o desenvolvimento do país.

Esta análise deverá ser prévia à tomada de decisões sobre a adoção de novos critérios na atribuição de bolsas aos estudantes das IES públicas e privadas, no país e no estrangeiro.

PROJETO II. “ENSINO A DISTÂNCIA INTEGRADO NO ENSINO SUPERIOR”

O Projeto pretende contribuir para o aumento controlado e equitativo da acessibilidade ao ensino superior em todas as ilhas, com um padrão constante de qualidade, através do Ensino a Distância (incluindo o direcionado para a qualificação de professores e técnicos do sistema educativo no seu todo).

Não obstante a existência de várias iniciativas²¹⁴ nesse sentido – de que se destaca a instalação na Uni-CV da Universidade Virtual Africana – não se conseguiu, ainda, implementar uma estratégia focalizada neste objetivo, persistindo “a confusão do EaD com experiências de *e-learning*”²¹⁵.

Um passo importante para a instauração de um Programa de EaD, potenciador da procura de novos públicos para este nível de ensino e na perspetiva da formação ao longo da vida, foi a regulamentação da Educação Superior a Distância e em Rede, pela Portaria n.º 25 2016 de 29 de julho de 2016.

Nos próximos cinco anos, o EaD deverá ser integrado no subsistema do Ensino Superior, em colaboração com parceiros internacionais com larga experiência neste domínio. Neste sentido, dever-se-á investir na formação dos formadores (das IES e dos CRIEF), na concepção e implementação de cursos *on-line*, segundo modelos e com os recursos exigíveis para a formação em ambientes virtuais de aprendizagem (plataformas de *e-learning*, entre outros).

A necessária qualificação dos professores de todos os níveis de ensino (ver Programas 1, 2 e 3) poderá ser feita em cursos *on-line*, nos CRIEF e/ou em outros espaços educativos

Numa lógica de transversalidade, foi delineado o Projeto UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE QUALIDADE, que compreende quatro secções: (1) Avaliação aferida; (2) Revisão e atualização dos ciclos de estudo; (3) Valorização do corpo docente do Ensino Superior e (iv) Promoção de uma cultura de investigação.

PROJETO III. “UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE QUALIDADE”

Antes de explicitarmos os contornos deste Projeto, importa situar-nos na visão do que é a **qualidade**. Segundo Pedro Lourtie “o conceito de qualidade depende de quem é o interessado”. Acrescenta: “A

²¹⁴ O Banco Africano de Desenvolvimento apoiou a atualização de 56 professores em TICs utilizando metodologias de aprendizagem combinada. A Fundação Calouste Gulbenkian formou 18 professores do Instituto Pedagógico e da Uni-CV em colaboração com a Universidade de Aveiro de Portugal, procurando proporcionar-lhes as habilidades necessárias para desenvolver os conteúdos do ensino à distância com base em TICs. (Construindo o futuro..., p. 23) Existem protocolos com a Universidade Aberta de Portugal que enquadram a criação de um Programa de EaD em Cabo Verde, não tendo passado do plano de intenções.

²¹⁵ Construindo o futuro..., p. 24.

qualidade na perspetiva dos diplomados, dependerá do uso que pretender dar à sua formação. Por outro lado, um empregador valoriza outros aspetos diferentes, provavelmente de mais curto prazo. Assim como a avaliação que um diplomado faz da sua formação poderá variar ao longo do tempo e das situações em que se for encontrando”²¹⁶.

Os importantes investimentos no Ensino Superior só se justificam se os diplomados forem capazes de adquirir conhecimentos e competências que contribuam para o desenvolvimento económico e social e, a título individual, para um emprego bem remunerado, uma cultura geral sólida, prestígio social e prosperidade.

Estas expectativas só poderão ser atingidas com um ensino superior que, de facto, garanta a qualificação de alto nível dos cabo-verdianos, traduzida na produção cultural, artística, tecnológica e científica dos estudantes, num quadro de referência nacional e internacional.

Secção 1: AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O ponto de partida para a melhoria do Ensino Superior é o conhecimento das instituições que o ministram, por forma a sabermos se cada uma está a cumprir a sua missão (ensino, investigação e extensão), qual o papel dos intervenientes no processo educativo e o seu impacto na comunidade exterior.

Desta diagnose resultarão, certamente, subsídios para a acreditação das IES.

Esta ação preliminar só é possível através da avaliação institucional (auto e hetero), um processo contínuo através do qual a instituição constrói conhecimento sobre a sua própria realidade, aprofunda a compreensão e o significado do conjunto das suas atividades, por forma a acrescentar qualidade e maior relevância social.

Incumbe à Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES)²¹⁷ – autoridade independente, de base institucional e autónoma dotada de competências de regulamentação, supervisão, sancionatória e consultiva – coordenar a avaliação institucional do Ensino Superior.

Considera-se ainda de interesse o conhecimento crítico das competências escolares dos alunos na entrada do Ensino Superior. Neste sentido, para além da análise dos resultados das Provas de Acesso, propõe-se a avaliação dos programas do 12.º ano de escolaridade, em comparação com as competências exigidas no ingresso no Ensino Superior em Cabo Verde e nos países estrangeiros que recebem a maioria dos nossos estudantes. Os efeitos dessa avaliação poderão ter impacto, não só, na organização curricular no ensino secundário, como no acesso e sucesso no Ensino Superior. Neste domínio tem notória acuidade a avaliação nas competências linguísticas em português e inglês, nas Ciências e TIC.

Em suma, considera-se que os *outputs* da avaliação institucional (diretrizes curriculares, desempenho dos professores, resultados da aprendizagem, entre outros) são pré-requisitos para o planeamento e desenvolvimento qualitativo das Universidades e Institutos públicos e privados.

Secção 2: ATUALIZAÇÃO DOS CICLOS DE ESTUDOS

Questionar a qualidade do Ensino Superior significa repensar a organização curricular – o *design* dos ciclos de estudos, os programas, o ambiente tecnológico, a gestão institucional e o real valor dos diplomas.

Tendo em atenção que um dos indicadores da qualidade do ensino superior é o currículo com matéria de pesquisa reconhecida internacionalmente, perspetiva-se a revisão dos planos de estudos dos ciclos

²¹⁶ Pedro Lourtie. A qualidade do ensino superior num percurso de 40 anos. In Rodrigues & Heitor, 2016, pp. 1022/1023.

²¹⁷ Lei n.º 121/VIII, de 24 de março de 2016.

de estudo (graduação e pós-graduação) em sintonia com os resultados da avaliação institucional (acima referida), os parâmetros internacionalmente validados e as necessidades de desenvolvimento do país.

Compete à ARES zelar pelo bom desempenho institucional e pela qualidade científica, técnica, cultural e pedagógica das formações ministradas e proceder à acreditação dos ciclos de estudo. Deverá, ainda, prover à atualização contínua dos conteúdos dos cursos, em resposta aos conhecimentos em constante mudança.

A exemplo dos currícula das universidades de maior qualidade e relevância – flexíveis e diversificados – os planos de estudos devem propiciar a aquisição de competências transversais, nomeadamente em literacia, línguas nacionais, línguas estrangeiras, ciências, em competências digitais e de empreendedorismo, para além das matérias da especialidade de cada curso.

Em síntese, propomos a adoção das seguintes estratégias:

- Reapreciação dos registos e acreditações dos ciclos de estudos em vigor, na observância do Regime Jurídico de Graus e Diplomas, em especial no referente à duração, medida em horas de contacto e horas de trabalho autónomo (créditos);
- Integração e divulgação dos currícula, programas das disciplinas, metodologias e modalidade de avaliação das IES públicas e privadas num Sistema Integrado de Informação e Gestão;
- Distinção das IES – públicas ou privadas - com uma identidade científica definida e consolidada e concessão de estímulos para o seu desenvolvimento;
- Incentivar a universidade pública a oferecer fileiras de ciclos de estudos (numa primeira fase: mestrados integrados) em áreas científicas reconhecidamente relevantes;
- Apoiar instituições com competências provadas no domínio artístico, por forma a potenciar a criação de ciclos de estudo nos domínios das Artes Plásticas, Design, Música, Teatro, entre outras;
- Proceder a um estudo de viabilidade do Mestrado Integrado em Medicina, em cooperação com a Universidade de Coimbra, tendo em vista a sua sustentabilidade e impacto social (em associação com a Universidade de Coimbra, o Ministério da Saúde e a Ordem dos Médicos).

Secção 3: VALORIZAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Uma Educação Superior com qualidade exige um corpo docente, academicamente qualificado e especializado nas áreas de formação fundamentais e nos projetos de investigação associados.

Um indicador da qualidade do Ensino Superior é o número de professores doutorados, por instituição. Como referimos, anteriormente, o rácio global do sector, incluindo as instituições públicas e privadas, é o de um Doutor para 68 alunos. No ensino superior público, a percentagem de Doutores é de 16,1% e a de Mestres, na ordem de 52,4%.

Se considerarmos que a habilitação, internacionalmente aceite para o a Educação Superior, é o grau de Doutoramento, é de crucial importância aumentar-se o número de professores titulares de doutoramento²¹⁸.

Equacionamos a possibilidade de, na universidade pública (com o IUE integrado) e no horizonte 2021, o percentual de Doutores atingir o valor de 25 e o de Mestres 75, nas áreas prioritárias para o desenvolvimento económico e cultural de Cabo Verde.

²¹⁸ Nas universidades de maior prestígio, internacionalmente, a proporção de doutores é de quase 100 por cento. Em comparação, 48% dos académicos brasileiros em universidades públicas têm diplomas de doutoramento, enquanto que nas instituições privadas apenas 13% têm o doutoramento. (Schwartzman, 2011, apud *Construindo o futuro...*, p. 10).

Para se atingir este propósito, dever-se-ão envolver universidades top, a nível mundial, (cf. Programa da IX Legislatura) num programa de qualificação especializada dos recursos humanos do país (doutoramentos, pós-doutoramentos, especializações) com impacto na promoção da qualidade do Ensino Superior público e das IES privadas da iniciativa de cidadãos nacionais.

A elevação da qualidade do Ensino Superior poderá ser conseguida com a colaboração de professores e investigadores cabo-verdianos na diáspora²¹⁹. Neste sentido sugere-se a formulação de convites a conceituados académicos cabo-verdianos²²⁰, residentes no estrangeiro, para lecionarem e orientarem projetos de investigação nas IES do Arquipélago, através de modalidades flexíveis de prestação de serviços.

Concomitantemente, recomenda-se a reavaliação do estatuto do professor universitário e a elaboração do estatuto do investigador, de modo a prover-se o perfil do docente impulsor do desenvolvimento científico da instituição, bem como da motivação da carreira.

Secção 4: PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE INVESTIGAÇÃO

A construção de uma Educação Superior com qualidade deve assentar em duas dimensões convergentes para se vencer o atraso do país em C&T – a criação de um sistema científico nacional e a sua internacionalização.

O Ministério da Educação deverá assumir a coordenação da política científica nacional.

A primeira ação a emprender é o mapeamento das instâncias produtoras ou indutoras de CT&I (Universidades, Laboratórios do Estado²²¹, Associações ou Fundações científicas, Agências e outras unidades de pesquisa devidamente credenciadas) e dos projetos em carteira.

O estabelecimento desta base será o ponto de partida para o planeamento científico, superando-se, assim, a rigidez institucional (corporativismo) e favorecendo as instituições de interface de modo a permitir a transferência flexível de conhecimentos e tecnologias e o reforço da massa crítica (competências em I&D) em sintonia com as grandes linhas de desenvolvimento do país.

A acreditação das instituições superiores deverá estar condicionada à apresentação de programas concretos em que se articula *ensino – investigação – extensão académica*.

O Gabinete de Ciência, Tecnologia e Inovação – GCTI deverá garantir o desenvolvimento bem-sucedido das estratégias supra referidas e privilegiar o trabalho científico em rede, de modo a aproveitar inúmeras possibilidades de integração como parceiros efetivos em redes internacionais.

A inserção das IES cabo-verdianas numa cultura transversal exógena não deverá impedir a criação de uma agenda endógena de produção de conhecimentos científicos e de inovação.

Pelo contrário, poderá subsidiar a construção de verdadeiras parcerias de cooperação e, não apenas, de integração dos pesquisadores em projetos liderados por unidades de pesquisa estrangeiras, estabelecendo assim uma hierarquia de conhecimentos em que os investigadores nacionais desempenham, muitas vezes, apenas o papel de informantes qualificados.

A internacionalização da ciência deverá contribuir para a formação e desenvolvimento do sistema científico nacional. A mobilidade internacional dos investigadores em programas de formação avançada inseridos em redes transnacionais permitirá um melhor posicionamento nos rankings mundiais de publicações científicas, indicador de crucial importância no processo de constituição da comunidade científica cabo-verdiana.

²¹⁹ Nos quadros referenciais, que enformaram o modelo adotado pela universidade pública (2ª metade da década de 90, inícios do séc. XXI), foi considerado de crucial importância a participação de académicos cabo-verdianos da Diáspora.

²²⁰ Estima-se que dois terços dos 192.500 emigrantes que compõem a diáspora Cabo Verde possuem formação superior (World Bank. *Migration and Remittances Factbook* (2011), Washington, D.C.).

²²¹ Referimo-nos a entidades que com capacidades comprovadas de contribuírem para a política científica e tecnológica nacional de forma estável, competente e institucionalizada (exs.: Laboratório de Engenharia Civil).

Com o desenvolvimento do sistema de ciência – sob a coordenação do GCTI – as unidades de investigação e as universidades ganham autonomia, assumem lideranças (nas redes e consórcios internacionais) e elevam os seus patamares de publicação científica validada *inter pares* e com credibilidade e projeção internacional.

Para o efeito, deverão ser criados mecanismos para o financiamento da CT&I (não apenas contrapartidas a outros fontes de financiamento). O Programa da IX Legislatura prevê a constituição do Fundo Nacional de Apoio à Pesquisa para o apoio da investigação em qualquer instituição nacional de Ensino Superior ou com vocação de investigação. Esta é uma medida fundamental para o financiamento da investigação.

A presença das IES em redes internacionais de investigação é um dos principais indicadores de qualidade do Ensino Superior. Neste quadro recomenda-se que as universidades e institutos estejam atentos a candidaturas a programas multilaterais e a consórcios e redes científicas. Referem-se – a título exemplificativo – as oportunidades (muitas vezes desperdiçadas) suscitadas pelo Horizonte 2010 – Programa-quadro Comunitário de Investigação & Inovação, *Erasmus Mundus*, Programa Ciência Global (UNESCO) no âmbito da CPLP e o Programa Operacional de Cooperação Territorial Madeira-Açores-Canárias (MAC) 2014-2020, ao qual estão associados Cabo Verde, Senegal e Mauritânia.

Com a mesma intenção, deverão ser divulgados repositórios científicos de acesso aberto, redes de videoconferências com as IES parceiras e plataformas com conteúdos educativos, científicos e culturais. Dever-se-á reatar o acesso à B-ON – Biblioteca do Conhecimento On-line, que permite a acesso permanente a milhares de revistas científicas e *e-books* de cientistas e investigadores de prestígio internacional. Os elevados custos do acesso à B-ON exige a mobilização de meios na cooperação internacional.²²²

Por último, considera-se que deverá ser conferida particular atenção às Instituições de Formação com uma forte tradição na pesquisa-ação (com provas dadas ao longo de anos). Referimo-nos a instituições com uma cultura de investigação nas Ciências Agrárias e nas Ciências do Mar, sem descurar outras instituições com uma tradição em pesquisa-ação, garante da ligação ensino- investigação- extensão académica.

No Programa EDUCAÇÃO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO os eixos ‘qualidade’ e ‘relevância’ são indissociáveis. Porém, neste ítem, analisaremos, em particular, a segunda dimensão, ou seja a conformidade das competências adquiridas pelos diplomados nas IES cabo-verdianas com as competências indispensáveis para a empregabilidade num mercado de trabalho em constante evolução. Este o foco do Projeto que a seguir se apresenta.

PROJETO IV. “ENSINO SUPERIOR, EMPREGABILIDADE E DESENVOLVIMENTO”

QUADRO REFERENCIAL DAS ÁREAS CIENTÍFICAS

Como se documenta na “Caracterização geral do Ensino Superior”, em Cabo Verde mais de metade dos estudantes do Ensino Superior escolheram cursos das áreas das Ciências Sociais, Humanas e Línguas (31,6%) e das Ciências Jurídicas e Sociais (34,8%), em detrimento das C&T (19,1%) e das Artes (sem expressão significativa).

Segundo um Estudo do Banco Mundial, “o desemprego entre os diplomados do ensino superior é relativamente alto em Cabo Verde e o desemprego entre os licenciados em Ciências Humanas e Sociais é bem mais elevado; conseqüentemente, o rácio de 2 por 1 de matrículas entre as áreas de Humanidades/ Ciências Sociais por um lado, e de Ciência e Tecnologia por outro, precisa ser ajustado”²²³.

²²² Entre 2010 e 2013, a Uni-CV foi uma das instituições membro da B-ON, com recursos disponibilizados pela cooperação portuguesa [Pedro Veiga. A biblioteca científica on-line: B-ON. In Maria de Lurdes Rodrigues & Manuel Heitor (Org.) (2015). *40 anos de políticas de Ciência e de Ensino Superior*. Coimbra: Almedina, p. 393].

²²³ Construindo o futuro..., p. 18.

O problema do desemprego dos diplomados pelo Ensino Superior deverá ser cuidadosamente estudado, tendo em atenção que, não se resolverá mecanicamente com a redução progressiva das inscrições em Ciências Sociais e o aumento nas áreas de C&T e das Artes, podendo estar relacionado com a escassa consciência institucional da necessidade social dos quadros de todas as áreas.

Uma das primeiras tarefas a executar, no Projeto em referência, é a elaboração de um Quadro Referencial das Áreas Científicas e dos Perfis Académicos mais adequados à criação de capital humano qualificado em áreas que favoreçam o emprego, o crescimento económico e a prosperidade.

DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

É consensual a asserção que um dos fatores decisivos para o sucesso, no percurso académico e na futura carreira profissional dos estudantes, é o currículo que deverá atender às expectativas sociais (dos estudantes, diplomados e empregadores). A sua construção não deverá ser confinado às IES e ao ME, precisando dos contributos das associações e ordens profissionais, das empresas e de outros agentes económicos, sociais e culturais.

Para a concretização desta política, dever-se-ão incentivar nas IES a instalação de Gabinetes de Informação para a Vida Ativa (estágios, orientação profissional e articulação com as empresas) e de laboratórios especializados e incubadoras de empresas.

Por outro lado, consideramos que as IES, em particular a universidade pública, deverão estar muito focalizadas na transformação qualitativa do sistema educacional no seu todo. Na agenda, para os próximos cinco anos, deverá ser incluída a formação de docentes (inicial e contínua e para todos os níveis de ensino) e de outros agentes educativos, incluindo tutores.

O impacto dos cursos e das ações de formações deverá incidir no aumento da percentagem de profissionais da educação pré-escolar 30% para 60%, na qualificação e atualização dos professores do EBO e do ES, em particular nas áreas científicas (Física, Química, Biologia, Geologia, TIC, entre outras).

O contributo do ensino superior para o crescimento e emprego será incrementado com a tríade *educação - investigação - inovação* (três lados do triângulo do conhecimento). Neste sentido, devem ser explorados os efeitos sistémicos das TIC e de outras tecnologias, de modo a apoiarem-se as aprendizagens em sede nas instituições e personalizada (se necessário), com resultados relevantes.

POLÍTICA DE BOLSAS DE ESTUDOS

O desejado reposicionamento das ofertas de Ensino Superior, num equilíbrio entre as expectativas individuais dos estudantes e os objetivos nacionais para o desenvolvimento sustentável só poderá ser conseguido através de uma política clara de bolsas de estudo que favoreça os alunos que escolhem as áreas de estudo com relevância.

Em suma, considera-se que não se deve investir dinheiro público em áreas para as quais não há procura nacional significativa e que não sejam estratégicas para o futuro.

Estas medidas restritivas não significam o fim dos apoios à formação no exterior, que deverão ser mantidos (e, eventualmente, incrementados na formação avançada) de forma e garantir-se a transferência de conhecimentos e tecnologias de ponta, em condições que garantam o regresso ao país dos quadros altamente qualificados.

A fundamentação que desenvolvemos sobre cursos e áreas de formação relevantes, aplica-se, naturalmente, à criação, transformação ou extinção de novos departamentos ou instituições de formação superior.

AS TENDÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO E DAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO

A criação de observatórios do percurso profissional dos diplomados pelo Ensino Superior concorrerá, também, para a promoção da empregabilidade. Sugere-se que os programas de estágio curricular e profissional sejam incrementados e alargados ao sector privado, a empresas e a ONGs, podendo ter como contrapartida a partilha de recursos humanos, materiais e financeiros por parte dessas entidades em troca de benefícios fiscais.

Deverão, ainda, ser criadas plataformas digitais com informações aos candidatos ao Ensino Superior sobre a oferta formativa disponível, as oportunidades de cada curso, as tendências de desenvolvimento do país, com a finalidade de os ajudar a fazerem escolhas acertadas, com o mínimo de riscos, da carreira profissional futura.

FORMAÇÃO PARA O SISTEMA EDUCATIVO

As transformações estruturais do sistema e do setor educativos, que se preconizam no Plano Estratégico, pressupõem o incremento da formações de recursos humanos qualificados para a gestão educacional com o foco no aluno – nos vários níveis e dimensões – e para a atualização de professores no quadro das novas diretrizes curriculares, articulando a prática docente à formação inicial (presencial e a distância) e à produção académica desenvolvida nas universidades e com impacto efetivo nas carreiras profissionais.

Estas formações deverão ser confiadas às IES públicas e privadas, conforme as áreas de especialização. O Quadro seguinte sintetiza as ações e cursos de formação que deverão ser realizadas no período da vigência do Plano.

Quadro 36 - Formação de Recursos Humanos nas Instituições de Ensino Superior

PROGRAMA	PÚBLICO-ALVO / OBJETO
Gestão Educacional	Dirigentes do ME e Delegações - 50
	Técnicos do ME – 36, das Delegações - 44
	Técnicos do ME e Delegações: análise de dados
	P. docente: implementação novo currículo - 100%
	Docentes inspeção pedagógica – 100%
Educ. Pré-Escolar	Organização das formações e modelos formativos
	Educadores e Infância - 200
	Monitores - 300
	Coordenadores - 52
Ens. Básico Obrigatório	Organização das formações e modelos formativos
	Professores (F. inicial) - 320
	Professores (F. a Distância) – 400
	Professores (capacitação e reciclagem) - 600
Ensino Secundário	Tutores – 50
	Professores novas áreas curric. (F. inicial) - 60
	Organização e modelos formativos (articulação c/empresas)
	Professores (F. a distância) - 400
	Inspetores – 20; Coordenadores pedagógicos

Estas formações estão programadas e orçamentadas nos programas de investimento referentes à Gestão Educacional, Educação Pré-Escolar, Ensino Básico Obrigatório, Ensino Secundário e Educação Superior, Ciência e Tecnologia (Capítulo III).

PROJETO V. “PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, CIÊNCIA & TECNOLOGIAS

Como nota prévia à apresentação do Projeto importa precisar os conceitos **governança** e **gestão**.

No que concerne o ensino superior, a governança engloba o quadro no qual uma instituição prossegue as suas metas, objetivos e políticas de maneira coerente e coordenada, de modo a responder às questões: “quem é o responsável e quais são as fontes de legitimidade para as decisões tomadas pelos diversos atores?”²²⁴.

Por outro lado, a gestão refere-se à implementação de um conjunto de objetivos prosseguidos por uma instituição de ensino superior de acordo com regras estabelecidas. Responde à pergunta “como é que são aplicadas as regras” e diz respeito à eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados pelos atores internos e externos²²⁵.

Pelo exposto, a governação tem implícita uma perspetiva alargada e dinâmica que não se restringe internamente às estruturas organizativas das IES. Pressupõe a fixação de políticas e metas de médio - longo prazo e, portanto, o planeamento estratégico da Educação Superior.

Internacionalmente está firmado o reconhecimento consensual da importância do planeamento estratégico no Ensino Superior, de forma participada, com base em análises, metas, previsões e metas.

Segundo Arnaldo Brito, com o RJIES (2012) o Governo lançou as bases para a construção de um modelo de governança das instituições de Ensino Superior, sob a perspetiva de se pôr cobro à dualidade (público – privado), reunindo num só diploma todo o regime aplicável às IES em Cabo Verde, regulando-se, a um tempo, todo o processo de criação, instalação, organização e funcionamento dessas instituições. Segundo o mesmo autor, o quadro de governança refletido pelo RJIES baseou-se nas tendências internacionais, com prevalência pela prática portuguesa, por razões de ordem histórica e de relações intensas de cooperação²²⁶.

As universidades e institutos públicos e privados no Arquipélago ainda sentem dificuldades de operar neste quadro discursivo de autonomia e governação, num contexto de uma lenta apropriação da cultura de autonomia (por parte das IES e da tutela) e de escassez de recursos humanos qualificados e financeiros.

Para que as IES cumpram a missão que a autonomia legal lhe outorgou, terão, cada vez mais, de funcionar como parceiras institucionais do Governo, dos privados, das empresas e de ONGs, na construção concertada de um sistema integrado de I&D.

Esta viragem de paradigma pressupõe a elaboração do Plano Estratégico da Educação Superior, Ciência e Inovação. O processo de planeamento ancorado nas principais linhas de orientação em que deve assentar a sua estratégia, bem como as ações e critérios de avaliação, que facilitam o alinhamento dos recursos e satisfazem as expectativas de todos os que se pretende servir²²⁷ deverá estar ultimado no fim do ano 2018.

224 In *A governança do Ensino Superior na Europa – Estudo Eurydice, Rede de Informação e Educação na Europa* (2008). Comissão Europeia e Ministério da Educação de Portugal. (http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/091PT.pdf)

225 *Idem, ibidem*.

226 Arnaldo Brito. *Autonomia e governança no Ensino Superior em Cabo Verde*. In Margarida Mano (Coord.) (2015). Roteiro do Plane(j)amento estratégico: Percursos e entrecruzilhadas do Ensino Superior no Espaço da Língua Portuguesa, p- 262.

227 Margarida Mano, Fernando Carvalho & Filipe Rocha. Processos de planeamento estratégico na Universidade de Coimbra. In Mano, 2016, p. 405.

Considerando que a Educação Superior (que engloba a CT&I) é uma questão de Estado, o Ministério da Educação em consonância com a Agência de Regulação do Ensino Superior e com as contribuições dos diferentes espaços de participação social e das instâncias produtoras e consumidoras de C&T deverá coordenar o Plano Estratégico conducente (i) à reestruturação do Ensino Superior, (ii) à constituição de um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, (iii) ao investimento numa cultura de investigação e inovação em áreas estratégicas para o desenvolvimento e (iv) à promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas.

2. 5. GESTÃO EDUCATIVA: O PILAR DA MUDANÇA

2.5.1 A GESTÃO DO SETOR EDUCATIVO

O ensino cabo-verdiano possui um carácter centralizador, cabendo ao governo zelar pela criação de um conjunto de políticas que visam assegurar a todos os cabo-verdianos uma educação comum indispensável ao exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores.

O Ministério da Educação é o departamento governamental que tem por missão definir, executar e avaliar a política nacional do sistema educativo, para a educação pré-escolar, os ensinos básico, secundário e técnico, a educação extraescolar, o ensino superior, a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como a ação social escolar.

Neste enquadramento, o sistema educativo deve dotar-se de estruturas administrativas de âmbito nacional, concelhio e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade, mediante graus de participação dos professores, dos alunos, dos pais e encarregados da educação, das autarquias, de entidades representativas da sociedade civil e, ainda, de instituições de carácter científico.

Para atingir este fim, o governo adotou orgânicas e formas de intervenção, cabendo ao Ministério da Educação, garantir a necessária eficácia e unidade de ação. Além disso, estabelece normativos que delimitam a articulação das competências entre os diferentes níveis de administração, tendo em atenção que serão da responsabilidade da Administração Central cinco grandes domínios de intervenção, a saber: educação e formação; ciência e investigação; desenvolvimento curricular; gestão e planificação e de controlo, supervisão e regulação.

Os resultados da análise setorial constataram debilidades no sistema de gestão implementado, com um enfoque especial na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros e uma utilização dos meios mobilizados que poderia ser mais eficiente²²⁸. Constatou-se ainda uma fragilidade particular na gestão pedagógica, tanto em termos absolutos (o nível destas despesas é insuficiente para se construir um contexto favorável à aprendizagem), como em termos relativos num contexto de comparações internacionais.

2.5.2 DESAFIOS DO SETOR EDUCATIVO PARA A IX LEGISLATURA

Com vista à materialização da política educativa, o Plano Estratégico de Educação tem o objetivo de garantir a assunção plena dos compromissos da governação, que visam enfrentar os desafios para se garantir uma educação de qualidade a todos os cabo-verdianos, reduzir as desigualdades em todo o território nacional, com foco nas especificidades da sua população e exercer uma cidadania ativa, incorporando os princípios do respeito pelos direitos humanos, a sustentabilidade sócio-ambiental, a valorização da diversidade e da inclusão social.

Investir fortemente na educação pré-escolar, conferindo centralidade ao atendimento das crianças com idades compreendidas entre os 4 anos e a idade da entrada para o ensino básico é um dos grandes desafios da governação central e municipal. O governo garante os recursos necessários a este empreendimento, no quadro de uma gestão descentralizada a cargo dos municípios.

Outro desafio nacional é assegurar o acesso pleno de crianças e jovens dos 6 aos 17 anos aos ensinos básico e secundário, incluindo a ampliação da oferta de educação técnico profissional. Para o efeito, para além da imprescindível colaboração entre os serviços centrais, desconcentrados e as escolas secundárias,

²²⁸ Elementos de análise setorial..., p. 139.

tem de se proceder ao acompanhamento da trajetória de cada escola, acionando instrumentos de monitoramento e de avaliação contínua.

A recente mudança política na governação de Cabo Verde trouxe outras perspetivas sobre os desafios que se colocam ao país. Neste contexto foi construído um Projeto Educativo gerador de “um perfil cosmopolita, capaz de interiorizar valores intrínsecos ao saber ser e estar, de preparação para a aprendizagem ao longo da vida e para uma cultura de investigação, experimentação e inovação”²²⁹.

Estas mudanças conduziram a estratégias que passam pela (re)organização da rede escolar e da gestão administrativa e pedagógica das escolas e pelo alargamento da participação da comunidade nas escolas, reforçando-se, assim, a dimensão pedagógica e o contexto social em que se inserem.

As transformações preconizadas para o ensino superior visam transformá-las num eixo estratégico para o desenvolvimento do país, com base no tripé *excelência, eficiência e internacionalização*. Como referido anteriormente, as prioridades passam pela regulação, planeamento indicativo, fiscalização, aproveitamento dos recursos disponíveis no exterior, em particular na diáspora cabo-verdiana e investimento na formação avançada dos docentes e investigadores universitários no país.

No cômputo geral, o ME depara-se com desafios potenciadores da gestão sustentável dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros, orientada para resultados, com o foco no aluno e assente numa relação sadia com a comunidade.

Com efeito, a implementação destas políticas exige uma profunda revisão do quadro legal existente, a superação de um conjunto de constrangimentos que ainda afetam a administração central e local, como forma de se garantir a implementação do novo Projeto Educativo no decorrer da legislatura.

2.5.1.1 PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS DOS SERVIÇOS CENTRAIS E LOCAIS

As dificuldades que têm afetado a gestão administrativa do ME podem imputar-se, entre outros, aos seguintes fatores:

- Escassez de recursos humanos especializados, sobretudo nas áreas da gestão/planeamento do sector educativo, avaliação, gestão pedagógica, seguimento e avaliação das políticas educativas;
- Existência de estruturas burocráticas, centralizadas, responsáveis pela morosidade e rigidez dos procedimentos administrativos;
- Inexistência de um sistema de informação e de gestão integrado;
- Não renovação de competências e do pessoal dos serviços de inspeção de educação, tanto a nível central como local;
- Ineficiência na articulação entre os serviços, tanto a nível central, como nos serviços desconcentrados, originada, muitas vezes, por problemas comunicacionais;
- Ineficiência no uso dos recursos públicos, devido a um *deficit* de rigor na aplicação dos procedimentos e normas estabelecidos;
- Ausência de um serviço de Seguimento e Avaliação das políticas públicas para o sector, sendo o controlo efetuado por todos os serviços, não permitindo uma visão do conjunto.

²²⁹ Programa da IX^a Legislatura, p. 82.

2.5.1.2 PROPOSTAS DE ATUAÇÃO PARA A MELHORIA DA GESTÃO E COORDENAÇÃO DA POLÍTICA EDUCATIVA

Objetivo estratégico:

*A nível da administração e gestão da educação, o objetivo estratégico é reforçar a qualidade dos serviços prestados pela equipa central e descentralizada visando a **eficácia**, a **eficiência** e a **efetividade** da implementação das políticas de educação, visando garantir uma educação de qualidade a todos os cabo-verdianos.*

Neste quadro referencial, propõe-se o desenvolvimento de um programa que abranja os seguintes objetivos específicos, transversais a todos os níveis de administração, do pré-escolar ao ensino superior.

I - REFORÇO INSTITUCIONAL DOS SERVIÇOS CENTRAIS E DESCENTRALIZADOS²³⁰

O novo Projeto Educativo, nacional pelo seu âmbito e objetivos e alicerçado numa dinâmica participativa que expressa um autêntico compromisso social, está contido na Carta de Política Educativa da Educação no período de 2016 a 2021, aprovado por Resolução do Governo.

O desenvolvimento da política educativa pressupõe um amplo trabalho de atualização dos instrumentos legislativos do sector, iniciando pela LBSE, de modo a garantir a constitucionalidade das reformas que se pretendem introduzir no sistema. O pacote legislativo, a ser implementado no próximo quinquénio, inclui a Regulamentação da Educação Pré-escolar, do Ensino Básico, do Ensino Secundário e da Educação de Adultos, normas de gestão nos níveis central local e normas de subsidiação do acesso e frequência do ensino superior. Proceder-se-á ainda a uma revisão da legislação do ensino superior.

Além da revisão do quadro legislativo e com vista a reforçar os serviços centrais, prevê-se a adoção de conjunto de medidas que visam aumentar a produtividade das diferentes unidades orgânicas do ME, designadamente: 1) a implementação manuais de funcionamentos dos diferentes serviços, de modo a normalizarem-se os procedimentos, e assegurar-se a regularidade e o seu pleno funcionamento; 2) o reforço de capacidade dos técnicos valências prioritárias como o planeamento, análise de indicadores educativos, gestão curricular, e avaliações, através de cursos montados localmente e ministrados em modalidades de EaD em parceria com as IES e outros parceiros internos ou externos; 3) o desenvolvimento de uma nova abordagem de gestão de recursos humanos, bem como a montagem de um sistema de avaliação, como forma de ascensão e valorização dos recursos humanos; 4) a apresentação e permuta de práticas bem-sucedidas de gestão, e por último 5) Promoção da participação de técnicos do ME em investigação educativa relevantes para o setor.

Neste quadro, importa relevar o reforço e a renovação da IGE e a implementação da ARES, autoridade administrativa independente, de base institucional, com funções reguladoras, incluindo as de regulamentação, supervisão e sancionamento de infrações no ensino superior.

A promoção das inovações e tecnologias - do ensino básico ao superior – integra a agenda do Gabinete de Ciência, Tecnologia e Inovação, serviço que tem como missão organizar e coordenar as ações de implementação do plano da Investigação e promoção da Ciência e Tecnologia, que devem igualmente ser tuteladas por prioridades estratégicas de governação, seguimento e avaliação das responsabilidades

²³⁰ A estrutura orgânica do ME é apresentada no Capítulo I da Parte III, denominado “A Gestão do Sistema”.

executivas. O seu funcionamento efetivo, no período de vigência do Plano Estratégico, deverá contribuir para a elaboração do Plano Estratégico do Ensino Superior e da Ciência²³¹.

Para se garantir o pleno controlo das políticas educativas, propõe-se como medida prioritária a implementação de um **Sistema de Informação e Gestão Educacional Integrado**²³², que permite obter informações sistematizadas sobre a gestão administrativa e pedagógica das escolas. A estratégia passa por analisar os vários sistemas em funcionamento e estabelecer metas para a sua integração de modo a proporcionar aos diferentes níveis de decisão informações sobre a realidade educativa mediante um sistema de apoio à decisão que disponibilizará indicadores educativos, em função das áreas de análises. Para se garantir o seu funcionamento e utilização, o ME deverá criar a figura de gestor de análise de dados.

II. MELHORIA DOS RESULTADOS DAS APRENDIZAGENS

Com vista à conclusão e aprovação do novo currículo, a DNE procederá o mais brevemente possível à sua ampla divulgação e recolha de subsídios junto da comunidade educativa, dos investigadores e das organizações da sociedade civil, para a criação das condições efetivas da sua implementação nas escolas.

Paralelamente a este processo, é implementado um plano de formação dos docentes e de outros agentes da renovação do currículo, que possibilite um melhor desempenho metodológico em sala de aula. Conforme a programação descrita nos subcapítulos anteriores, este plano é implementado em parceria com o IUE/UNI-CV, através de modelos mistos, *blended learning*, de modo a potenciar as formações através do uso das TICs. Para se valorizarem as acções de formação, o ME garante que as mesmas constituam elementos de mais-valia na promoção e progressão na carreira docente.

Para garantir a qualidade da aprendizagem, considera-se pertinente a definição de uma política de produção de manuais, de programas e guias de ensino, de modo a garantirem-se requisitos exigidos para a qualidade dos materiais didáticos.

A observância de padrões e indicadores de qualidade pressupõe um modelo de avaliação interna (baseado nos resultados da aprendizagem dos alunos) e externa (inquéritos e testes de aferição) a ser aplicado nos estabelecimentos de ensino (todos os níveis), como forma de monitorizar permanentemente o processo de ensino-aprendizagem, sobretudo nas disciplinas básicas, como a Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.

III. REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA VIDA EDUCATIVA

Com vista a uma maior transparência na implementação das políticas para o sector da educação, o ME irá dinamizar o Conselho Nacional de Educação, órgão independente com funções consultivas que tem por missão proporcionar a participação de várias forças sociais, culturais e económicas, na procura de soluções e consensos alargados em relação às questões essenciais de política educativa.

Constitui-se assim um espaço de recolha e integração de todas as contribuições pertinentes provenientes dos vários sectores da sociedade que compõe o CNE, nomeadamente das ONGs e de instituições

²³¹ Consultar o Programa “Ensino Superior, Ciência e Inovação”.

²³² Segundo informações do Núcleo Operacional da Sociedade de Informação (<https://www.nosi.cv/index.php/pt/solucoes/educacao>) foram instalados os seguintes sistemas: (1) O Sistema Integrado de Gestão Escolar – SIGE que proporciona às escolas do Ensino Básico e Secundário, um modelo único para que possam estar interligadas em rede a um sistema comum maximizando a comunicação, a gestão e minimizando os custos. Este sistema permite às escolas melhorar a sua gestão, permitindo uma integração rápida entre elas e os alunos e também com os pais/encarregados de educação; e (2) o Sistema de Integração de Gestão e Acompanhamento dos estudantes do ensino superior – SIGAE, ferramenta de gestão, que tem por objetivo melhorar o controlo na atribuição de vagas, bolsas de estudo, na gestão financeira, registo e seguimento dos bolsistas em Cabo Verde e no exterior, criando assim um sistema comum, maximizando a comunicação, a capacidade de gestão, minimizando os custos.

públicas e privadas, tendo o Plano Estratégico como referência métrica de avaliação dos progressos em educação e da efetividade da sua implementação em termos de resultados.

IV. REFORÇO DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS

A melhoria do desempenho do sector, nos próximos anos, implica um acompanhamento próximo e regular das instituições educativas pelas entidades responsáveis pela gestão. Para o efeito, requer-se uma supervisão descentralizada com o recurso a instrumentos reguladores do acompanhamento e da supervisão do sistema educativo, que serão reforçados com o estabelecimento e monitorização de padrões e indicadores de qualidade.

O objetivo principal da construção do sistema de seguimento e avaliação é a instituição de um processo contínuo de acompanhamento do desempenho dos Programas-Projetos em relação às metas, de forma a que os resultados possam ser medidos por meio de indicadores produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados. A estratégia passa pela criação de um Serviço de M&A que, além de avaliar a implementação do Plano Estratégico, apoie o ME na produção de informações, que garantam a implementação do plano, nos níveis locais e por unidades de implementação.

PARTE III

Organização institucional

1.1 A GESTÃO DO SISTEMA

1.1.1 A ORGÂNICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Com a finalidade de se atender aos desafios da edificação de um sistema educativo de qualidade e ao reforço das ciências e tecnologias, enquanto vetores estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde, o Ministério da Educação está dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, concelhio e local, que asseguram a sua interligação com a comunidade, através da participação dos professores, alunos, pais e encarregados da educação, das autarquias, entidades representativas da sociedade civil e, ainda, de instituições de carácter cultural e científico.

Para atingir este fim, o Governo adotou orgânicas e formas de intervenção, cabendo-lhe, através do Ministério da Educação, garantir a necessária eficácia e unidade de acção. Além disso, estabeleceu normativos que delimitam a articulação das competências entre os diferentes níveis de administração, tendo em atenção que serão da responsabilidade da administração central grandes domínios de intervenção, a saber: ensino e formação, ciência e investigação, desenvolvimento curricular, gestão e planificação, controlo, supervisão e regulação.

A organização do Ministério da Educação, tal como está definida pelo Decreto-Lei nº 37, de 17 de Junho 2016, assenta nas seguintes estruturas centrais:

Órgãos e Gabinetes de Apoio à Formulação de Políticas:

- Conselho Nacional de Educação – CNE;²³³
- Conselho do Ministério – CM;
- Gabinete da Ministra – GM.

Serviços de Estratégia e Planeamento:

- Direção Nacional de Educação – DNE;
- Direção-Geral do Ensino Superior – DGES;
- Direção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão – DGPOG;
- Gabinete de Ciência, Tecnologia e Inovação – GCTI;
- Inspeção Geral da Educação – IGE.

Coordenação Institucional:

- Comissão Nacional da UNESCO para Cabo Verde – CNU.

Órgãos Autónomos:

- Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar – FICASE;
- Universidade de Cabo Verde – UNI-CV;
- Instituto Universitário de Educação – IUE.

O Ministério da Educação conta com a Direção Nacional da Educação, a Direção Geral do Ensino Superior, a Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, a Direção do Gabinete de Ciência, Tecnologia e Inovação e com a Inspeção Geral, serviços que asseguram a implementação das políticas

²³³ Conta com a representação de forças sociais, culturais e económicas.

definidas para o sector, coadjuvados por uma dezena de direções de serviços que se ocupam de diversas áreas de intervenção, de acordo com a natureza das direções onde se inserem.

O ME dirige superiormente a Comissão Nacional da UNESCO para Cabo Verde, órgão de coordenação interministerial.

O Ministério exerce poderes de superintendência sobre a FICASE - Fundação Cabo-verdiana de Ação Cabo-verdiana Escolar, que tem por objetivo a materialização das políticas sociais que visam a promoção da igualdade de oportunidades para todos no acesso e sucesso educativos.

A Universidade de Cabo Verde e o Instituto Universitário da Educação (em processo de integração na Uni-CV), como analisado anteriormente, são instituições de ensino superior tuteladas pelo ME.

O Ministério da Educação no âmbito das suas atribuições, relaciona-se com a Agência de Regulação do Ensino Superior, autoridade administrativa independente, de base institucional, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que exerce funções reguladoras no sector do ensino superior.

A nível desconcentrado, temos as Delegações da Educação, que gerem a implementação operacional das políticas educativas nos 22 municípios do país. Os Delegados responsabilizam-se pela gestão da educação pré-escolar, da educação escolar (ensinos básico e secundário) e extraescolar, assegurando o apoio e informação aos utentes do sistema, a orientação e coordenação do funcionamento das escolas, zelando pela correta utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros. Cabe ainda aos Delegados, à luz das recentes atribuições concedidas aos municípios, a articulação com as autarquias locais, particularmente, no que diz respeito à educação pré-escolar e à gestão da rede escolar.

Tendo em consideração a compatibilização dos objetivos setoriais com a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, o Ministério da Educação articula-se com outros setores nas seguintes matérias:²³⁴

- Ministério da Família e Inclusão Social – ação social escolar, educação para a vida familiar e promoção da igualdade do género;
- Ministério do Desporto – associativismo juvenil e desporto escolar;
- Ministério da Justiça e Trabalho – promoção de educação para a cidadania e de direitos humanos;
- Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação – construção e manutenção de equipamentos educativos e formação e investigação no domínio do Ordenamento do Território;
- Ministério da Saúde e da Segurança Social – educação para a saúde e formação no domínio da saúde;
- Ministério das Finanças – formação e investigação nos domínios da gestão e da administração pública;
- Ministério da Economia e Emprego – formação e investigação nos domínios do turismo, comércio, indústria e energias, com enfoque especial para as renováveis;
- Ministério da Agricultura e Ambiente – ciências agrárias e educação ambiental;
- Ministério da Cultura e das Industrias Criativas – política da língua cabo-verdiana, educação artística e investigação cultural;
- Ministério da Administração Interna – prevenção de situações de insegurança e violência escolar.

A Figura seguinte apresenta o organigrama do Ministério da Educação com a indicação das suas diferentes estruturas centrais e locais.

²³⁴ Conforme a orgânica do Ministério ds Educação, Decreto-Lei n.º 55, de 10 de outubro.

1.1.2 GESTÃO/PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DO SETOR EDUCATIVO

Conforme descrito acima, a educação cabo-verdiana é constituída por três níveis administrativos: administração central, delegações e os estabelecimentos de ensino (do pré-escolar ao ensino superior), que funcionam com base em diretrizes que determinam parâmetros de estrutura e organização da educação nacional.

O Governo da IX^a Legislatura entrou em funções no momento em que, coincidentemente, terminava um ciclo de planeamento internacional, passando as linhas orientadoras da política educativa assumida pelo país a serem pautadas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no horizonte 2030.

O Plano Estratégico, além de refletir as grandes linhas de intervenção na educação, constitui um documento de articulação do sistema educativo nacional e servirá de base para a implementação das políticas a nível central, regional (municipal) e a nível meso (escolas).

Neste contexto, torna-se difícil trabalhar de forma desarticulada, pois o foco são as ações inscritas nos Programas e Projetos do PEE. Assim, a sua divulgação, socialização e apropriação efectiva constitui uma das estratégias de extrema importância para se garantir o sucesso da sua implementação.

De acordo com a orgânica ME, a responsabilidade do planeamento educativo é assegurada pela DGPOG, através dos serviços da SEPC, que tem a incumbência de coordenar as acções de planeamento sectorial e regional, assim como garantir o acompanhamento das políticas públicas que o ME deva implementar em domínios, como sistematização e divulgação de estudos relevantes, as estatísticas sectoriais e a mobilização dos recursos da cooperação, interna como externa, para a materialização da política educativa.

No entanto, analisando o percurso dos SEPC, nos últimos anos, denota-se que a componente “planeamento” precisa de reforço e que devem ser criadas as condições para o desenvolvimento de pesquisas no domínio educativo, não somente de carácter quantitativo, mas de carácter qualitativo, com o propósito de fornecer subsídios às novas políticas e apoiar os decisores na tomada de decisão.

GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A gestão de recursos financeiros é também da competência do DGPOG, através de uma direcção com incumbências para o efeito. A gestão financeira baseia-se no orçamento geral do estado (OGE) de cada ano. Todo o processo de gestão desenvolve-se através de uma plataforma centralizada, denominada SIGOF, sistema de informação financeira do estado, que tem como objetivos principais o controlo orçamental, a gestão das despesas e das receitas e a gestão das contas públicas.

O grande desafio, a nível da gestão financeira, tem a ver sobretudo com o controlo das receitas que as escolas arrecadam (taxa escolar e outros emolumentos), que não entram para o tesouro público (através do SIGOF), dificultando assim a sua fiscalização. Esta situação verifica-se, a nível das escolas básicas, que não foram “bancarizadas” pelo tesouro, embora se deva realçar o facto de elas apresentarem mensalmente às Delegações, a execução financeira.

Torna-se, portanto, necessário aumentar o controlo da gestão financeira das escolas, de modo a permitir ao ME consolidar a sua conta anual em termos de receitas e despesas, tanto através do OGE, como de fundos provenientes das famílias, das empresas, entre outros, aprimorando-se assim o cálculo real do custo, por aluno, no ensino básico.

Em termos provisionais, a gestão financeira do ME é definida mediante uma lei que estabelece, *a priori*, o peso orçamental atribuída ao ME, através de um exercício de planeamento plurianual - Quadro de Despesas de Médio Prazo - alinhado com Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável - PEDS.

GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A gestão de recursos humanos é uma outra competência da DGPOG e a sua execução prática dá-se através do serviço dos recursos humanos, que conta com uma equipa de trabalho com 12 técnicos, perfazendo uma proporção de 600 funcionários para cada técnico, demonstrando, desta forma, o carácter centralizador da gestão.

Este serviço tem por missão a conceção e a coordenação da execução de políticas de desenvolvimento dos RH, docentes e não docentes dos estabelecimentos de ensino e de serviços do ME, assim como a conceção e o apoio técnico-normativo à formulação destas políticas e à sua monitorização e avaliação, em prol da melhoria da qualidade de serviço público de educação.

É importante realçar que a gestão de RH, a nível da administração pública cabo-verdiana, é sustentada por um conjunto de normas e procedimentos legalmente definidos. A definição das estratégias da gestão, no sector educativo, depende das articulações com as outras estruturas do Estado, da sua capacidade de resposta, mas também das limitações orçamentais.

Considera-se que o *deficit* de planeamento tem influenciado pela negativa a gestão dos RH, que têm trabalhado, por vezes, mais em função da demanda política do que em critérios sustentáveis de integração do pessoal, sobretudo a nível do pessoal docente.

Para se superar esta situação, deverá ser elaborado, a curto prazo, um estudo abrangente sobre o pessoal do ME, com o propósito de se avaliar a situação atual e tomarem-se medidas de optimização que devem constar de um Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos e contribuir para a implementação do Sistema Nacional de GRH em Educação.

A INSPECÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO

A Inspeção-Geral da Educação, que exerce funções de controlo da legalidade e de acompanhamento, avaliação e controlo da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, dispõe de um corpo inspetivo que se distribui por duas grandes áreas de intervenção - a pedagógica e a administrativa / financeira - e está afeto a dois Núcleos de Inspeção, um a nível central e um outro em São Vicente, que cobre a zona norte do país.

O quadro do pessoal da inspeção é constituído por 18 inspetores, sendo 9 inspetores de carreira e 9 professores em regime de destacamento. Impõe-se presentemente a renovação do corpo inspetivo, com formação adequada a uma inspeção que tenha como referências os princípios da imparcialidade, isenção, rigor técnico e responsabilidade.

O modelo inspetivo exercido é de controlo central e a sua operacionalização tem sido ineficaz, devido ao reduzido número de inspetores e recursos, atendendo à condição arquipelágica do país, que dificulta o trabalho de inspeção em todo o território nacional. O número de inspetores continua insuficiente e a integração de novos agentes inspetivos torna-se uma necessidade premente, facilmente mensurada pela proporção desequilibrada de inspetores *versus* número de docentes, ou seja para um inspetor, 379 professores e, se se incluírem os não docentes, esta proporção atinge cerca de 490.

Em termos práticos, a inspeção escolar tem exercido, essencialmente, acções de verificação da legalidade dos atos escolares e das prescrições legais, bem como, de apuramento das denúncias surgidas no quotidiano das escolas. Os dados demonstram que as acções inspetivas têm-se operacionalizado, sobretudo, na realização de tarefas rotineiras, e as suas atribuições atuais estão distanciadas das modernas acções educacionais orientadas para a gestão dos fins, ou seja, para a avaliação da efetividade das políticas públicas.

Apresentam-se, em seguida, os principais constrangimentos com que se depara a IGE no seu dia-a-dia: i) insuficiência de recursos humanos qualificados, ditada mais por razões orçamentais; 2) insuficiência de recursos para se garantirem as deslocações dos inspetores a todas as ilhas e concelhos; 3) pouca relevância atribuída ao serviço, o que gerou uma certa desmotivação da classe durante alguns anos.

Face ao exposto, e com vista à melhoria dos serviços inspetivos o Programa “Gestão Educativa: o Pilar da Mudança” (Cap. II) contempla: 1) a adoção de modelo inspetivo híbrido, por forma a garantir a supervisão que cobre todas as escolas, priorizando o acompanhamento das escolas com menores índices de desempenho; 2) o reforço do corpo inspetivo, abrindo-se vagas para o recrutamento de novos inspetores; 3) o reforço das equipas inspetivas locais (inspetores em todas as ilhas) e 4) a implementação de ações/cursos de formação para os *inspetores-educadores* em parceria com as universidades locais, com repercussões na carreira inspetiva.

1.1.3 QUESTÕES-CHAVE DA GESTÃO POR NÍVEIS DE ENSINO

A abordagem da Gestão do Setor Educativo por níveis de ensino está desenvolvida na Parte I, no Capítulo 2 “O Contexto”; ao longo da Parte II, nos “Programas de Investimento” e respetivos Planos de Ação (anexo 2) e, em particular, no Programa intitulado “Gestão Educativa: o Pilar da Mudança”.

Apresenta-se em seguida, em síntese, uma súmula de questões-chave para os necessários **arranjos institucionais** que garantam a execução e o desenvolvimento do Plano Estratégico da Educação, 2017-2021.

Questões específicas da gestão da Educação Pré-Escolar

O Estado assume, doravante, plenamente a educação pré-escolar e a sua universalização, tornando-a de frequência obrigatória para todas as crianças na faixa etária dos 4/5 anos. O ME consolida o seu papel de coordenação, de regulação e de orientação pedagógica, em colaboração com outros Ministérios (atualmente o MFIS), os municípios, as famílias, ONGs e demais parceiros do desenvolvimento.

Com o propósito de se reforçar este subsistema, está em curso a preparação de uma regulamentação que prevê a assunção da gestão da educação pré-escolar pelas autarquias locais, em estreita articulação com os serviços desconcentrados e centrais do ME e operadores privados. Os municípios passarão a ter as atribuições de i) criar, licenciar e encerrar estabelecimentos do pré-escolar; ii) garantir o funcionamento dos jardins existentes, com meios e recursos; iii) recrutar profissionais de infância e de gestão dos jardins públicos; iv) apoiar iniciativas de cariz privado, desde que cumpram os requisitos estabelecidos por lei.

A gestão dos estabelecimentos do pré-escolar, quer nos jardins públicos, quer nos privados, depara-se ainda com grandes dificuldades, dado que a maioria é gerida por profissionais que não dispõem de formação em gestão educacional. Esta situação advém, por um lado, das dificuldades financeiras no recrutamento de pessoal qualificado e, por outro, do vazio normativo neste domínio.

Face ao reconhecimento de que o direito a uma educação pré-escolar é para todas as crianças e do seu papel determinante no processo da educação que se desenvolverá ao longo da vida, torna-se premente reverter esta situação e criar as condições para que a gestão dos Jardins de Infância seja confiada a profissionais qualificados, proporcionando-se assim a criação de ambientes educativos facilitadores do desenvolvimento e das aprendizagens de todas as crianças (meninos e meninas e em todas as comunidades locais).

Tendo em conta as fragilidades acima mencionadas, o ME assumiu um novo modelo de gestão escolar e está a dotar o subsistema de um quadro legal que visa regular e ordenar as relações entre os Jardins de Infância e os vários elementos da Comunidade Educativa. Outra das questões prioritárias é a formação (Pessoal qualificado: 18,4%) e o enquadramento dos agentes educativos, através de um estatuto que considere todas as categorias profissionais que operam no pré-escolar.

Para além da insuficiente qualificação dos profissionais da educação pré-escolar, que condiciona negativamente a gestão dos Jardins de Infância, persiste uma fraca cultura de acompanhamento das inovações curriculares e didáticas (em curso), a falta de materiais lúdicos e pedagógicos e um escasso envolvimento das famílias. Perspetiva-se a introdução, no decorrer do próximo ano letivo (2017/2018), das novas orientações curriculares e de guias para a capacitação de todos os intervenientes na sua implementação (educadoras, monitoras, orientadoras, coordenadores nos níveis central, local e municipal).

O financiamento da educação pré-escolar depende das entidades promotoras. Os custos dos jardins públicos são suportados pelos orçamentos dos municípios. O financiamento dos jardins privados e/ou promovidos pelas ONGs e por Fundações é, em grande parte, suportado pelas famílias, mediante o pagamento da frequência das crianças. Considerando a importância de se estimular a participação do setor privado na pré-escolarização, em certos casos, as Câmaras Municipais têm subsidiado a frequência de crianças oriundas de famílias sem rendimentos, mesmo em jardins privados.

O Ministério da Família e da Inclusão Social, no quadro do “Programa de Garantia do Acesso à Educação”, assumiu em 2016/17, os custos de frequência das crianças de famílias com baixo rendimentos e o acompanhamento dos respetivos processos (Praia, S. Vicente, S. Antão- Paul, Maio e S. Nicolau). Este Programa do MFIS será alargado, no período de vigência do PEE, a todos os concelhos do país.

A universalização do acesso ao pré-escolar passa pela municipalização efetiva deste subsistema, passando as autarquias a garantir a expansão da rede (com o apoio do ME e do setor privado), com destaque para a reabilitação e manutenção dos espaços degradados e sua adaptação ao acesso às crianças com NEE.

Questões relacionadas com o Ensino Básico Obrigatório

A universalização do ensino, numa primeira fase, até ao 8.º ano, pressupõe a reorganização da rede escolar. Neste contexto está em processo de elaboração um Plano Geral de Reabilitações e Construções Escolares (Carta Escolar), ajustado aos fluxos escolares decorrentes da reconfiguração curricular, que já dispõe de um primeiro orçamento. Este exercício foi elaborado em colaboração com os Gabinetes Técnicos das Câmaras Municipais.

As escolas estão a ser organizadas em Agrupamentos Educativos, prevendo-se a existência de uma multiplicidade de tipologias de escola, a saber:

- Jardins de Infância
- Complexos Educativos do Pré-Escolar ao 12º ano
- Complexos Educativos do 1º ano ao 12º ano
- Complexos Educativos do 5º ano ao 12º ano
- Escolas do Ensino Básico do 1º ao 8º ano
- Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, do 1º ao 4º ano
- Escolas do 2º Ciclo do Ensino Básico, do 5º ao 8º ano

Estas mudanças implicam a revisão dos seguintes regimes jurídicos: 1) Reconfiguração da rede do ensino básico²³⁵; 2) Regime de direção, administração e gestão dos polos educativos²³⁶ e 3) Regime dos órgãos de Coordenação pedagógicas dos estabelecimentos do ensino básico²³⁷.

Na nova carta escolar, foram redefinidos os cenários da rede educativa, tendo em consideração as dinâmicas populacionais e as políticas de gestão de solos e da expansão urbana de cada município. Este exercício de planeamento deverá ser fixado num plano de ação conducente à criação das condições necessárias para que, nos próximos 5 a 10 anos, o ME disponha de um parque educativo moderno, requalificado, atrativo, seguro e com as adaptações para a inclusão das crianças e jovens com NEE.

A programação das reabilitações e construções de espaços educativos consta do Programa e Plano de Ação “Ensino Básico Obrigatório: as Bases para a Vida”.

Questões atinentes à reorganização do Ensino Secundário

Até agora, as escolas secundárias funcionaram com 6 anos de estudo, divididos em três ciclos de dois anos cada, podendo o aluno aceder à área vocacional a partir do 3.º ciclo, ou seja, a partir do 10º Ano. No quadro do novo Projeto Educativo, a duração do Ensino Secundário diminuiu para 4 anos, embora a via técnica tenha sido aumentada para mais dois anos (decorrem em paralelo com a via geral).

No quadro da revisão dos normativos que suportam atualmente o sistema educativo, irá proceder-se à revisão do Decreto-Lei nº 20/2002, de 19 de Agosto, que estabeleceu o modelo de gestão dos estabelecimentos públicos do Ensino Secundário.

O quadro normativo do Ensino Secundário será revisto em função do seu redimensionamento e dos princípios curriculares de articulação com a vida ativa e a empregabilidade e com uma melhor preparação do acesso ao ensino superior.

Neste contexto, exige-se da comunidade educativa a adoção de medidas, não só no campo do acesso e permanência no ambiente escolar (combate ao abandono e à exclusão), mas também em ações que venham reverter a baixa qualidade das aprendizagens.

Para o efeito serão considerados fatores internos ligados à governabilidade da escola e à promoção da qualidade da educação, que passam pela implicação da comunidade escolar no Projeto Educativo, pela participação ativa dos vários segmentos desta comunidade nos Conselhos de Escola e pela valorização da formação docente, fundamentada em conhecimentos práticos e teóricos consistentes e atualizados. No que se refere aos fatores externos, ir-se-ão adotar práticas de avaliação externa, seja através do IGE/DNE, ou através de instituições privadas independentes, como forma de validar as práticas e os procedimentos, tanto a nível da gestão administrativa como pedagógica.

A reconfiguração da rede escolar não tem grandes implicações neste nível, ganhando em racionalidade a sua inserção nos Agrupamentos Escolares (já descritos no tópico anterior). As intervenções programadas incidem sobretudo na reabilitação de escolas e apenas há construções em locais onde existe procura, devido a fluxos migratórios recentes.

Questões comuns

Em suma, a reorganização do setor, na sua globalidade e atendendo-se às particularidades dos vários níveis de ensino, está em curso a elaboração dos seguintes documentos: (i) do Plano de Capacitação dos Docentes, de acordo com o novo currículo e a abordagem por competências; (ii) novos Modelos de

²³⁵ Decreto-Lei n.º 76, de 27 de dezembro de 1994.

²³⁶ Decreto-Lei n.º 78, de 27 de dezembro de 1994.

²³⁷ Decreto-Lei n.º 77, de 27 de dezembro de 1994.

Gestão Escolar; (iii) o sistema de avaliação das aprendizagens no âmbito do processo de desenvolvimento curricular adequado à universalização do acesso à educação pré-escolar e ao ensino básico até ao 8.º ano.

Decorre o Recenseamento do Pessoal Docente e Não Docente em efetividade de funções e redefinição dos perfis e atribuições. O atual Estatuto do Pessoal Docente, centrado no reconhecimento do grau de licenciado para os professores do ensino básico está em processo de revisão, visando-se um novo Estatuto do Pessoal Docente com as categorias profissionais demarcadas em função das habilitações profissionais, das competências adquiridas pelos docentes ao longo da carreira e das exigências do Projeto Educativo.

Ensino Superior

O ensino superior está alicerçado num quadro normativo consistente. Porém, dever-se-á proceder a uma análise criteriosa da legislação em vigor, para que de facto se cumpra a meta do Programa do Governo de o tornar num “eixo estratégico” para o desenvolvimento de Cabo Verde, com base o tripé *excelência, eficácia e internacionalização*. A prioridade estabelecida, para o quinquénio, passa pela regulação, planeamento indicativo, fiscalização, otimização dos recursos disponíveis no exterior (diáspora e universidades parceiras) e no investimento na formação avançada dos docentes e investigadores universitários residentes no país.

O Programa do Governo refere-se explicitamente à necessidade de melhoria da gestão da universidade pública (com o Instituto Universitário da Educação integrado), tendo como estratégia incontornável a racionalização dos recursos humanos, materiais e financeiros.

A observância deste desiderato implica um planeamento estratégico do Ensino Superior, Ciência e Inovação” (vidé Programa e Plano de Ação, Parte II, Cap. III).

1. 2. FINANCIAMENTO

1.2.1. PROGRAMAS

O Quadro Estratégico da Educação 2017-2021 comporta cinco Programas de Investimento, sendo o último, de natureza transversal, dedicado à Gestão Educacional (níveis central e das Delegações) e os outros quatro, organizados em subsistemas e níveis de ensino, reportam-se à Educação Pré-Escolar, ao Ensino Básico Obrigatório, ao Ensino Secundário Geral e Técnico e à Educação Superior, Ciência e Inovação.

Os Programas subdividem-se em 25 Projetos norteados por três Eixos Estratégicos – o acesso equitativo; qualidade e relevância; gestão eficaz e eficiente.

As estratégias definidas para se realizarem os Projetos com sucesso, bem como as atividades, os resultados esperados, os cronogramas e as estimativas dos custos constam dos cinco Planos de Ação (um por Programa).

Quadro 37-Estimativa dos custos dos Programas

DESPESAS DE EDUCAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	Total	%
INVESTIMENTO	2 070 251,6	2 519 317,6	1 996 049,1	2 092 499,2	1 724 665,0	10 402 782,5	16,4%
PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA "EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: UNIVERSALIZAÇÃO DO	76 823,4	156 466,2	152 126,0	148 183,0	112 047,0	645 646	1,0%
PLANO DE AÇÃO PARA O PROGRAMA "ENSINO	587 204,5	1 197 878,3	933 353,4	1 113 892,4	840 100,0	4 672 429	7,3%
PLANO DE AÇÃO PARA O PROGRAMA "REFORÇO E CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO	630 160,8	402 807,4	204 603,9	180 161,8	161 089,4	1 578 823	2,5%
PLANO DE AÇÃO PARA O PROGRAMA "EDUCAÇÃO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO"	680 629,5	639 007,4	630 007,4	581 337,0	560 803,7	3 091 785	4,9%
PLANO DE AÇÃO PARA O PROGRAMA "GESTÃO EDUCACIONAL"	95 433,3	123 158,3	75 958,3	68 925,0	50 625,0	414 100	0,7%
FUNCIONAMENTO DO SISTEMA	10 602 470,8	10 387 882,9	10 583 259,6	10 855 751,9	10 753 819,5	53 183 184,8	83,6%
PREVISÃO DE DESPESAS-TOTAL	12 672 722,4	12 907 200,6	12 579 308,7	12 948 251,1	12 478 484,5	63 585 967,3	100,0%

No cômputo geral, os custos estimados para a execução dos Programas ascendeu a 8.526.238, 529 ECV que, somados aos custos de funcionamento do ME, ascendem a 63 milhões de contos para a concretização da política educativa para o período 2017-2021, uma média de 12 milhões contos por ano.

Como se pode constatar a grande peso do orçamento da ME destina-se a cobrir o orçamento do funcionamento do ME, 84,2%, sendo 15,8% destinado aos projetos de investimento para os diferentes subsectores.

No cômputo dos **investimentos**, os Programas com maior impacto financeiro reportam-se ao Ensino Básico Obrigatório (7%) e à Educação Superior, Ciência e Inovação (4,9%), o que é coerente com as orientações do Programa do Governo que dão destaque especial ao Ensino Superior, enquanto eixo estratégico para o desenvolvimento do país e à efetividade da escolaridade obrigatória até ao 8.º ano. Seguem-se, por ordem decrescente, os Programas denominados Reforço e Consolidação do Ensino Secundário (2,3%), Educação Pré-Escolar: Universalização do Acesso (1,0%) e Gestão Educacional: o Pilar da Mudança (0,7%). Note-se que o valor real da Gestão Pedagógica é muito superior aos valores apresentados, pois surge em todos os Programas por níveis de ensino (eixo Governança).

1.2.2 PREVISÕES FINANCEIRAS DE MÉDIO-PRAZO

Para se avaliar o impacto das políticas públicas da educação para o período 2017-2021 foi elaborado um único cenário, que estima o nível de financiamento para os próximos anos, baseado nos parâmetros macroeconómicos²³⁸ refletidos no Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), a saber:

- Um crescimento económico anual (PIB) estável em torno dos 3%;
- Uma inflação controlada de cerca de 2,1%;
- Uma despesa do Estado que varia de 30% a 25% do PIB;
- Um peso para a educação no OE que varia de 18% a 20%.

Quadro 38- Previsões financeiras para o período 2012-2016, baseadas nos pressupostos refletidos no Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)

Parâmetros Macroeconómicos	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Crescimento do PIB (em %)	3%	3%	3%	3%	3%	3%
PIB (million CVE)	196 201	202 087	208 150	214 394	220 826	227 451
População	528 782	544 246	550 443	556 600	562 719	568 800
PIB/H (CVE)	371 043	371,32	378,15	385,19	392,43	399,88
Receitas públicas correntes (milhões CVE)	59 423	61 206	63 042	64 933	66 881	68 888
Pressão fiscal (%)	30%	30%	30%	30%	30%	30%
Despesas públicas correntes (milhões CVE)	52 001	54 478	57 057	59 741	62 535	65 443
(Despesas correntes - receitas públicas) (%)	88%	89%	91%	92%	94%	95%
Projeção das Receitas públicas correntes (milhões CVE) (A)	10 487	10 801	11 125	11 459	11 803	12 157
Pressão fiscal (%)	18%	18%	18%	18%	18%	18%
Projeção das despesas da educação 2017-2021 (B)		12 673	12 907	12 579	12 948	12 478
Engajamento dos parceiros (C)		1 379	368	0	0	0
GAP (A-B+C)		-492	-1 414	-1 120	-1 145	-322

Portanto, com base neste cenário denota-se que o *deficit* (GAP) oscila durante os cinco anos, sendo maior nos anos intermediários, por um lado devido às próprias exigências impostas pelo CFMP e, por outro lado, devido à inexistência de um quadro do engajamento dos parceiros de curto e médio prazo.

O Estado é a principal fonte de financiamento para a educação em Cabo Verde, através do Ministério da Educação, que é o responsável pela execução das políticas públicas para o sector, incluindo para garantir apoios sociais às camadas mais vulneráveis, enquanto política de discriminação positiva, criando as condições para que todos os cabo-verdianos tenham acesso a uma educação de qualidade. Nos últimos 10 anos, a percentagem do orçamento destinado à educação atingiu cerca de 20% a 24% do orçamento geral do estado, o que demonstra a importância de que se tem revestido a educação, embora se saiba que a maior parte do orçamento se destina ao pagamento dos salários dos professores.

²³⁸ Com o modesto crescimento previsto para os principais parceiros comerciais de Cabo Verde, o fluxo de investimento direto estrangeiro irá provavelmente abrandar. Os grandes investimentos no turismo que tiverem início na primeira metade de 2016 e que contribuiram para a diversificação do produto turístico, darão um muito necessário impulso ao crescimento, ao longo dos próximos três anos. Espera-se que o aumento do IDE combinado com reformas de políticas para melhorar o clima para o investimento apoie a procura doméstica. Prevê-se que os preços se mantenham baixos devido a uma combinação dos desenvolvimentos locais e internacionais, estabelecendo a base para uma continuada flexibilização da política monetária. Neste contexto, prevê-se que a economia cresça entre 3 e 4% do PIB, entre 2016 e 2018.

1.2.3 MODALIDADES DE FINANCIAMENTO

O orçamento do PEE 2017-2011 é considerado, na sua globalidade, e financiado por diferentes fontes: i) fonte interna financiada pelas receitas fiscais e pelo apoio direto ao OGE; ii) fonte externa, através de ajuda direta, do orçamento geral do estado, através de projetos e das contribuições das várias organizações não-governamentais; iii) receitas geradas ao nível das escolas e instituições (contribuições diretas dos pais e encarregados de educação, através de propinas, sobretudo no ensino secundário, venda de materiais escolares, etc.; e iv) contribuições do sector privado, através de investimentos no desenvolvimento da educação pré-escolar e do ensino superior.

Para os próximos anos, está programado o financiamento do sector por forma a materializar-se uma educação para todos, equitativa e com qualidade em todo o território nacional.

FONTE INTERNA

De acordo com os OGE/2016, a fonte interna financia a maior parte das despesas do setor da educação (cerca de 88% em 2016), abrangendo, sobretudo, os salários do pessoal docente e não docente e os bens e serviços para o funcionamento das instituições. Uma parte considerável do orçamento de funcionamento é orientado para a contribuição nos projetos bilaterais de investimento, que ainda exigem participação do governo.

FONTE EXTERNA

Para os próximos anos, a contribuição anual da fonte externa é estimada em cerca de 11% provindos de seis parceiros ²³⁹ bilaterais e multilaterais e é canalizada, na maioria dos casos, através de projetos concretos. No entanto, importa destacar que apenas existe a previsibilidade até ao final de 2017.

Os projetos bilaterais e multilaterais, através dos créditos dos Bancos de Desenvolvimento, bem como das consignações dos parceiros bilaterais, continuam a ser orientados, essencialmente, para as áreas do Ensino Superior e do Ensino Técnico-Profissional, assim como para grandes construções para o ensino superior e algumas escolas secundárias em concelhos ainda desprovidos de infraestruturas adequadas para este nível de ensino.

RECEITAS PRÓPRIAS (MONETÁRIAS OU EM ESPÉCIE)

Desde os primórdios da independência, adotou-se uma política de ensino básico gratuito para todos e por isso, não havendo cobrança de taxas e/ou de propinas neste nível do ensino. No que diz respeito aos manuais escolares, o Estado assegura o fornecimento de livros e o apoio direto às escolas para garantir o seu funcionamento e responsabiliza-se, também, pela compra de materiais didáticos para as escolas. Entretanto apesar desta política de gratuidade, as famílias participam na aquisição de livros, mediante um custo comportado e através do pagamento de uma taxa escolar que é utilizada para a melhoria da dieta alimentar. Estas contribuições são bem-vindas e encorajadas, mas não devem ser entendidas como obrigação ou condição de acesso à escola.

O ensino secundário não é gratuito, o que significa que há cobrança de taxas, emolumentos e/ou propinas. Estes valores são considerados receitas próprias e são inscritos, anualmente, no OGE. Para se aumentar o volume das receitas próprias, principalmente as das Escolas Secundárias das Vias Geral e Técnica e dos internatos para os alunos, estas instituições são encorajadas a reforçar a capacidade de

²³⁹ Portugal, Estados Unidos, União Europeia, Lux-Dev., Fundo Saudita, e do Fundo do Kuwait.

mobilização de recursos por forma a garantir a sustentabilidade institucional e a qualidade dos serviços prestados.

As Instituições de Ensino Superior não são gratuitas e as propinas têm sido uma das principais fontes de financiamento (vide Programa Educação Superior, Ciência e Inovação), que, conjuntamente, com fundos privados têm aumentado nos últimos anos. As instituições privadas não recebem financiamento direto do Estado, mas, indiretamente, através dos subsídios concedidos aos alunos para a frequência e outras isenções fiscais, enquanto medidas de incentivos. Este assunto está desenvolvido no Programa Educação Superior, Ciência e Inovação.

Todas as receitas (monetárias ou não) são contabilizadas ao nível das escolas e refletidas no seu orçamento e planos de atividades e essa informação deverá ser acessível ao público para assegurar uma gestão correta e transparente.

1.3. PRESSUPOSTOS, OPORTUNIDADES E RISCOS

A educação em Cabo Verde passou por grandes transformações nas últimas décadas, que tiveram como resultado um aumento significativo do número de pessoas que têm acesso a escolas, assim como a melhoria do nível médio de escolarização da população.

Todavia, estas transformações não têm sido suficientes para colocar o país no patamar educacional ambicionado, tanto do ponto de vista da equidade, como da qualidade. A igualdade de oportunidades que a educação deve proporcionar a todos os cidadãos, de modo a garantir um ensino com elevados padrões da qualidade das aprendizagens e níveis de qualificação profissional, capazes de potenciar níveis sustentáveis do crescimento económico e com coesão social constitui ainda um desafio. O sistema de ensino cabo-verdiano ainda não consegue potenciar a inserção competitiva do país no mercado global, seguindo as tendências atuais das novas modalidades de produção e do trabalho, altamente dependentes da educação, capacidade tecnológica e da investigação.

O Programa de Governo (2016-2021) reconhece que a satisfação das crescentes necessidades em matéria da melhoria do sistema educativo obriga o Estado e a sociedade a investirem cada vez mais, quer em termos de recursos humanos, financeiros e materiais, quer ainda no que concerne à organização e à gestão do sistema.

Para se garantir a modernidade e a sustentabilidade do sistema educativo está programado:

1. O reforço da capacidade institucional mediante a afetação de quadros competentes e empenhados para os postos de decisão, nos diferentes domínios técnicos e de gestão do sistema educativo;
2. A definição clara dos papéis de cada interveniente no sistema educativo e da sua operacionalidade no processo de ensino/aprendizagem;
3. O aperfeiçoamento dos instrumentos jurídico-legais com vista ao desenvolvimento do sector educativo, no período da vigência do PEE, com enfoque na universalização do acesso à educação pré-escolar e ao ensino básico até ao 8.º ano.

Entretanto, para se garantir tal desiderato é importante que o país reúna um conjunto de requisitos que possibilitem colmatar-se os principais riscos que possam atingir o setor e que poderão interferir no desempenho, em termos da implementação do Plano Estratégico, a saber:

- Um ambiente estável, de paz e estabilidade política que permita o desenvolvimento do sistema da educação;
- Um ambiente económico favorável e que permita o crescimento do PIB em níveis sustentáveis do desenvolvimento de políticas sociais sem grandes dependências;

- A garantia do compromisso contínuo do Governo com a reforma do setor público, permitindo a gestão eficaz da administração pública no seu todo, com enfoque na gestão baseada em resultados;
- O aumento de capacidade de cobrança de receitas internas por parte do Governo;
- O financiamento externo, nos níveis dos anos anteriores, canalizado na base dos princípios da agenda da “eficácia da ajuda externa”;
- O compromisso nacional e internacional para com a educação, como área chave de combate à pobreza e fator determinante para o desenvolvimento do país;
- A garantia do apoio coerente e complementar de todos os intervenientes na procura e oferta de educação: o Governo, através do ME e do MFIS, as autoridades locais, as famílias e as comunidades, os parceiros de cooperação nacional e internacional.

OPORTUNIDADES

A análise do desempenho do sector, nos últimos anos, indica a existência de pontos fortes, que criam diferentes oportunidades para os próximos anos, a saber:

- Existência da predisposição para parcerias público-privadas, sobretudo a nível da educação pré-escolar e do ensino superior;
- O compromisso de unir os esforços do governo, da sociedade civil, dos parceiros internacionais para desenvolver e melhorar o desempenho do sector;
- O aumento da capacidade institucional nos últimos anos: funcionários mais qualificados, existência de melhores condições de trabalho, a maior parte das reformas propostas já estão na fase de desenvolvimento;
- Forte empenho do Governo na reforma do estado, com a criação das regiões administrativas, facilitando um maior acompanhamento a partir da base;
- Níveis de confiança dos parceiros do desenvolvimento elevado, devido ao baixo índice de corrupção e à boa governação;
- População sensibilizada e empenhada com a escolarização dos seus filhos.

ANÁLISE DE RISCO

O Plano Estratégico da Educação (2017-2021) é ambicioso, mas realista, tomando em conta a capacidade de implementação do sector. Isto implica a definição de algumas áreas como prioritárias, em detrimento de outras, que serão abordadas de forma menos urgente e abrangente.

Existem alguns fatores que poderão influenciar negativamente a implementação deste Plano, os quais devem ser monitorados ao longo dos anos, considerando:

A pressão política e social para se expandir o sistema acima da sua capacidade institucional e técnica.

A universalização da escolarização, que atualmente incide na educação pré-escolar e no ensino básico até ao 8.º ano faz parte de uma intenção, mais abrangente, já assumida pelo Governo de haver educação universal até ao 12.º ano de escolaridade, o que implica um maior investimento do estado para o sector, pois reduz a capacidade de se angariarem receitas e aumenta as responsabilidades organizativa e de gestão.

A burocratização do sector público.

Apesar dos progressos registados a nível da reforma do estado, ainda existe muita centralização que provoca assimetrias no acesso equitativo a um serviço público de qualidade.

O impacto da pobreza

Apesar dos avanços do país, ao longo dos últimos anos, ainda se observam altas taxas de pobreza, consequência das fragilidades estruturais do país, o que representa uma ameaça para a implementação e o sucesso do Plano Estratégico da Educação, devido à forte pressão que implica em termos de apoio social.

O impacto da mobilidade/capacidade de retenção de quadros na administração pública.

Ao longo de vários anos, um dos grandes problemas do sector educativo tem sido a capacidade de estimular e de reter quadros de qualidade.

A falta de previsibilidade sobre os recursos financeiros disponíveis para o financiamento do Plano.

O custo estimado para o Plano é feito com base em alguns pressupostos, como a disponibilização de fundos (quer internos, quer externos), de recursos humanos qualificados e uma maior eficiência na sua utilização. Ao longo da implementação do PEE, será implementado um processo contínuo de revisão dos pressupostos, para assegurar planos e orçamentos anuais equilibrados, em termos dos objetivos principais a atingir e dos recursos disponíveis. Por outro lado, no contexto da crise económica internacional, não existe uma clareza sobre as previsões de recursos de financiamento a médio e longo prazo.

1.4. COORDENAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Para a gestão do Plano Estratégico da Educação dever-se-á criar uma Comissão Coordenadora, integrada pelos dirigentes dos órgãos e serviços competentes do Ministério da Educação e pelos Gestores dos Projetos, encarregues de supervisionar a execução dos Programas, bem com as avaliações anuais do processo de implementação.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do PEE exige a montagem de um sistema de Monitorização e Avaliação – M&A, que faculte os dados que permitem apreciar, ao longo do tempo, as realizações e o desempenho do Plano. Visa ainda facultar, em tempo útil, informações descritivas e críticas acerca do processo de implementação e dos resultados educativos alcançados, de forma a guiar e a subsidiar as tomadas de decisões, contribuindo para uma melhor compreensão dos fenómenos envolvidos e possibilitando, caso necessário, a introdução dos ajustes necessários para uma resposta nacional eficaz e eficiente, tendo em conta as prioridades estabelecidas.

ACTIVIDADES DE SEGUIMENTO

Neste contexto deverão ser definidos vários indicadores de seguimento da implementação do PEE, de acordo com cada um dos eixos de intervenção previstos. Referimo-nos a indicadores de impacto, de resultado e de processo.

Este conjunto de indicadores nacionais permitirão avaliar, em termos finalísticos, as seguintes dimensões: o acesso; a permanência e a qualidade dos resultados educativos, das infraestruturas, condições de trabalho dos profissionais de educação; o número de estudantes por turma/sala; o tempo de trabalho coletivo; a formação de profissionais de educação; a gestão democrática, o planeamento e a avaliação etc.

A nível de execução, os projetos serão avaliados de acordo com os indicadores de processo, que constam dos Planos de Ação, que são partes integrantes do Plano.

Tendo em conta algumas debilidades constatadas, a nível do planeamento e controlo da execução dos projetos educativos, nos diferentes níveis de decisão e no sentido de as ultrapassar será necessário:

- Uniformizar os instrumentos de produção de dados permitindo a agregação dos dados a nível nacional;
- Realizar regularmente missões de supervisão de modo a garantir-se a obtenção de dados fiáveis para a tomada de decisões;
- Exigir uma maior responsabilização dos intervenientes diretos na implementação dos projetos com vista à obtenção dos resultados ambicionados;
- Produzir relatórios sintéticos e objetivos, a nível das estruturas de coordenação e de execução, de acordo com as exigências de cada atividade.

Para se garantir o funcionamento adequado, nos diferentes níveis de responsabilidades, deverá ser elaborado um manual de funcionamento que incluirá, além dos normativos e procedimentos, as matrizes de indicadores e os respetivos instrumentos de recolha, modelos de relatórios, assim como a calendarização das respostas. Desta forma pretende-se simplificar os procedimentos para cada um

dos níveis de execução do projeto e melhorar os níveis de respostas e a qualidade das informações reportados pelos intervenientes.

ACTIVIDADES DE AVALIAÇÃO

Considerando que a vertente avaliação e a pesquisa operacional associada ainda são pouco desenvolvidas, será indispensável:

- Estabelecer um grupo de trabalho para a M&A do Plano Estratégico;
- Elaborar, em concertação com este grupo de trabalho, o plano de avaliação da implementação das diferentes componentes do Plano, permitindo ao ME decidir sobre os ajustes necessários à observância das estratégias desenvolvidas nos domínios prioritários com vista à obtenção de resultados efetivos;
- Harmonizar os instrumentos de avaliação que serão utilizados pelos técnicos que se deslocam ao terreno no quadro da avaliação;
- Desenvolver o Modelo de Simulação das Despesas²⁴⁰, instrumento de acompanhamento do processo de implementação do Plano com vista a avaliar a eficácia e a eficiência da sua execução;
- Promover estudos temáticos que visam avaliar, anualmente, as principais dimensões de análise do sector educativo, tendo como foco o acesso, a permanência e a qualidade do sistema.

TRATAMENTO, INFORMATIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

No ME deverá ser implementado um Sistema de Informação que permita tratar e compilar informações, com vista a compilar os dados estratégicos consolidados. Esse sistema deverá ser atualizado regularmente com base nos relatórios periódicos das estruturas de execução e coordenação.

A análise e a interpretação dos resultados possibilitam tirar conclusões quanto ao desempenho e propor as ações a realizar, em graus diferentes de acordo com os níveis central, das estruturas de coordenação e de execução. Os relatórios técnicos e de evolução, os dados estatísticos do sector, os balanços de despesas, os orçamentos, bem como as supervisões integradas são as principais fontes para a obtenção dos dados.

Concomitantemente deverá ser definida uma estratégia de comunicação, desenvolvida com as instituições implicadas, com o intuito de permitir a difusão das informações estratégicas recolhidas, por via de canais de comunicação tais como: encontros de *plaidoyer*, *ateliers* de balanço e de programação, missões de supervisão, reuniões com os parceiros, de grupos temáticos das diferentes áreas de intervenção do PEE, balanços periódicos dos diferentes serviços, relatórios de estudos e pesquisas, imprensa, os media e o sítio da internet do Ministério da Educação.

Neste sentido, devem ser previstos os recursos suficientes para permitir a difusão regular e eficaz da informação sobre a execução do projeto e os seus impactos nos diversos níveis da escolarização e subsistemas educativos²⁴¹.

O ME assegurará a disseminação dos resultados das análises junto dos decisores, dos parceiros, estruturas de execução e da população, em colaboração com as estruturas descentralizadas, incluindo as escolas. Cada responsável por uma instituição implicada na recolha dos dados deverá zelar pela retroalimentação da análise junto dos intervenientes que asseguram a recolha de dados, contribuindo para aumentar a perceção da utilidade dos dados.

²⁴⁰ Dispositivo digital foi elaborado no quadro de uma consultoria (2015) patrocinada pelo Escritório Comum das Nações Unidas em Cabo Verde.

²⁴¹ Consultar o Plano de Ação da “Gestão Educacional: o Pilar da Mudança”.

ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO

Por último destacamos as estruturas de coordenação, de apoio à Comissão Coordenadora do PEE (referidas acima) e o circuito de informação da execução do Plano, de nível operacional ao central.

Figura 7 - Estruturas de monitorização e avaliação do Plano Estratégico

Estruturas/Instituições	Níveis	Atribuição
Unidade de M&A do ME	Estruturas Nacionais (Comissão de Coordenação)	Síntese dos dados
Estruturas técnicas do ME, CNE		
Parceiros internacionais, ONG, Sindicatos, etc...	↓ ↑	Síntese dos dados primários
Serviços de execução (DGPOG, DNE, DGES, GCT&I, ARES, Delegações, Escolas...)	Estruturas de execução	
Jardins de Infância	↓ ↑	Recolha dos dados primários
Escolas Básicas	Estruturas de terreno	
Escolas secundárias		
Universidades		
.....		

A Unidade de M&A é responsável por assegurar que as atividades dos atores implicados na implementação do Plano Estratégico se integram num único sistema nacional de acompanhamento e monitorização da educação, envolvendo todos os seus serviços implicados.

Tendo em conta este papel fundamental, dever-se-á dotar a Unidade de um grupo técnico de M&A, que assegure a coordenação operacional das atividades. Devem integrar este Grupo Técnico especialistas em M&A nacionais, de agências de cooperação bilateral e multilateral, do Sistema das Nações Unidas, das instituições de formação, os sindicatos, do sector privado e da sociedade civil.

Incumbe à Unidade de M&A (i) preparar os planos anuais orçamentados do sistema de M&A; (ii) garantir a qualidade e o cumprimento dos prazos dos diversos produtos de M&A; (iii) coordenar as avaliações previstas anuais; (iv) apoiar a autoavaliação dos serviços implicados na implementação do Plano; (v) analisar os dados recolhidos pelos diferentes atores e colaborar na preparação dos relatórios, na planificação e reorientação dos projetos e (vi) apoiar a difusão e circulação das informações sobre a execução dos Programas e Projetos, nas suas diferentes áreas de intervenção.

A Unidade de M&A apoia-se em fontes internas (relatórios de atividades, dados/indicadores estatísticos submetidos pelas instituições educativas) e externas (obtidas em instituições de investigação e com o recurso a consultores e parceiros internacionais). Deverão ser instaladas pequenas unidades de M&A nas delegações, para facilitar a supervisão, a recolha e o envio dos dados locais.

A experiência tem demonstrado a importância do investimento num mecanismo que favoreça a recolha e o envio de informações, independentemente das fontes de financiamento. Portanto, são necessários esforços particulares para que as atividades da maioria dos atores sejam integradas no Sistema de Informação e Gestão, mediante uma coordenação eficaz.

A criação de um sistema de M&A do Plano Estratégico permitirá apreciar, ao longo do quinquénio, as realizações e o desempenho dos Programas e Projetos incluídos no Plano Estratégico da Educação para os próximos cinco anos.

BIBLIOGRÁFIA

LIVROS, ESTUDOS, RELATÓRIOS E ANUÁRIOS

Agenda da Educação 2016-2021: Projeto Educativo para a Universalização do Acesso à Educação (2016). ME.

Um sistema educativo comprometido com o futuro (2017). Gabinete da ME.

A governança do Ensino Superior na Europa – Estudo Eurydice, Rede de Informação e Educação na Europa (2008). Comissão Europeia e Ministério da Educação de Portugal.

Agenda 2063 A África que queremos (2015). Ed. Comissão da União Africana.

Anuários Estatísticos da Educação (de 2010 a 2015). ME.

Anuários Estatísticos do Ensino Superior (de 2010 a 2012). MESCI.

Avaliação das competências das crianças à entrada no ensino básico em Cabo Verde (s. d). ME, UNICEF

Barros, Clara; Mota, Alicia; Neves, Mariana; Rosabal, Maritza (2014). *Feminino, masculino e questões de género: uma leitura com base no Recenseamento da População e da Habitação 2010*. Praia: INE.

Base para a formulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017-2021. Praia: Direção Nacional do Planeamento, Ministério das Finanças.

Bilan de compétences des enfants à l'entrée au Primaire au Cap Vert (2012). Bureau Régional de l'UNICEF pour l'Afrique de l'Ouest et du Centre.

Brito, Arnaldo (2015). Autonomia e governança no Ensino Superior em Cabo Verde. In Margarida Mano (Coord.) (2015). In Mano, Margarida (2015). *Roteiro do plane(j)amento estratégico: recursos e encruzilhadas no ensino superior no espaço da língua portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 257-269.

Cabo Verde – aspetos gerais. The World Bank IBRD – IDA (2016). Acessível em <http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>.

“Cabo Verde começa no próximo ano a ensinar o Português como língua não-materna” (2016). Observatório da Língua Portuguesa (acessível em <https://observalinguaportuguesa.org/>)

Construindo o futuro: Como é que o ensino superior pode contribuir para a agenda de transformação económica e social de Cabo Verde (2011). Estudo do Banco Mundial.

Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação das mulheres (2013). Nações Unidas. Acessível em <http://undocs.org/fr/CEDAW/C/CPV/7>.

Convenção sobre os direitos da criança (1985). UNICEF. Acessível em www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Documento orientador da operacionalização do Projeto Educativo: Desenvolvimento Curricular, DNE, 2017.

Elementos de análise setorial da Educação em Cabo Verde: serviços mais eficazes e mais justos ao serviço do crescimento e do emprego (ed. 2015), UNICEF.

Lourtie, Pedro (2015). *A qualidade do ensino superior num percurso de 40 anos*. In Rodrigues, Maria de Lurdes Rodrigues e Heitor, Manuel (Org.) (2015). *40 ano de políticas de Ciência e de Ensino Superior*. Coimbra: Almedina, pp. 1015-1023.

Mano, Margarida; Fernando, Carvalho & Filipe, Rocha (2015). Processos de planeamento estratégico na Universidade de Coimbra. In Mano, Margarida (2015). *Roteiro do plane(j)amento estratégico: recursos e encruzilhadas no ensino superior no espaço da língua portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 403-458.

Migration and Remittances Factbook (2011), Washington DC : World Bank.

Plano Estratégico da Educação (2012-2016). Ministério da Educação, República de Moçambique.

Plano Estratégico para a Educação (2003). Praia: Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos e Projeto de Consolidação e Modernização da Educação e Formação.

Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010-2030, INE, 2012.

Projeto de Carta de Política Educativa de Cabo Verde para o período 2015-2025 (2014). UNICEF (não editado).

Programa Nacional para o desenvolvimento da pequena infância (horizonte 2020). MED, s. d.

Proposta de implementação da nova matriz curricular (2017). Direção Nacional da Educação, ME.

Quadro de Ação para os Pequenos Países Insulares – Samoa Pathways, alinhado com a Agenda 2030. Acessível em http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/69/15&Lang=E.

Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional (RESEN), Cabo Verde (2011), UNESCO/BREDA – Polo de Dakar.

Rosabal, Martitza (2017). *Um sistema educativo inclusivo comprometido com o futuro*. Gabinete da ME.

Série cronológica da Educação nos Primeiros 15 anos do 3º Milénio (2000-2015), Ministério da Educação e Desporto, Praia, 2015.

Veiga, Pedro (2015). A biblioteca científica on-line: B-ON. In Rodrigues, Maria de Lurdes Rodrigues e Heitor, Manuel (Org.) (2015). *40 anos de políticas de Ciência e de Ensino Superior*. Coimbra: Almedina, pp. 383-393.

Vogelaar, Adriana. *Plano Estratégico de Cabo Verde – Avaliação independente*, 15 de maio de 2017.

Universidade de Cabo Verde: Situação e perspetivas. Reitoria, junho de 2014.

NORMATIVOS E LEGISLAÇÃO

Constituição da República de Cabo Verde. Boletim Oficial de Cabo Verde n.º 7, de 3 de maio de 2010.

Decreto-Lei n.º 76, de 27 de dezembro de 1994 (estabelece a configuração da tede escolar do ensino básico).

Decreto-Lei n.º 77, de 27 de dezembro de 1994 (regime da direção, administração e gestão dos pólos educativos).

Decreto-Lei n.º 78, de 27 de dezembro de 1994 (regime de coordenação pedagógica nos estabelecimentos de ensino básico).

Decreto-Lei n.º 53, de 20 de novembro de 2006 (criação efetiva da Universidade de Cabo Verde e aprovação dos Estatutos).

Decreto-Lei n.º 12, de 7 de maio de 2001 (princípios de atuação da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde).

Decreto-Lei n.º 17, de 21 de junho de 2012 (reconfiguração do Instituto Pedagógico no Instituto Universitário de Educação).

Decreto-Lei n.º 20, de 19 de julho de 2012, com as alterações pelo Decreto-Lei n.º 12, de 24 de fevereiro de 2015 (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior).

Decreto-Lei n.º 22, de 7 de agosto de 2012 (Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior).

Decreto-Lei n.º 36, de 23 de julho de 2014 (Regime de acesso, ingresso, reingresso, mudança e transferência de curso no ensino superior).

Decreto-Lei n.º 55, de 10 de outubro de 2016 (Lei Orgânica do Ministério da Educação).

Decretos Regulamentares de 16 e novembro de 2009 (reconhecimento de IES privadas: Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresarias, Mindelo_Escola Internacional de Artes, Universidade Lusófona Dr. Baltasar Lopes da Silva, Universidade Intercontinental de Cabo Verde, Universidade de Santiago).

Despacho de 29 de outubro de 2009 (Instituto de Estudos Superiores Isidoro Graça).

Despacho n.º 22, de 3 de outubro de 2014 (Regulamento de avaliação do Ensino Superior).

Lei n.º 121/VIII, de 24 de março de 2016 (Agência de Regulação do Ensino Superior).

Lei de Bases do Sistema Educativo. Lei n.º 103/III, de 29 de dezembro de 1990 com as alterações que foram introduzidas pela Lei n.º 113/V, de 18 de outubro de 1999 e pelo Decreto-Legislativo n.º 2, de 7 de maio de 2010.

Portaria n.º 25, de 29 de julho de 2016 (Centros de Recursos Integrados de Educação e Formação).

Portaria n.º 25, de 29 de julho de 2016 (Educação superior a distância e em rede).

Programa do Governo da IX Legislatura – 2016-2021 (acessível em <http://www.governo.cv/index.php/programa-do-governo>).

Proposta do Gabinete de Ciência, Tecnologias e Inovação: *Ciência, Tecnologias e Inovação em Cabo Verde: Esboços de uma política educativa – concept*, março de 2017.

Proposta do Projeto Executivo da Agência de Regulação do Ensino Superior” (abril 2017). ME, CI-ARES.

Protocolo entre o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP e o Ministério da Educação da RCV relativo à reabilitação do antigo edifício do ex-Liceu Gil Eanes no Mindelo (2016).

Resolução n.º 53, de 18 de outubro de 2000 (criação da Universidade de Cabo Verde).

Resolução n.º 113, de 1 de novembro de 2013 (Carta de Política Integrada de Educação, Formação e Emprego)

ANEXOS

1. ARTICULAÇÃO DA ANÁLISE SETORIAL COM AS PRIORIDADES EDUCATIVAS



1 – ARTICULAÇÃO DA ANÁLISE SETORIAL COM AS PRIORIDADES EDUCATIVAS

(1) PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA ANÁLISE SETORIAL		(2) PRIORIDADES DA POLÍTICA EDUCATIVA (horizonte 2021) ²⁴²		
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	UNIVERSALIZAÇÃO GRADATIVA DO ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO	MELHORIA DA QUALIDADE E PERTINÊNCIA DOS SERVIÇOS EDUCATIVOS	REFORÇAR A EFICIÊNCIA E A GESTÃO DO SISTEMA
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – EPE				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Altas taxas de escolarização das crianças com 4-5 anos (85%), ▪ Quase equidade na participação por sexo: fem. 49,7%; masculino, 50,3%. ▪ Alta participação do sector privado: Rede de jardins-de-infância: públicos: 59%; privados: 41%. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ EPE é de frequência facultativa (15% das crianças com 4-5 anos não o frequentam) e não está articulada com o EB. ▪ A maior parte destas crianças são das famílias mais vulneráveis e já começa o ensino primário com atrasos no seu desenvolvimento cognitivo (vide estudo UNICEF) ▪ Rede pública – 45% espaços inadequados. Profissionais de infância sem qualificações mínimas (orientadoras): 60,6 %. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Universalização do acesso das crianças à EPE (100%). ▪ Articulação com o EB. Todos os alunos deverão beneficiar de 2 anos de pré-escolarização. ▪ Expansão e reabilitação dos jardins-de-infância (parceria com os privados). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quadro de referência para a qualidade do EPE. ▪ Criação de ambientes educativos facilitadores do desenvolvimento e das aprendizagens de todas as crianças (meninos e meninas e em todas as comunidades locais). ▪ Expansão e reabilitação da rede escolar (adaptada às crianças com NEE) de forma a reduzir as assimetrias regionais. ▪ Formação de educadores, monitores e orientadores nas Instituições de ES (presencial e a distancia) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A provisão continua a ser a responsabilidade dos municípios, mas o Governo terá um papel mais regulador e controlador para assegurar a garantia de qualidade ▪ Quadro legal normativo (níveis central e municipal) do subsistema EPE. ▪ Estímulo à participação dos setores público-privado no subsistema EPE.

²⁴² Fontes: (1) Documento “Um Sistema educativo inclusivo, comprometido com o future, ME, 2017; (2) Relatório “Elementos de análise setorial...” (setembro de 2015); (3) Carta de Política Educativa de Cabo Verde para 2015-2025. As prioridades de política educativa foram assumidas e desenvolvidas no Plano Estratégico (Programas, Projetos e Planos de Ação).

(1) PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA ANÁLISE SETORIAL		(2) PRIORIDADES DA POLÍTICA EDUCATIVA (horizonte 2021) ²⁴²		
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	UNIVERSALIZAÇÃO GRADATIVA DO ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO	MELHORIA DA QUALIDADE E PERTINÊNCIA DOS SERVIÇOS EDUCATIVOS	REFORÇAR A EFICIÊNCIA E A GESTÃO DO SISTEMA
ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO – EBO				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alcançado o ensino primário universal: <ul style="list-style-type: none"> ○ Taxa de acesso ao 1.º ano: 100% ○ Taxa de retenção (conclusão) até 6º ano 93 ○ Transição para 7º ano: 94% ○ Taxa de abandono (1º ao 6º anos): 2%. ▪ Taxa de alfabetismo: ▪ Política de inclusão social ▪ Professores qualificados ▪ O ratio aluno-sala de aula tem vindo a diminuir (2001: 50; 2015: 35), devido a transformação populacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As reformas previstas na LBSE (2010) não foram implementadas (vigora ainda o EB de 6 anos). Degradação da retenção no sistema no 7º e 8º anos (que integra o EBO): taxa de reprovação – 24%, e taxa de eficiência interna 70%. ▪ Insuficiência na inclusão das crianças com NEE nas escolas. Resultados das aprendizagens (avaliados no 6.º ano) preocupantes, em especial em Português (41,9%) e Matemática (49,3%).²⁴³ ▪ Dimensão pedagógica subvalorizada (não tem sido prioritária e beneficia de escassos recursos, em contraste com a dimensão social). ▪ Professores sem competências específicas o ensino básico. ▪ Rede escolar dispersa, predominantemente pública e razoavelmente conservada. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso equitativo à escolaridade universal e gratuita até ao 8º ano, implementando programas de ação social escolar especialmente para grupos-alvo prioritários. ▪ Implementação de um modelo de educação inclusiva que proporcione o acesso às oportunidades educativas dos alunos com NEE. ▪ Plano de reabilitação e adequação dos espaços escolares ao currículo e a um novo paradigma da gestão pedagógica. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de estudos conducentes à inserção do 7º e 8º anos de escolaridade no EBO (desenvolvimento curricular). ▪ Configuração do Ensino Básico de Adultos, na lógica da educação ao longo da vida. ▪ Capacitação do pessoal docente e técnico no domínio da Educação Especial. ▪ Valorização da dimensão pedagógica na construção do EBO. ▪ Revisão do currículo: i) Reforço do ensino do Português (Língua 2ª) e da Matemática; ii) introdução do Inglês e Francês a partir do 5º ano; iii) promoção da educação digital (ensino interativo). ▪ Articulação permanente entre os recursos disponibilizados (meios humanos e materiais) e os resultados das aprendizagens. ▪ Realização regular de avaliações aferidas dos resultados das aprendizagens com consequências na melhoria do sistema. ▪ Reforço da formação dos professores e gestores (inicial, contínua, presencial e a distância). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço dos serviços de Coordenação e da Inspeção Escolar (avaliação e seguimento do subsistema com base nos resultados obtidos). ▪ Acompanhamento regular das mudanças curriculares, a nível das escolas, de modo a permitir uma abordagem comparativa e uma visão global dos progressos conseguidos no subsistema. ▪ Projeto “Melhoria dos resultados das aprendizagens através do reforço da gestão pedagógica” (maior autonomia às escolas). ▪ Projeto “Reforço da participação social na vida educativa”. ▪ Promoção de uma cultura de avaliação. ▪ Monitorização da reconfiguração do parque escolar, mediante a descentralização dos processos e gestão permanente da carta escolar.

²⁴³ Resultados de uma Avaliação Aferida (2010) centrada nas disciplinas de Português e Matemática, aplicada a alunos do 6.º ano de escolaridade (amostra: 5.200 alunos dos 11.200 inscritos no país neste ano). O nível normativo das aprendizagens obtidas pelos alunos foi classificado “preocupante” (Relatório “Elementos de Análise Setorial...”, p. 82).

(1) PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA ANÁLISE SETORIAL		(2) PRIORIDADES DA POLÍTICA EDUCATIVA (horizonte 2021) ²⁴²		
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	UNIVERSALIZAÇÃO GRADATIVA DO ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO	MELHORIA DA QUALIDADE E PERTINÊNCIA DOS SERVIÇOS EDUCATIVOS	REFORÇAR A EFICIÊNCIA E A GESTÃO DO SISTEMA
ENSINO SECUNDÁRIO GERAL E TÉCNICO				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relativamente altas taxas de escolarização do ensino secundário ▪ Professores com formação superior: 70%, 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desequilíbrio entre a frequência dos alunos no ES -Via Geral e Via Técnica, tendo-se assistido a uma diminuição significativa das matrículas no EST (3,6% do total do 9º ao 12º ano). ▪ Taxa líquida de escolarização²⁴⁴: 52,7%. ▪ Reprovações elevadas: 1º ciclo: 24%; 2º ciclo: 22%. No 12º ano: 33,5%. ▪ Elevados abandonos no fim dos ciclos (maiores entre os rapazes): apenas um terço dos alunos inscritos no secundário atinge o fim do nível de ensino. ▪ Um número bastante elevado de jovens do país deixam os estudos no nível secundário (muitas vezes no fim do 2.º ciclo) com uma única bagagem (acima de tudo limitada) de ensino geral. ▪ Dimensão pedagógica subvalorizada. ▪ Professores sem competências para as áreas lecionadas, em especial as C&T. ▪ 37% de professores do primeiro ciclo do secundário (que será integrado no EBO) não são licenciados. ▪ Variação deste número de 11% a 75% segundo os estabelecimentos de ensino, dada a prática de se atribuir melhores recursos às escolas que acolhem alunos socialmente mais favorecidos. ▪ Rede escolar com espaços degradados e equipamentos obsoletos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção do acesso equitativo ao ES Geral. ▪ Ampliação do ES Técnico no quadro da Política Integrada de Formação Profissional. ▪ Reforço da oferta de serviços de formação. ▪ Promoção de um quadro de garantida da qualidade do ES Geral e Técnico. ▪ Organização e fortalecimento dos Serviços Educativos de Orientação Escolar e Vocacional. ▪ Sensibilização dos alunos e das famílias para a frequência de cursos técnicos (paridade de género, apoios através da ação social escolar e programas específicos para alunos com NEE). ▪ Requalificação do parque escolar e apetrechamento com recursos laboratoriais e informáticos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da qualidade e a relevância do ES Geral com base nos resultados efetivamente obtidos. ▪ Modernização e consolidação do ES - Técnico no quadro da Política Integrada de Formação Profissional. ▪ Valorização da dimensão pedagógica. ▪ Atenção focalizada na redução dos abandonos e das reprovações. ▪ Revisão curricular com especial reforço das áreas de C&T e introdução de línguas opcionais (mandarim, espanhol e alemão). ▪ Incremento da dimensão pedagógica e de atendimento mais personalizado (tutorial). ▪ Incremento da formação de professores (presencial e a distância) nas instituições de Ensino Superior. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço da articulação entre o ME, o Ministério da Economia e o Emprego e de outros provedores da formação profissional. ▪ Promoção da ligação das escolas secundárias com as empresas. ▪ Projeto “Melhoria dos resultados das aprendizagens através do reforço da gestão pedagógica” (maior autonomia às escolas). ▪ - Projeto “Reforço da participação social na vida educativa”.

²⁴⁴ Esta e as outras taxas apresentadas (2014/15) reportam-se ao ES Geral e Técnico anterior à LBSE: do 7º ao 12º ano.

(1) PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA ANÁLISE SETORIAL		(2) PRIORIDADES DA POLÍTICA EDUCATIVA (horizonte 2021) ²⁴²		
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	UNIVERSALIZAÇÃO GRADATIVA DO ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO	MELHORIA DA QUALIDADE E PERTINÊNCIA DOS SERVIÇOS EDUCATIVOS	REFORÇAR A EFICIÊNCIA E A GESTÃO DO SISTEMA
ENSINO SUPERIOR				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após uma notável expansão do E. Superior em CV (2001-2014: 593%) assiste-se, nos últimos anos, a uma estabilização dos fluxos e entre 2014/15 a um decréscimo de 6,4%. ▪ Nº de estudantes por 100.000 habitantes: 2.214 (2012) próximo da situação média internacional. ▪ Financiamento das instituições de ES participado pelo Estado e pelos estudantes. ▪ Sistema de bolsas para os mais vulneráveis 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mais de metade dos estudantes frequentam Instituições de ES privado – 58,6%. ▪ Insuficiente n.º de professores com Doutoramento: IES públicas 16%; IES privadas 11,5%. ▪ Estima-se que as dificuldades de emprego dos formados do ensino superior sejam na ordem dos 25% (2013). ▪ O acesso dos formados ao emprego não foi facilitado pela estrutura atual das formações, com cerca de 70% dos efetivos em letras/ciências humanas e apenas 5% na área científica. ▪ As instituições de ES, nos últimos anos, não se têm dedicado à formação de professores (exceto o IUE): ▪ Inexistência de um conhecimento fundamentado da qualidade das instituições de ES públicas e privadas (realizaram-se avaliações não divulgadas e sem consequências). ▪ Déficit de regulação dos cursos e dos projetos de investigação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso ao E. Superior regulado e equitativo” (provas de acesso, maior equilíbrio regional, revisão da política de atribuição de bolsas de estudos por mérito e só para cursos relevantes). ▪ Expansão do Ensino para outras ilhas, através do Ensino a Distância (Centros de Recursos Integrados de Educação e Formação). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da qualidade e relevância do E. Superior: ▪ Modificação gradual da estrutura dos efetivos entre as várias áreas científicas oferecidas; ▪ Revisão dos ciclos de estudo; ▪ Incremento dos Cursos de Pós-Graduação; ▪ Valorização do corpo docente e de investigadores (mais professores doutorados, recurso a competências académicas da diáspora cabo-verdiana); ▪ Promoção de uma cultura de investigação. ▪ Promoção da pertinência dos cursos em relação ao mundo do trabalho (monitorização regular dos elementos contextuais económicos com incidência no emprego e na qualidade da inserção dos diplomados no mercado de trabalho). ▪ As instituições de ES (em particular, as públicas) devem ministrar formações aos professores e técnicos do ME, no quadro das reformas educativas propostas no Plano Estratégico. ▪ Promoção de atividades de regulação do ES e de acreditação dos cursos. ▪ Avaliação regular das instituições de ES com impacto no seu funcionamento e organização. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de uma política científica integrada na observância das especificidades das instituições de ES e outras de pesquisa em sintonia com as linhas de desenvolvimento do país. ▪ Desenvolvimento de um Plano para o desenvolvimento do E. Superior, Ciência e Inovação. ▪ Aumento significativo do volume dos recursos mobilizados por aluno em estudos científicos e profissionalizantes. ▪ Dotação de um fundo para o financiamento das atividades de investigação numa base contratual. ▪ Criação no ME do Gabinete de Ciência, Tecnologias e Inovação. ▪ Dotação de um fundo para facilitar a formação inicial e continua dos professores. ▪ Instalação e funcionamento da Agência de Regulação do ES. ▪ Introdução de melhorias no modelo de financiamento das instituições de ES, de modo a aumentar a sustentabilidade e consolidação.

(1) PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA ANÁLISE SETORIAL		(2) PRIORIDADES DA POLÍTICA EDUCATIVA (horizonte 2021) ²⁴²		
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	UNIVERSALIZAÇÃO GRADATIVA DO ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO	MELHORIA DA QUALIDADE E PERTINÊNCIA DOS SERVIÇOS EDUCATIVOS	REFORÇAR A EFICIÊNCIA E A GESTÃO DO SISTEMA
PLANO ESTRUTURAL – GESTÃO E EFICIÊNCIA DO SISTEMA EDUCATIVO				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O sistema é estável e funciona em termos de provisão dos serviços básicos de qualidade mínimo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os serviços educativos funcionam em geral em “circuito aberto” sem ter em conta os resultados de modo a assegurar a sua regulação e melhoria ▪ O sistema educativo em certos aspetos (dimensão social, recursos humanos) consome demasiados recursos, quando noutros (dimensão pedagógica em C&T) se considera não consumir o suficiente. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de uma cultura de resultados e de responsabilidades dos intervenientes no sistema, base de uma estrutura de gestão nova a ser implementada gradualmente. ▪ Criação de um sistema de avaliação dos resultados obtidos em todos os níveis de ensino: aprendizagens e em termos de inserção no mercado de trabalho. ▪ Envolvimento dos intervenientes (professores, diretores, pais) nas avaliações – devem ser informados regularmente; identificação dos estabelecimentos de ensino com mais problemas e das medidas a serem tomadas para resolverem as dificuldades. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reconfiguração global do sistema educativo com coerência e num contexto de sustentabilidade financeira. ▪ Melhorar a eficiência dos modos de organização e fazer certas economias sem prejudicar a qualidade dos serviços prestados. ▪ Construir uma nova estrutura de gestão (com o foco no aluno) e sua implementação gradual.

2. Planos de Ação



2.1 PLANO DE AÇÃO DO PROGRAMA “EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO”

EIXOS	PROJETOS	OBJETIVOS	METAS (2021)	ATIVIDADES	RESULTADOS	PERÍODO					RESPONSÁVEL DA IMPLEMENTAÇÃO	CÁLCULO POR TIPO DE DESPESAS CUSTOS ANUAIS (EM CONTOS)								
						17	18	19	20	21		2017	2018	2019	2020	2021				
A C E S S O E Q U I T A D A D E V O	I. DESENVOLVIMENTO DO SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	Assegurar que todas as crianças com 4/5 anos frequentem a EPE	Crianças com 4-5 anos na EPE: 100%	Diagnóstico da situação, realização de 3 Workshops e elaboração de documentos para aprovação.	Quadro Legislativo elaborado. Subsistema estruturado								1 965,6	-	-	-				
				Realização de campanhas de sensibilização para estimular a criação de estabelecimentos privados e maior participação das famílias.	Parceiros e população informada sobre o Pré-esc.												1 310	-	-	
				Reforço de Parcerias entre o ME, entidades privadas e ONG proprietárias e gestoras dos Jardins de Infância.	Todas as crianças com 4-5 anos enquadradas na EPE													650	660	
				Estabelecer regras mínimas de qualidade para a Educação Pré-esc. Definir normas de tipologia para as condições físicas das escolas incluindo as crianças com NEE.	Regras e normas em aplicação											704	-	-	-	
				Programa de Saúde Escolar com a realização de atividades lúdicas e palestras para estimular a higiene oral. Identificação e tratamento das crianças com problemas dentários.	Redução de escovação deficiente (80%). Tratamentos dentários (20%)												1 020	1 020	1 020	1 020
				Regulação das disposições de apoio às famílias.	Famílias capacitadas para uma adequada integração das crianças no Pré-escolar.															
				Alimentação escolar: 87% das crianças com 4-5 anos	Reforço do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Otimização dos recursos financeiros do Programa.												69 060	69 060	69 060	69 060
				60 salas reabilitadas	Seleção pelos municípios das zonas de implantação dos equipamentos a construir e reabilitar.												417	417	417	417
				30 salas novas	Construção e apetrechamento de 60 novas salas com adaptações para as necessidades educativas especiais (colaboração dos privados em 50%).													13 335	13 335	13 330
				Elaboração de Diagnóstico, Definição de normas, listagem e aquisição de equipamentos e materiais lúdicos e didáticos.	Equipamentos e materiais adequados p/ 140 salas													3 463	2 296	2 296
JI com melhores condições sanitárias: 50%	Reabilitação e construção de instalações sanitárias em 312 JI													10 400	10 400	10 400				
	Construção de bebedouros padronizados para 312 JI													8 320	8 320	8 320				

2.2 PLANO DE AÇÃO PARA O PROGRAMA “ENSINO BÁSICO OBRIGATORIO: AS BASES PARA A VIDA

EIXOS	PROJETOS	OBJETIVOS	METAS	ATIVIDADES	RESULTADOS ESPERADOS	RESPONSÁVEL DA IMPLEMENTAÇÃO					CUSTOS (em contos)			
						17	18	19	20	21				
A C E S S O E Q U I T A T I V O D A S I N F R A E S T R U T U R A S E D U C A T I V A S	I. ACESSO GRATUITO E EQUITATIVO AO EBO	Melhorar o acesso ao EBO desenvolvendo programas básicos de Ação Social Escolar, especialmente para os grupos mais vulneráveis.	A TLE (6 - 13 ano) aumenta de 86,1 para 100% O índice de paridade passa de 1,7 para 1,3	Desenvolvimento de campanhas de divulgação para as famílias sobre a obrigatoriedade dos alunos e alunas frequentarem o EBO até ao 8º ano (incluindo os jovens com NEE).	População informada e motivada Todos os alunos do nível etário adequado frequentam o EBO até ao 8º ano.	1 5424,4					1 5424			
						Alimentação escolar: 100%	Aplicação do Programa Caminhos Escolares do modo a fornecer refeições aos alunos da escolaridade obrigatória.	Distribuição de refeições quentes a todos os alunos.	232 400,0	232 400,0	232 400,0	232 400,0	232 400,0	1 162 000
									Transporte escolar: 17%	Aplicação do Programa de Transportes Escolares no percurso casa-escola-casa para os alunos de zonas distantes.	Transporte escolar concedido a alunos que residem em locais afastados da escola.	52 400,0	52 400,0	52 400,0
						Programa Saúde Escolar evolui de 8 para 40% das escolas	Aplicação do Programa "Escolas Promotoras de Saúde" (com ênfase para as crianças com NEE).	Programa "Saúde escolar" alargado.				4 400,0	4 400,0	4 400,0
									Rede escolar do EBO otimizada e funcional	Criação e organiz. de "Complexos Educativos", tendo em atenção a nova organização do EBO até ao 8º ano.	Reconfiguração da Rede Escolar e Regulamentação dos Complexos Educativos.	2 640,0		
						Reabilitação de 266 escolas	Levantamento das inaptidões dos espaços letivos. Seleção de escolas e execução de obras de adaptação às NEE e a tipologia aconselhada.	Levantamento efetuado Obras realiz. em 266 escolas				148 000,0	148 000,0	148 000,0
									435 escolas com melhores condições de saneamento e salubridade.	Reabilitação/ construção de WC em escolas do EBO.	435 escolas com WC funcionais	252 000,0	252 000,0	252 000,0
						Construção de bebedouros padronizados para 435 escolas	Construção de novos edifícios escolares para o 2º Ciclo do EBO.	435 escolas com WC funcionais				18 675,0	18 675,0	18 675,0
												14 940,0	14 940,0	14 940,0

Cont.-PLANO DE AÇÃO PARA O PROGRAMA “ENSINO BÁSICO OBRIGATÓRIO: AS BASES PARA A VIDA”

Q U A L I D A D E	IV. INCLUSÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS COM NEE.	Promoção da inclusão das crianças e jovens com NEE.	Mapeamento de crianças com NEE concluído disponível (plataforma digital)	Contração de consultoria especializada e de uma equipa multidisciplinar.	1 Consultor e 5 especialistas contratados e em funções.	4 906,0	3 000,0	3 000,0	3 000,0	3 000,0	3 000,0	3 000,0	4 906,0	4 906,0	4 906,0
L I D A D E	IV. INCLUSÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS COM NEE.	Promoção da inclusão das crianças e jovens com NEE.	200 escolas com centros de recursos especializados (educação especial)	Alargamento e expansão das Salas de Recursos para as crianças com NEE.	Alargamento das salas com recursos especializados (1º ciclo do EBO).	16 000,0	16 000,0	16 000,0	16 000,0	16 000,0	16 000,0	16 000,0	16 000,0	16 000,0	80 000
E			Curriculo validado pelo Conselho Nacional da Educação (representantes da sociedade civil)	Implementação faseada do novo curriculo (c/ monitorização e avaliação adequada da sua aplicação)	20 novos Programas elabor. c/ novas metodologias.	2 640,0	2 640,0	2 640,0	2 640,0	2 640,0	2 640,0	2 640,0	2 640,0	2 640,0	5 280
R E L E	VI. PROMOÇÃO DE APRENDIZAGENS ORIENTADAS PARA O ESTUDO E PARA A VIDA ATIVA	Rever o curriculo do EBO com novas matérias e metodologias para aquisição de competências escolares e profissionais.	Criada a categoria profissional "tutor".	Combate ao abandono e o insucesso escolar, c/ novas matérias e acompanhamento pedagógico por tutores e apoios sociais.	150 Tutores apoiam 3000 alunos.	33 000,0	33 000,0	33 000,0	33 000,0	33 000,0	33 000,0	33 000,0	33 000,0	33 000,0	66 000
A N C I A			48 manuais p/ alunos e 2 guias p/ prof. elaborados e editados.	Elaboração de novos manuais e materiais didáticos para os alunos e do de orientação vocacional para o professor.	Definição e implementação da Orient. Esc. e Profissional.	946,0	946,0	946,0	946,0	946,0	946,0	946,0	946,0	946,0	1 892
			Legislação sobre a gestão do EBO revista e aprovada.	Consolidação dos estatutos e da carreira profissional dos professores e de outros profissionais do EBO.	Estatutos e Carreiras definidas e implementadas	440,0	440,0	440,0	440,0	440,0	440,0	440,0	440,0	440,0	440
G O V E R N A N Ç A	V. REFORÇO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL E ORGANIZATIVA	Capacitar Gestores e Coordenadores com conhecimentos adequados para uma gestão baseada nos resultados	Guia de Orientação para Gestores editado.	Elaboração de materiais de apoio à monitoria e avaliação de ativid. letivas. Criação de um Guia de orientação para os Gestores das Escolas de EBO	1000 - Guias para Gestores	400,0	400,0	400,0	400,0	400,0	400,0	400,0	400,0	400,0	400
			30 inspectores e 200 coordenadores capacitados.	Organização e implementação de ações de formação e capacitação p/ Inspectores e Coordenadores Pedagógicos	Recrutar e formar 30 Coordenadores	6 600,0	6 600,0	6 600,0	6 600,0	6 600,0	6 600,0	6 600,0	6 600,0	6 600,0	13 200
			Boas práticas docentes divulgadas.	Fomento da partilha de boas práticas científicas e pedagógicas dos docentes.	100% de escolas com práticas de intercâmbios entre docentes										0
			Escolas com recursos financeiros e materiais para a melhoria da gestão pedagógica.	Disponibilização de mais recursos financeiros e materiais as escolas, em colaboração com as famílias e privados.	100% de escolas com práticas de gestão por resultados	217 500,0	217 500,0	217 500,0	217 500,0	217 500,0	217 500,0	217 500,0	217 500,0	217 500,0	870 000
				Raneirização das escolas básicas.	Todos os agrupamentos bancarizados										0
			Cultura digital nas escolas instituída.	Alargamento do SIGE a todas as escolas básicas.	100% de escolas utilizando SIGE enquanto instrumento de apoio à gestão	28 275,0	28 275,0	28 275,0	28 275,0	28 275,0	28 275,0	28 275,0	28 275,0	28 275,0	56 550
				TOTALS		587 205	1 197 878	933 353	1 113 892	840 100	4 675 489				

2.3 PLANO DE AÇÃO PARA O PROGRAMA “REFORÇO E CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO”

PLANO DE AÇÃO PARA O PROGRAMA “REFORÇO E CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO”

EIXO	PROJETOS	OBJETIVOS	METAS	ATIVIDADES	RESULTADOS	PERÍODO					RESPON-SÁVEIS	CUSTOS (em contos)		
						PERÍODO								
						17	18	19	20	21				
A C E S S O I. MELHORIA QUALITATIVA DO ACESSO AO ENSINO SECUNDÁRIO (GERAL, TÉCNICO E PARA ADULTOS)			TLE jovens 14- 17 anos (9º ao 12º ano) a atingir de 51 para 80%. Índice de paridade: Passa de 1.2 para 1	Realização de encontros, conferências, ateliers e fóruns públicos para melhorar o acesso ao ES e informar sobre a nova configuração deste nível de ensino.	População informada						1 306	1 306		
			Estudantes VT evolui de 3,1% para 10%.	Aumento da frequência da VT do ES. Realização de campanhas de esclarecimento sobre as Vias Gerais e Técnica com utilização do e-mobile, páginas web, comunicação social, TV, etc...	População escolar e famílias informadas.			1 271				2 542		
			Pacote de bolsas de estudo para a VT: 75%.	Atribuição de bolsas de estudos e subsídios para os estudantes de famílias carenciadas de zonas distantes, em especial, p/ alunos do ETP.	Aumento do número de bolsas para a via Técnica.			30 403				30 403	152.014	
				Alargamento do acesso ao Programa de transportes escolares para os jovens de zonas distantes .				2 400				2 400	12 000	
				Atribuição de lugares nas residências estudantis para os jovens mais vulneráveis.	Residências 100% ocupadas, com lugares reservados para alunos do ETP			27 520				27 520	137 600	
			Auxílio com o pagamento de propinas a 14% dos estudantes (prioridade para o ETP).	Concessão do pagamento de propinas a 14% dos estudantes (prioridade para o ETP).	Estudantes de famílias com dificuldades económicas apoiados com o pagamento de propinas			18 331				18 331	91 653	
				Atribuição às Escolas Técnicas apenas de cursos técnico-profissionais, modernizando os espaços oficiais e laboratoriais	Escolas Técnicas c/ 4.000 al. em cursos Técnico-Profissionais.			440				440	880	
			Inclusão de crianças NEE: 25%	Organização de programas adaptados a alunos com NEE.	6 Programas adaptados					792			792	
			Escolas secundárias com cursos noturnos: 40%.	Aumento do nº de cursos técnicos para as alunas promovendo a igualdade de género.	Cursos técnicos com paridade de género					264			264	792
				Promoção do ingresso de candidatos que demonstrem competências e conhecimentos suficientes p/ a frequência de cursos secundários.	Legislação elaborada. Cursos a funcionar em 40% das Esc.					528			396	1 320
			Estímulo aos estabelecimentos de ensino a abirem cursos noturnos (educação ao longo da vida; aperfeiçoamento profissional)	40% das escolas com cursos noturnos.					528			396	1 320	

Cont. PLANO DE AÇÃO PARA O PROGRAMA “REFORÇO E CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO”

G O V E R N A N Ç A	V. Reforçar a capacidade institucional e organizativa	Estabelecer melhores ligações ao sector empresarial e implementar diferentes métodos e modalidades formativas para Professores, Gestores e Coordenadores de ES.	Acordos com 8 empresas (estágios profissionais).	Desenvolvimento com o apoio das empresas de módulos de formação profissional. a integrar no currículo e realização de estágios profissionais.	Acordos com 8 empresas. Organiz. 20 Estágios/ano.	18 575	18 575	18 575	18 575	18 575	74 300				
			Legislação sobre a gestão do EBO revista e aprovada.	Consolidação dos estatutos e das carreiras profissionais dos professores e de outros profissionais do Ensino Secundário.	Estatutos e Carreiras definidas e implementadas	440	440					440			
			Guia de Orientação para Gestores editado.	Definição de modelos de formação e capacitação de Professores, através de diversas modalidades, com o apoio das Instituições de Ensino Superior.	Modelos orçamentados e aprovados	660	660					660			
			Boas prática docentes divulgadas.	Organização para os professores de cursos de formação a distância e presenciais p/ a sua capacitação co o apoio de empresas e outros parceiros.	Form. a distância e capacitação de docentes.			2 000	2 000	2 000	2 000	8 000			
			100% de escolas com projetos educativos	Inovação na gestão das escolas secundárias com a participação de entidades externas ligadas às ativ. socioeconómicas da região.	Proposto novo modelo p/ as Escolas Secundárias			220	220			440			
			Capacitar Gestores e Coordenadores com conhecimentos adequados para uma gestão baseados nos resultados	Dinamização do funcionamento pleno dos órgãos de gestão das escolas	Órgãos e gestao de escolas funcionais							0			
				Elaboração de materiais de apoio à monitoria e avaliação de ativ. letivas. Criar um Guia de orientação para os Gestores das Escolas de ES e EST	Manuais de funcionamento editados e distribuídos as escolas							2 500			
				Apoio a supervisão e a avaliação das atividades pedagógicas nas Escolas secundárias	Reforço das actividades de S&A.			1 000	1 000	1 000	1 000	5 000			
				Instituição, de forma generalizada, o Projecto Educativo (PE) enquanto estratégia de comprometimento da comunidade educativa no sentido de uniformizar e clarificar estratégias com introdução de metas e indicadores alinhados com os objectivos qualitativos e quantitativos definidos pelo país em relação ao ensinosecundário.	projecto educativo generalizado							0			
				Promoção de Práticas de auto-avaliação em todas as estruturas educativas, assim como uma auto-avaliação sistemática, com planos de melhoria em todo o agrupamento;	Sistema de avaliação funcional							0			
				Capacitação anual dos dirigentes em função das exigências de gestão do sistema educativo	Gestores capacitados			2 000	2 000	2 000	2 000	8 000			
				Cultura digital nas escolas instalada.	SIGE funcional em todas as escolas			2 500	2 500			5 000			
			TOTAIS										630 161	402 807	204 604

2.4 PLANO DE AÇÃO PARA O PROGRAMA “EDUCAÇÃO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO”

EIXOS	PROJETOS	OBJETIVOS	METAS	ATIVIDADES	RESULTADOS ESPERADOS	PERÍODO					RESPONSÁVEL DA IMPLEMENTAÇÃO	PERÍODO					CUSTOS								
						17	18	19	20	21		17	18	19	20	21									
ACESSO	1. ACESSO AO ENSINO SUPERIOR REGULADO E EQUITATIVO	Transformar o Ensino Superior num dos eixos estratégicos para o desenvolvimento do país, promovendo o acesso equitativo, de forma regulada e a ligação entre a educação, a investigação e a inovação.	Índice de paridade passa de 0,7 para 1	Revisão da lei que estabelece o regime de acesso ao ES. Realização de campanhas de esclarecimentos junto aos candidatos e famílias.	DL 36/2014, de 23 de junho revisto e aprovado. As matrículas aumentam de forma regulada.																				
			TLE evolui de 23% para 30%	Construção do Campus da UnICV, e das escolas Pedagógica (Assomada e Mindelo)	Campus/escolas construídas	86 780,5															86 780,5				
			Provas de acesso realizadas anualmente	Aplicação das provas de acesso (seletivas) permitindo avaliar as capacidades para o acesso e sucesso educativos e selecionar os melhores.	Provas de seleção aplicadas nas IES públicas e privadas em CV.	2 400,0	2 400,0	2 400,0	2 400,0	2 400,0	2 400,0	2 400,0	2 400,0	2 400,0	2 400,0	2 400,0	2 400,0	2 400,0	2 400,0	2 400,0	2 400,0	12 000,0			
			3 CRIEF criados e funcionais.	Criação de três CRIEFS e funcionamento com cursos de FP e ciclos de estudos do E. Superior.	3 CRIEFS criados e instalados em concelhos/ilhas onde não existe oferta de E. Sup com a participação regular.	4 000,0	4 000,0	4 000,0	4 000,0	4 000,0	4 000,0	4 000,0	4 000,0	4 000,0	4 000,0	4 000,0	4 000,0	4 000,0	4 000,0	4 000,0	4 000,0	12 000,0			
			Bolsistas no E. Superior passam de 20,5% para 25%; no estrangeiro, de 3,3% para 3,8%	Oferta de cursos noturnos nas IES públicas.	Cursos noturnos a funcionar regularmente.																		0,0		
			Legislação sobre Bolsas de Estudo aprovadas (critérios revistos).	Revisão da política de bolsas de estudos (FICASE). Acções de concertação entre o M. Finanças, o ME (FICASE) e as partes interessadas (potenciais financiadores, ONG e as famílias).	Lei sobre bolsas de estudo revista e alterada. Novos critérios adotados.																			0,0	
				Bolsas (com novos critérios) atribuídas, preferencialmente, a estudantes com resultados bons nas Provas de Acesso (média do ES), deslocados de outras ilhas, de famílias com recursos financeiros baixos e candidatos a cursos relevantes.	Bolsas atribuídas para a frequência de cursos no país e no estrangeiro, tendo como referência o valor anual de 47 000 000 ECV.																			0,0	
					Implementação do sistema de EAD, em consonância com a Portaria nº 25/2016, de 29 de julho, que estabelece as regras do ES ministrado em regime de ensino a distância e em rede.																			2 350 000,0	
					Identificação de parcerias. Conceção dos cursos. Instalação dos equipamentos e das plataformas digitais. Desenvolvt. de cursos nas IES públicas.																				0,0
					Capacitação e Reciclagem de Monitores de EPE e Docentes de EBO e de Ens. Secundário	400 Monitores - EPE; 1000 Docentes - EBO; 900 Docentes de Ens. Secundário.																			12 800,0
																						0,0			

2.5 PLANO DE AÇÃO PARA A “GESTÃO EDUCACIONAL: O PILAR DA MUDANÇA”

EIXO	PROJETOS	Objetivos	ATIVIDADES	RESULTADOS ESPERADOS	PERÍODO					RESPONSÁVEL DA IMPLEMENTAÇÃO	Custos Anuais (em contos)					CUSTOS TOTAIS (ECY)	
					17	18	19	20	21		2017	2018	2019	2020	2021		
GOVERNANÇA	I. Reforço da capacidade institucional e organizativa do ME (serviços centrais e descentralizados)	Modernizar os instrumentos legislativos do sector Implementar manuais de funcionamento dos serviços do ME Reforçar a capacidade dos técnicos do ME em planeamento e carta escolar.	Revisão da LBSE	Lei de bases revista e aprovada						1 500	1 500				3 000		
			Elaboração de um pacote legislativo para a EFE	Pacote legislativo da EFE elaborado e aprovado												0	
			Elaboração de manuais de funcionamento dos serviços do ME	Todos os serviços do ME dispoñdo de um manual de funcionamento							1 000	1 000				2 000	
			Edição e divulgação de manuais inferiores p ^a os colaboradores dos serviços	Instrumentos, procedimentos de trabalhos uniformizados													0
			Atualização das necessidades de formação dos serviços do ME	Instrumentos, procedimentos de trabalhos uniformizados													0
			Elaboração de um plano de capacitação p ^a o pessoal do ME (áreas de maior carência) em colaboração com as IES	Elaborar um plano de capacitação p ^a o pessoal do ME (áreas de maior carência) em colaboração com as IES								2 000					2 000
			Capacitação dos dirigentes centrais e locais em gestão estratégica do ME (com refresh anual)	50 dirigentes do ME capacitados, incluindo os delegados e técnicos municipais que se ocupam do pré escolar.								2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	10 000
			Capacitação de técnicos em planeamento educativo, carta escolar (modalidades EaD)	80 técnicos capacitados, sendo 44 providos das Delegações								800	800	800	800	800	4 000
			Capacitação de 30 técnicos em análises de dados, através de utilização de software especializado (SPSS, SIGS, excel avançado...)	Técnicos do MED central e local melhor capacitado para análises de dados e capacidade de elaborar diagnóstico								400	400	400	400	400	2 000
			Elaboração de uma carta educativa integrada (do pré escolar ao ensino secundário)	Carta educativa de cada concelho elaborada e aprovada													
			Implementação do sistema nacional de GRH em educação	Sistema nacional de GRH implementado								7 500	7 500				15 000
			Elaboração de estudo de diagnóstico sobre os RH do ME com o objetivo de se avaliar a situação e propor medidas de otimização.	TDR e Diagnóstico elaborados								2 000					2 000
			Modernização do sistema de arquivo dos recursos humanos do ME.	Sistema de arquivo (re)constituído em formato tradicional e digital													0
			Institucionalização da prática de avaliação dos RH dos ME	Todos os funcionários do ME avaliados								5 000	5 000				10 000
			Elaboração de um mecanismo harmonizado e transparente que ligue o desempenho progressivo na carreira	Mecanismo criado; valorização das competências.													0
Resolução dos problemas ligados pendências com os docentes (carreira)	Mecanismo criado; valorização das competências.													0			
Implementação do programa de bolsas para os funcionários do setor em conformidade com o plano de capacitação	Mecanismo criado; valorização das competências.													0			
Elaboração do regulamento de estímulos e incentivos para um melhor desempenho	Programa de bolsas para funcionários implementado e funcional com critérios transparentes de atribuição								2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	10 000			
Criação de um serviço de apoio a funcionários em situação de vulnerabilidade (Doenças, alcoolismos, uso de drogas...) (com envolvimento de outros sectores)	Regulamento criado e funcional, com critérios transparentes de implementação.													0			
	Serviço de apoio criado e funcional													0			

3. Matrices de Indicadores



Cont.-Quadro de Performance “ Indicadores do Ensino Básico obrigatório”

Descrição do Indicador	ND	Data	Novo estatuto dos professores	Estatuto revisto e aprovados pelo Governo e sindicatos da classe	Estatuto em vigor		Consolidação dos estatutos e a carreira profissional dos professores e de outros profissionais do EBO.
					-	100,0%	
Percentagem de Professores enquadrados de acordo com critérios estabelecidos no novo estatuto e a carreira profissional dos professores e de outros	91,0%	2014/15	Anuário 14/15	Plano de formação de docentes elaborado em parceria com a Uni. Pública	95,5%	97,8%	Reconfiguração das funções dos professores e elaborar planos de formação e reciclagem para a sua atualização. Definição com as Instituições de Ensino Superior diversas modalidades de formação para os professores e quadros do EBO.
Percentagem de escolas com orgaos colegiais funcionais	-	-	Relatórios de campanha e c	Campanhas para dinamizar este orgao	70,0%	90,0%	Dinamização do funcionamento pleno dos orgaos de gestão das escolas
Percentagem de escolas funcionamento enquadro do regulamento e outros instrumentos apropriados	-	-	Relatórios de supervisão	Manual de indicadores e de funcionamento elaborados e distribuidos	100,0%	100,0%	Elaboração de materiais de apoio à monitoria e avaliação de atividades letivas. Criação de um guia de orientação para os gestores das escolas de EBO
% de escolas abrangido ou menos por uma actividade de supervisão de actividade pedagógica anual (Central/ local)	-	-	Relatórios de supervisão	100,0%	100,0%	100,0%	Apoio na supervisão e a avaliação das atividades pedagógicas nas Escolas de Complexos Escolares
% de escolas que adopte projecto escola como instrumento estrategico de intervenção	-	-	Relatórios de campanhas e de supervisão	Campanhas de capacitação para dinamizar a pratica de planeamento nas escolas	70,0%	90,0%	Instituição, de forma generalizada, o Projecto Educativo (PE) enquanto estratégia de comprometimento da comunidade educativa no sentido de uniformizar e clarificar estratégias com introdução de metas e indicadores alinhados com os objectivos qualitativos e quantitativos definidos pelo país em relação ao ensino básico.
% de escolas que apresentem projectos para o reforço das actividades pedagogicas	-	-	projectos; relatórios de execução do fundo de apoio pedagogico das escolas do EBO	100,0%	100,0%	100,0%	Dotação de escolas de meios suficientes para aquisição de material didáctico
% de escolas que adoptem practicas de auto-avaliação sistematica	-	-	Relatórios partilhado com o ME e a comunidade	25,0%	50,0%	75,0%	Promoção Práticas de auto-avaliação em todas as estruturas educativas, assim como uma auto-avaliação sistemática, com planos de melhoria em todo o agrupamento;
% de Gestores escolares capacitados	-	-	Relatórios de formação/capacitação	100,0%	100,0%	100,0%	Capacitação anual dos docentes em função das exigencias de gestão do sistema educativo
% de escolas com SIGE Funcional	-	-	projecto de extensão do sige elaborado e aprovado pelo ME	50,0%	70,0%	90,0%	Dinamização a utilização do SIGE em todas as escolas

Cont.- Quadro de Performance “ Indicadores do Ensino Secundário”

<p>Melhorar os resultados de aprendizagem das disciplinas nucleares. Definição de competências para o prosseguimento de estudos e p/ a vida profissional.</p>	<p>Lei de bases elaborado e aprovado</p>					Lei de bases elaborado e aprovado	<p>sistema educativo funcionando com base na nova lei de base</p>	<p>Revisão da Lei de Bases e desenv. "Plano reconfiguração ES" (Inud. de três ciclos para dois ciclos (9º-10º/11º-12º)"; Divulgação de orientações e normas de qualidade sobre o novo currículo; Reformulação do sistema de avaliação das aprendizagens. Implementação de uma política de Educação Inclusiva, para o acesso equitativo das crianças com necessidades educativas especiais; Reformulação de metodologias de ensino das aprendizagens. Implementar uma política de educação inclusiva e incentivar a inovação através das TIC e novos métodos. Dinamização do funcionamento dos Conselhos Pedagógicos para a monitorização e implementação de novos métodos e programas.; Realização de avaliações por amostragem utilizando inquéritos e entrevistas aos principais atores; Revisão dos programas. Elaboração de manuais para as disciplinas essenciais. Digitalização de manuais e promoção do acesso a plataformas digitais educativas e relacionadas com a C&T. Atribuição de apoio financeiro e distribuição de materiais e manuais; Lançamento de um concurso para se concederem prémios (livros) aos melhores estudantes. Aumentar o parque informático das escolas secundárias e construção de softwares educativos (em colaboração com as IES, em particular a Uni-CVHUE e o GCTI). Definir e implementar novos sistemas de Avaliação Instituc. e escolar ES. Definir normas para a organiz. e funcion. program. modulares no ET. Elaborar os novos programas e definir orientações para a organização de atividades extracurriculares de complemento de formação. Reforçar e melhorar os programas de ensino do Portug., Matem., línguas e TICs. Defin. novas metodologias; Combater o abandono e o insucesso escolar, c/ novas matérias e acompanhamento pedagógico por tutores e apoios sociais. Selecionar e recrutar docentes para a lecionação de novos programas. Organizar c/ as IES ações de formação para os novos docentes.</p>	
	<p>Percentagem de aprovação</p>	72,0%	2014/15	Anuário 14/15	73,6%	75,2%	76,8%	78,4%	80,0%
	<p>Percentagem de reprovação</p>	23,0%	2014/15	Anuário 14/15	21,4%	19,8%	18,2%	16,6%	15,0%
	<p>Percentagem de reprovação</p>	5,0%	2014/15	Anuário 14/15	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
	<p>Percentagem de jovens do ES que atinge que aprovam nos PNG em língua portuguesa e na matemática</p>	ND		Resultado do PGN	20,0%	27,5%	35,0%	42,5%	50,0%
	<p>Percentagem de docentes abrangidos pelo programa de formação contínua</p>	ND		Relatórios	75%	80%	85%	90%	95%

Cont.- Quadro de Performance “ Indicadores do Ensino Secundário”

Consolidar a rede de escolas de Ensino Secundário (Geral e Técnico) para proporcionar um ambiente propício à aprendizagem.	Rede escolar reconfigurada	ND	-	Elaboração da Carta Educativa	Rede escolar do ES otimizada e Funcional			Levantamento das inaptidões dos espaços letivos. Seleção de escolas e execução de obras de adaptação à tipologia aconselhada.	
					20	20	10		
	Nº de sala Reabilitadas /adptadas	ND	-		20	10	10	Proporcionar espaços letivos nas escolas de ES (Via G. e Via F.) para atividades formativas a implementar no 1.º ciclo do ES.	
	Nº de escolas edificadas	ND	-		3			Construção de 3 Escolas Secundárias(Bovavista, Brava e Paul)	
	Nº de escola apetrechados com Lab, Oficinas e Ginásios	ND	-		5	5	5	Obras de adaptação às necessidades educativas especiais em 20 Escolas Secundárias.	
								Apetrechamento dos espaços formativos (Laborat., Oficinas, Ginásios,...) com os materiais e consumíveis necessários ao seu bom funcionamento	
								Realização de atividades formativas relacionadas com: igualdade de género, cidadania, conserv. ambiente, informação/profissão.	
Estabelecer melhores ligações ao sector empresarial e implementar diferentes métodos de ensino, para melhorar a formação de Professores, Gestores e Coordenadores de ES.	Nº de protocolos de empresas e serviços públicos concluídos para a criação de postos de trabalho e emprego após a conclusão do ensino técnico	ND	-	Protocolos de cooperação assinados e funcional	50,00	0,55	0,65	Desenvolvimento com as empresas, de módulos de formação profissional a integrar no currículo e organizar a realização de estágios profissionais;	
	Porcentagem de docentes qualificados	ND	-	Novo estatuto dos professores		Estatuto em vigor		Consolidação dos estatutos e as carreiras profissionais dos professores e de outros profissionais do Ensino Secundário.	
Reforçar a capacidade institucional e organizativa	Porcentagem de escolas com orgaos collegias funcionais	-	Relatórios de campanha e de supervisão	Campanhas para dinamizar este orgao	50,0%	70,0%	100,0%	Definição com as Instituições de Ensino Superior diversas modalidades de formação para os professores e quadros do ES.	
	Porcentagem de escolas funcionamento enquadro do regulamento e outros instrumentos apropriados	-	Relatórios de supervisão	Manual de indicadores e de funcionamento elaborados e distribuidos	100,0%	100,0%	100,0%	Dinamização do funcionamento pleno dos orgaos de gestão das escolas	
	% de escolas abrangido ou menos por uma actividade de supervisão de actividade pedagogica anual (Central/ local)	-	Relatórios de supervisão	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	Elaboração de materiais de apoio à monitoria e avaliação de activid. letivas. Criar um Guia de orientação para os Gestores das Escolas de ES e EST	
	% de escolas que adopte projecto escola como instrumento estrategico de intervenção	-	Relatórios de campanha e de supervisão	Campanhas de capacitação para dinamizar a pratica de planeamento nas escolas	50,0%	70,0%	100,0%	Apoio na supervisão e a avaliação das atividades pedagógicas nas Escolas secundárias	
	% de escolas que apresentem projectos para o reforço das	-	Relatórios de campanha e de supervisão	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	enquanto estratégia de comprometimento da comunidade educativa no sentido de uniformizar e clarificar estratégias com introdução de meios e indicadores alinhados com os objetivos e metas e iniciativas definidas pelo país em relação ao ensino secundário.	
	% de escolas que adoptem practicas de auto-avalição sistematica	-	Relatórios de campanha e de supervisão	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	Dotar as escolas de meios suficientes para aquisição de material didáctico	
	% de Gestores escolares capacitados	-	Relatórios de formação/capacitação	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	Promoção de práticas de auto-avaliação em todas as estruturas educativas, assim como uma auto-avaliação sistématica, com planos de melhoria em todo o agrupamento;	
	% de escolas com SIGE Funcional	-	Relatórios de formação/capacitação	projecto de extorsão do site elaborado e aprovado pelo ME	25,0%	75,0%	100,0%	Capacitação anual dos dirigentes em função das exigencias de gestão do sistema educativo	
						70,0%	90,0%	100,0%	Dinamização a utilização do SIGE em todas as escolas

3.4 QUADRO DE PERFORMANCE “ INDICADORES DO ENSINO SUPERIOR ”

Ensino Superior										
Programa	Promover o desenvolvimento equitativo e sustentável do ensino superior, articulando-o o à investigação em consonância com o desenvolvimento sócioeconómico e cultural do país.									
Objectivo Geral										
Indicador de Impacto 1	Nº de estudantes no ensino superior por cada 1000 Base (14/15) 23 Meta (2021) 26 MF									
Indicador de Impacto 2	Taxa de empregabilidade no seio dos formadoso Ensino Superior Base (14/15) 25,0% Meta (2021) 50% MF									
Objetivos estratégicos	Indicador de resultados	Base	Ano	Fonte	2017	2018	2019	2020	2021	Ações prioritárias
Transformar o Ensino Superior num dos eixos estratégicos para o desenvolvimento do país, promovendo o acesso equitativo, de forma regulada e a ligação entre a educação, a investigação e a inovação.	juvens no ensino superior (pop 18 a 24 anos)	23,8%	2014/15	Anuario ME 14/15	25,6%	27,5%	29,3%	31,2%	33,0%	Revisão da lei que estabelece o regime de acesso ao ES.
	no acesso ao ensino superior(M/F)	0,70		Anuario ME 14/15	0,76	0,82	0,88	0,94	1,00	permitindo avaliar as capacidades para o acesso e sucesso educativos e seleccionar os melhores.
	Total de inscritos (MF)	12536	2015/16	Projeção PEE	12679	13035	13627	14307	14926	Criação de três CRIEFS e funcionamento com cursos de FP e ciclos de estudos do E. Superior.
	Total de inscritos (M)	5166		Anuario ME 14/15	5460	5860	6370	6920	7463	Oferta de cursos noturnos nas IES públicas.
	Total de inscritos (F)	7370		Anuario ME 14/15	7219	7175	7257	7387	7463	Revisão da política de bolsas de estudos (FICASE).
	acesso a bolsa de estudos superior domestico com	20,50%	2015	Relatorio FICASE 2015	20,8%	21,1%	21,4%	21,7%	22,0%	Revisão dos criterios de acesso a bolsa de estudos
	superior no estrangeiro com	3,08%	2015	Relatorio FICASE 2015	3,2%	3,2%	3,3%	3,4%	3,5%	Realização de concursos para bolsas de mérito para cursos de pós-graduação.
	acesso a bolsa de estudos									
	% de alunos que acedam à formação superior através de plataformas EaD	-		Relatórios da Universidades	0,0%	0,0%	2,9%	3,4%	4,0%	Implementação do sistema de EaD, em consonancia com a Portaria nº 25/2016, de 29 de julho, que estabelece as regras do ES ministrado em regime de ensino a distância e em rede.
	Promover um Ensino Superior que garanta a qualificação de alto nível, a produção cultural, artística, tecnológica e científica, num quadro de referencia internacional.	Plano estrategico elaborado			Plano EES 2018-2023		Plano estratégico elaborado, socializado e aprovado			

Cont.- Quadro de Performance “ Indicadores do Ensino Superior”

Criar um Sistema Nacional de Qualidade do Ensino Superior em Cabo Verde e dos sistemas internos de garantia da qualidade (objetivo da ARES, criada pela Lei nº 121/VIII/2016, de 24 de março).	% de Universidades avaliadas	100%	2014/15	avaliação piloto	100%	100%	100%	100%	100%	Regimento interno e demais normativos. Preparação das bases para a implementação do sistema de regulação do E. Superior.
	% de Universidades funcionando cumprindo os requisitos mínimos necessários	-	-	Relatórios de avaliação externa	85%	90%	95%	100%	100%	Accreditação das IES e dos ciclos de estudos (públicas e privadas) - em curso e propostos -, fiscalização, controlo e melhoria contínua do funcionamento das IES com impacto na qualidade do E. Superior.
Avaliar de forma regular todas as IES (missão, resultados da aprendizagem, diretrizes curriculares, desempenho dos professores, ciclos de estudos) e considerar os resultados das avaliações pré-requisitos para o planeamento e desenvolvimentos qualitativo das IES.	Provas de acesso generalizado	-	-	-	-	-	-	-	-	Implementação do 1º ciclo de avaliações dos cursos em funcionamento e das IES no período do Plano Estratégico.
	% dos candidatos ao ES aprovou na prova de acesso	10%	-	Relatórios dos resultados das provas de acesso UniCV 2014/15	100%	100%	100%	100%	100%	com periodicidade regular. Inserção dos resultados nos planos das IES.
Melhorar a qualidade do Ensino Superior através da atualização curricular, de acordo com os resultados da avaliação institucional e os padrões aceites internacionalmente.	Classificação Média dos aspirantes ao ensino superior	ND	-	-	50%	58%	67%	75%	75%	Preparação e aplicação dos dispositivos de avaliação do 12.º ano. Estudo comparativo com as competências base para o ingresso no ES no país e no estrangeiro. Inserção dos resultados na revisão curricular do 12.º ano e 1.º ano dos cursos de graduação (UNI-CV+IUE).
		10	-	-	10,8	11,6	12,4	13,2	14,0	Análise dos planos de estudos dos cursos na UNI-CV e IUE. Recrutamento de AT, se possível, na diáspora. Proposta de novos planos de estudo e programas. Aprovação currículo mais relevante.
Ciclos de estudos revistos	Melhora do sistema estatístico do Ens. Superior	-	-	Relatórios de avaliação dos ciclos de estudos	-	-	-	-	-	Planos de estudos revistos e adequados
		-	-	Relatórios de integração das IES na UNICV	-	-	-	-	-	Implementação do SIGE a funcional
Otimizado a rede pública do Ensino Superior	Percentagem de Mestres nas IES	47,0%	2014/14	SEPC/ME	47,3%	51,5%	55,8%	60,0%	60,0%	Realização de concursos para bolsas de mérito para cursos de pós-graduação.
	Percentagem de doutores nas IES	13,5%	2014/15	SEPC/ME	15,1%	16,8%	18,4%	20,0%	20,0%	Recrutamento de professores e investigadores de prestígio reconhecidos na diáspora.
										Reativação de programas bi e multilaterais com a Cooperação Internacional.

Cont.- Quadro de Performance “ Indicadores do Ensino Superior”

Incrementar uma política científica integrada, respeitando as especificidades de cada instituição em sintonia com as grandes linhas de desenvolvimento do país.	Nº de projectos de investigação financiados	-	-	-	10	10	10	10	10	Aprovação de legislação adequada. Dotação do Fundo de recursos através do Orçamento de Investimentos. Organização de concursos para o financiamento de projetos de investigação.	
	Publicações científicas de investigadores nacionais (teses, artigos e outras)	-	-	-	-	-	20	20	20	Criar a revista acta da UNICV numa revista indexada e reconhecida mundialmente Instalação do GCTI. Dotação de recurso humanos especializados, materiais e financeiros. Desenvolvimento das atividades programadas para o quinquénio.	
	Instalação do GCTI Instakado	-	-	-	Gabinete das C&T	-	-	-	-	Investigação do país. Análise das respetivas missões, programas, agendas e infraestruturas para a construção do Plano (AT). Estabelecimentos dos TGR para a sua elaboração.	
	Conhecimento de todas as formas de I&D desenvolvida no país	-	-	-	Plano Estratégico de ES e C&T, Elaborado, socializado e aprovado	-	-	-	-	internacionalização da investigação, CT&I em Cabo Verde: situação atual e perspectivas sinergias entre as Unidades de Investigação públicas e privadas.	
	Nº de estudantes e Docentes CV abrangidos em programas de mobilidade.	-	-	-	Plano estratégico	-	-	-	-	o efeito (em articulação com o Plano Estratégico do ES, C&T. carteira. Recenseamento das competências científicas existentes e necessárias. Apresentação de novos CESP. Articulação com o ETP.	
	Nº de projectos de investigação financiados e colocados ao serviço das comunidades	206	-	-	Rel. DGESC	287	368	449	530	611	apoiarem a mobilidade académica dos investigadores. (* Inscritas em varias modalidades de programas de reforço do ensino superior
	Criado toda a legislação que regula a avaliação do ES	-	-	-	Legislação	Legislação e instrumentos criados	-	-	-	-	Criação de laboratórios especializados e incubadoras de empresas.
	Nº de Universidades avaliadas positivamente	-	-	-	Relatórios de avaliação periódicos	7	8	9	10	10	Insersão na plataforma Sistema Integrado e Informação e Gestão (ver acima)
											avaliação dos CESP em curso. Programação de novos CESP. Articulação com o ETP.

